



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Departamento de Ciências Geográficas – DCG

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia

Santiago Andrade Vasconcelos





REGIÃO, GLOBALIZAÇÃO E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO- INFORMACIONAL:

***Modernizações, Horizontalidades e Verticalidades na Região do Seridó
Paraibano e Potiguar na Transição do Século XX ao XXI.***

Santiago Andrade Vasconcelos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial a obtenção do grau de Doutor em Geografia.

Orientador: Dr. Alcindo José de Sá
Co-orientador: Dr. Paulo Sérgio Cunha
Farias

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB-4 1291

V331r Vasconcelos, Santiago Andrade.

Região, globalização e meio técnico-científico-informacional: modernizações, horizontalidades e verticalidades na Região do Seridó paraibano e potiguar na transição do século XX ao XXI / Santiago Andrade Vasconcelos. – Recife: O autor, 2012.

257 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá.

Coorientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.

SANTIAGO ANDRADE VASCONCELOS

**“REGIÃO, GLOBALIZAÇÃO E MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL:
MODERNIZAÇÕES, HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES NA REGIÃO DO
SERIDÓ PARAIBANO E POTIGUAR NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX AO XXI”**

Tese defendida e APROVADA pela banca examinadora:

Orientador: _____
Prof. Dr. ALCINDO JOSÉ DE SÁ

Có-orientador: _____
Prof. Dr. PAULO SÉRGIO CUNHA FARIAS

Examinador: _____
Profa. Dra. KEILA QUEIROZ E SILVA

Examinador: _____
Prof. Dr. ANTÔNIO ALBUQUERQUE DA COSTA

Examinador: _____
Prof. Dr. GLEYDSON PINHEIRO ALBANO

Examinador: _____
Prof. Dr. CAIO AUGUSTO AMORIM MACIEL (SUP. INTERNO)

*Para: meus pais, Joací e Maria
(Mariquinha); minhas filhas Sarah, Iara e
Katherine; minha companheira Diana; e
minha irmã Jeane.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é tarefa fácil. Não por dificuldade em reconhecer as valiosas e imprescindíveis ajudas e contribuições dos outros. Mas sim, por temer injustiças ao esquecer-se de incluir alguém.

Contudo, quero me arriscar e mencionar algumas pessoas que no momento a memória alcança ao tempo que, desde já, peço sinceras desculpas se por ventura a lembrança for falha.

Primeiramente sou grato ao meu orientador Prof. Dr. Alcindo José de Sá por sempre ser confiante, destemido e facilitador dos entraves intelectuais e burocráticos.

Não há como ser grato o suficiente ao competente geógrafo, amigo e co-orientador Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias. Meu amigo/orientador nunca se furtou em ajudar, incentivar, cobrar e, principalmente, ensinar. Paulo é um amigo e geógrafo impar a quem sempre serei grato.

Os meus mais sinceros agradecimentos a minha família, principais incentivadores e sustentáculos da minha vida. Se não fosse o amor e as cobranças do meu pai na época do ensino básico eu não estaria aqui materializando a conclusão do doutorado. Por isso, sou eternamente grato a Papai (Joací). Gratidão que estendo a minha mãe Maria Andrade, que pelo seu jeito particular de ver os estudos, sempre ofereceu sua contribuição por meio do carinho e do afeto.

Minha irmã Jeane é aquela pessoa que sempre se destaca em qualquer jornada da minha vida, das mais simples as mais complexas. Pessoa humana sem igual, que os adjetivos são insuficientes para expressar suas qualidades. Sou imensamente agradecido por tudo que ela já fez por mim.

Sou eternamente grato a minha companheira Diana, pelo amor, carinho, compreensão e zelo com nossas filhas.

Agradeço as minhas filhas Sarah, Iara e Katherine pelo amor, carinho, compreensão e por sempre proporcionar momentos de felicidades.

Meus irmãos Edilson, Eilson e Cleinha também merecem agradecimento pela presteza e torcida.

Meu obrigado a Witemburgo Araújo por sempre manter aberta as portas de sua residência em Campina Grande.

Agradeço também a Dona Irací por cuidar dos afazeres domésticos, garantindo assim conforto para que esse empreendimento fosse tocado.

Minhas sogras Edi Lopes e Elvira foram essenciais no indispensável apoio em questões familiares, por isso sou grato.

Sou grato a Marlene Macário por oferecer importante ajuda quando mim acolheu na UVA/UNAVIDA.

A bolsa concedida pela CAPES foi extremamente importante para conclusão dessa caminha, por isso, é uma instituição federal que merece ser reconhecida e agradecida.

Agradeço a Prof. Dr. Ione Moraes da UFRN (CERES/Caicó) por ter se esforçado para que sua importante contribuição acadêmica chegasse até as minhas mãos.

Tenho profunda gratidão aos donos e funcionários de pousadas e hotéis, motoristas de transportes alternativos, garimpeiros, empresários, as atenciosas pessoas idosas... Enfim a todos da região do Seridó que prestaram grande contribuição, fornecendo informações sobre o velho e o novo da região.

Muito obrigado ao meu amigo e companheiro de programa de rádio Roberto Solon, incentivador e torcedor da minha jornada.

Enfim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

Muito obrigado!

SUMÁRIO

Lista de Mapas

Lista de Gráficos

Lista de Tabelas

Lista de Fotos

Lista de Quadro

Resumo

Abstract

INTRODUÇÃO.....	15
1 ESPAÇO E TEMPO: DAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS À EMPIRICIZAÇÃO NA GEOGRAFIA.....	26
1.1 Das visões mecânicas, absolutas e dissociáveis de espaço e tempo às visões relativistas, relacionais e indissociáveis	27
1.2 A Geografia e a questão do espaço e do tempo.....	33
1.3 A técnica como traço de união do espaço-tempo.....	39
1.4 Periodização geográfica: a empiricização do tempo através do espaço.....	40
2 MODERNIZAÇÕES, O PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO E ALGUMAS DE SUAS FEIÇÕES GEOGRÁFICAS DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL.....	44
2.1 Modernizações numa Perspectiva Geográfica.....	45
2.2 O período da globalização e algumas de suas feições geográficas.....	49
3 A REGIÃO NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO	61
3.1 A Região e a globalização.	62
3.2 A região frente ao rearranjo produzido pelo período da globalização.....	69

4 REGIÃO DO SERIDÓ: DO MEIO INDÍGENA AO MEIO EUROPEIZADO DA COLONIZAÇÃO.....	78
4.1 O “primeiro espaço” da hoje região do Seridó.....	79
4.2 O salto espaço-temporal: a europeização em marcha.....	84
4.3 A divisão interna do trabalho e o papel do Seridó.....	93
5 REGIÃO DO SERIDÓ: SUCESSÕES/COEXISTÊNCIAS SOCIOTÉCNICAS E DEFINIÇÕES FUNCIONAIS NO USO DO TERRITÓRIO.....	99
5.1 Novas camadas sociotécnicas e produtivas na constituição da região do Seridó...	100
5.2 Uma nova função no uso do território regional: a mineração.....	109
5.2.1 O contexto para afirmação da mineração na Região do Seridó.....	112
5.2.2 O uso efetivo do território do Seridó com a mineração.....	118
6 A BASE FUNCIONAL FUNDADORA DO SERIDÓ NA TRANSIÇÃO PARA A GLOBALIZAÇÃO.....	127
6.1 O processo de integração territorial brasileiro.....	128
6.2 A crise regional do Seridó no fim do século XX e limiar do XXI: o definhamento do “mundo rural” agropecuário e as crises da mineração.....	133
6.2.1 O definhamento do “mundo rural” tradicional agropecuarista.....	135
6.2.2 A mineração.....	143
6.3 Crise regional, ação estatal e a situação de letargia do Seridó.....	146
7 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO SERIDÓ.....	157
7.1 Os Números da Urbanização no Seridó.....	157
7.2 Os Conteúdos da Urbanização na Região do Seridó.....	170

8 A REGIÃO DO SERIDÓ NO LIMAR DO SÉCULO XXI: TECNOESFERA E PSICOESFERA, VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES.....	181
8.1 Alguns traços da tecnoesfera.....	183
8.2 O papel da Psicoesfera como vetor imaterial das modernizações: consumo, informação e financeirização.....	192
9 SERIDÓ: GEOGRAFIAS LETÁRGICAS E GEOGRAFIAS LUMINOSAS.....	207
9.1 Descompassos e Virtualidades do território seridoense.....	209
9.2 Novas solidariedades na região: racionalidades e contra-racionalidade.....	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	231
REFERÊNCIAS.....	237
APÊNDICE.....	249

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do Seridó.....	19
Mapa 2 – Sistemas de circulação na região Seridó.....	186
Mapa 3 – Telefonia Móvel no Seridó.....	188
Mapa 4 – Sistema Bancário no Seridó.....	191
Mapa 5 – Registro de Títulos Minerários na Região do Seridó.....	219

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Área Colhida e Produção de Algodão no Seridó, 1975-2010.....	137
Gráfico 2 – Área Colhida de Lavoura Temporária e Lavoura Permanente na Região do Seridó, 1975-2010.....	139
Gráfico 3 – Produção e Área Colhida de Feijão e Milho na Região do Seridó, 1976-2010.....	139
Gráfico 4 – Cabeças de Bovinos, Caprinos e Ovinos da Região do Seridó, 1975-2007...	140
Gráfico 5 – Produção de Leite na Região do Seridó, 1976-2005.....	141
Gráfico 6 – Produção Mundial e Valor do Tungstênio, 1960-2000.....	144
Gráfico 7 – Produção Mundial e Valor do Tântalo, 1964-1995.....	145
Gráfico 8 – Tratores e sua Relação com a Área Colhida, 1975-2006.....	149
Gráfico 9 – Pessoal Ocupado na Agropecuária na região do Seridó, 1975-2006.....	149
Gráfico 10 – População Urbana e Rural, Brasil, Paraíba, Rio Grande do Norte e Região do Seridó, 1970-2010.....	172
Gráfico 11 – Crescimento real do crédito consignado, Brasil e Regiões.....	202
Gráfico 12 – Produto Interno Bruto Municipal do Seridó 1920-2008.....	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População Urbana do Seridó Paraibano, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 1970.....	162
Tabela 2 – População Urbana do Seridó Potiguar, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 1970.....	162
Tabela 3 – População Urbana do Seridó Paraibano, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 1980.....	163
Tabela 4 – População Urbana do Seridó Potiguar, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 1980.....	164
Tabela 5 – População Urbana do Seridó Paraibano, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 1991.....	164
Tabela 6 – População Urbana do Seridó Potiguar, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 1991.....	165
Tabela 7 – População Urbana do Seridó Paraibano, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 2000.....	166
Tabela 8 – População Urbana do Seridó Potiguar, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 2000.....	167
Tabela 9 – População Urbana do Seridó Paraibano, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 2010.....	167
Tabela 10 – População Urbana do Seridó Potiguar, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 2010.....	168
Tabela 11 – Dados Demográficos dos Municípios do Seridó Paraibano, 2010.....	169
Tabela 12 – Dados Demográficos dos Municípios do Seridó Potiguar, 2010.....	170
Tabela 13 – Participação do Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes da Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social no Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes Total (percentual/PIB), 1999-2009....	203
Tabela 14 – Frota de veículos 2005/2010.....	212

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Inscrição rupestre – Sítio Arqueológico Abrigo do Morcego, Carnaúba dos Dantas -RN.....	83
Foto 2 – Cerca de Pedra típica da região Seridó.....	96
Foto 3 – Unidade de Laticínios Sant´Ana (CERSEL). Plataforma receptora de leite.....	142
Fotos 4 – Laboratório de análise de leite e seus derivados.....	142
Fotos 5 – Produção de queijo.....	142
Foto 6 – Câmara frigorífica (armazenamento de iogurtes).....	143
Foto 7 – Ruínas do “mundo rural” tradicional.....	156
Fotos 8 – Verticalização do espaço urbano em Caicó – RN.....	179
Foto 9 – Precariedade urbana na periferia de Juazeirinho – PB.....	180
Foto 10 – Residência na zona rural com parabólica, Sítio Cunha, Juazeirinho – PB.....	187
Fotos 11 – Lojas com vitrines, Caicó – RN.....	199
Fotos 12 – Turistas em visita à Mina Brejuí, Currais Novos – RN.....	216
Foto 13 – Exploração de minério de ferro em Cruzeta – RN.....	220
Fotos 14 – Mineração Moderna (Mecanizada e Informatizada), Pedra Lavrada – PB.....	221
Fotos 15 – Mineração Garimpeira, Pedra Lavrada – PB.....	221
Foto 16 – Típica Cerâmica do Seridó, Currais Novos – RN.....	222

QUADROS

Quadro 1 – Tradição e modernizações da globalização no interior nordestino pela ótica do poeta popular.....	206
--	-----

RESUMO

Região, Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional: Modernizações, Horizontalidades e Verticalidades na Região do Seridó Paraibano e Potiguar na Transição do Século XX ao XXI.

A globalização é entendida como uma nova fase da história humana pelo fato de cada época ser caracterizada pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas e sistêmicas que modificam os arcabouços preexistentes e procura impor-se enquanto novo. O desafio da presente tese é entender dialeticamente como o período da globalização está presente na região do Seridó paraibano e potiguar, bem como entender a região com suas permanências/mudanças e suas funcionalizações frente às modernizações trazidas pelo período atual. Busca-se, a partir da Geografia, compreender o recorte regional na transição do século XX ao XXI momento em que ocorre um maior espraiamento do meio técnico-científico-informacional, com densidades variadas de suas racionalidades nos lugares, de tecnoesfera e psicoesfera, conformando novos usos para o território. A estratégia metodológica adotada teve-se a confrontar variadas referências que tratam do período da globalização e do meio técnico-científico-informacional com os dados empíricos oriundos da região do Seridó. Além de buscar informações diretamente no campo, optou-se principalmente por realizar pesquisas em outras fontes de referências e banco de dados que tratam especificamente da realidade regional. O estudo empírico da região do Seridó propiciou elencar algumas contribuições geográficas de como melhor entender a globalização e suas manifestações em “regiões letárgicas”, com rarefação dos aportes do período em vigor e com tímida dinâmica econômica comparada aos “espaços da globalização”. A realidade do meio geográfico regional se constitui de “velhas” formas-conteúdos convivendo com as novas, graças à vasta gama de possibilidades produtivas e, sobretudo, da circulação de insumos, produtos e dinheiro, de ideias e informações, das ordens e dos homens, propiciada, mormente o meio técnico-científico-informacional. Constata-se que as horizontalidades regionais são cada vez mais afetadas por verticalidades, por eventos que chegam ao Seridó num processo mais intenso de internalização do externo, desmanchando mais rapidamente o edifício do arcabouço regional através de crises seguidas da tentativa de soerguimento com base em modernizações do tempo presente combinadas com aproveitamentos de heranças que marcam a trajetória constitutiva do Seridó. Com a nova reorganização dada pelo período atual, regiões letárgicas como o Seridó, mesmo que não esteja na rota prioritária de investimentos produtivos das grandes firmas globais, inserem-se no período, mesmo que marginalmente, sobretudo via vários tipos de consumo, do modo de vida urbano, com crescente terciarização etc. Conclui-se que as aceleradas e fugazes modernizações tocam a região mesmo que com defasagens, mas, como o período é global, nenhum lugar escapa ao seu movimento e funcionamento seletivo no uso do território. Constata-se que é através da psicoesfera que o período da globalização se faz mais presente na região, alterando seu espaço-tempo que gradativamente passa a incorporar em seu meio, conteúdos da tecnoesfera técnica-científica e informacional. Enfim, são novos objetos e ações que passam a fazer parte do conteúdo regional.

Palavras-chave: Período da Globalização. Meio Técnico-Científico-Informacional. Modernizações. Região. Seridó.

ABSTRACT

Region, Globalization and Environment Technical and Scientific-Informational: Modernizations, horizontality and uprights in the region of Paraíba Seridó and Potiguar Transition in the Twentieth Century XXI

Globalization is understood as a new phase of human history because each season is characterized by the appearance of a concrete set of new possibilities and systemic modifying the existing frameworks and seeks to impose itself as a novel. The challenges of this thesis is understood dialectically as the periods of globalization is present in the region of Potiguar and Paraíba Seridó, and understand the region with its continuities/ changes and their functionalizations modernizations brought forward to the current period. Seeks, from geography to understand the regional cut in the transition of the XXI century point in time when a greater spreading of the technical-scientific-informational, with densities varying rationales in their places, and technosphere psychosphere, conforming new uses for the land. The strategy adopted is adhered to confront various references dealing with the period of globalization and the technical and scientific-informational with the empirical data from the region of Seridó. In addition to seeking information directly in the field, was chosen primarily to conduct research in other reference sources and databases that deal specifically with the regional reality. The empirical study of the region of Seridó provided list some contributions geographical better understand how globalization and its manifestations in "lethargic regions", with rarefaction of the contributions of the current period and with modest economic dynamics compared to the "spaces of globalization." The reality of regional geographical environment is composed of "old" ways, living with the new contents, thanks to the wide range of production possibilities, and especially the movement of supplies, goods and money, ideas and information, orders and men , fostered, especially the technical-scientific-informational. It appears that the regional horizontality are increasingly affected by uprights, for events coming to Seridó a more intense process of internalization of external unraveling faster building the framework of regional crises followed by the attempt to uplift based on upgrades this time combined with hydroelectric heritages that mark the trajectory of the constitutive Seridó. With the new reorganization given the current period, as the regions Seridó lethargic, even if not on the route priority productive investments of large global firms, falls within the period, even if marginally, mainly via various types of consumption, the mode urban life, with increasing outsourcing etc. It is concluded that the accelerated modernization and fleeting touch even with the region lags, but as the period is global, no place escapes his movement and functioning in selective use of the territory. It appears that through psychosphere that the period of globalization is more present in the region, changing its space-time which gradually becomes incorporated into their midst, contents of the technosphere technical, scientific and informational. Finally, these are new objects and actions that are part of regional content.

Keywords: Period of Globalization. Environment and Scientific-Technical Information. Modernizations. Region. Seridó.

INTRODUÇÃO

A temática da globalização já é por demais debatida e pesquisada. São várias as ciências que se debruçam sobre ela com estudos teóricos e empíricos, uma vez que as proporcionalidades dos seus impactos nos territórios e nas vidas das pessoas são profundos e abrangentes. Dada à sua capacidade de impelir mudanças na ordem estabelecida e no meio geográfico, a globalização passou a ser um marco balizador da história e do espaço, ou seja, constituiu-se como um novo período da história e um novo meio geográfico.

O geógrafo brasileiro, Milton Santos, em sua vasta obra, vinha defendendo que a expressão geográfica da globalização é o meio técnico-científico-informacional. Um meio que é, numa relação dialética, produto e condição para a/globalização. Esse meio seria dado pela presença imperiosa em sua constituição e uso, da ciência, da técnica e da informação¹. Ele seria mais completo à medida que se distancia do meio natural sob os desígnios da natureza e agrega ao território objetos técnicos. Contudo, mesmo sendo uma realidade geográfica que está presente direta e indiretamente em todo espaço habitado e apropriado, ele apresenta-se distribuído no espaço mundial com densidades variadas nas regiões e nos lugares. Como efeito correlato dessas gradações de densidades, os impactos provocados na formação socioespacial de cada recorte territorial serão diversos. Os diferentes graus de densidades e seus impactos no território resultam no amálgama que compõe o espaço mundial que, sob o comando do capital, funcionaliza-se em desenvolvimento geográfico desigual e combinado, desenhando diferentes geografias no mapa-múndi.

Então, entendido aqui a globalização como o período da história do presente, esse deve ser compreendido levando em conta seus imperativos, pois esses são os reveladores das racionalidades que o caracterizam como novo na história. Assim, uma das possibilidades de estudar o período, no âmbito da geografia, é entender as modernidades no território, essas que se arranjam em objetos e em ações impelidos pela variável-chave que muda de um período para outro (SILVEIRA, 1999, p. 22). Portanto, “a cada período podemos, assim, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 11). Nesse sentido, cada região se define como particularidade por meio desta combinação entre o novo e o velho.

¹ “A informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são desse modo, equipados para facilitar a sua circulação” (SANTOS, 2002b, p. 239).

Nosso desafio, portanto, se encaminha a ser problematizado, na medida em que se considera necessário estudar as gradações de densidades dos imperativos do período nas regiões que estão à margem dos centros de maior concentração de modernidades territoriais, afinal elas também fazem parte do todo e são funcionalizações do mundo. Vale lembrar que a região está no todo e o todo está na região. Assim, analisar a dinâmica geográfica vivida por uma região ou lugar é entender a “funcionalização do mundo”, ou seja, perceber a “empiricização do mundo” (SANTOS, 2002b, p. 165). No período atual, mais do que em qualquer outra época, a região recebe acontecimentos (eventos) numa menor fração de tempo. Os eventos, segundo Santos (2002b, p. 164-165), ao serem acolhidos na região se cristalizam enquanto momentos da totalidade em processo de totalização, isto é, do movimento da totalidade se distribuindo nas regiões e lugares através da divisão territorial do trabalho.

Para obter-se de fato uma leitura coerente e conjunta do mundo na atualidade, as regiões menos dinâmicas e onde o meio geográfico ainda não é denso quanto à ciência, a técnica e a informação não podem ser negligenciadas nas análises. Levar em conta só as regiões mais modernizadas não significa compreender o período atual. Proceder assim resulta numa leitura de mundo enviesada e limitada, pois a globalização, enquanto período histórico, está em todos os lugares e esses, de alguma forma, a constituem com suas particularidades.

A noção de modernidade está baseada no tempo presente, nos imperativos do período da globalização, em que ciência, técnica e informação reinam. As regiões em que esses imperativos têm uma presença densa são consideradas as mais modernas e racionais ou *luminosas*. Já as menos densas são as “tradicionalistas” e “irracionalistas” ou *opacas*. Entretanto, o período se impõe a todas as regiões, já que ele é global. Todas as regiões são envolvidas em suas lógicas imperativas, embora com gradações variadas.

De antemão, sabe-se que a região do Seridó não aparece no mapa do Brasil das regiões luminosas no que se refere à presença do meio técnico-científico-informacional. Mas, não se pode esquecer que essa região está inserida no período da globalização, e que dele participa e também faz parte, mesmo que de maneira bem particular, já que não apresenta densidades técnicas, científicas e informacionais consideráveis em seu território quando comparada, por exemplo, à região concentrada² do país. No território seridoense³, essas densidades começam a se fazer presentes mais recentemente e por isso, este estudo está

² Originalmente, a noção de região concentrada foi criada por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro em 1979, que abrange o estado do Rio de Janeiro, o sul do Espírito Santo, o sul de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, mais tarde, partes do Mato Grosso do Sul.

³ Gentílico da região Seridó.

procurando entender essa nova realidade socioespacial. Nesse sentido, conforme destaca a socióloga Ribeiro (1991, p. 49), “uma análise preocupada com a estrutura sócio-espacial, consolidada a partir da modernização autoritária do país, permite reconhecer a existência de desigualdades sociais e territoriais criadas e recriadas pela expansão técnica que sustenta a atual estrutura de operação do domínio da circulação de mensagens (imagens e informação)”.

Sob o prisma geográfico, o desafio primaz aqui se encaminha para buscar responder as seguintes indagações: como funcionam as regiões menos modernizadas no período atual?; como o período chega à região?; quais os impactos da globalização nos arcabouços constitutivos das regiões?; como as regiões reagem?; como o meio técnico-científico-informacional está presente no território?; quais suas densidades?; qual a densidade comunicacional?; a racionalidade organizacional da globalização está provocando contraracionalidades regionais? São perguntas plurais como essas que podem permitir entender o período a partir das regiões que não acompanham no mesmo ritmo as modernizações do presente. Seguindo essas indagações, acredita-se ser possível identificar como hipótese coexistências e sucessões das modernidades nas regiões, já que cada modernidade tem características próprias de acordo com a época de sua geografização. Além do mais, as modernidades que chegam aos territórios mais longamente apropriados se confrontam com a força coercitiva da realidade geográfica ou sociogeográfica já existente. Mas, por o período ser global, inevitavelmente ele está nas regiões provocando uma reconfiguração territorial e rearranjando o conteúdo organizacional, modificando as solidariedades por meio do conflito entre uma razão global e uma razão local. Devido à escala do período e à interconectividade de todos os lugares, muitas transformações que ocorrem no lugar são resultados de acontecimentos em outros muito distantes. Por conseguinte, a globalização “perturba” a região, seja pela sua presença direta, seja pelo seu grau de ausência.

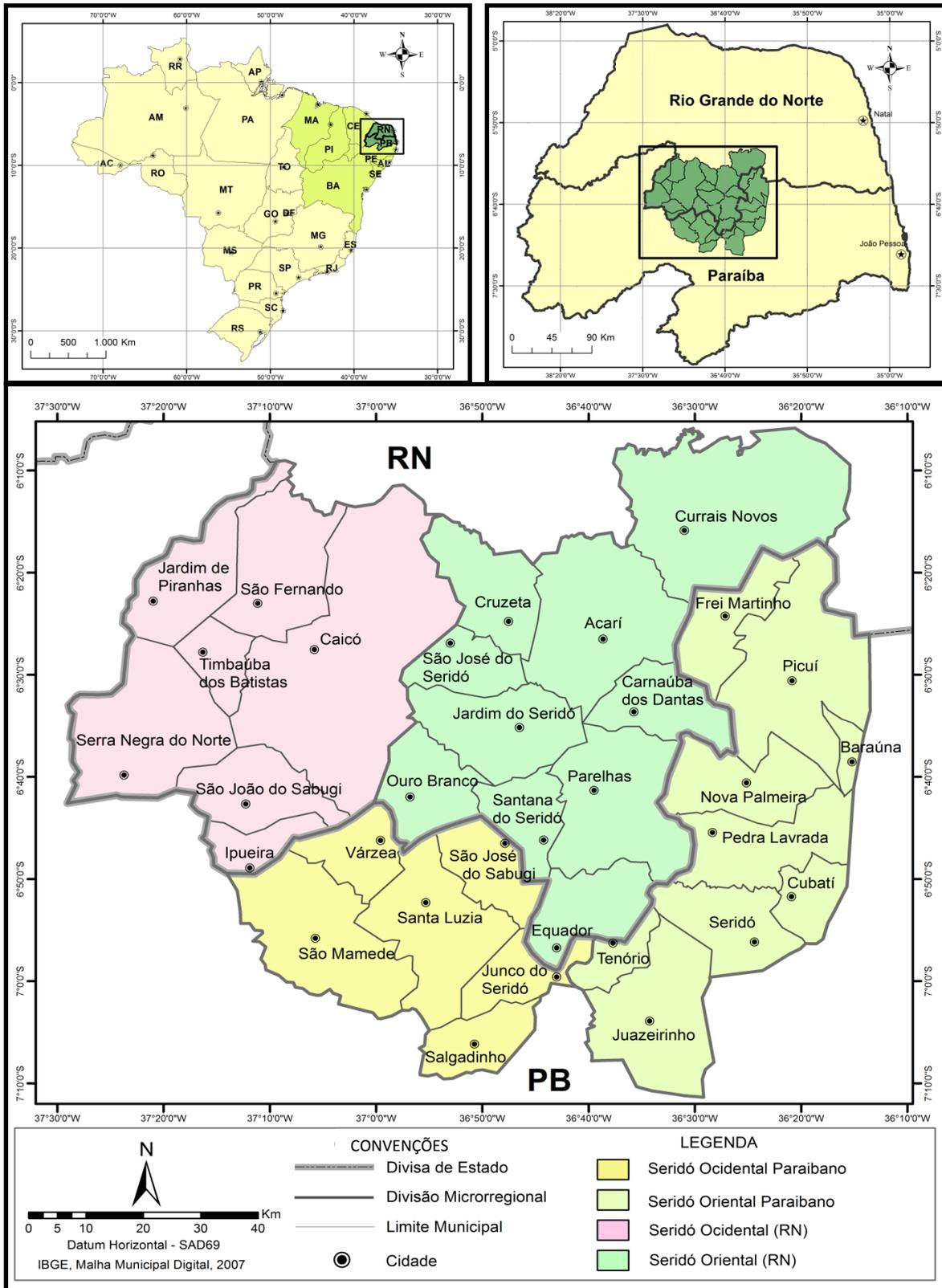
Os desafios aqui encarados têm suas problematizações subjacentes à nebulosa realidade empírica vivida na dialética do período da globalização, que se caracteriza por um frenesi constante de eventos que tocam as regiões, e em ato contínuo provoca reações dessas frente ao período. Por isso, busca-se entender de forma coerente e próxima da realidade, como o período da globalização está presente no Seridó, bem como, compreender essa região e suas funcionalizações frente às modernidades trazidas pelo período atual.

Como laboratório empírico de verificação de proposta de tese, elegeu-se como recorte a região do Seridó, uma mancha territorial contínua que abrange o meio norte do Estado da Paraíba e o meio sul do Estado do Rio Grande do Norte, ambos da Região Nordeste

do Brasil. Para ser mais preciso cartograficamente, adotou-se a delimitação geográfica em microrregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sendo assim, o recorte em estudo, compreende a microrregião do “*Seridó Oriental Paraibano*”, a microrregião do “*Seridó Ocidental Paraibano*”, a microrregião do “*Seridó Oriental*” e a microrregião do “*Seridó Ocidental*”, essas duas últimas no Estado do Rio Grande do Norte. No total, a região do Seridó é composta por 32 municípios, sendo 15 no Estado da Paraíba e 17 no Estado do Rio Grande do Norte. Os municípios da microrregião do Seridó Ocidental paraibano são: Junco do Seridó, Salgadinho, Santa Luzia, São José do Sabugi, São Mamede e Várzea. A microrregião do Seridó oriental paraibano é formada pelos seguintes municípios: Baraúna, Cubati, Frei Martinho, Juazeirinho, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Picuí, Seridó e Tenório. Já a microrregião do Seridó ocidental potiguar é composta pelos municípios de: Caicó, Ipueira, Jardim de Piranhas, São Fernando, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas. O Seridó oriental potiguar é formado pelos seguintes municípios: Acari, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó e São José do Seridó (ver Mapa 1). Historicamente, essas áreas hoje denominadas microrregiões são oriundas de um mesmo processo de formação onde, no início, inexistia divisa entre elas. Tratava-se de um único arranjo territorial contínuo durante o Brasil Colônia e parte do Brasil Império, mesmo que abstratamente linhas de divisa de capitania ou de província existissem separando-a virtualmente. Só na década de 30 do século XIX, que o a região do Seridó de fato recebe uma separação oficial que repercute no território e na identidade regional. Do ponto de vista funcional, o Seridó se constitui em uma única região durante a sua trajetória. Portanto, só quando houver necessidade de elucidar alguma diferenciação é que será acrescido o gentílico designativo ao Estado, isto é, Seridó paraibano e Seridó potiguar.

As delimitações aqui adotadas partem da premissa segundo a qual é efetivamente “o pesquisador quem dimensiona seu universo espacial e temporal de análise, propõe os objetivos e formula as hipóteses correspondentes” (LENDE, 2006, p. 150). Portanto, o recorte territorial adotado não tem como preocupação ser preciso em termos de limites, divisas, mas se encarrega em compreender o funcionamento do mundo por meio do quinhão adotado para estudo. Mesmo sabendo que a abrangência da região eleita para pesquisa possa ser outra do ponto de vista da identidade, da funcionalidade etc, se está levando em consideração é que esse recorte regional é uma amostra de bom tamanho para verificar os fins aqui intencionados.

Mapa 1 – Localização do Seridó



Fonte: Elaboração própria

Já o recorte temporal é mais largo na medida em que abarca toda história constituinte da região. Contudo, as análises para serem fiéis aos objetivos, concentram-se a partir dos anos

de 1970 com enfoque particular no limiar do século presente. O alargamento temporal terminou por se impor devido ao método às exigências de compreender o presente constituído também de passado e não o presente pelo presente. Nesse sentido, para Santos (1982, p. 42), “seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico; é igualmente impossível imaginar que a sociedade se possa realizar sem o espaço ou fora dele. A sociedade evolui no espaço e no tempo”.

Outra delimitação necessária, não mais territorial ou temporal, foi o caminho de método aqui escolhido para se trilhar. O primeiro diz respeito à totalidade. Visando fugir de uma análise metonímica, procurou-se encarar o estudo regional no contexto do período atual, como também, entender a presença do período na região, numa relação dialética e indissociável. Trata-se aqui, de uma totalidade abrangente e aberta, em permanente construção, ou seja, em processo constante de totalização. Assume-se de antemão que a região não é autocontida, ela é resultado também de determinações alheias aos seus limites enquanto parte de um todo. Partir da concepção de totalidade aberta, uma latência, possibilita uma análise larga que abarca o passado, o presente e até mesmo pode-se compreender a trilha tendencial do futuro. Neste sentido, deve-se considerar que “quando a sociedade muda, o conjunto de suas funções muda em quantidade e em qualidade” (SANTOS, 2002b, p. 116) e essas mudanças se dão nos sistemas de objetos e nos sistemas de ações, indissociavelmente e solidariamente, que é o espaço. Contudo, essas transformações não se processam homoganeamente por mais que estejam interligadas; elas são particularizadas pelo e no espaço. Daí resultam as diferentes formações socioespaciais, já que “a totalidade (que é una) se realiza por impactos seletivos, nos quais algumas de suas possibilidades se tornam realidade”, isto é, forma-conteúdo, definindo países, regiões e lugares “em virtude dos impactos que acolhem”, já que “o movimento da totalidade para existir objetivamente é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização” (SANTOS, 2002b, p. 116-125).

Finalmente, nos filiamos às ideias miltonianas, acreditando que para entender o espaço atual, “um caminho seria partir da totalidade concreta como ela se apresenta nesse período da globalização – uma totalidade empírica – para examinar as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares” (SANTOS, 2002b, p. 115). Metodologicamente, o caminho seria “revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável” (p. 115). Para compreender essas categorias no pensamento

miltoniano, é importante colocar que o evento é “o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado no meio” (p. 95). Já a divisão do trabalho é “considerada como repartição (ou no Mundo, ou no Lugar) do trabalho vivo. Essa distribuição vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada de divisão territorial do trabalho. Essas duas formas de considerar a divisão do trabalho são complementares e interdependentes”, e incluem a repartição do trabalho vivo e do trabalho morto (SANTOS, 2002b, p. 139).

Foi tomando por base os aportes teóricos e metodológicos de Milton Santos para entender as modernizações na região do Seridó que emergiu a necessidade de encarar a questão do espaço e do tempo, já que se trata de compreender problematizações referentes à ideia de período em geografia. De acordo com Moreira (2007, p. 67), “é através da dialética do espaço-tempo que podemos acompanhar os processos e os estágios de desenvolvimento das formações espaciais enquanto estágios diferentes da relação homem-meio no tempo”. Pois, não procedendo assim, “a noção de arranjo espacial torna-se estática, meramente uma estrutura formal da formação econômica-social” (MOREIRA, 2007, p. 67). Assim, o enfoque analítico balizado pela totalidade em seu processo de totalização demanda naturalmente enfrentar a “dialética do espaço-tempo”. Santos (1982, p. 42), ensina que “seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico; é igualmente impossível imaginar que a sociedade se possa realizar sem o espaço ou fora dele. A sociedade evolui no espaço e no tempo”. Evidentemente que tal escolha de método não é dos mais fáceis pela diversidade de situações particulares de espaço-tempo regionais dentro de outros contextos de espaço-tempo maiores, como a formação socioespacial nacional. Na atualidade, a complexidade espaço-temporal é aumentada pelo processo de globalização que amplia os eventos e os difunde mais rapidamente ou instantaneamente por todo o mundo. Porém, não fugindo de responsabilidades ante a complexidade, ancoramo-nos em Grataloup (2006, p. 38), para quem “enfrentar a complexidade significa levar em conta as descontinuidades espaciais e as descontinuidades temporais das sociedades como problema único”.

Enfrentar empiricamente a questão do espaço-tempo como inseparáveis, considerando coexistências e sucessões presentes no arcabouço e no fazer regional, traz à tona reconhecer distintos sistemas temporais e usos do território. Esse entendimento é importante para evitar o estudo do presente pelo presente, resultando numa interpretação parcial.

Ademais, para H. Isnard (1985, p. 543 apud SILVEIRA, 1999, p. 422), “uma região geográfica não se transforma em bloco [...], a mudança pode se exercer sobre um dos seus elementos constitutivos e esbarrar na resistência de outros”. Por isso, acrescenta o autor, é preciso “fazer aparecer essa ausência de contemporaneidade na estrutura do presente, entre aquilo que pertence ainda ao passado e o que anuncia já o porvir”.

As técnicas emergem então, como o traço de união na interpretação dos sistemas temporais e espaciais. As técnicas, esse conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais se produz o espaço, deixam ao longo do tempo seus testemunhos de época e, portanto, guardam o espaço e o tempo de cada momento preciso de sua aparição no meio. A história seria então, o recrudescimento dos objetos técnicos espalhando-se e adensando-se na feitura do espaço. Por conseguinte, “as técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação” (SANTOS, 2002b, p. 54).

Para entender o acontecer do fenômeno regional, adotamos como estratégia metodológica os recortes das horizontalidades e das verticalidades, visto que, as horizontalidades nos revelam o acontecer solidário; o uso propriamente dito do território; a produção; os capitais fixos; o trabalho; o trabalhador e as técnicas; a organização, os arranjos e rearranjos das relações de produção interna; a complacência e a revolta, etc. Enfim, mostram a vida em todas as suas dimensões circunscritas à região, enquanto eventos geograficamente solidários, co-presentes na sua continuidade e funcionalidade. Mas as horizontalidades não se dão independentes ou isoladas do mundo, mas com o mundo. Daí porque incluir as verticalidades, já que essas são as responsáveis pela ligação seletiva do acontecer regional com os outros acontecimentos do mundo. São as verticalidades que nos propiciam perceber as parcelas da vida regional que são ditadas e produzidas à distância. Elas permitem revelar os artifícios usados para que interesses longínquos sejam atendidos no lugar, além de evidenciarem como os eventos atingem seletivamente \emptyset esse lugar. Em suma, as coexistências de horizontalidades e verticalidades dão a dinâmica das regiões, dos lugares, enfim, do mundo que se faz nas regiões e lugares.

Visando compreender o período atual no Seridó em sua realidade territorial, ou seja, na encruzilhada das verticalidades e das horizontalidades, a tecnoesfera e a psicoesfera foram adotadas como poderosos pares explicativos do presente por serem “os dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade, irracionalidade e a contra-

racionalidade, no próprio conteúdo do território” (SANTOS, 2002b, p. 256), lembrando que, ainda conforme Milton Santos, “a tecnoesfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo”. Enquanto que “a psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo” (SANTOS, 2008a, p. 30). No uso do território, ambas, tecnoesfera e psicoesfera, são redutíveis uma à outra.

Para alcançar os objetivos ligados à realidade empírica escolhida para ser estudada, utilizou-se como estratégia metodológica, confrontar variadas referências teóricas aos dados empíricos oriundos da região do Seridó. Os dados empíricos foram coletados na historiografia regional, em trabalhos acadêmicos e em diversos bancos de dados de órgãos governamentais, sendo os principais: SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática, do IBGE; Ipeadata do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); SIGMINE - Sistema de Informações Geográficas da Mineração, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Recolheram-se informações também em jornais, sítios eletrônicos como portais de notícias e blogs, sítios eletrônicos governamentais como Governo da Paraíba, Governo do Rio Grande do Norte e Governo Federal, a exemplo do Ministério da Integração Nacional. Sítios eletrônicos de empresas e outras organizações que atuam na região do Seridó também foram fontes preciosas de informação. Complementando os dados, foram realizadas algumas incursões de campo utilizando a técnica de pesquisa de observação simples.

A principal preocupação eleita aqui é analisar a região do Seridó frente à globalização e às modernizações territoriais do meio técnico-científico-informacional. Ademais, Lende (2006, p. 150) lembra que “o pesquisador não estuda o processo como uma totalidade infinita, senão que aborda seus componentes mais significativos e apropriados”. Desse modo, as escolhas ou os objetivos específicos cumprem aqui o papel de delimitar esses “*componentes mais significativos e apropriados*” que estão desdobrados nos capítulos que seguem.

A técnica está permeando todo o trabalho, mas ela aparecerá sob a ótica mais teórica quando se enfrenta a questão do espaço e do tempo, e de como os estudos geográficos podem tirar proveito ao usá-la como traço de união entre o espaço e o tempo (Capítulo 1). A pretensão é preparar o substrato teórico por meio do qual se desenrola a construção da ideia-tese aqui abraçada.

Seguindo um processo de afunilamento teórico orientado pelos objetivos, o Capítulo 2 traz um detalhamento da questão das modernizações, com ênfase para as modernizações territoriais (SILVEIRA, 1999), isto é, sob a perspectiva geográfica, tendo como foco o conjunto de inovações que propiciou a emergência do período da globalização; e a construção do meio técnico-científico-informacional que possibilitou a concreção histórica desse período. Procura-se dá relevo às mudanças técnicas-organizacionais que passam a reinar enquanto razão da globalização. Complementando a primeira parte mais teórica, o Capítulo 3 fecha o foco e procura tratar da região frente o período da globalização, ou seja, discute se ainda é possível falar de região, de como interpretá-las e como essa se rearranjam impelidas pelas mudanças advindas desse período.

A segunda parte entra nas questões empíricas da região do Seridó. A partir desse momento é oportunizado o exercício de realizar o casamento da teoria desenvolvida na primeira parte com a realidade empírica da região. Inicialmente (Capítulo 4), trata-se do meio indígena do Seridó e de como esse foi sendo modificado pelas técnicas dos colonizadores num processo de europeização, ou seja, transformando a primeira natureza em segunda natureza. Destaca-se que essa europeização do meio indígena não se deu de forma pacífica, resultando no extermínio dos povos nativos. O enredo desse capítulo segue até mostrar como a região do Seridó inicia sua definição funcional perante a divisão do trabalho estabelecida internamente no período do Brasil colônia. Os Capítulos 5 e 6 seguem mostrando como camadas técnicas vão sendo agregadas ao espaço regional e como o uso do território vai sendo definido e constituindo a estrutura funcional da região. A dinâmica produtiva da região é baseada na pecuária, na agricultura de subsistência, na cotonicultura e, depois, soma-se a essa dinâmica, a mineração. Essas atividades formam as bases econômicas da região e garantem sua colocação nas divisões territorial nacional e internacional do trabalho que vão se sucedendo até que a constituição de um novo período histórico coloca em xeque sua reprodução, resultando assim numa crise regional. A crise regional do Seridó se dá no momento em que grandes transformações na escala nacional e mundial vão ganhando corpo e a região não consegue acompanhar e se colocar na divisão do trabalho que exige novos padrões produtivos diante de um mercado cada vez mais competitivo e integrado na escala nacional e mundial. A parte final do capítulo 6 mostra a emergência da globalização concomitante com o meio técnico-científico-informacional e os resultados provocados na região do Seridó como o definhamento do “mundo rural”.

A terceira e última parte tratam do período atual, mostrando que, com a globalização, a região do Seridó tem seu conteúdo afetado, destacando-se o deslocamento da primazia regional para o urbano (Capítulo 7). No Capítulo 8, discorre-se sobre alguns traços da presença do meio técnico-científico-informacional no Seridó, que recebe alguns sistemas de engenharia facilitadores da inserção da região no período da globalização. A partir de tramas possíveis no período atual, verticalidades e horizontalidades se adensam na região do Seridó, tecnoesfera e psicoesfera se fazem presentes como representantes das modernizações causando novos direcionamentos e redefinições. Informação, financeirização e consumo ganham relevo, atingindo toda herança sociogeográfica regional, modificando hábitos culturais e redefinindo a região. O Capítulo 9 expõe a situação de letargia do Seridó devido à crise, mas também, destaca algumas atividades que potencialmente podem dinamizar a economia regional. Ressalta-se também neste capítulo, a existência de algumas diferenciações econômicas internas entre o Seridó paraibano e o Seridó potiguar. Por fim, reconhece-se que racionalidades do período chegam à região por meio de verticalidades, mas que nas horizontalidades onde o espaço é banal, solidariedades se fortalecem a partir do aproveitamento das possibilidades técnicas do período e esboçam contra-racionalidades.

Finalmente, as considerações finais reúne uma pequena síntese enfatizando as principais conclusões alcançadas ao longo dos capítulos.

1 ESPAÇO E TEMPO: DAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS À EMPIRICIZAÇÃO NA GEOGRAFIA

Desde longa data, a conceituação e o entendimento sobre o tempo e o espaço e suas relações são alvo de debates e preocupações de filósofos e de outros pensadores dos mais variados campos do saber, inclusive da geografia. No caso do espaço, que é bem mais controverso que o tempo, Abbagnano afirma que “desde Platão e Newton, incluindo Aristóteles e os epicuristas, muitos pensadores admitem a realidade física ou teológica do espaço como componente do mundo” (apud SERRA, 1987, p. 27).

Se, do ponto de vista geográfico, buscarmos realizar uma ontologia do espaço, de certa forma, estaremos também realizando uma ontologia do tempo, pois não há como dissociá-los. Aliás, a existência da dissociabilidade ou indissociabilidade entre o tempo e o espaço vem permeando grandes discussões entre pensadores de diferentes matrizes teóricas. O ápice dessas discussões remonta às revoluções científicas ocorridas a partir do Renascimento.

No campo da geografia, é preciso considerar que desde o momento em que o homem cria as primeiras técnicas capazes de alterar a primeira natureza, concomitante alteram-se também as relações espaciais e temporais resultantes. O longo processo de transformação da primeira natureza em uma segunda natureza é a criação, recriação e transformação do espaço-tempo, desde seus primórdios até os dias atuais. Contudo, quanto mais próximo do hoje, mais as transformações se operam aceleradamente, sobretudo na segunda natureza, ou seja, numa transformação constante da segunda natureza em outra natureza re-humanizada incessantemente, expressão fugidia do instante do tempo dos eventos responsáveis pela transformação, ou melhor, ela é o fugaz espaço-tempo do instante presente em que ocorre, formando a totalidade concreta e em movimento de totalização. Assim, diríamos, em síntese, que todo o longo processo de evolução da humanidade é a sucessão contínua do espaço e do tempo numa atualização constante a partir da dinâmica da sociedade e de seus eventos.

Se elegermos o espaço como objeto de estudo da geografia, isso implica dizer que iremos tratar do espaço-tempo, já que estes são indissociáveis. Isso significa assumir que no ofício do geógrafo, ao tratar do espaço, ele deve tratar também da dimensão temporal, por isso, é recorrente usar apenas a expressão espaço, não sendo necessária a utilização das duas palavras, pois falar de espaço é falar de tempo e falar de tempo é falar de espaço.

Mas, nem sempre houve o entendimento de que o tempo está contido no espaço. Já prevaleceu a noção de espaço e tempo mecanicista e dissociável. Posteriormente, as teorias

relativistas de Albert Einstein abriram largo campo de discussão e novas perspectivas no entendimento do espaço e do tempo. É a partir de Einstein que ganha relevo o conhecimento e se ampliam os debates sobre a indissociabilidade existente entre o espaço e o tempo.

A geografia, embora não muito engajada como deveria ser, também acompanhou as discussões e incorporou mudanças referentes à questão do espaço e do tempo. No campo das mudanças, destacam-se alguns geógrafos, entre os quais, notoriamente Milton Santos, que trouxe importantes contribuições para encarar essa questão. A partir da técnica e da ideia de periodização geográfica, ou seja, dos sucessivos meios geográficos, quais sejam: meio pré-técnico ou natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional, Milton Santos une a concepção de espaço e de tempo coerentemente e com propriedade, facilitando entender empiricamente a indissociabilidade entre o espaço e o tempo na realidade e numa visão totalizadora que possibilita acompanhar dialeticamente o movimento do mundo e do lugar.

Portanto, pretende-se aqui realizar uma breve síntese, embora que pontual, das discussões sobre os conceitos de espaço e de tempo com o fim de alcançar o entendimento de uma periodização geográfica enquanto traço de união empírica entre o espaço e o tempo. Esse empreendimento teórico faz-se necessário para melhor compreender as sucessões de meios geográficos na região do Seridó e desta no contexto de cada período por ela vivido.

1.1 Das visões mecânicas, absolutas e dissociáveis de espaço e tempo às visões relativistas, relacionais e indissociáveis

Espaço e tempo constam na pauta de debates acalorados tanto nas hoje conhecidas Ciências Naturais quanto nas Ciências Humanas. São debates que vêm atravessando séculos de alterações e permanecendo válidos e ainda em destaque nos dias atuais. A insistência da Ciência por continuar debatendo esses conceitos demonstra, de certa forma, como esses são importantes para o entendimento do mundo, como também para nossas relações na vida cotidiana.

Com o objetivo de entender um pouco o enfrentamento encarado por alguns pensadores sobre a questão do espaço e do tempo, sem precisar ir muito longe e garimpar indícios longínquos da questão, mas apenas focando em alguns exemplos sucintos da história mais recente da Ciência Moderna, tratara-se aqui apenas de alguns recortes exemplares da discussão. Vale salientar também, que não se objetiva realizar uma síntese ontológica do espaço e do tempo.

Parafraseando Bauer (1997), que em sua obra trata a questão do tempo sob o ângulo da história, já nós acrescentamos, por nossa conta, à questão do espaço e diríamos que o problema do espaço-tempo incorpora uma infinidade nebulosa de concepções no cotidiano do trabalho de pesquisadores preocupados com o desenvolvimento das Ciências ditas humanas, físicas e biológicas ou ainda que atormentam a filosofia. Em realidade, trata-se de um problema perturbador, instigando reflexões, percepções e formulações teóricas e conceituais diversas desde longínqua data.

A infinidade nebulosa advinda das questões do espaço e do tempo que aflige as Ciências encontra respaldo na realidade imediata já que, como argumenta Cassirer (1977, p. 75), “o espaço e o tempo são o arcabouço que sustenta toda realidade. Não podemos conceber coisa alguma real senão sob as condições de espaço e tempo”. Assim, conforme inferimos das palavras de Cassirer, não podemos compreender a realidade fora do espaço e do tempo. Nesse sentido, e dando a devida importância histórica desses conceitos, Hansen resume que

espaço e tempo sempre foram conceitos decisivos para a fundamentação do pensamento acerca do que há no decorrer da história; implícita ou explicitamente eles estiveram como pano de fundo das compreensões de mundo gestadas no decorrer da caminhada da espécie humana neste planeta. Tais conceitos apresentam importância, tanto sob o prisma teórico quanto sob o prisma prático, no que tange à maneira a partir da qual interpretamos o que nos envolve (2000, p. 54).

Na linha de Cassirer e Hansen, David Harvey (2003, p. 187) afirma que “o espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana”. Lende, por sua vez, acrescenta que são “dois planos materiais e imateriais da realidade social” (2006, p. 140). Foram vários os pensadores que elegeram questões relacionadas ao espaço e ao tempo em suas preocupações teóricas e/ou reflexões conceituais e empíricas. Entre esses pensadores, Immanuel Kant (1724-1804), em seu tempo, foi um dos que mais se destacou em termos de se debruçar com certa profundidade sobre esses conceitos. Kant (2009) em sua obra “*Crítica da Razão Pura*”, especialmente na parte que trata da “*estética transcendental*”, enfrenta de maneira original a questão do espaço e do tempo, considerando-os como representativos de uma síntese *a priori*. Contudo, Kurz (1999), ao tratar, por exemplo, da questão do tempo na contemporaneidade, faz referência às concepções kantiana de espaço e de tempo, nos seguintes termos:

Kant descobriu que o espaço e o tempo não são conceitos que se referem ao conteúdo do pensamento humano, mas às formas a priori de nossa capacidade de perceber e pensar. Podemos conhecer o mundo somente nas formas de tempo e espaço que estão inscritas em nossa razão, anteriores a

todo conhecimento. Mas Kant define essas formas de tempo e espaço de modo absolutamente abstrato e a-histórico, válido igualmente para todas épocas, culturas e formas sociais. Tempo, para ele, é "a temporalidade pura e simples", sem nenhuma dimensão específica, sendo o espaço e o tempo "formas puras da intuição". Na visão kantiana, portanto, o tempo é um fluxo temporal abstrato, sem conteúdo e sempre uniforme, cujas unidades são todas idênticas: "Tempos diversos são apenas partes do mesmo tempo" (aspas no original).

Mesmo assim, para Kurz (1999), coube a Kant o legado da "reflexão filosófica decisiva sobre o conceito moderno de tempo, válida até hoje".

No rol dos exemplos, destacamos o que aponta o físico e matemático russo Kh. Fataliev (1966). Para ele, "a teoria do espaço e do tempo se desenvolveu numa luta encarniçada entre o materialismo e o idealismo" (p. 129)⁴. Segundo esse autor, o idealismo peca por limitar suas considerações sobre o espaço e o tempo ao campo da subjetividade, negando qualquer objetividade ou materialidade. Em contraposição ao idealismo, o autor supracitado afirma que o enfrentamento filosófico e científico correto do problema da natureza do espaço e do tempo veio do materialismo dialético, pois

os fundadores do marxismo-leninismo demonstraram o caráter errôneo da concepção idealista do espaço e do tempo, rejeitaram os elementos metafísicos e mecanicistas dos quais continuavam até então contaminadas as opiniões dos materialistas, descobriram a natureza complexa, dialética e materialista do espaço e do tempo como formas essenciais da existência da matéria movente, estabeleceram a **unidade orgânica do espaço, do tempo e do movimento**, a impossibilidade de separar o espaço e o tempo da matéria (FATALIEV, 1966, p. 130, grifo nosso).

O salto teórico dado pelos materialistas no trato da questão do espaço e do tempo repousa em concebê-los como unidade orgânica em movimento, sempre inacabada (devido à dinâmica do próprio movimento) no contexto da natureza complexa e dialética que esses são.

Segundo nos informa Fataliev, "nas ciências dos séculos XVII e XVIII reinavam concepções metafísicas do espaço, do tempo e do movimento, formuladas por Newton"⁵

⁴ Fataliev (1996, p.129), aponta que "o idealismo considera o espaço e o tempo como formas subjetivas da percepção condicionadas pela natureza da consciência humana, ou como momentos do desenvolvimento da idéia absoluta. Todas as variedades do idealismo se caracterizam pela negação da realidade objetiva do espaço e do tempo como forma de existência da matéria, pela negação da indivisibilidade do espaço e do tempo em relação a matéria movente. A teoria idealista do espaço e tempo, em todas as suas variedades, está intimamente ligada à negação do mundo material, da realidade objetiva da matéria movendo-se no espaço e no tempo. Por oposição ao idealismo, o materialismo pré-marxista, baseando-se no caráter material do mundo, elaborou a noção da realidade objetiva do espaço e do tempo".

⁵ Newton "adotando embora o ponto de vista materialista sobre a realidade da matéria objetiva do espaço, do tempo e do movimento, separou-os uns dos outros e da matéria. Para ele são realidades exteriores em relação à matéria e destacadas umas das outras" (FATALIEV, 1966, p. 130).

(1996, p. 129), em que esses eram concebidos como separados uns dos outros. Conforme ainda esse autor russo, mesmo depois do materialismo dialético de Marx e Engels ter mostrado que existia uma ligação orgânica entre o espaço, o tempo e o movimento, a grande maioria dos sábios não foram capazes de percebê-los assim. Isso só ocorreu no início do século XX com a teoria da relatividade de Einstein.

Muito embora o marxismo já houvesse mostrado a organicidade do espaço, do tempo e do movimento, é com Einstein e sua teoria da relatividade no começo do século XX que, através da física, o “conjunto dos sábios” foi capaz de reconhecer essa ligação orgânica entre o espaço, o tempo e o movimento. Segundo o historiador Carlos Bauer,

No século XX, Einstein relativizou o tempo físico, levando em conta acontecimentos simultâneos – aqueles que ocorre ao mesmo tempo. Em lugar do relógio universal e único de Newton, admitiu tantos relógios quantos fossem os sistemas de relação entre eventos em cada ponto demarcável do Universo, e, portanto, em cada porção do espaço. Sem nada de absoluto, relativo a um sistema de referências, verdadeiro onde que possa medi-lo, o tempo é grandeza distinta acrescida às três dimensões do espaço. Com isso Einstein formulou a idéia da interdependência do espaço e do tempo ou da quadridimensionalidade do Universo – quer dizer: entre dois eventos simultâneos não existe uma relação espacial absoluta ou uma relação temporal (BAUER, 1997, p. 23).

No que diz respeito especificamente à Física, Capra (1989, p. 50) infere que as mudanças oriundas da Física Moderna na forma de pensar o espaço e o tempo foram revolucionárias ao superar a visão de mundo da física clássica baseada no modelo mecânico do universo de Newton. Vale destacar que a maneira de conceber mecanicamente o universo como fez Newton transbordou a física, pois consistia em um importante sustentáculo estrutural de toda a ciência; era a base para a filosofia natural de praticamente três séculos antes das mudanças advindas da Física Moderna. Capra resume que

O palco do universo newtoniano, em que tinham lugar todos os fenômenos físicos, era o espaço tridimensional da geometria clássica euclidiana. Era um espaço absoluto, sempre em repouso e inalterável. Nas próprias palavras de Newton, “o espaço absoluto, na sua própria natureza, sem ter em conta nada de externo, permanece sempre idêntico e imóvel”. Todas as modificações no mundo físico eram descritas nos termos de uma dimensão separada, denominada tempo, que mais uma vez era absoluta, sem conexão com o mundo material, e correndo docemente do passado para o presente em direção ao futuro. “O tempo absoluto, verdadeiro e matemático”, disse Newton, “por si e pela sua própria natureza, corre uniformemente, independentemente de qualquer coisa externa” (1989, p. 50-51, aspas no original).

A nova visão de mundo que se enraíza com a Física Moderna e as teorias relativistas de Einstein são de importância capital não só para os físicos, mas, também, para as Ciências Humanas, que passam a ser influenciadas desde então. Esse novo prisma de ver o mundo altera as concepções de espaço e de tempo, como já foi dito, na medida em que, como aponta Capra, “o espaço não é tridimensional, e o tempo não é uma entidade separada. Ambos estão intimamente ligados e formam um contínuo a quatro dimensões, o ‘espaço-tempo’”. Assim, conclui o autor: “na teoria da relatividade, portanto, nunca podemos falar do espaço sem falar acerca do tempo, como no modelo newtoniano” (CAPRA, 1989, p. 55).

Harvey (2003, p. 189), embora não sendo físico, destaca que “a história dos conceitos de tempo, espaço e tempo-espaço na física tem sido marcada, na verdade, por fortes rupturas e reconstruções epistemológicas”. Vale sublinhar que as mudanças não ficaram só no campo da Física mais também, de outras Ciências, muito embora, em inúmeros casos, sobre influência dos “saltos” da Física. É bom deixar claro que as “leituras” sobre o espaço e o tempo não são exclusivas dos físicos e de visões do “mundo físico”, elas também, penetram outras áreas e geram concepções mais relacionadas ao “mundo humano”. Por isso, Harvey nos diz que, numa perspectiva materialista, “podemos afirmar que as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social” (2003, p. 189). Para o referido geógrafo,

A objetividade de tempo e do espaço advém, [...], de práticas materiais de reprodução social; e, na medida em que estas podem variar geográfica e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferentemente. Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço (2003, p. 189).

A filósofa Marilena Chauí, em recente palestra na qual tratou das mudanças no campo da percepção do espaço e do tempo a partir das transformações tecnológicas, toma como referência para suas argumentações a análise feita por Maurice Merleau-Ponty sobre o espaço, o tempo e nosso corpo. Assim, conforme relata Chauí, segundo a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty e sua experiência clássica sobre o espaço e o tempo, “nós somos, seres temporais, ou seja, nós nascemos e temos consciência da morte, ou seja, nós temos a memória do passado e a esperança do futuro. Nós somos seres que fazem história e sofrem os efeitos da história. Nós somos tempo. Tempo existe porque nós existimos”. Mas, nós não somos só seres temporais, conforme a interpretação dela, “nós somos [também] seres espaciais. Para nós, o mundo é feito de lugares (perto, longe, o caminho, a mata, a cidade, o campo [...]). Esse mundo

espacial é feito de dimensões (grande, pequeno, maior, menor). Ele é feito de qualidades (cores, sabores, texturas, odores, sons)” (CHAUÍ, 2010).

Contudo, mesmo com todo debate e após a verdadeira revolução advinda das formulações de Einstein sobre a inseparabilidade do espaço e do tempo, eis que no desenrolar do século XIX e em boa parte do século passado, foi o tempo quem mereceu atenção de muitos pensadores, relegando o espaço a uma posição de menor importância. Edward Soja (1993), em suas “*Geografias Pós-Modernas*”, obra em que esse autor se preocupa com “*a reafirmação do espaço na teoria social crítica*”, explora a desatenção no que se refere ao espaço. Soja, em suas argumentações, vale-se principalmente de M. Foucault. Sobre o prestígio e a atenção dada ao tempo em detrimento do espaço, Foucault indaga se “terá começado por Bergson ou antes?” e ainda constata que “o espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, era a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética” (FOUCAULT, 1980, p. 70 *apud* SOJA, 1993, p. 17).

Segundo Foucault (*apud* SOJA, 1993), o historicismo teve grande responsabilidade em privilegiar o tempo em detrimento do espaço. Contudo, para ele coube ao estruturalismo equalizar o desequilíbrio entre tempo e espaço. Para Soja (1993, p. 26), Foucault “reconhecia no desenvolvimento do estruturalismo, uma visão diferente e instigante da história e da geografia, uma reorientação crítica que estava vinculando o espaço e o tempo de maneiras novas e reveladoras”. Soja, ao interpretar as colocações de Foucault, dirá que a “‘configuração’ sincrônica é a espacialização da história, a feitura da história entremeada com a produção social do espaço, a estruturação de uma geografia histórica” (SOJA, 1993, p. 27).

Harvey (2003, p. 190) também chama atenção a respeito da eleição do tempo em detrimento do espaço nas teorias sociais de tradições que emanam de Marx, Weber, Adam Smith e Marshall. Na interpretação de Harvey, essas formações teóricas que privilegiam o tempo “em geral supõem ou a existência de alguma ordem espacial preexistente na qual operam processos temporais, ou que as barreiras espaciais foram reduzidas a tal ponto que tornaram o espaço um aspecto contingente, em vez de fundamental, da ação humana” (HARVEY, 2003, p. 190).

Entre as discussões levantadas por Soja (1993, p. 33) sobre o tempo e o espaço, o autor faz uma alerta contundente e esclarece que

a reafirmação do espaço na teoria social crítica não requer a subordinação antagônica do tempo e da história, uma substituição e uma reposição simplistas. Ela constitui, ao contrário, a convocação a um equilíbrio interpretativo adequado entre o espaço, o tempo e o ser social, ou aquilo que

agora é possível denominar, mais explicitamente, de criação das geografias humanas, construção da história e constituição da sociedade.

O que o geógrafo Soja está tentando lembrar é justamente a indissociabilidade existente entre espaço e tempo, isto é, se espaço e tempo são indissociáveis então não tem sentido privilegiar um em detrimento do outro, uma vez que isso provocaria um entendimento incompleto, resultando em análises aleijadas, distorcidas e fragmentadas, sem dar conta da totalidade em sua complexidade. Ademais, alerta Harvey (2003, p. 190): “o modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e depois agimos com relação ao mundo”. No caso particular da geografia, a questão do espaço e do tempo tem importância capital na construção teórica e na maneira de interpretar o mundo.

1.2 A Geografia e a questão do espaço e do tempo

Como bem frisa Lipietz “enquanto o tempo tem sido desde há muito objeto de longas e profundas reflexões filosóficas e epistemológicas, a reflexão sobre seu par, o espaço, parece ignorada não somente pelos filósofos, mas mesmo por aqueles cuja profissão é estudar-lhe o conteúdo: os geógrafos” (1988, p. 15). Essa importante reclamação vem de um economista que não se conforma com a falta de preocupação dos geógrafos em debater e refletir a respeito do seu objeto de estudo, o espaço. Estaria Alain Lipietz sendo injusto com os geógrafos? Corrêa (2002), ao abordar o espaço enquanto um conceito-chave da geografia, reconhece que a chamada geografia tradicional (1870-1950) privilegiou os conceitos de paisagem e região, e o espaço não era um conceito-chave. É só com a geografia teórica-quantitativa (1950 em diante) é que o espaço aparece como conceito-chave para a disciplina. Da mesma forma, aparece na geografia crítica (1970 em diante) e relativamente na geografia humanista e cultural (1970 em diante). Ver-se então que, mesmo na geografia, o espaço nem sempre mereceu a devida atenção dos geógrafos, isto é, não foi tratado como conceito-chave.

Se por um lado muitos pensadores privilegiaram (e privilegiam) o tempo em detrimento do espaço, geógrafos como André Fischer poderia optar, em suas reflexões, por tomar partido de acordo com sua Ciência e eleger o espaço em detrimento do tempo. Porém, ele enaltece que “o homem não atua somente no espaço, ele atua igualmente no tempo” (FISCHER, 2008, p. 79). Assim, esse geógrafo exorciza a separação entre espaço e tempo, ou mesmo refuta qualquer tentativa de hierarquizá-los.

Porém, da mesma forma que outros estudiosos não geógrafos negligenciaram o espaço em suas análises, muitos geógrafos também negligenciaram o tempo em seus estudos. Contudo, segundo Santos (2002b, p. 51) “os anos [19]60 e [19]70 marcaram um progresso considerável quanto à busca de explicações geográficas incluindo a noção do tempo”.

De certa forma, as discussões sobre espaço e tempo no âmbito da Geografia, trazem consigo a histórica dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana. Por um lado, alguns geógrafos físicos tendem a encarar mais as questões de espaço e tempo a partir de leis físicas e da natureza. Por outro lado, certos geógrafos humanos se inclinam em tratá-los a partir do movimento da sociedade. Não é voluntariamente, por exemplo, que Nigel Thrift (1977, p. 6), em trabalho inspirado pelo legado de Torsten Hägerstrand, critica as abordagens geográficas que pensam o espaço e o tempo equivalentes à física ao invés de pensá-los como equivalentes à sociedade.

Na geografia, o espaço e o tempo já foram tratados segundo diferentes acepções, tendo prevalecido ao longo da história do pensamento geográfico, a concepção kantiana/newtoniana (absolutos) e mais recentemente a einsteiniana (relativos). Suertegaray (2001) lembra que o espaço e o tempo em geografia, inicialmente, foram “concebido à maneira de Kant [e de Newton], como espaço absoluto, espaço receptáculo, espaço continente, lugar de ocorrência do fenômeno geográfico. Adquiriu dimensões específicas, tornou-se demarcável, passível de delimitação, de localização, de forma absoluta”. Quanto ao tempo, segundo a autora supracitada, “a Geografia, em seu início, assumiu uma concepção de tempo à maneira de Kant, concebendo-o de forma sequencial, linear, como sucessão de fatos no espaço”. As análises daí derivadas ancoravam-se “numa perspectiva histórica sequencial, onde buscava explicar as relações da comunidade (grupo particularizado) com o meio (natureza) ao longo do tempo. Trata-se de uma visão de tempo como seta-evolução” (SUERTEGARAY, 2001).

Com o processo de renovação da geografia é possível perceber que o pensamento geográfico (pelo menos da vertente da geografia humana) a partir de meados do século XX, inclina-se a acompanhar, de certa forma, as mudanças advindas do pensamento de Einstein, que deixa de pensar o espaço e o tempo como absolutos (fruto da física newtoniana) e passam a vê-los como relativos e dinâmicos. Segundo Carlos Santos (2009, p. 11) que extraiu do legado de Einstein algumas interferências para a Geografia, ocorre “à substituição do espaço e do tempo absolutos [...], pelo conceito de espaço-tempo, uma visão quadrimencional (três dimensões espaciais e uma temporal) da realidade”. Assim, conforme a linha de pensamento

de Carlos Santos, essa visão quadrimencional “produz uma fusão entre espaço e tempo”. “Então, se o tempo e o espaço são a mesma coisa”, logo, “pode-se inferir que o tempo pode ser concebido como uma propriedade do espaço. Pois, considerando-se que a essência do tempo é o movimento, pode-se concluir que só é possível o movimento se houver espaço” (p.11). Em síntese, o referido geógrafo conclui que “o tempo está a mercê do espaço: o espaço determina o tempo”. (p. 12), e mais, que “o espaço enquanto condição de possibilidades das coisas se aplica também ao próprio tempo. Isto é, até o tempo depende do espaço para acontecer” (C. SANTOS, 2009, p.13).

Assim, Carlos Santos (2009) deixa entender que o tempo enquanto propriedade do espaço é a ele subordinado e, para poder se manifestar, precisa do espaço. Ou seja, o espaço é a possibilidade objetiva do tempo tornar-se tempo, isto é, tempo no espaço. Portanto, “de acordo com as densidades do espaço, tem-se tempos diferenciados. Ou seja, pontos espaciais densos produzem ondas gravitacionais que alteram o tempo” (p.12). Isto quer dizer que “densidade sócio-espaciais variadas produzem temporalidades sócio-espaciais diferentes” (C. SANTOS, 2009, p. 12).

Moreira (2010, p. 104), entretanto, ao tratar da obra do geógrafo Horieste Gomes, “*Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia*”, destaca que “o espaço está assim, sempre no centro da duração existencial, mostrando-se um espaço existencial tanto quanto o tempo existencial, uma vez que o espaço e o tempo são contraditórios, mas coetâneos na História”. Então, segundo as interpretações desse autor sobre a obra do colega H. Gomes, ao percebemos a relação entre homem e natureza, sociedade e História, o espaço e o tempo, compreendemos que “um não existe sem o outro”. Portanto, teríamos que a “organização de um é a organização do outro. Um se desenvolve por transformação do outro. A visibilidade de um depende, se não se faz por intermédio, do outro” (MOREIRA, 2010 p.104). Segundo essa visão, não teríamos o tempo subordinado ao espaço, mas ambos sendo interdependentes.

Ainda para Moreira (2007, p. 143-159), em trabalho que propõe “dar vida geográfica à literatura do romance”, ou seja, que busca a relação da geografia com a literatura, inclui em suas análises as relações “espaço-temporalidade”. Logo na introdução, o autor trata de esclarecer que “normalmente se diz que para entendermos uma obra precisamos contextualizá-la no tempo. Mas não se fala de inseri-la no contexto do espaço. Habitualmente, o espaço fica abstraído da contextualização de uma obra” (p. 143). Assim, denota-se que se reproduz a análise literária, a negligência e o desprestígio do espaço como ocorrera na teoria social, que Harvey (2003) e Soja (1993) dão relevo e rebatem, na qual destacam a necessidade

da reafirmação do espaço na teoria social crítica. Mas, ressalva Moreira (2007) que “a contextualização no tempo só é possível quando a contextualidade no espaço fica estabelecida. Porque não existe tempo fora do espaço, e espaço fora do tempo, uma vez que o real é o espaço-temporal”. Em suma, o autor ver “o espaço-tempo como modo de ser-estar-do-homem-no-mundo” (p. 143).

Em seus estudos, Moreira (2007, p. 41-57) também se debruça sobre a questão do espaço e do tempo. Visando estudar “o painel dos grandes quadros espaço-temporais que constituem as formações geográficas na história, sua evolução estrutural e tensões espaciais no tempo”, esse geógrafo assevera que “cada tempo se distingue do outro pela forma do seu espaço. Na verdade, cada forma de tempo é a sua forma de espaço” (p. 41). Neste estudo, o autor traz características gerais que marcam os “quadros espaço-temporais” desde o surgimento do espaço na história, a partir da organização territorial dada pelo homem ao meio com o qual se relaciona, até o espaço dos dias atuais, marcado pelo entrecruzamento de três grandes mudanças: a globalização, a complexificação e a biorrevolução.

A geógrafa Suertegaray (2005) destaca que a geografia marxista, a partir do método dialético, considera o mundo em processo constante de totalização em movimento, formado por partes que são constituintes do todo, apresenta, à sua maneira, a questão do tempo e do espaço. Se contrapondo assim, ao positivismo, que trata o tempo como sendo o “linear, como sucessão de acontecimentos, metaforicamente como seta” (p. 26). Já a dialética trata-o como sendo “histórico, mas sua expressão metafórica é a espiral, ou seja, ele apresenta ciclos e projeções resultados do conflituoso movimento dos opostos ou do conjunto de contradições” (p. 26). No que diz respeito ao espaço, a concepção dialética pensa-o “não só como absoluto, à maneira de Newton, ou relativo, à maneira de Einstein, pensa o espaço como absoluto, relativo e relacional, à maneira de Leibniz” (SUERTEGARAY, 2005, p. 26).

Harvey (2003) também aborda em sua “condição pós-moderna”, a questão da relação do espaço e do tempo, propondo a ideia de que o mundo atual passa por uma fase de “compressão do tempo-espaço”. O autor esclarece o que pretende dizer com a expressão compressão do tempo-espaço, sendo essa os “processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos” (p. 219). Para ele, o uso da expressão compressão se justifica “por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo de vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes parece encolher sobre nós” (HARVEY, 2003, p. 219). Na

construção do seu pensamento, Harvey (2003) enfrenta questões ligadas à passagem da modernidade à pós-modernidade, com ênfase na experiência do espaço e do tempo, e no que chama de “a condição pós-moderna”.

Por sua vez, Santos (2002b) na busca por tratar de forma mais adequada e coerente possível à questão do tempo na geografia ou mesmo a “fusão” do tempo e do espaço, realiza algumas críticas a alguns estudiosos que já haviam tratado dessa questão, inclusive ele mesmo, que em trabalhos anteriores, considerou a periodização histórica como instrumento adequado para encarar o espaço em termos de tempo (SANTOS, 1972). Porém, posteriormente, ele percebeu que “os problemas não se resolvem, porque as periodizações nos dão, sem dúvida, um tempo, mas apenas um *tempo externo* a cada subespaço, faltando resolver a questão do seu *tempo interno*” (SANTOS, 2002b, p. 52, destaque no original).

O autor também destaca os esforços de alguns estudiosos que se dedicaram a estudar a difusão das inovações e a modernização, porém, mesmo assim, para ele, a questão do tempo em geografia não se resolve, ela persiste. Para o autor, nesses estudos, “através da chegada de um novo item, numa determinada data, em um determinado lugar, era como se apenas o ‘tempo’ fosse atravessando o ‘espaço’, mediante objetos e ações, passando mais não se misturando ao lugar” (SANTOS, 2002b, p. 52). Com essa postura, prossegue Milton Santos, “não era atingido o objetivo de prover, com um método, essa fusão do tempo e do espaço” (p. 52).

Deveras, esse geógrafo não se conforma em tratar simplesmente a inseparabilidade do tempo e do espaço ou mesmo sua relativização. Milton Santos afirma que o tratamento do tempo nos estudos de geógrafos já não é mais nenhum tabu, embora ainda exista uma frouxidão conceitual. Segundo o autor, “com frequência o que vemos são circunlocuções e tautologias e uma volta ao ponto de origem, malgrado alguns firmes avanços, como os registrados recentemente com a chamada geografia do tempo de T. Hägerstrand” (SANTOS, 2002b, p. 50).

No seu inconformismo, Milton Santos segue sua linha de raciocínio sobre o tratamento do tempo, afirmando que “se queremos ir além do discurso e operacionalizá-lo para que se torne um conceito eficaz, temos de igualar espaço e tempo, isto é, tratá-los segundo parâmetros compatíveis”. Assim, “se queremos unificar tempo e espaço, se pretendemos que possam ser mutuamente incluídos, o tempo deve ser empiricizado” (2002b, p. 53-54). Com esses argumentos, o autor complexifica e ao mesmo tempo desanuvia a situação, uma vez que, o pensamento mais convencional encara o tempo como o imaterial, o

intangível, o não empiricizável. Para o pensamento miltoniano, o espaço tem sua concretude, assim, da mesma forma, o tempo também o tem e é passível de empiricização, possibilitando assim pensarmos como indissociáveis também na realidade empírica.

Milton Santos nos diz que empiricizamos o tempo ao torná-lo material, possibilitando assimilarmos ao espaço. Em suas palavras

tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições (SANTOS, 2002b, p, 54).

Portanto, fica claro que na concepção geográfica miltoniana de tempo, este não é restrito ao íntimo, ao interior da alma, da subjetividade como quis Kant (2009), mas ele tem sua expressão exterior, materializada no espaço, visivelmente encontrado nas paisagens e nos seus objetos que o formam. Para dar conta dos sistemas de ações, outras dimensões indissociáveis do espaço, verifica-se a presença da exterioridade do tempo ao buscar os modos de fazer, as ferramentas utilizadas, ou seja, os artifícios humanos que são responsáveis pela feitura das paisagens e seus objetos formadores em determinada época. Visando perceber o tempo no espaço e por assim dizer, o espaço no tempo, indissociavelmente, o pensamento miltoniano procurou com sucesso solucionar essa questão ao eleger as técnicas como reveladoras das relações espaço-temporais ao longo da história.

Faltava (quicá ainda falte) à Geografia tratar adequadamente a questão do tempo e do espaço, para tanto seria necessário incluir em suas concepções a sociedade e não a Física. Realizando essa tarefa, o espaço deixa de ser simplesmente palco, absoluto e geométrico, passando a ser relativo, relacional e vivido, produto e condicionante da sociedade. Do mesmo modo, o tempo passa a ser histórico, social e vivido. Santos (2005, p. 63), ao ver o espaço e o tempo a partir da sociedade, dirá que “seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico; é igualmente impossível imaginar que a sociedade possa realizar-se sem o espaço ou fora dele. A sociedade evolui no tempo e no espaço”. Como se verá, a técnica tem um papel preponderante na evolução da sociedade e na construção do seu espaço, como também é por meio da técnica que o espaço e o tempo se unem.

1.3 A técnica como traço de união do espaço-tempo

A importância da técnica, segundo o pensamento miltoniano, reside no fato dela ser “[...] um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2002b, p. 29). Isto significar dizer que na realização de sua vida não há como o homem escapar das técnicas na construção de seus espaços, de seu ecúmeno. Ocorre o que destacou Fel (1978, apud SANTOS, 2002b, p. 35), para quem “se os objetos técnicos se instalam na superfície da terra, fazem-no para responder a necessidades materiais fundamentais dos homens: alimentar-se, residir, deslocar-se, rodear-se de objetos úteis”. De certa forma, o estudo de Moreira (2007, p. 43-57) sintetiza como historicamente o homem criou e instalou objetos técnicos na superfície terrestre para a realização de sua vida, mudando os quadros espaço-temporais.

Para Santos (2002b, p. 48), “o conteúdo técnico do espaço é, em si mesmo, obrigatoriamente, um conteúdo em tempo – o tempo das coisas – sobre o qual vêm agir outras manifestações do tempo, por exemplo, o tempo como ação e o tempo como norma.” Segundo o pensamento miltoniano, toda técnica inclui história, ou seja, é história embutida. Assim, “através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação” (p. 48). Em síntese, diz-nos Santos que: “a técnica é tempo congelado e revela uma história” (p. 48). Reforçando seu pensamento o autor acrescenta que:

o uso dos objetos através do tempo mostra histórias sucessivas desenroladas no lugar e fora dele. Cada objeto é utilizado segundo equações de força originadas em diferentes escalas, mas que se realizam num lugar, onde vão mudando ao longo do tempo. Assim, a maneira como a unidade entre tempo e espaço vai dando-se, ao longo do tempo, pode ser entendida através da história das técnicas: uma história geral, uma história local. A epistemologia da geografia deve levar isso em conta. A técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica (SANTOS, 2002b, p. 48-49).

Na formulação do seu pensamento, Santos (2002b, p. 49) chama atenção para o fato de que o enfoque das técnicas pode tornar-se fundamental e evitar deslizos no trato da questão das relações entre o tempo e o espaço. Para o autor, é justamente as técnicas que possibilitam empiricizarmos o tempo (p. 49-56). Nesse caso, as técnicas seriam o “traço de união historicamente e epistemologicamente” do espaço-tempo, pois oferecem a possibilidade de

empiricização do tempo e, por outro lado, possibilitam “uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham”. Essa empiricização guarda as características de cada época, pois “ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizados”. Em essência, “é por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo”. Assim, por intermédio das técnicas, a dissociabilidade e a hierarquização entre espaço e tempo podem ser afastadas. As técnicas enquanto traço de união, no que diz respeito ao tempo, pode-se dizer, que “são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente”. Elas seriam assim, “uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação” (SANTOS, 2002b, p. 54).

Há várias manifestações no espaço, de questões relacionadas ao tempo que por intermédio das técnicas é possível percebê-las, já que “o espaço é formado de objetos técnicos. O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão”. Acrescenta-se que “o espaço distância é também modulado pelas técnicas que comanda a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos” (SANTOS, 2002b, p. 55). Esse “espaço do trabalho” e esse “espaço distância” guardam justamente as características contextuais espaço-temporais de cada época e é, como já exposto por Milton Santos, por intermédio das técnicas que podem ser reveladas.

Como visto, as técnicas podem se apresentar como uma saída metodológica para a geografia enfrentar a questão escorregadia da relação entre o espaço e o tempo, isto é, “ela poderia, assim, ser essa busca da referência comum, esse elemento unitário, capaz de assegurar a ‘equivalência’ tempo-espaço” (SANTOS, 2002b, p. 55). É para essa questão que se encaminha o foco desta da análise a seguir.

1.4 Periodização geográfica: a empiricização do tempo através do espaço

Várias áreas do conhecimento realizam periodizações a partir de seus interesses, como, por exemplo, a História positivista em uma de suas periodizações estabelece “Idades”, como Antiga, Média, Moderna e Contemporânea; a Geologia, por sua vez, considera “Eras Geológicas”; a Literatura Brasileira trata de demarcar seus períodos em Barroco, Arcadismo, Romantismo... Tratar de periodização é tratar de tempo, ou seja, é dividir o tempo a partir de critérios previamente adotados, por isso há várias formas de dividi-lo. Separar o tempo em

“pedaços” que guardem certas características passíveis de delimitação não é tarefa das mais fáceis, principalmente quando se trata de tempo histórico, de natureza humana, por isso torna-se complexo. Grataloup (2006) destaca que ao efetuar periodizações deve-se levar em conta questões de escala espacial e temporal. O que o autor quer dizer é que não podemos realizar periodizações na escala do mundo sem levar em conta questões cronológicas e limites espaciais. Em suma, segundo enfatiza Grataloup, “até o início de um nível mundial, a partir do século XVI, só existe periodização num âmbito espacial limitado [...]. Os recortes espaciais só têm pertinência no âmbito de limites cronológicos particulares – e reciprocamente” (2006, p. 35). Logo, realizar periodização é, no mínimo, uma operação “delicada”.

Na Geografia, uma periodização bastante relevante é elaborada por Milton Santos, que não dissocia o tempo do espaço, nem o espaço do tempo, e encontra na técnica, uma saída para elaboração de uma periodização geográfica. No que se refere à questão da celeuma separabilidade/inseparabilidade entre espaço e tempo, “a ideia de período e de periodização constitui um avanço na busca desta união espaço-tempo” (SANTOS, 2002b, p. 19).

Como já destacado, Milton Santos trata de mostrar metodologicamente que é através das técnicas que podemos atingir a equivalência tempo-espacial, isto é, trabalhar a dimensão espacial do tempo e a dimensão temporal do espaço, indissociavelmente. Para o autor, é justamente por meio das técnicas – essas que são o traço de união entre o espaço e o tempo – que poderíamos estabelecer uma periodização geográfica da evolução humana em seu processo constante de construção inacabada do espaço-tempo. Assim,

as características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, então em relação com um determinado estado das técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albores da história até a época atual (SANTOS, 2002b, p. 171).

Desde que o homem desenvolveu suas primeiras técnicas, ele inicia gradativamente a produção do seu meio, um meio no transcurso histórico marcado por ser cada vez menos natural e tendencialmente mais artificializado, ou seja, esboço de um meio geográfico sempre inacabado, resultado das constantes ações humanas no espaço por intermédio das técnicas. Como temos ciência, ao longo da história humana, as técnicas foram sendo aprimoradas e inventadas constantemente até atingir o estágio presente. Essa longa evolução é marcada por características técnicas passíveis de agrupamentos que possibilitam tratá-los como períodos.

Os períodos, na visão geográfica, seriam justamente marcados pelo estado do conjunto das técnicas reinantes. Para Santos (2002b, p. 171) “cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica”.

Para Santos (2002b, p. 177) “as épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas”. Corroborando, Friedmann (1968, p. 15) diz que “o homem não é o mesmo, ele não age, não pensa do mesmo modo segundo as épocas de sua história, segundo o meio onde vive: segundo as técnicas de que dispõe”. A passagem de um período para outro dar-se por início da inovação e da difusão de novas técnicas que representam as modernizações portadoras do sentido e da lógica do novo período em processo de afirmação, que aparece inicialmente pontuado no centro difusor e gradativamente pelos lugares que vão possibilitando seu acolhimento. Contudo, esse é um processo desigual espacialmente e temporalmente. As modernizações de cada novo período não chegam ao mesmo tempo em todos os lugares, nem com a mesma intensidade. Mas, devemos considerar que “a vida das técnicas é sistêmica e sua evolução também o é”, esclarece-nos Santos (2002b, p. 176), isto é, cedo ou tarde ela chega aos lugares, pois os “conjuntos de técnicas aparecem em um dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante um certo período, constituindo a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o lugar. É essa a lógica de sua existência e de sua evolução” (p. 176). Seguindo essa lógica e de acordo com o pensamento miltoniano, teríamos assim, os períodos geográficos ao longo do tempo histórico. Os períodos seriam então a empirização do tempo.

Na visão aqui tratada, o período seria uma fase com características que se diferenciam das precedentes, configurando-se como um “momento do mundo”, da totalidade-mundo. Assim, cada período seria momentos do mundo, individualizados por um conjunto de características da totalidade reinante em certo espaço de tempo. Em cada “momento do mundo” tem seu espaço de realização em que as ações se tornam concretudes, e essas ações não desprezam os testemunhos dos “momentos do mundo” anterior, mas se fazem com eles. Porém, obedecendo à lógica do novo momento da totalidade em seu novo processo de totalização e fazendo uso do sistema técnico do momento. A periodização geográfica é plausível e reveladora, já que “o tempo é dinâmico, em permanente processo de aceleração [...]” e sempre “os movimentos conjunturais assumem uma dimensão espacial” (SOUZA, 1998, p. 21-22).

As características gerais de cada novo período se difundem por meio das modernizações. São essas que, na forma de eventos, chegam aos lugares portando o acontecer do período presente, o novo em processo de concretude.

As mudanças advindas de um novo período atingem todas as instâncias sociais, cedo ou tarde. No caso do espaço, esse também sofre os efeitos da mudança geral por ocasião do novo período. Ora, se os elementos constituintes do espaço são atingidos pela força transformadora do período, da nova ordem da totalidade, eles mudam de significado, recebem novos conteúdos, inovações e sofrem adaptações. Por essa razão, o espaço diante de um novo período demanda pesquisas que analisem a sua nova realidade geográfica, pois as análises de outrora já não dão mais conta da realidade do presente. Para tanto, os conceitos e teorias devem ser atualizados. Nesse sentido, Santos (2002a, p. 194) argumenta: “cada vez que omitimos os elementos novos e sua exata significação, torna-se difícil, senão impossível, atingir uma conceituação adequada”.

Para Santos (2005a, p. 63) o espaço é o acúmulo de tempos, e é justamente graças ao amontoamento de tempos presentes no espaço que ele reúne o que se chama de espaço-tempo. Não há como separar espaço de tempo, pois, “tornado isoladamente, tempo é sucessão, enquanto espaço é acumulação, justamente uma acumulação de tempos” (p.63). Finalmente, ensina Milton Santos que “somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial” (SANTOS, 2005a, p. 63).

O período é uma duração na ordem das sucessões. Assim, para compreender o tempo em geografia, é preciso conhecer os sistemas de objetos do espaço em sua coexistência e sucessão. O espaço condiciona os ritmos do tempo.

Esse encaminhamento teórico sobre o espaço e o tempo tem importância capital para sustentar nossas análises sobre o Seridó, na medida em que pretendemos verificar as sucessivas modernizações territoriais que foram sendo incorporadas a esse espaço regional ao longo de sua trajetória para o tempo-presente. É justamente por meio da técnica, essa que une espaço e tempo, que procuraremos compreender a região do Seridó no contexto de cada período, como ficará mais claro adiante.

2 MODERNIZAÇÕES, O PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO E ALGUMAS DE SUAS FEIÇÕES GEOGRÁFICAS DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

Cada período guarda suas características peculiares que o diferencia dos demais. Se não fosse assim, não teríamos propriamente um conjunto de características com possibilidades capazes de agrupá-las no que se pode configurar como período. Isso significa dizer que o período reúne os dados explicativos de sua existência a partir das coisas e ideias que o formam. Contudo, um período não surge do nada, não se gesta por si próprio ou de si mesmo. Ele é o conjunto de sucessões do período anterior que vai ficando para trás à medida que modernizações vão se espalhando e formando o novo período que está em vias de afirmação e dominação através de novos eventos. Assim, as modernizações por meio dos eventos são o veículo do novo período em seu processo de reprodução, difusão e materialização. As modernizações que representam o novo período não se fazem desprezando a herança das modernizações materializadas em períodos anteriores. Elas são fruto do ato constante da própria modernização se fazendo enquanto novo passado-presente. É oportuno dizer que “objetos, ações e normas constituem eventos (ora em incessante movimento, ora cristalizados), e esses eventos ocorrem no tempo e no espaço” (LENDE, 2006, p. 140).

O período atual deu-se a partir da difusão de um novo conjunto de modernizações que não mais guardavam características intrínsecas com o passado-presente (anterior a Segunda Guerra Mundial), configurando assim, um novo período que começou a ganhar forma e se espalhar espacialmente, resultando no período hoje vigente: a globalização.

Empreender análise do uso do território na atualidade requer entender as lógicas, as normas, as intencionalidades e as tendências que presidem as ações no período atual, o período da globalização. Esse, enquanto totalidade em processo de totalização, guarda novas feições geográficas que requer interpretações à luz de conceitos do nosso tempo.

O que chamamos de período da globalização, com suas modernizações, ganhou *status* de período graças ao conjunto de mudanças impostas ao mundo: sociais, econômicas, políticas, técnico-científicas, culturais etc. No que diz respeito especificamente ao objeto de estudo da geografia, o espaço, as mudanças se expressam com mais relevo em feições técnicas, científicas e informacionais que, para Santos (2002b, p. 239), configuram o meio técnico-científico-informacional, o rosto geográfico da globalização.

2.1 Modernizações numa Perspectiva Geográfica

Tratar de modernizações e periodização na perspectiva da Geografia implica olharmos pelas lentes do seu objeto de estudo: o espaço. Período e modernizações podem ser encarados sob diversas perspectivas, portanto, cabe a cada qual, de acordo com seus interesses, fazer as escolhas demandadas por sua área do saber.

Falar em modernizações numa perspectiva geográfica corresponde, conforme Lende (2006, p. 143), rechaçar as conceituações associadas às noções de “era moderna”, ou que sugerem somente a ocidentalização ou a difusão de um padrão cultural de civilização. Para esse autor, “a modernização é um processo graças ao qual cada país (a formação socioespacial) incorpora diferencial e seletivamente os dados centrais de um período histórico” (LENDE, 2006, p. 143).

Nessa perspectiva geográfica, Elias (2002) extrai do pensamento de Milton Santos algumas ideias sobre modernizações e período, quais sejam:

Por modernização entende-se a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente. Considerando que cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema, sugere que devemos realizar uma divisão do tempo em períodos para reconhecer a existência da sucessão de modernizações, que seria a própria história das modernizações.

Assim, o “conjunto coerente de elementos” constitui e caracteriza o período que expressa as modernidades. Do ponto de vista geográfico, as modernizações efetuam-se por intermédio de sistemas de ações e se manifestarão em sistemas de objetos, indissociavelmente, ou seja, o espaço será uma espécie de síntese. Portanto, as modernidades do período se farão presentes no espaço, contudo, essas coexistem com modernidades pretéritas que espelham o velho e insistem em permanecer no novo período. Aliás, as modernizações que traduzem o novo período não ignoram as heranças socioespaciais, mas o novo período se faz com elas, a partir delas; elas exercem, de certa forma, um poder coercitivo sobre o novo, pois o novo não ignora o passado, pois, como bem aponta Ortega y Gasset (2007, p. 19), o passado não é para ser negado e sim integrado, e é justamente isso que ocorre com as modernizações que aportam no espaço. Posto de outra maneira, “em todos os momentos as formas criadas no passado têm um papel ativo na elaboração do presente e do futuro” (SANTOS, 2008a, p. 68).

As modernidades enquanto tempo-presente característico do período, expressam “contexto e conjuntura” (SOJA, 1993, p. 34). São justamente esses contextos e conjunturas que marcam as épocas, que demarcam períodos e diferenciam os lugares. Conforme o autor supracitado, a modernidade “pode ser entendida como a especificidade de se estar vivo, no mundo, num momento e lugar particulares; como um sentimento individual e coletivo vital de contemporaneidade”. Sendo assim, prossegue: “[...] a experiência da modernidade capta uma ampla mescla de sensibilidades, que reflete os sentidos específicos e mutáveis das três dimensões mais básicas e formadoras da existência humana: o espaço, o tempo e o ser” (SOJA, 1993, p. 34). Essas dimensões se derivam em três ordens empíricas correlatas, indissociáveis e simultâneas assim descritas:

A **ordem espacial** da existência humana provém da produção (social) do espaço, da construção de geografias humanas que refletem e configuram o ser no mundo. Similarmente, a **ordem temporal** se concretiza na construção da história, simultaneamente cerceada e cerceadora, numa dialética evolutiva que tem constituído o cerne ontológico do pensamento marxista há mais de cem anos. Para completar a tríade existencial necessária, a **ordem social** do ser-no-mundo pode ser vista como algo que gira em torno da constituição da sociedade, da produção e reprodução das relações, das instituições e das práticas sociais. (SOJA, 1993, p. 35, grifos nossos).

Essas três ordens da existência tratadas por E. Soja (1993), são fruto e concomitantemente, a personificação de cada período, pois essas três ordens também encarnam as modernizações que as caracterizam em cada momento do mundo. Então, essas modernizações seriam “um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas concretas”, o que representa “uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre, primordialmente, da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção”. (p. 37).

As modernizações mais recentes da história da humanidade têm como principais motores-propulsores a emergência e o desenrolar do modo capitalista de produção que inexoravelmente afetam e se fazem ao mesmo tempo com as três ordens da existência (espacial, temporal e social). Assim, o capitalismo constitui-se como a grande energia que move mais rapidamente a contínua busca por novas modernidades que rapidamente se defasam requerendo ciclos inovadores contínuos e com ritmos mais rápidos de novas modernizações sucessivas “que forma e desmancham períodos” (SANTOSA, 2008, p. 68).

Portanto, geograficamente é relevante buscar entender as modernidades no território, dadas sobre a forma de objetos e ações (SILVEIRA, 1999, p. 22).

A evolução do modo de fazer/viver o espaço-tempo é a construção/sucessão dos meios geográficos nos territórios. Cada meio geográfico é o resultado dos usos das condições técnicas de cada presente enquanto modernização. Assim, ao dividir a evolução do modo de fazer/viver tendo como parâmetro e síntese, as técnicas, é possível realizar uma periodização geográfica, identificando seus meios, ou seja, períodos que revelam a sucessão exponencial de artificialização da natureza. Assim, “cada período vê nascer uma nova geração de técnicas que o caracteriza” (SANTOS, 2002b, p. 192).

Realizar uma periodização geográfica levando em conta o processo de artificialização dos meios, tendo as técnicas como síntese, foi uma tarefa perseguida durante quase toda a vida de Milton Santos. Em sua obra “*A natureza do Espaço*”, esse autor aprofunda a sua ideia de periodização ou a sucessão dos meios geográficos. Para ele, teríamos então, o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. (2002b, p. 233-259).

O meio natural seria o anterior a invenção e uso da máquina. Trata-se de um meio sem grandes transformações em que “as técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação” (SANTOS, 2002b, p. 235). Os sistemas técnicos, que eram locais, não tinham existência autônoma, mas uma simbiose com a natureza, que determinava ritmos e usos territoriais. “A sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização” (SANTOS, 2002b, p. 236).

O meio técnico tem a invenção e uso da máquina como marco inicial diferenciador do anterior. Nesse estágio, o espaço é mecanizado, tendo como objetos formadores, os objetos culturais e técnicos. Os objetos técnicos, maquínicos, têm sua própria razão baseada na lógica instrumental que desafia as lógicas naturais. Rompem-se as distâncias, estendem-se próteses no território para possibilitar os deslocamentos e impõem-se um tempo social aos tempos naturais. A energia para a presença de sistemas técnicos eficazes é a do comércio e não mais a da natureza. Entretanto, esse ainda é um sistema que se instala pontualmente em poucos países e regiões e, mesmo onde ele se faz presente, os sistemas técnicos vigentes eram geograficamente circunscritos (SANTOS, 2002b, p. 236-238).

O meio atual é o técnico-científico-informacional, resultado da união entre técnica e ciência sob o comando do mercado que, graças às possibilidades técnicas do período, torna-se

mercado global. Esquemáticamente, pode-se admitir que o pós Segunda Guerra Mundial seria o marco da materialização desse meio, primeiramente nos “países centrais” e pós 1970, nos países do “terceiro mundo”. Esse é o período em que os objetos tendem a ser repletos de informações, ou seja, serem técnicos e informacionais. Esse meio se diferencia dos anteriores em vários aspectos, um deles é que sua lógica e funcionamento são globais e se impõem a todos os territórios, assim, o meio geográfico tende a ser universal. Seus objetos técnico-informacionais são difundidos mais rapidamente e se abrangência mais generalizada. Contudo, instala-se de maneira seletiva nos lugares (SANTOS, 2002b, p. 238-241).

Assim, o período atual tem como modernidade territorial, o meio técnico-científico-informacional, uma vez que, “a modernidade é o resultado de um processo pelo qual um território incorpora dados centrais do período histórico vigente que importam em transformações nos objetos, nas ações, enfim, no modo de produção” (SILVEIRA, 1999, p. 22). As modernidades tecnológicas do presente caracterizam as sociedades já que “o sistema tecnológico de uma sociedade não pode ser separado, idealmente ou realmente, daquilo que essa sociedade é” (CASTORIADIS, 1987, p. 152, grifo no original). Nesse sentido, para entender a atualidade, em específico a lógica espacial das sociedades contemporâneas, é imprescindível levar em conta o papel da técnica, da ciência e da informação (SANTOS, 2008b, p. 69), conteúdos esses que, entre outros, marcam o período da globalização, “alicerce explicativo do real” para entender os dias atuais (VASCONCELOS; SÁ, 2007, p. 116). Isso quer dizer que, em síntese, “cada época é definida pelas respectivas modernizações” (SILVEIRA, 1999, p. 22).

As modernizações reinantes no período atual da globalização, como são engendradas nas engrenagens da reprodução do capital, têm sua concreção material na paisagem que reproduzem as próprias desigualdades imanentes da reprodução do capital. Sua distribuição espacial no mundo e em outras escalas segue a lógica do desenvolvimento desigual e combinado em termos espaciais e temporais. Neste sentido, “a modernização [ou modernizações], como todos os processos sociais, desenvolve-se desigualmente no tempo e no espaço e, desse modo, inscreve geografias e histórias bem diferentes nas diferentes formações sociais regionais” (SOJA, 1993, p. 37). Assim, temos que o mundo é formado por um mosaico de modernizações descompassadas temporalmente e distribuídas desigualmente nos territórios, mas que, por força das características do período atual, em termos gerais, a tendência pressiona para alinhá-las temporalmente e melhor equacionar a distribuição, visto que, essas são exigências da própria reprodução do capital. Embora, como se sabe, a realidade

contraditória do capitalismo e o movimento do capital terminem por produzir descompassos temporais e desigualdades territoriais no que diz respeito à presença e às densidades das modernizações. Neste sentido, enquanto realidade objetiva, assistimos a expressão espaço-temporais que ontologicamente são passíveis de divisões regionais, essas que podem mudar de acordo com as variáveis eleitas epistemologicamente. As densidades das variáveis-chaves de cada período presentes no território podem ser uma escolha.

Por fim, pode-se afunilar a compreensão sobre as modernidades numa perspectiva espaço-tempo da seguinte maneira:

A modernidade é um modo de ser da totalidade e o período é uma manifestação existencial ou corpórea do tempo, enquanto meio e região constituem a objetivação, no primeiro caso, e a individualização, no segundo, das possibilidades e existências concretas do processo de modernização (LENDE, 2006, p. 148).

Assim, a totalidade em movimento com suas modernizações sendo objetivadas e individualizadas resulta em geografias múltiplas, mas, participantes do mesmo processo da totalidade em sua totalização. É nesse sentido que o período da globalização apresenta-se com diferentes feições espaciais.

2.2 O período da globalização e algumas de suas feições geográficas

A globalização em curso, inegavelmente, vem ocasionando diversas transformações socioespaciais pelo mundo. Como bem diz Costa (2008, p. 11), “concordemos ou não, gostemos ou não, a globalização é um fato cotidiano que permeia nossa realidade [...], é um fenômeno típico do capitalismo contemporâneo”. Para Santos e Arroyo (1997, p. 57), “o global, a globalização são [...] expressões que logram sintetizar o processo de mudanças que o período atual contém”. Sem se preocupar em delimitar marco no tempo cronológico do surgimento do processo de globalização, mas indicar quando as suas mudanças passaram a ser expressivas, teríamos que “a partir dos anos 1970, observa-se um fenômeno de globalização intenso. Isto se expressa através das trocas de diferentes tipos: informações, capitais, bens e serviços, mas também pelo deslocamento de pessoas. Os fluxos são mundiais” (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 33). A professora Tânia Bacelar de Araújo resume, sob a ótica econômica, que “quando se fala em globalização, está-se querendo ressaltar a maturidade de uma tendência antiga, que vai superpondo à internacionalização do capital e dos fluxos

mercantis, a internacionalização produtiva e, especialmente, a financeira” (ARAÚJO, 1999, p. 9).

A intensificação da globalização, ao chegar aos dias atuais, aparece em forma de crises de toda sorte. Por isso, umas das características do período atual é a profunda crise estrutural do capitalismo, implicando em graus diversos de consequências nas diferentes regiões do Planeta, mas não deixando nenhuma de fora, devido à crise ser sistêmica e global. Para Mészáros (2007, p. 55, grifos do autor) “vivemos uma época de crise histórica sem precedentes, cuja severidade pode ser dimensionada pelo fato de que não estamos enfrentando uma crise cíclica mais ou menos ampla do **capitalismo**, tal como experimentamos no passado, mas a crise estrutural cada vez mais profunda do próprio **sistema do capital**”. Essa crise é diferente das outras, pois, pela primeira vez na história, afeta praticamente a totalidade da humanidade. Estamos vivendo, ao mesmo tempo, um período e uma crise global (MÉSZÁROS, 2007, p. 55; SANTOS, 2001, p. 33-36).

O período-crise atual conseguiu abrangência e difusão tão rápida graças aos avanços e ao grau de interdependência atingindo pela ciência e pela técnica que, materializadas, tornaram o mundo um só sistema, o “sistema-mundo”, ou seja, a fase histórica atual entendida como globalização. Segundo Milton Santos, a época atual é diferente das fases anteriores, pois o “Mundo está marcado por novos signos”, quais sejam:

Multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática (SANTOS, 2008a, p. 117).

Os novos “signos” da atualidade e a afirmação do período só foram possíveis com a concretude de um novo meio geográfico, o meio técnico-científico-informacional, a “cara geográfica da globalização” (SANTOS, 2002b, p. 239). Vivemos na época da integração planetária, com a unicidade da técnica, do tempo e da mais-valia, além do conhecimento extensivo e profundo do planeta já ser uma realidade (SANTOS, 2001, p. 23-32).

Para Milton Santos, “a globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a ampliação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos” (SANTOS, 2005a, p. 145). Segundo a interpretação do autor, a globalização é uma nova fase da história humana, devido a cada época se

caracterizar pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas e sistêmicas que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor suas leis. Com isso, o geógrafo acrescenta que “podemos admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea” (p. 145).

Na verdade, a constituição e emergência do meio técnico-científico-informacional ocorrem concomitantes com o estágio supremo da globalização, pois ambos são processos indissociáveis e condicionantes um do outro; são as modernizações do nosso tempo, e expressam-se também espacialmente nos sistemas de objetos e nos sistemas de ações.

A globalização, essa nova dinâmica que vem forjando-se e afirmando-se cada vez mais na atualidade, está provocando impactos e modificações em todas as instâncias sociais e lugares, inclusive e, sobretudo, no espaço, que é ao mesmo tempo lastro e condicionante desse processo, pois, para Santos (1998, p. 122) “[...] o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se cristaliza”. É uma verdade irrefutável que o processo de globalização vem operando no mundo como um todo, com maior ou menor intensidade em cada lugar, mas esse processo não apaga, nem se faz sem as cristalizações espaciais independente de suas idades. É preciso enfatizar que a “dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo”, com isso, “agravam-se diferenças e disparidades, devidas, em parte, aos novos dinamismos e outras formas de comando e dominação” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 153).

Para Ianni (2001, p. 11), a globalização “assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória”, com implicações para todos os lugares, embora com intensidades variadas, pois a partir da sua ordem local, cada qual tem maior ou menor poder atrativo de densidades do período atual. Ocorre que, com a globalização, a totalidade e seu processo de totalização estão se dando em outros padrões, o que modifica tanto a totalidade (produzida e cristalizada) quanto a totalização (se fazendo, a ser feita, em processo) “já que as duas são interdependentes” (SÁ, 1998, p. 56).

Sintetizando, Santos (1998, p. 48), afirma que embora a globalização ocorra “em graus diversos”, há uma “unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único mundo”. Tudo isso que está ocorrendo nos dias atuais, é decorrente dos avanços da ciência que desenvolveu a produção de um conjunto de sistemas de técnicas que são presididas pelas técnicas da informação “que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e

assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária” além de ser “o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes” (SANTOS, 2001, p. 23-24).

Conforme o autor acima referido (2001), pode-se explicar a “arquitetura da globalização” através da unicidade técnica, da convergência dos momentos, da cognoscibilidade do planeta e da existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada⁶. É certo que a mais-valia atingiu uma abrangência planetária que a tornou o verdadeiro motor que impulsiona os demais componentes da “arquitetura da globalização”, uma vez que todos os demais componentes têm, no fundo, como fim, oferecer as mais adequadas condições para se alcançar a melhor eficiência em termos de expropriação/acumulação ampliada dessa mais-valia globalizada. Então, no nível empresarial, “as empresas, na busca da mais-valia desejada, valorizam diferentemente as localizações. Não é qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma” (SANTOS, 2001, p. 33). Mas, com a globalização, a escala de possibilidades de atuação dos agentes hegemônicos se amplia, podendo alcançar o todo planetário, implicando no aumento do leque de opções de regiões e de lugares a serem escolhidos e usados por esses agentes. Como resultado dessa nova possibilidade, temos o acirramento da competitividade não só entre os agentes, mas, agora,

⁶ A unicidade técnica: “em nossa época o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informação, da eletrônica. Ela vai permitir duas grandes coisas: a primeira é que as diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas. A técnica da informação assegura esse comércio, que antes não era possível. Por outro lado, ela tem um papel determinado sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, convergência do momento, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico. [...] Na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença. Isso, aliás, contamina a forma de existência das outras técnicas, mas atrasadas. [...]. Cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros. [...] Por outro lado, o sistema técnico dominante no mundo de hoje tem uma outra característica, isto é, a de ser invasor. [...] É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existência de uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o globo de uma mais-valia mundial”. A convergência dos momentos: “a unicidade do tempo não é apenas o resultado de que, nos mais diversos lugares, a hora do relógio é a mesma. Não é somente isso. Se a hora é a mesma, convergem, também, os momentos vividos. [...] Com essa grande mudança na história, tornamo-nos capazes, seja onde for, de ter conhecimento do que é o acontecer do outro. Nunca houve antes essa possibilidade oferecida pela técnica à nossa geração de ter em mãos o conhecimento instantâneo do acontecer do outro. Essa é a grande novidade, o que estamos chamando de unicidade do tempo ou convergência dos momentos”. O motor único: “este período dispõe de um sistema unificado de técnicas, instalado sobre um planeta informado e permitindo ações igualmente globais. [...] Hoje haveria um motor único que é, exatamente, a mencionada mais-valia universal. Esta tornou-se possível porque a partir de agora a produção se dá em escala mundial, por intermédio de empresas mundiais, que competem entre si segundo uma concorrência extremamente feroz, como jamais existiu. [...] Esse motor único se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação”. A cognoscibilidade do planeta: “o período histórico atual vai permitir o que nenhum outro período ofereceu ao homem, isto é, a possibilidade de conhecer o planeta extensiva e profundamente.” [...] Um exemplo: “Por meio dos satélites, passamos a conhecer todos os lugares e a observar outros astros” (SANTOS, 2001b, p. 24-33).

entre lugares, que Santos apropriadamente, usando uma metáfora, chamou de “guerra dos lugares” (2002b, p. 248-249).

Para Costa (2008, p. 62), a globalização é um fenômeno novo no modo de produção capitalista. Na sua ótica, o novo consiste que, após a internacionalização da produção e a disseminação de filiais de empresas transnacionais no centro e também na periferia do sistema, a burguesia passa a extrair mais-valia na escala mundial, explorando diretamente o conjunto do proletariado mundial⁷. De acordo ainda com o autor acima citado, o capitalismo amadureceu e tornou-se um sistema completo:

Ao produzir internacionalmente e internacionalizar as finanças, o modo de produção capitalista amadureceu efetivamente o ciclo de reprodução do capital em escala internacional, possibilitando a constituição de um ciclo único na economia mundial e transformando-se assim num sistema mundial completo (COSTA, 2008, p. 62).

A globalização e a gradativa realidade do meio técnico-científico-informacional trazem mudanças de várias ordens, não mais locais, mas mundiais. Todos os lugares, com maior ou menor grau de participação econômica e presença de densidades técnicas, são arrastados pela globalização que se difunde rapidamente e faz com que eventos apareçam no território sob a forma de modernizações. Por força do novo período, transformações territoriais e relacionais entram em vigor na escala do Planeta. Resumindo, pode-se constatar que

rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos equilíbrios mais fugazes se impõem: do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização das relações sociais etc. Consequência mais estritamente geográfica, diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção, enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo. Essa redução da área necessária à produção das mesmas quantidades havia sido prevista por Marx, que a esse fenômeno chamou de "redução da arena". Graças aos avanços da biotecnologia, da química, da organização, é possível produzir muito mais, por unidade de tempo e de superfície (SANTOS, 2002b, p. 240).

No período atual, outro dado importante é a globalização financeira. A órbita das finanças hoje hegemônica toda a dinâmica do sistema capitalista, tornando o mercado financeiro mundial de grande importância para o funcionamento do restante da economia. O

⁷ Segundo Costa (2008, p. 62), “até meados da década de 1950, a burguesia dos países centrais capturava a mais-valia dos países periféricos na órbita da circulação, por meio do comércio internacional e da exportação do capital”. Essa situação mudou completamente após essa década.

mercado financeiro, através do capital especulativo estende suas ações especulativas sobre praticamente tudo, com grande poder de mobilidade temporal e espacial, girando quantias financeiras bem acima da base material de produção.

Assim, a globalização da produção e a globalização financeira são realidades que estão presentes na nossa vida cotidiana através de produtos, serviços etc. Costa (2008, p. 64-65), constata que “em função da concentração e da centralização do capital, a grande maioria dos produtos que utilizamos no dia-a-dia ou das operações financeiras realizadas cotidianamente são feitas por grandes corporações transnacionais financeiras ou produtivas”.

Finanças e informação são imperativos do nosso tempo. A globalização financeira tornada realidade tem seu funcionamento assentado, sobretudo na informação, por isso ela ganha tamanha importância na atualidade. Para Santos (2002b), a informação constitui-se como o motor da divisão internacional do trabalho, passando a ser segredo, instrumento de poder, e junto com o consumo, denominador comum universal. Ela passa a ser a substância de funcionamento do sistema como um todo. Aliada à revolução da informática e das redes de interligação (infovias), bem como à disseminação dos meios de comunicação tradicionais e das novas mídias e sistemas de transmissão, a informação e suas intencionalidades portadas passam a estar presentes em todos os lugares. Para Santos (2002b, p. 198), a “informação ganhou a possibilidade de fluir instantaneamente, comunicando a todos os lugares, sem nenhuma defasagem, o acontecer de cada qual”, daí sua importância, pois, “sem isso, não haveria um sistema técnico universalmente integrado, nem sistemas produtivos e financeiros transnacionais, nem informação geral mundializada, e o processo atual de globalização seria impossível” (p. 198-199). Santos, evidencia também a existência de um mercado da informação que é controlado, concentrado (p. 202) e manipulado em favor dos agentes hegemônicos. Hoje, a informação emerge enquanto imperativo do período, mudando o espaço-tempo, as relações entre lugares e pessoas. Assim,

a instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria entre lugares e acontecimentos uma relação unitária à escala do mundo. Hoje, cada momento compreende, em todos os lugares, eventos que são interdependentes, incluídos em um mesmo sistema global de relações (SANTOS, 2002b, p. 203).

Seguindo o corolário da globalização, o consumo também é uma de suas marcas. Graças à grande oferta em quantidade e tipos de produtos e de serviços, junto com a necessidade de criar demandas para absorvê-los, cria-se uma verdadeira engenharia baseada

na ciência para produzir consumidores sempre ávidos por novidades, e ao mesmo tempo, sempre produtos ultrapassados devido à capacidade do mercado de reinventar e inovar mais rapidamente, acelerando a solvência da vida das mercadorias. Marketing e propaganda são as engenharias que tentam sempre atender à criação de necessidades e assim propiciarem equilíbrio na conta oferta e procura. É justamente na busca de maior equilíbrio na equação que se encontra uma das maiores contradições e desafios da atualidade. Precisamente nos dias atuais, a aliança da ciência com as forças produtivas atingem um estágio de desenvolvimento técnico que resulta numa enorme capacidade produtiva poupadora de mão de obra. Porém, por outro lado, cria-se uma massa de desempregados frutos das novas tecnologias que, por ficarem destituídos de salários, tornam-se impedidos de se inserirem efetivamente no mundo do consumo. Esse desequilíbrio e contradição do sistema, segundo Costa (2008, p. 65-67), faz com que o capital tenha suas ações limitadas, ou seja, suas forças produtivas potenciais não podem se desenvolver plenamente em função da insuficiência global da demanda, que barra o sistema produtivo.

Outra grande contradição da globalização capitalista reside na constatação de que há uma maior facilidade na mobilidade do capital, enquanto que um contingente expressivo da população mundial continua preso à sua localidade. Como bem enfatiza a geógrafa Doreen Massey, o tipo de globalização atual tem como uma das mais notáveis características da desigualdade: aquela entre o capital e o trabalho. Em suas palavras:

Não há mercado mundial para o trabalho como há para o capital. Enquanto que o capital – na forma de transações financeiras, investimentos, e comércio de bens – realmente têm, em épocas recentes, se movido mais livremente ao redor do mundo, e tem sido encorajado a fazê-lo sob o signo de “livre-comércio”, as pessoas não são de jeito nenhum encorajadas a mover-se. O capital pode mover-se em busca das melhores oportunidades de investimento, e quando assim o faz é elogiado por sua flexibilidade e sensibilidade. O trabalho, as pessoas que desejam vagar pelo mundo em busca de trabalho, são castigadas como “somente” migrantes econômicos. Barreiras são criadas contra elas entre as grandes áreas do mundo para que sejam mantidas em seus lugares. Obviamente a migração internacional continua, mas é reduzida, cercada e controlada. Muito diferente da exuberância com que o movimento livre do capital é festejado. Além disso, a migração internacional que permanece é claramente segregada entre os ricos, aqueles com formação, e/ou dinheiro para investir e que podem locomover-se com relativa facilidade, e do outro lado, os pobres e sem formação, contra os quais barreiras são constantemente levantadas (MASSEY, 2007, p. 150).

Os argumentos de Massey somam-se aos de muitos outros, notadamente os aqui utilizados tais como Benko (2001), Benko e Pecqueur (2001), Harvey (2004), Santos (2002b; 2001).

O papel do Estado no mundo globalizado é outra questão a ser considerada, uma vez que sua participação na vida econômica muda completamente. Antes da globalização, Santos e Silveira (2003, p. 254-255) observam que “a produção realizada em cada país ou, em outras palavras, a participação deste na divisão internacional do trabalho respondia, pois, a uma equação na qual o processo de internacionalização era limitado em função de relações privilegiadas entre Estados”. Portanto “a instância política obtinha certa ascendência sobre a instância econômica”; de maneira que a economia, “em última razão, era regulada pela política interna de cada país como a respectiva política internacional”. Nesse período “as localizações eram ditadas pela presença de recursos naturais, ou infraestruturas, ou sociopolíticas, quando estes apareciam como vantagens comparativas”. Complementando, dizem que “em todos os casos as normas estabelecidas pelo Estado, relativamente a tarifas, impostos, financiamentos, créditos, salários etc., acabavam tendo um papel de regulação ao qual as empresas interessadas deveriam adaptar-se”.

Com a globalização, começam a reinar outros imperativos e o Estado redireciona sua atuação na vida econômica, frente a um ambiente em que “a divisão internacional do trabalho ganha novos dinamismos, sobretudo nos países subdesenvolvidos. A lógica das grandes empresas, internacionais ou nacionais, constituem um dado da produção da política interna e da política internacional de cada país” (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 255). Por outro lado, diferentemente da fase anterior, “com a globalização, confunde-se a lógica do chamado mercado global com a lógica individual das empresas candidatas a permanecer ou a se instalar num dado país”, o que, segundo Santos e Silveira, “exige a adoção de um conjunto de medidas que acabam assumindo um papel de condução geral da política econômica e social” (2003, p. 255).

A partir do contexto até aqui, brevemente apresentado, reconhece-se o estabelecimento de “uma ordem global” que implica numa “ordem geográfica” imposta aos lugares, que devem se adequar às demandas em voga para se tornarem atrativos e acolhedores ao uso dos “agentes hegemônicos globais”. Porém, na realidade, podemos verificar que nem todos conseguem inserção no seletivo circuito espacial dos lugares competitivos, pois, os que não fazem parte desse circuito seletivo passam a ser marginalizados, dando o tom desafinado frente à pretensa harmonia orquestrada pelos que defendem a afinação perfeita da

globalização, produtora de “maravilhas sonoras” induzidas aos diferentes povos nos mais diferentes lugares. Ora, é bem verdade que, na prática, temos como resultado uma fragmentação territorial com implicações em diferentes sentidos da condição humana. Santos (2001), em sua obra *“Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”*, trata de mostrar a face despótica da globalização, ou seja, como ela realmente é, desvendando o que está por trás de seu “véu”, tecido por uma ideologia “mascaradora” da realidade, encobridora das mazelas sociais que foram agravadas no atual período, características essas contraditórias com todo o progresso do arsenal técnico, científico e informacional, que, se bem utilizado, poderia proporcionar uma melhoria na qualidade de vida para todos.

A máscara (ou seu conteúdo ideológico) serve para realçar uma das suas facetas contraditórias, que procura afirma-se ideologicamente como panaceia para os males e aflições sofridas pela maior parte da humanidade. Mas, como já apresentado, ela é uma contradição em si, uma vez que “globalização rima com integração e homogeneização, da mesma forma que com diferenciação e fragmentação” (IANNI, 2001, p. 30).

Essa contradição vista sob o ângulo propriamente geográfico se expressa espacialmente sob a forma de seletividades e marginalidades espaciais, duas faces do mesmo processo de desenvolvimento geográfico desigual e combinado, portanto, contraditório; não que isso seja uma novidade, o que é novidade é a sua difusão intensificada em menor espaço de tempo e em todos os lugares. Fato que está ocorrendo nesses moldes, em função de elegerem-se os espaços mais bem dotados de auferir o maior lucro possível. Esses são os espaços que recebem as modernizações da globalização tendo como materialidade o meio técnico-científico-informacional. Geralmente esses espaços são ocupados pelas grandes firmas internacionais ou nacionais que, por força de vários mecanismos, eliminam quaisquer empecilhos às suas ações. Nesse processo, em geral, o Estado é complacente e facilitador/promovedor através de políticas “neoliberais” e da adequação do arcabouço normativo. Esses espaços “privilegiados” são, no entender de Santos (1998, p. 48-58), os “espaços da globalização”.

Entre tantas teorizações, posicionamentos e contradições a respeito das políticas neoliberais e o papel do Estado frente ao mercado, talvez a maior seja a que prega a “morte do Estado”, quando na verdade o que acontece é uma reorientação nas políticas estatais em favor do mercado e em detrimento da população mais necessitada de bens e de serviços elementares. Na interpretação de Santos (2001, p. 19), a “morte do Estado” é mais uma das

fábulas da globalização, pois “o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil”. Sobre esse assunto, Benko (2001, p. 8) reforça os argumentos contrários à “morte do Estado”, ao declarar que “é claro que o tempo das Nações não terminou, e os Estados continuam exercendo um papel crucial em muitas áreas (notadamente na formação, nos equipamentos, nos transportes, etc.); mas, preso entre a dimensão local e a global, seu lugar na economia foi redefinido”.

As crises mundiais permanentes que estão marcando essa primeira década do século XXI estão reforçando o papel do Estado e colocando abaixo as políticas neoliberais e os algozes que pregaram a sua morte. Como o sistema capitalista é dinâmico e não para de si reinventar, diante da crise da década de 1970, ocorre uma dessas grandes reinvenções, redefinindo, entre outras áreas, a produção, as relações de produção e o papel do Estado na economia, como bem resume Farias (2010, p. 78-79):

Essa reestruturação foi marcada pela adoção de um novo paradigma tecnológico (sistema de objetos) e pela introdução de novos marcos organizacionais e regulatórios na produção, que impuseram fortes impactos e transformações no mundo do trabalho e nas relações sociais (no sistema de ações) de produção. Trata-se, no geral, das mudanças que culminaram com a passagem do regime de acumulação e do modo de regulação fordista/keynesiano para o regime de acumulação e para o modo de regulação flexível/neoliberal. No bojo desse processo, crenças, paixões e opiniões (psicosfera) estão sendo dissolvidas para dar lugar a outras; bases estruturais estão sendo volatilizadas para permitir a emergência de outras, susceptíveis de oferecer os aportes materiais coerentes à reprodução, em níveis ampliados, desse sistema sócio-econômico. Entre essas materialidades se incluem as espaciais (difusão e consolidação da técnica, da ciência e da informação como conteúdos dos territórios).

Atualmente, sob a ótica financeira, prega-se uma fluidez sem precedentes e sem empecilhos espaciais, partindo-se da ideia de que houve um encurtamento das distâncias e que por isso o espaço geográfico deixa de ter importância. No caso particular do mercado financeiro, há interpretações que afirmam que os dados espaciais não importam para os investidores, uma vez que eles podem migrar na “velocidade da luz” entre os lugares mais afastados possíveis. É possível sim, movimentar grande quantidade de dinheiro eletrônico de um lugar para outro em frações de segundo, contudo, também é verdade que não se aplica dinheiro em qualquer lugar; não são todos os lugares que oferecem as condições propícias para uma maior rentabilidade e reprodução do capital. Nessas decisões de investimento, o espaço certamente é um dos condicionantes analisados pelos investidores em suas planilhas.

De fato, nas últimas décadas houve um surpreendente desenvolvimento e integração entre as diversas formas de circulação, entretanto, vale salientar que não estão ao alcance de todos, mas sim, para uma pequena fração hegemônica que controla o capital. Vale acrescentar que nem todos os lugares estão equipados com sistemas de engenharia que permitam essa circulação desenfreada e frenética, uma vez que a distribuição territorial do meio técnico-científico-informacional é desigual. Harvey (2004, p. 84) salientou muito bem que “reduções do custo e do tempo de deslocamento no espaço têm sido um foco contínuo de inovações tecnológicas”. É notório que a construção de sistemas de engenharias destinados à fluidez material e imaterial torna o território mais fluido, diminui a fricção da distância, porém deve entrar em conta a distribuição dessas próteses territoriais, pois é fato que apenas algumas manchas espaciais apresentam densidades de tais próteses. Muito embora, equipamentos para fluidez sejam gradativamente acrescentados a todos os lugares por ser uma das características do próprio período. A não homogeneidade territorial desses sistemas de engenharia, própria da lógica contraditória do capitalismo, trabalha para reforçar a importância da geografia, ou seja, do espaço. Harvey (2004, p. 87) compreende que a construção desses sistemas de engenharia destinados a facilitar os deslocamentos que dão suporte às atividades produtivas “exerce uma força bem distinta sobre a paisagem geográfica”. Para esse autor, esses “capitais embutidos” no espaço formam “uma estrutura de recursos geograficamente organizada que inibe cada vez mais a trajetória do desenvolvimento capitalista” (p. 87). O que esse autor quer dizer é que cada vez mais o espaço exerce força coercitiva enquanto capital fixo.

O poder coercitivo do espaço se exerce e se impõe imperiosamente com a globalização. Alcindo Sá reforça os argumentos aqui expostos, ao afirmar que

é nesta nova circunstância histórica que desponta uma nova dialética; uma nova contradição: se o mundo do capital tem demandado cada vez mais fluidez, flexibilidade, velocidade, trabalho desmaterializado, o virtual, este mundo talvez não requeira o espaço, mas é forçado a encará-lo como resistência, campo de força de embate social, assim como ente imprescindível aos seus investimentos em diversos setores. Afinal, para mim, é uma tremenda tautologia argumentar que o capitalismo valoriza certos espaços e passa a comandá-los nos seus processos inclusivos e exclusivos, sem se ater às suas concretudes “sócio-naturais”, sócio-geográficas (SÁ, 2005, p. 46-47).

Nessas circunstâncias, o fim da geografia pregado por O'Brien (BENKO, 2001, p. 7) não se confirma. Ao contrário, a geografia ganha mais vida e continua mais do que nunca a exercer importância no atual período da globalização. Nesse sentido, Benko (2001, p. 8)

ênfatiza que “o encolhimento do mundo revitaliza a geografia. Os efeitos de distância exercem uma influência considerável sobre as estruturas das relações econômicas e sociais”. Assim, não há razão para análises apressadas que pregam, de certa forma, a “morte do espaço”. É inegável o papel que a diferenciação espacial desempenha sobre as atividades de produção, de troca, de distribuição e de consumo e enquanto espaço vivido, de existência no mundo globalizado.

A perplexidade atual, o desnorteamento e as conclusões apressadas são fruto das próprias transformações advindas do período da globalização que, enquanto novo, tem se caracterizado pelas rápidas transformações por que passa o mundo e pela crise permanente instalada nesse momento de transição. Para finalizar, Figuera (2010, p. 35) captura muito bem o momento atual ao concluir que “temos a grande sorte de viver em uma época na qual além de sermos atores somos espectadores de uma sociedade [...] que está morrendo, como o é a sociedade industrial, frente a uma sociedade que está nascendo [...], e que ainda não é a dominante, a sociedade do conhecimento ou informacional”.

Assim, o espaço-tempo do presente, ou seja, o período da globalização e o meio técnico-científico-informacional carregam consigo um conjunto de modernizações que se impõem imperiosamente aos territórios, mas que não chegam ou se distribuem homoganeamente. Dessa forma, as regiões expressam a heterogeneidade das modernizações que se corporificam no espaço. Por esse motivo, terminamos por ser impelidos a encará-las teoricamente frente ao período da globalização para, só assim, num segundo momento, realizarmos análises empíricas em que a região do Seridó é o foco.

3 A REGIÃO NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO

Pensar a região no atual período da globalização é o empreendimento que aqui se busca enfrentar. Poder-se-ia imaginar que não faz sentido querer nesse período de globalização, de espraiamento planetário da mesma lógica do modo de produção, querer se dar ao trabalho de estudar parcelas do espaço total, visto por certas lentes, como tendentes à homogeneização e que por isso a região está deixando de existir, não fazendo sentido então, querer compreender algo inexistente.

Contrário ao pensamento defensor do fim da região, as ideias aqui aportadas são de vê-la com destaque na realidade espacial, algo imprescindível ao funcionamento do modo de produção capitalista nesta fase da história, já que esse não se realiza senão pelas regiões, aproveitando-as em suas particularidades e possibilidades de exercerem funções na divisão internacional do trabalho.

O período da globalização traz consigo um conjunto de mudanças que representam a época atual, isto é, são modernizações materiais e imateriais que tendem cada vez mais a tornarem-se concretudes nas regiões, fazendo-se espaço-tempo do presente.

Entretanto, como são próprias do modo de produção capitalista, as modernizações se difundem em formas de eventos que só se concretizam territorialmente em regiões, não sendo essas inertes aos novos eventos, nem tampouco os eventos que carregam as modernizações se direcionam para todas as regiões, sendo essas regiões previamente selecionadas de acordo com os interesses capitalistas. Logo, a resultante será um amálgama regional fruto da expansão heterogênea das modernizações do presente mas também, das do passado. Desse modo, é necessário entender as lógicas responsáveis pela resultante (região), bem como as particularidades internas de cada região e suas inserções e vinculações com o externo, ou seja, percebê-las enquanto parte de um todo e ao mesmo tempo perceber o todo na parte, dialeticamente. Esse encaminhamento de método pode ajudar a compreender o presente, a totalidade fugaz e seus processos de totalizações em suas particularidades territoriais. Enfim, ver o presente pela região não impede de conhecer a totalidade, lembrando que “a totalidade não se entende sem que seja, antes, subdividida” (SANTOS, 1992, p. 55).

Admite-se ser necessário compreender as regiões que engatam no período com maior densidade e efetividade, mas, igualmente se faz necessário estudar as outras regiões que recebem mais tardiamente e com rarefação os vetores da modernidade. Essas diferenciações regionais da presença dos vetores imperiosos da modernidade são, na verdade, faces de um

mesmo processo, onde cada região é o outro da outra, produzidas pela mesma lógica do modo de produção capitalista e que por isso, não se admite pensar, principalmente em tempos de globalização, que as diferenciações regionais são dadas por estágios diferentes de desenvolvimento, mas sim, deve-se encará-las como diferenciações produzidas pelas escolhas da ação capitalista frente ao contexto de desenvolvimento desigual e combinado.

3.1 A Região e a globalização

Entender a complexidade do fenômeno regional num período de “tempos rápidos”, de mudanças permanentes e da interligação do Planeta, que passa a ser reticulado, com a efetivação de variados tipos de fluxos, não é tarefa fácil, pois requer habilidade em compreender dialeticamente a região inserida no todo e, da mesma maneira, compreender o todo na região. Uma das possíveis estratégias metodológicas que tanto abarca o interno regional quanto o externo é o recorte das horizontalidades e das verticalidades, visto que, as horizontalidades nos revelam o acontecer solidário, o uso propriamente dito do território, a produção, os capitais fixos, o trabalho, o trabalhador e as técnicas, a organização, os arranjos e rearranjos das relações de produção interna, a complacência, a revolta etc. Enfim, expõem a vida em todas as suas dimensões circunscritas à região, da mesma maneira que mostram a empiricização do tempo enquanto eventos reais e geograficamente materializados, garantindo assim continuidade transformadora e funcionalidade ao mutante arcabouço regional.

Mas as horizontalidades não se dão independentes ou isoladas do mundo, e sim com o mundo. Assim o porquê de incluir as verticalidades, já que essas são as responsáveis pela ligação seletiva do acontecer regional com os outros acontecimentos do mundo. São as verticalidades que nos propiciam perceber a parcela da vida regional que são ditadas e produzidas à distância. Elas permitem revelar os artifícios usados para que interesses longínquos sejam atendidos no plano horizontal da região, além de evidenciarem como os eventos a atingem seletivamente, frente a um cenário de divisão internacional do trabalho assentado em territórios distintos. Em suma, a coexistência de horizontalidades e verticalidades resulta na dinâmica das regiões, dos lugares e do mundo. Aliás, o mundo só se faz concretude, objetivamente nas regiões e nos lugares (VASCONCELOS; SÁ, 2007, p. 131-132).

Tratada dentro do leque de possibilidades de estudo abarcado pela Ciência Geográfica, a região é uma das mais antigas, complexa e controversa das preocupações dos geógrafos.

Contudo, apesar de sua antiguidade na abordagem geográfica, ela ainda é corrente em pesquisas de alguns geógrafos e não geógrafos, mesmo frente às apregoadas teorias que ditam a “morte da região”, que têm como viés interpretativo o fato do espraiamento capitalista recente que passa a cobrir praticamente a totalidade dos quadrantes territoriais do Planeta.

É bom frisar, primeiramente, que existem regiões por haver heterogeneidade espacial, e essas são passíveis de delimitação territorial, ou seja, regionalização. O espaço banal não é homogêneo. É formado pelo conjunto de subespaços diferenciados em sua organização específica e historicamente determinada pelas relações dialéticas do fazer-refazer-fazer dos sistemas de ações em sintonias indissociáveis com os sistemas de objetos, criando assim, espaços distintos, mas, interligados, que em conjunto, asseguram o funcionamento total da sociedade. São as distintas feições das relações sociais, econômicas, culturais, técnicas, naturais etc, constituídas e apropriadas historicamente, que caracterizam e dão peculiaridades ao espaço, possibilitando dividi-lo em pedaços diferenciados, com atribuições funcionais específicas. De acordo com Haesbaert (1999, p. 17-18), esse recorte espacial do específico e do singular no enfoque regional é ponto comum entre os clássicos da geografia, como Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Rartshone. Logo de início, Kayser (1980, p. 279, grifo nosso) afirma que “‘porção de espaço terrestre’, qualquer que seja o modo pelo qual for considerada ou a utilidade que lhe for atribuída, a região é de qualquer forma um **fenômeno geográfico**”. Portanto, enquanto fenômeno geográfico ela deve fazer parte da atenção dos geógrafos.

Esses recortes espaciais seriam o resultado da simbiose do conjunto de feições internas somado às ligações com as feições externas, ritmadas pela divisão do trabalho e portadas por redes de toda ordem. São essas relações, ocorrendo no território de modo particular, que viabilizam chamarmos esses pedaços do espaço de região e que podem se manifestar em diferentes escalas, mas sempre estando incluídas na lógica de uma totalidade em seu processo de totalização, por a região ser parte de um todo, como bem lembra a geógrafa Sandra Lencione:

[...] o conceito de região está vinculado à ideia de parte de um todo. Nesse sentido, conduz diretamente à ideia de divisão e à questão da dimensão das partes. Mas, cada parte é igualmente parte de um todo, mas também se constitui numa totalidade. Essa possibilidade de ser, ao mesmo tempo, parte e todo só pode ser compreendida se tomarmos a concepção dialética da totalidade; considerando-a como uma totalidade aberta e em movimento (LENCIONE, 2003, p. 27-28).

Assim, a região como parte de um todo tem um papel funcional a desempenhar na engrenagem complexa desse todo em seu processo dialético e sempre inacabado de totalização, uma vez que o território é formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende de demandas em vários níveis, desde o local até o mundial (SANTOS, 2008b).

Poderíamos ter como pressuposto da diferenciação espacial o fato de que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (SANTOS, 2002a, p. 202), e mais, “o espaço sempre foi o lócus da produção. A ideia de produção supõe a ideia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa” (SANTOS, 2008b. p. 72). Portanto, ao longo da história, as diversas frações do espaço foram sendo apropriadas e construídas diferentemente através do trabalho e de acordo com a cultura de cada povo, dando assim, seu modo de produção. Esse processo, só vai receber mudança significativa com a emergência do sistema capitalista e seu espraiamento acentuado, chegando hoje, a se expandir sobre praticamente toda a face do globo⁸. Entretanto, o que poderia ser à primeira vista uma homogeneização espacial devido à disseminação do mesmo modo de produção é, na verdade, uma heterogeneidade, pelo fato das próprias contradições internas que asseguram o funcionamento do sistema capitalista. Por conseguinte, temos como resultado, o desenvolvimento desigual e combinado, expresso geograficamente em desigualdades espaciais, sendo que essas devem ser vistas “como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo”, como bem assevera Smith (1988, p. 151).

Contudo, a diferenciação espacial produzida pelo próprio sistema capitalista tem bases de sustentação na divisão territorial do trabalho, pois, como bem destaca Smith (1988, p. 152), “a divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho”. Assim, as segmentações assentadas espacialmente com suas desigualdades entre si, servem a usos seletivos, com funções distintas para cada recorte territorial, emergindo então, a questão da região. Esses usos seletivos do território são interligados e assegurados por fluxos, já que “o espaço é o teatro de fluxos com diferentes conteúdos, intensidades e orientações”, além do que, “o espaço total é formado por todos esses fluxos e por todos os objetos existentes” (SANTOS, 1999, p. 14).

⁸ Segundo Smith (1988, p. 151) “a Geografia do capitalismo é mais sistemática e completamente uma parte integral do modo de produção, mais do que ocorreu com qualquer modo de produção anterior”.

De acordo com Santos (1998, p. 98), regiões são subdivisões do espaço, desde o espaço total até o espaço local, já que as cidades maiores são passíveis de regionalização. Para o autor supracitado, “as regiões são um espaço de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional” (p. 98). Conforme ainda o autor mencionado, são justamente as sucessivas divisões do trabalho (cada vez mais ampliadas e intercambiais, resultando na aceleração do movimento e das mudanças), que movem tal realização regional.

A divisão territorial e social do trabalho, “movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares” (SANTOS, 2002b, p. 131), como também “cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições” (p. 135). “Cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho” (p. 136), cada qual com suas temporalidades oriundas de cada evento, com sua escala de abrangência, obedecendo a um papel específico na hierarquia organizada pela própria divisão que se materializa, criando um tempo-espaço particular resultante desse movimento conjunto. A divisão territorial do trabalho resulta na distribuição de práticas espaciais nas diferentes regiões, ou seja, “um conjunto de ações espacialmente localizadas” (CORRÊA, 2002, p. 35).

Nesse contexto, as regiões são, ao mesmo tempo, condicionantes e condicionadas pela divisão territorial do trabalho, que busca fins específicos de cada lugar. Para tanto, considera as formas-conteúdo⁹ de cada região do Planeta, ou seja, a composição técnica-organizacional, que agora, com a “cognoscibilidade do Planeta” passa a ter suas possibilidades conhecidas na escala mundial (SANTOS, 2002b). Assim, para Elias (2003, p. 56) “a região é resultado do impacto das forças externas/modernizantes e a capacidade de suas virtualidades, mero espaço de conveniência, mero lugar funcional do todo; uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberta às influências exógenas e aos novos signos do período atual”. A região seria a síntese resultante das forças externas e internas, um recorte territorial marcado por horizontalidades, mas, que no período atual, não funciona sem as verticalidades, eventos e ordens externas.

⁹ Segundo Santos (2002b) as formas e seus conteúdos seriam o próprio espaço, ou seja, as formas mais as ações que lhe dão conteúdo e significado contextualizado de acordo com cada momento dinâmico da totalidade. Com o processo permanente de totalização as formas e os conteúdos vão mudando para formarem uma outra totalidade fugaz em sua totalização, num constante fazer-refazer-fazer...

Contrariando quem imagina que a região acabou, devido ao estágio atual da globalização, Santos (2002b, p. 246) mostra que “na mesma vertente pós-moderna que fala de fim do território e de não-lugar, inclui-se, também, a negação da ideia de região, quando exatamente, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização”. Mais enfaticamente, M. Santos nos diz que “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamamos por outro nome” (2002b, p. 246).

O autor supracitado atualiza a maneira como devemos enxergar a região diante das rápidas transformações do nosso tempo, então vejamos alguns apontamentos do autor:

Acostumamo-nos a uma ideia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repentinas, na forma e no conteúdo das regiões. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial. As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem (SANTOS, 2002b, p. 247).

Segundo Silveira (2003, p. 408), “para compreender a existência e a constituição, hoje, da região, seus papéis, suas funções e seus limites, torna-se necessário, como para tantas outras situações, considerar o presente como um período histórico”. Para essa geógrafa, a globalização pode ser entendida como um período histórico, uma vez que a ciência, a técnica e a informação comandam a produção e o uso dos objetos, e concomitantemente impregnam as ações e determinam as normas. Esse também é o período da aceleração em que

intensificam-se as trocas, as relações entre diferentes áreas do Globo tornam-se mais intensas e assumem diversos papéis, não só econômicos, mas também políticos, culturais etc. Qualquer parte do Globo ganha nova conotação, tornando-se cada vez mais aberta, mais vulnerável às influências exógenas. As crescentes relações com áreas cada vez mais distantes, suprimem as veleidades de autonomia. Não há, pois, como considerar a região como autônoma (SANTOS, 1997, p. 46).

É certo que o mundo mudou e com ele a região. Ora, “o mundo, como um todo, tornou-se uno para atender as novas necessidades da nova maneira de produzir, que passa por cima das regiões, países, culturas etc. Mas, enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o Planeta, a produção se especializa regionalmente” (SANTOS, 1997, p. 46). Santos acrescenta que “se o espaço se torna uno para entender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização” (1997, p. 46). E, ao contrário do pensamento de alguns, M. Santos prossegue e vai nos dizer que “esta [a mundialização] não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos” (p. 46-47). Com isso, surgem novos conteúdos no fato regional e a necessidade de interpretá-los de acordo com o tempo atual. Para tal desafio, Santos (1997, p. 46-48) nos oferece algumas dicas, como seguem:

- Entender o funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos;
- Estudar as relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição;
- Compreender as diferentes maneiras de como um mesmo modo de produção se reproduz diferentemente nas regiões, dadas as suas especificidades herdadas somadas as novas dinâmicas.

Entender a região na atualidade implica compreender as modernizações que se geografizam em seu território, erguendo um novo arcabouço, com conteúdos e funções que assumem a expressão do espaço-tempo do mundo e da região enquanto manifestação funcional do presente.

Entretanto, como já apontado, salienta-se que o acolhimento das modernizações nas regiões, não ocorre da mesma forma. Elas provocam impactos de modos diferentes, pois “concorrerão” para isso “a história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste” (SANTOS, 1997, p. 47). Podendo surgir então, conflitos entre o que já existe e o novo que está chegando. Em outras palavras, isso se

traduz, no período atual, num conflito entre racionalidades portadas pelas verticalidades e contra-racionalidades oferecidas pelas horizontalidades. Desse conflito, admitamos também poder surgir contra-finalidades. A região será a síntese resultante desses conflitos.

Há de se acrescentar ainda, que “o estudo do espaço exige que se reconheçam os agentes dessa obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção e dono dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho” (SANTOS, 2002a, p. 262). Assim, podemos desvendar as relações de produção, os agentes dominadores e os dominados ou os exploradores e os explorados, além dos meios utilizados para forjar tais relações. Essas relações se dão numa hierarquia organizada internamente e vinculada ao externo, já que a parte não está isolada do todo. Ou melhor, reproduzem-se na região, relações que se passam numa escala bem maior, animando a vida e o fazer na região por meios de ações de intencionalidades variadas.

Nossa concepção considera a região como área de ocorrência de fenômenos que, com o movimento permanente da história, acumula eventos do mundo (acolhe em parte ou rejeita-os, ao tempo em que também produz) da mesma forma. Sendo também, produtora e desencadeadora de eventos, devido sua herança material e imaterial, e assim, criam-se e recriam-se formas materiais e sociais que desenham seus contornos sempre mutáveis. Silveira (2003, p. 410-411) corrobora assim, ao afirmar que a cada novidade da história, a extensão e os limites do fenômeno regional mudam. Como o movimento do fazer e refazer são contínuos e se dão com e como eventos, as formas e limites regionais estão em constantes mudanças, não podendo ser tratados sob a ótica absolutista e escalar¹⁰. Dessa forma, a região se daria como “resultado de um processo e não como ponto de partida estático, os limites seriam uma manifestação do tamanho do acontecer. Muda a extensão do fenômeno – a região – porque muda a constituição do território. A coerência funcional – e não os limites – definiria a continuidade da vida da região” (SILVEIRA, 2003, p. 410).

Realizando um corte horizontal na região podemos revelar sua composição técnica e organizacional atrelada ao seu território. A composição organizacional das regiões pode ser reveladora de modos diferentes de fazer, de agir e de pensar o mundo. São cristalizações herdadas pelo coletivo regional que lhe dão uma identidade própria, muitas vezes, desordenadoras e avessas às inovações externas, às imposições alienígenas. A composição

¹⁰ “Ancorada numa concepção de escala cartográfica, a visão geométrica da geografia e do espaço pretende definir a região a partir dos limites. Essa visão escalar e, em consequência, a visão escalar se antepõem à escolha das variáveis consideradas pertinentes à interpretação de um fenômeno. Assim, mudando-se os limites... acabaria a região...” (SILVEIRA, 2003, p. 410).

técnica, por sua vez, refletirá de certa forma, a composição organizacional, já que ambas são indissociáveis no processo de construção e reconstrução regional. No prisma mercadológico e mais visível a partir do corte vertical, essa composição é imprescindível enquanto potencial para ação seletiva capitalista, uma vez que o aproveitamento das diferenciações espaciais assegura a funcionalização e a reprodução do sistema na escala mundial, resultando em particularidades funcionais sob a forma de regiões hierarquizadas através da divisão territorial do trabalho.

Para entender a região, seja qual for o recorte histórico adotado, não se pode perder de vista que “como todo processo histórico, convivem as novidades com as heranças, o antigo e o recente, o novo e o velho”, sendo que “a intensidade com a qual cada um destes se impõe perante o outro é determinada social e espacialmente. Corresponde ao analista distinguir onde está o predomínio e tentar explicá-lo” (SANTOS; ARROYO, 1997, p. 57).

Ademais, “a geografia tenta entender que período e região, longe de constituir simples unidades temporárias e espaciais autônomas, constituem, no rigor da verdade, uma única totalidade menor tributária de uma totalidade superior ou totalidade-mundo que é o espaço-tempo” (LENDE, 2006, p. 153). Confirmando assim, o motivo pelo qual a região enquanto expressão temporária do período não poder ser explicada por ela mesma como se fosse um todo isolado no tempo e no espaço.

3.2 A região frente ao rearranjo produzido pelo período da globalização

O período atual é caracterizado por uma modernidade-mundo globalizada. Sua difusão é extremamente rápida, fazendo com que esteja presente em todos os lugares, embora com algumas defasagens. Essa realidade atual é a “cara” da totalidade, que em sua totalização espraiou-se sobre todo o planeta e difundiu suas modernizações, constituindo assim o espaço-tempo do presente: o período da globalização com sua base geográfica do meio técnico-científico-informacional.

A globalização e a emergência do seu novo meio geográfico rearranjaram o espaço na escala mundial. O espaço mundial ao acolher as modernizações recentes passa por uma nova formação, alterando formas e conteúdos nas regiões e lugares. Muda o mundo, muda as regiões, muda os lugares.

Com o fortalecimento e maior nível de integração e de intensidade nas relações da economia-mundo ocorrem ajustes espaciais, recomposições espaciais que terão rebatimentos

nos arcabouços regionais e em seus funcionamentos. Os atributos geográficos dos lugares passam por uma nova seleção sob a batuta do movimento de acumulação do capital, a escala planetária; particularidades e singularidades vantajosas são trunfos imprescindíveis no ambiente de competitividade agressiva da atualidade. Assim, o espaço é revalorizado e reafirma sua heterogeneidade, contradizendo aqueles que pregaram a homogeneidade advinda do espraiamento do capitalismo sobre toda a face da terra. A própria lógica de funcionamento do capitalismo, devido às suas contradições imanentes, é quem produz a heterogeneidade espacial. Observando a realidade capitalista na atualidade, sob a ótica espacial, Harvey (1998, p. 67) atesta que

o mundo não se apresenta como um tabuleiro sobre o qual a acumulação do capital jogou o seu destino. É uma superfície muito variada, diferenciada ecológica, política, social e culturalmente. Os fluxos de capital encontram alguns terrenos mais fáceis de ocupar do que outros, em diferentes fases de desenvolvimento. O contato com o mercado global capitalista levou algumas formações sociais a se inserirem agressivamente, enquanto outras não o conseguiram com efeitos extremamente importantes.

Assim, a globalização não tem como corolário a homogeneização espacial, muito pelo contrário, ela é sinônimo de heterogeneidade, desde que a considere na lógica do modo de produção capitalista, que tem sinonímia de desigualdade, de injustiças. No período atual, as desigualdades sociais e também espaciais foram ampliadas, ficando passíveis de serem cartografadas e, se fosse o caso, na tentativa de representação coroplética do real, poder-se-ia obter como resultado, grandes hiatos espaciais expressos entre cores muito “quentes” e cores muito “frias”, ou mesmo uma imagem do mundo assemelhada a um monstro se optássemos por representações anamórficas¹¹.

Os atributos que valorizam cada recorte espacial e atraem os fluxos de capital não são fixos no tempo histórico, eles mudam com a sociedade e o desenvolvimento capitalista, o que justifica os ajustes espaciais constantes. Esses são o resultado das manobras do sistema do capital em seus processos de reciclagem e de reinvenções na tentativa de superar seus ciclos de crise. A produção capitalista do espaço expressa todos os processos de formação e de funcionamento dele próprio, materializados em paisagens variadas, formando mosaicos de elementos que guardam enquanto testemunhos de seus ciclos e dos usos do território historicamente. O espaço é repleto de formas-conteúdos variadas que são revelações das

¹¹ Técnica cartográfica que produz alterações propositas nos tamanhos dos territórios de acordo com os dados representados, porém mantendo seus contornos.

funcionalidades atribuídas a cada pedaço territorial e que compõem regiões funcionais do todo que asseguram, dada às condições técnicas do meio geográfico atual: a operação do sistema do capital na escala do mundo.

Nos dias atuais, por força do movimento do capital e suas demandas, a produção capitalista do espaço dar-se sob a égide da construção do meio técnico-científico-informacional como fato e como tendência devido à força difusora do período da globalização. Contudo, a realidade espacial guarda diferentes densidades desse novo meio geográfico, mas por ser global, funciona enquanto sistema, enquanto peças diferenciadas que se combinam e sem as quais a engrenagem da acumulação globalizada capitalista não funciona. Assim, cada fração territorial é imprescindível como peça da engrenagem maior, da engrenagem global, em que cada peça (ou seja, território) tem sua função determinada, não importa seu tamanho ou sua função em um mundo em que o sistema do capital é global, está presente em todo planeta, logo, não há como funcionar senão como sistema muito bem articulado e reticulado. Entendendo essas mudanças espaciais sob a perspectiva histórica e geográfica, Harvey (2004, p. 80) afirma que “o capitalismo não pode sobreviver sem seus ‘ajustes espaciais’. O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica (tanto em termos de expansão como de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses”. Nesse contexto, o período da globalização demanda e implementa seus “ajustes espaciais” atendendo às exigências do capitalismo que “constrói e reconstrói uma geografia à sua imagem e semelhança” (p. 80).

Afirmar que o capitalismo constrói seu espaço enquanto sua imagem e semelhança significa dizer que toda sorte de desigualdades socioespaciais também são sua imagem e semelhança e não distorções do sistema. Conseqüentemente, as configurações do mundo, as classificações, por exemplo, em países desenvolvidos e subdesenvolvidos são na realidade, produções imanentes do próprio capitalismo e não estágios rumo ao desenvolvimento. Por analogia, pode-se afirmar também, que as diferentes regiões do mundo e seus níveis hierárquicos são produções do capitalismo. Haesbaert (2010, p. 128) assinala que “a reprodução ampliada do capital exige também, constantemente, o refazer da diferenciação social e geográfica”. Portanto, as aparentes distorções como as desigualdades regionais não são propriamente distorções, mas a cara do próprio sistema do capital; é a marca espacial da sua contradição e dialética de funcionamento.

É inegável, independente da posição teórica-conceitual do geógrafo ou de qualquer outro estudioso, constatar que a realidade empírica do mundo atual é o resultado imperioso da

lógica capitalista em ação, que imprime suas marcas no espaço, o produz, organiza-o e o aproveita conforme as conveniências momentâneas requeridas pela acumulação do capital. Nesse processo dialético, as regiões aparecem cada qual com seus graus diversos de possibilidades, como potenciais espaços a serem aproveitados funcionalmente e a exercerem papéis demandados pela reprodução do capital. Assim, as regiões formam tipologias momentâneas que correspondem às formas de suas inserções no estágio do modo de produção, internalizando-o de maneira objetiva e subjetivamente, movendo seus limites e alterando seu conteúdo. Esta constante produção da região se dá como resultante da dialética entre as forças internas e as forças externas que tocam e delegam funções à região. Razão pela qual, a região não ser inerte, nem tampouco imutável às transformações do mundo. O conteúdo, as funções, o viver e o fazer na/da região em cada momento acompanham seu tempo, seu período e, nos dias atuais, seu arcabouço está cada vez menos duradouro.

Os ajustes espaciais promovidos pela globalização ganham relevo e, sobretudo, perdem durabilidade devido à aceleração do presente. Os fluxos e movimentos de capitais são intensos e rápidos na escala do mundo, fazendo com que ocorram constantes ajustes espaciais de acordo com os interesses momentâneos. Sumariamente é possível afirmar que

[...] o processo de globalização reorganiza o espaço mundial. Os agentes globais, que comandam o processo, escolhem os lugares em função do cruzamento de duas variáveis. Seus próprios objetivos e os atributos dos lugares. É por isso que, ao contrário do que a palavra sugere, **a globalização é um processo seletivo, gerador de desigualdade**. Os agentes que realmente decidem abrem o mapa-múndi e escolhem onde vão crescer, onde vão se consorciar, de onde vão sair: a escolha é deles de acordo com seus objetivos estratégicos e dos atributos de cada território. Eles vão para determinados lugares e não vão para outros. Há lugares muito engatados na dinâmica global e outros bem menos. A globalização, portanto, é um processo que não anula as hierarquias, mas as recria (ARAÚJO, 2008, grifo nosso).

Vale dizer novamente que no período da globalização, ganha relevo a financeirização e seus agentes atuam na escala do mundo, mas não deixam de olhar para as particularidades dos territórios. Segundo Oliveira (2006, p. 34), “[...] existe uma acumulação comandada pelo capital-financeiro, ou uma acumulação à dominância financeira. [...] A forma financeira deslocou-se da forma capital-produtivo, a divisão mundial do trabalho é agora comandada pela oferta de capital-dinheiro, que escolhe as localizações espaciais do capital-produtivo”. É assim que se estabelece uma verdadeira guerra espacial, uma “guerra de lugares”, onde cada lugar procura chamar a atenção do capital-dinheiro, mostrando suas vantagens através de

marketing do lugar¹², querendo assim que o capital-dinheiro aterrisse e faça uso do seu território. Mesmo com a implementação das políticas neoliberais e a apregoada “morte do Estado”, enfaticamente pós-década de 1990, principalmente na América Latina, o Estado age vigorosamente como forte protagonista em promover a visibilidade e viabilidade de recortes territoriais eleitos como capazes de ser competitivos e capazes de atrair o capital-dinheiro para assim engatar competitivamente na economia-mundo da globalização.

Contudo, todas as estratégias colocadas em curso por grandes conglomerados, firmas diversas, Estados-Nação, regiões etc, típicas do período atual, participam de um mesmo movimento que formam a economia-mundo e que se expressam territorialmente dando contornos e características a manifestações regionais, já que “a globalização afeta os bens, os serviços, os mercados, os capitais, mas se aplica de forma muito desigual aos homens e, por isso, aos territórios” (PRECEDO LEDO, 2003, p. 286). Nesse sentido, Harvey (2004, p. 88) ver a globalização em curso “como um processo de produção de desenvolvimento temporal e geograficamente desigual”, tendo como resultado “geografias das desigualdades”, a fragmentação territorial (SOUZA, 1998, p.), ou seja, do ponto de vista regional, tem-se ajustes espaciais conformando “regiões ganhadoras” e “regiões perdedoras” (BENKO; LIPIETZ, 1994), regiões dinâmicas e as regiões menos dinâmicas, estagnadas (ARAÚJO, 2000), ou mesmo espaços do mandar e espaços do fazer, do obedecer (SANTOS, 2002b), bem como territórios centrais e territórios periféricos (RÜCKERT; MUNGÓI; RAMBO, 2009). Enfim, são novas geografias que se desenham no espaço mundial, personificando o espaço-tempo presente. Cabe estudar esse amálgama regional frente ao período atual, sem desprezar nenhuma das facetas espaciais da globalização, não só as regiões privilegiadas pelos atores hegemônicos, mas também aquelas regiões mais marginais, tidas como hegemônicas.

A realidade geográfica atual deve ter em conta a concreção do novo meio técnico-científico-informacional. Graças às condições facilitadoras de fluxos materiais e imateriais propiciadas por esse novo meio geográfico, ocorre uma maior fugacidade dos eventos na escala do mundo, resultando em impactos seletivos e em graus diversos nos lugares. Com isso, as modernizações do período se difundem na escala planetária, resultando em modernidades territoriais de densidades variadas nas regiões, sendo esse um possível

¹² “Se os grandes projetos, enquanto modo de apropriação e organização territorial, são os dos anos 60 e 70, a disputa entre municípios e estados para atrair capitais é fato mais recente entre nós, passando a assumir relevância na última década do século passado. A guerra fiscal expressa, de um lado, o vácuo de políticas territoriais na escala federal e, de outro, a emergência de novas formas de articulação entre capitais e forças políticas que favorecem uma redefinição das relações entre as escalas sub-nacionais (municipal, estadual, regional), nacional e global” (VAINER, 2007, p. 12).

indicativo do grau de integração da região à globalização. Como resultado das variações de densidades dos imperativos da modernidade, teríamos, nas palavras de Silveira (1999), um arranjo de *geografias luminosas e geografias letárgicas*. Assim, podemos identificar esses arranjos geográficos expressos em regiões. As regiões com maior densidade das modernidades podem ser conhecidas como “luminosas” e “dinâmicas”, já as de menor densidade ou rarefeitas são as “opacas” e “letárgicas”, cabendo entre elas intermediações variadas. As regiões luminosas são aquelas com maior densidade de imperativos modernos relacionados ao conteúdo técnico, científico, informacional e normativo. Esse tipo regional são os “espaços da globalização”, recortes territoriais privilegiados pelo mercado e quase sempre pelo Estado. Já no caso das regiões letárgicas e opacas, essas seriam opostas das regiões luminosas, porém não fugindo ao processo geral do período que chega a todos os lugares e recantos regionais. Esses dois tipos de manifestação geográfica coexistem espraiadas com arranjos particulares de acordo com cada recorte dado na escala global. Nas palavras de Santos (2008a, p. 101), tem-se assim, “os espaços comandados pelo meio técnico-científico são os espaços do mandar, os outros são os espaços do obedecer”.

No Brasil, essa cartografia de luminosidades e opacidades¹³ é bastante clarividente, expressando as desigualdades socioespaciais características do país. Há um mosaico de regiões com densidades diversas dos aportes das modernizações do período, mas o processo abrange todo território nacional sem deixar nenhuma região à margem, o que é facilitado pela integração material e imaterial interna do país e desse com o mundo. Esse mosaico regional articulado e integrado se funcionaliza a partir de tramas particulares horizontais, mas ligadas às tessituras verticais, numa dialética de fixos e fluxos. Assim, temos a “dialética do território”, uma vez que, segundo Silveira (1999, p. 428), ela se constitui a partir do confronto e da síntese entre verticalidades e horizontalidades.

A lógica das geografias das desigualdades pode ser vista em dados socioeconômicos, mas também é evidente na materialidade do espaço, uma vez que “o ambiente construído diferencia-se pela carga maior ou menor de ciência, tecnologia e informação, segundo regiões e lugares: o artifício tende a sobrepor-se à natureza e a substituí-la” (SANTOS, 2008a, p. 69), ou seja, as modernidades imperantes do período darão as especificidades do arranjo espaço-temporal presentes no território onde o seu acontecer pode ser espelhado em regiões com seus respectivos adjetivos emergidos da realidade como letárgicas, opacas, não dinâmicas, perdedoras ou ainda as luminosas, dinâmicas, ganhadoras... A conseqüente realidade espacial

¹³ Ver SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 5 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

que tipifica cada região frente às modernizações é a “cara” do desenvolvimento temporal e geograficamente desigual. Nessa linha, Benko (2001, p. 9) diz que “nosso mundo global é assim um mosaico composto de uma miríade de regiões, de localidades, de países, que não são, necessariamente, equivalentes”.

As diferenciações regionais não são plasmadas e ficam inalteradas com o passar do tempo. Elas assumem feições e papéis a cada momento. Corroborando com essa ideia, Lende (2006, p. 141) assevera que “a cada momento da história, a ação das diversas variáveis depende das condições materiais e não materiais de existência do sistema temporário considerado, às quais lhe outorgam um valor, um significado e uma hierarquia”.

Sob o ponto de vista do capitalismo, em termos de pobreza e riqueza há uma desigualdade espacial visível em escala mundial, mas segundo Lipietz (1988, p. 29), na sua maneira de ver, “não há ‘região pobre’, há apenas regiões de pobres, e, se há regiões de pobres, é porque há regiões de ricos e relações sociais que polarizam riqueza e pobreza e as dispõem diferentemente no espaço”. O pensamento desse economista refuta de vez a imaginação e a propagação ideológica de estágios de desenvolvimento, e encaminha a análise para entender as regiões num mesmo movimento em que riqueza e pobreza são resultantes de um mesmo processo que seria o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Assim, as “regiões de pobres” não estão atrasadas quanto ao desenvolvimento capitalista, elas estão atualíssimas e exercem um papel determinado na reprodução do capital, sendo, portanto, necessárias à existência das regiões dos ricos.

As diferentes situações das regiões não são permanentes em vista que “estamos constantemente fazendo e refazendo os tempos-espacos nos quais vivemos nossas vidas. E a globalização, imaginada através das lentes desta conceitualização de espaço-tempo [...]”, argumenta D. Massey, “é uma reestruturação profunda, mundial daqueles espaços-tempos, em linhas particulares. É um refazer daqueles espaços, lugares e culturas herdadas, mas sempre temporários e provisórios e que são sempre eles mesmos produtos híbridos de reestruturações prévias” (2007, p. 153). Compreendendo a questão do espaço-tempo enquanto momentos da totalidade, do ponto de vista empírico, ou seja, da totalidade concreta, é válido acrescentar que “cada país recria a totalidade planetária (isto é, um modo de ser do mundo, pretérito ou contemporâneo) de modo diverso e desigual. Cada período e região recriam o mundo e o país ao uníssono, funcionalizando, objetivando e individualizando diferentes parcelas e combinações de ambos” (LENDE, 2006, p. 142). Para o autor, a região é uma faceta diferencial da totalidade-mundo, mediada, decantada ou “filtrada” pela formação

socioespacial que opera como uma espécie de ponte entre a totalidade-mundo e a região. Assim, a relevância de encarar a região, em tempos de globalização, não só em relação ao internacional, externo ao Estado-Nação, desconsiderando-o. A observação de escala não é só em termos espaciais como também, deve-se levar em consideração a intermediação de outra escala, a qual Santos (2005a, p. 63), chamou de escala do tempo ao se referir que as significações das variáveis vindas do centro do sistema não têm o mesmo valor para todos os países, “pois cada país é portador de uma temporalidade própria, sem dúvida subordinada à temporalidade internacional fornecida pelo modo de produção. Essa temporalidade própria e interna ao país é igualmente objetiva, atuante e relativamente autônoma”. Segundo ainda o autor, tem-se o tempo externo ao país (do modo de produção dominante), o tempo interno do país (da formação socioespacial) e outros tempos subnacionais (das regiões e dos lugares). Os tempos internos são os tempos da totalidade tornada empírica, tornada espaço, isto é, convertida em território usado no país, nas regiões e nos lugares. Desse modo,

as regiões e os lugares não são nada mais do que **lugares funcionais** do Todo, esses tempos internos são também divisões funcionais do tempo, subordinados a dialética do Todo, ainda que possam, em contrapartida, participar do momento do Todo e assim influenciá-lo. É, aliás, por esse fato que as regiões e lugares, mesmo não dispendo de uma real autonomia, influenciam o desenvolvimento do país como um todo (SANTOS, 2005a, p. 65).

Como já enfatizado, o posicionamento aqui defendido é o de que a escala nacional ainda tem importância capital e o Estado continua sendo um protagonista de destaque nessa fase da história, mesmo com a adoção das políticas neoliberais. Não há como negar também, o peso exercido pela formação socioespacial, seja em relação à escala exterior ou em relação às escalas inferiores. A formação socioespacial não é algo histórico que se perpetua inerte e sem transformações. Ela é dinâmica e acompanha o tempo-presente, as modernizações e a sociedade. É bom lembrar, como bem afirma Lende (2006, p. 148), que se vale da geógrafa Maria Laura Silveira, que

a natureza do processo de modernização remete-nos a um incessante movimento, sincrónico e diacrónico ao mesmo tempo, de gêneses, estruturação, reprodução e metamorfoses da sociedade e do território, mediado pelo perpétuo movimento da totalidade. Nesse processo de totalização-modernização, os objetos, as ações e as normas vão mudando, ganhando novas formas e funções. Esse processo paralelo de formação da sociedade e do território, de trabalho acumulado e trabalho presente, de

construção material e política, é a formação socioespacial (M. L. SILVEIRA, 2003, p. 10).

Desse modo, a formação socioespacial e o Estado não podem ser desprezíveis quando se quer entender as regiões, pois eles exercem ações e coerções no acontecer regional. Eles são se não, os intermediadores da relação global com o regional/local, mas pelo menos influenciadores.

Tendo a compreensão evidente de que o período da globalização impacta articuladamente todo ecúmeno, é necessário também entender a presença do período nas regiões que estão à margem dos centros de modernidades, afinal elas também fazem parte do todo e são funcionalizações do mundo. Assim, o desafio da presente tese é compreender a Região do Seridó paraibano e potiguar a luz do período atual, porém sem negligenciar suas heranças com os outros momentos passados de seu espaço-tempo. Por essa razão, Silveira (1999, p. 63) coloca que “a região decorre do rearranjo contínuo de tempos de diversas escalas. Funcionalização dos eventos do mundo mediatizados pelas formas e tempos da formação socioespacial, a região é complexa e o sistema de eventos que permite compreender uma dinâmica nacional se torna insuficiente”.

O estudo regional para ser coerente e realmente explicar a região como resultante de momentos da totalidade, não pode desprezar o acúmulo de tempos materializados no espaço e nas normas sociais. Isso implica dizer que, entre outros aspectos não menos importantes, devem-se conhecer a gênese da formação regional, as modernizações técnicas que foram se sucedendo em meios geográficos ao longo de sua história, bem como as funcionalizações produtivas de cada divisão territorial do trabalho. Entender a gênese, as técnicas e os usos do território que foram sendo realizados na região do Seridó são alguns dos aspectos que será tratado no próximo capítulo.

4 REGIÃO DO SERIDÓ: DO MEIO INDÍGENA AO MEIO EUROPEIZADO DA COLONIZAÇÃO

Visando dar cabo à empreitada de estudar a região do Seridó paraibano e potiguar no período presente faz-se necessário realizar uma breve síntese regional dos períodos passados, buscando a gênese formadora da região e suas metamorfoses representativas dos seus espaços-tempos que estão impregnadas enquanto densa herança no espaço-tempo do presente.

A pretensão aqui não é realizar uma ontologia do espaço regional seridoense, mas tentar mostrar, sucintamente, seus estágios históricos de espaço-tempo, levando em conta os acontecimentos de seu interno e, evidentemente, quando possível e pertinente, incluindo os acontecimentos mais gerais, externos, ou seja, as etapas das modernizações de cada época. Sem esquecer que “é através da dialética do espaço-tempo que podemos acompanhar os processos e os estágios de desenvolvimento das formações espaciais enquanto estágios diferentes da relação homem-meio no tempo” (MOREIRA, 2007, p. 67).

Tratar de certos povos e seus longínquos períodos da história com os olhos e mente do presente pode encaminhar para erros gravíssimos. Assim, enquadrar certas épocas em meio natural, pré-técnico, técnico... torna-se um desafio. Essa dificuldade está presente em vários autores, inclusive Friedmann (1968, p. 33) que ao final do primeiro capítulo de seus “7 estudos sobre o homem e a técnica”, já se antecipava aos críticos e alertava que usando a expressão “meio natural” não estava esquecendo que esse “é desde as origens da pré-história, um meio relativamente técnico: *homo faber*...”. O autor acima (1968, p. 33) justifica que “a qualificação de ‘meio natural’ se justifica, aplicada às sociedades do passado e do presente que utilizam somente motores de energia natural (força animal, vento, água) e que ainda não alcançaram as revoluções industriais, caracterizadas pelos motores de energia térmica, elétrica, atômica...”. Para diferenciar o meio antes da colonização pelo qual passou o território brasileiro, adota-se neste estudo, o designativo meio natural ameríndio para caracterizar o ambiente dos índios nativos anterior ao seu extermínio e meio natural europeizado para caracterizar o ambiente dos colonizadores europeus.

O recorte espaço-tempo eleito para análise compreende o longo percurso histórico do meio natural ameríndio que precede o esboço do meio técnico europeizado. Dentro desses grandes recortes dos meios, podem-se balizar agrupamentos de estágios, de etapas, conforme seja conveniente. Os eventos ao tornarem-se materialidades traçam recortes territoriais

característicos, desenhando coerências funcionais, peculiaridades organizacionais e culturais, constituindo assim, esboços regionais.

4.1 O “primeiro espaço” da hoje região do Seridó

De maneira sumária, o geógrafo Ruy Moreira (2007) divide os estágios de desenvolvimento do espaço-tempo que constituíram as formações geográficas na história em nove etapas delimitadas por modernizações que caracterizam cada qual. As etapas são nomeadas de “primeiro espaço”, “segundo espaço”... “nono espaço”. Cada espaço é caracterizado por um conjunto de modernizações que marcam o rompimento com o espaço pretérito e imprimi um novo espaço, através de gradativas sucessões de artificialidade da natureza, incorporações de próteses ao território e transformações das paisagens em espelho do estágio do espaço-tempo. As construções desses espaços vão desde a descoberta do fogo, da agricultura, da domesticação de animais, passando por inventos mais sofisticados que resultaram nas Revoluções Industriais até alcançar a época atual de globalização com as revoluções da informática e da engenharia genética (MOREIRA, 2007, p. 41-57). Evidentemente que as modernizações ocorridas na história ao longo dos nove espaços, são acompanhadas também por mudanças na forma de pensar, nas crenças, desejos, necessidades, na construção do conhecimento, na racionalização e em suas intencionalidades. Esses diferentes estágios se dão, nas palavras de Santos (2008a, p. 16), porque “com a presença do Homem sobre a Terra, a Natureza está sempre sendo redescoberta, desde o fim de sua História Natural e a criação da Natureza Social até o desencantamento do Mundo: da passagem de uma ordem vital a uma ordem racional”.

Moreira (2007, p. 41) entende que “o [primeiro] espaço surge na história através da organização territorial dada pelo homem à relação com o meio”. Para tanto, “dois acontecimentos balizam o início dessa história, atuando desde então como determinantes da relação estável do homem com o seu espaço. A descoberta do fogo é o primeiro. A da agricultura é o segundo” (p. 41). Portanto “o fogo é o dado seminal” ao possibilitar que o homem aprenda a controlar o meio e para dominar os territórios. Já a agricultura será “o dado integrador” possibilitando ao homem “dá arrumação espacial à natureza [...] e assim criar os territórios” (p. 42). É neste estágio de primeiro espaço que os habitantes ameríndios do Seridó têm sua história circunscrita. Ressalta-se que há alto grau de dificuldade para enquadrar precisamente que estágio os ameríndios seridoenses alcançaram de acordo com a proposta de

Moreira, uma vez que os dados são escassos e os estágios não são lineares. Contudo, é certo que antes da colonização europeia, o hoje Seridó, já era habitado, e havia também o uso de técnicas e de ações empreendidas sobre a natureza, guardando suas peculiaridades específicas, ou seja, as marcas culturais do povo nativo que usavam o território.

Os indícios mais antigos da presença humana no Brasil datam de 50 mil anos, eles foram encontrados, através de pesquisas arqueológicas, na Serra da Capivara, Estado do Piauí. Esses povos, ao que indica, devido às condições naturais há aproximadamente 11 mil anos, isto é, no final do período Pleistoceno e começo do Holoceno, tiveram que migrar em função das mudanças climáticas. Por essas questões climáticas o hoje Nordeste brasileiro passou a enfrentar regimes de diminuição pluviométrica fazendo com que os povos migrassem em busca de melhores condições naturais que assegurassem a sobrevivência. Foi então a partir dessas necessidades que a hoje região do Seridó passou a ser habitada por seres humanos, mais precisamente pelos índios da Nação Tarairiú, do tronco linguístico Macro-Jê (CAMPELO, 2000).

Os povos pré-históricos¹⁴, ou seja, os ameríndios que há milênios habitavam as terras do Continente Americano, tinham seu próprio modo de organização social e uso do território, isto é, seu próprio espaço-tempo. O espaço-tempo dos ameríndios representava sua relação com a natureza, que por não apresentar instrumentalização, pode ser caracterizado como um “meio natural” ou “pré-técnico” (SANTOS, 2002b). As forças mobilizadoras de ações empreendidas no meio são atribuições de necessidades de sobrevivência e não orientadas por questões de acumulação, de fatores mercadológico-econômicos. Essa é a época em que a preocupação e a obrigação dos habitantes, “como todos os animais”, é “lutar por sua sobrevivência” (PLEKHANOV, 2003, p. 47). No caso brasileiro, a ocupação do espaço pelo homem, segundo dados arqueológicos que mantém certa confiabilidade, data de algo como 50.000 anos (MARTIN, 2008). A “pré-história” brasileira, no que diz respeito ao interior, em particular a parte semiárida nordestina, desperta interesse em função da “grande capacidade de adaptação do homem a uma natureza particularmente adversa [...]” (MARTIN, 2008, p. 151). Para viver num ambiente tido como hostil, os homens “pré-históricos” desenvolveram seus primeiros rudimentos de técnicas que lhes possibilitaram enfrentar as restrições impostas pelo ambiente. Plekhanov (2003, p. 48) realça que “a mão é o primeiro instrumento de que se

¹⁴ Se os historiadores em suas grandes periodizações tradicionais balizam suas divisões iniciando com um período denominando de “pré-história”, por analogia poder-se-ia também falar de uma pré-geografia? O tempo e o espaço enquanto construções sociais surgem juntos, não? Será que, do ponto de vista da sociedade, há espaço sem tempo ou tempo sem espaço? Se seguir-se a lógica dos historiadores, então, ter-se-ia assim um pré-espaço, isso é possível?

vale o homem em sua luta pela existência, como ensinou Darwin”. E é o uso da mão enquanto instrumento que possibilitará a criação de instrumentos externos, extensões do corpo, avançando na luta por dominar a natureza. Assim,

a mão, com o braço, é o primeiro instrumento, a primeira ferramenta de que se serve o homem. Os músculos do braço são a força que golpeia ou lança. Mas, pouco a pouco a máquina se exterioriza. A pedra servirá primeiro por seu peso, por sua massa. Depois, essa massa é fixada a um cabo, e temos o machado, o martelo. A mão [...], serve-lhe assim para produzir outros instrumentos, para modelar a matéria na luta do homem com a natureza, isto é, contra o resto da matéria independente (PLEKHANOV, 2003, p. 48).

Na época de seu primeiro espaço “o homem escolhia em torno, naquele quinhão de natureza, o que lhe podia ser útil para a renovação de sua vida: espécies animais e vegetais, pedras, árvores, florestas, rios, feições geológicas” (SANTOS, 2008a, p. 16). Os ameríndios do Seridó desenvolveram sua indústria lítica com a finalidade de “cortar, raspar, perfurar, talhar quebrar e esmagar ou moer” (MARTIN, 2008, p. 163). Para tanto, assegura a citada autora, esses homens desenvolveram facas, raspadores, buris, furadores, flechas, lanças, moedores e percutores (p. 163). No que diz respeito à indústria lítica, “o avança tecnológico pode ser observado não somente a partir dos instrumentos mais complexos e bem elaborados partindo-se das melhores matérias-primas, mas também a partir das adaptações e da inventiva humana capaz de conseguir artefatos das rochas menos apropriadas” (MARTIN, 2008, p. 163).

No tocante à agricultura e à obtenção de alimentos, Martin (2008, p. 180) afirma que “a agricultura nas Américas é muito antiga, tendo-se desenvolvido a partir de cultivos locais e métodos próprios e não do Velho Mundo, como erroneamente alguns arqueólogos afirmam”. Assim, a agricultura ameríndia “deve ter surgido de um processo lento de observação e de práticas milenares independentes, pois assim indica a variedade das plantas americanas cultivadas, completamente diversas das do Velho Mundo, tanto elas próprias como as formas de cultivá-las” (MARTIN, 2008, p. 180).

Já no caso da pecuária, segundo a autora, no Nordeste brasileiro “não houve qualquer espécie de domesticação de animais com aproveitamento econômico”, ou seja, “não se realizou na pré-história brasileira a dualidade cultivador-pastor ou criador” (2008, p. 181).

No estágio do seu primeiro espaço, os povos ameríndios do Brasil não tiveram interesse em se sedentarizar, urbanizar, portanto “o nomadismo ou semi-nomadismo do índio pré-histórico do Brasil, sempre atrás da caça e abrindo novos campos de cultivo, foi um dos

fatores determinantes da sua estrutura pré-urbana e do seu desinteresse na construção de moradias estáveis” (MARTIN, 2008, p. 181). Ainda segundo a referida autora,

O indígena do Nordeste, antes da colonização europeia, no seu nível cultural mais avançado nunca ultrapassou o estágio neolítico primário pré-urbano. Sua habitação não era permanente, não trabalhou a pedra para construção de moradias, não soube fazer o tijolo nem o adobe. Não conheceu os metais, a roda, nem o torno oleiro e não domesticou nenhum animal economicamente rentável. Sua organização social não estava dividida em classes (MARTIN, 2008, p. 151).

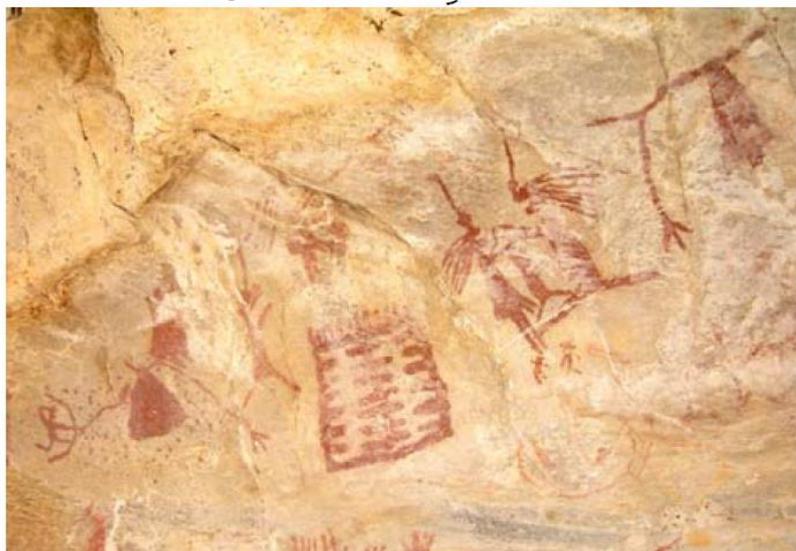
Embora as informações vindas da arqueologia sejam escassas e imprecisas, a partir dos esforços de G. Martin, pode-se imaginar o primeiro espaço dos povos ameríndios que durante um tempo longo, praticamente sem sucessão que não as da natureza, possibilitaram a reprodução desses povos durante milênios em harmonia com as limitações e benesses condicionadas pela natureza. Embora o tempo do primeiro espaço dos ameríndios que habitaram o hoje Nordeste, em particular, o Seridó, seja marcado pela longevidade do estágio pré-técnico e do modo de viver, ele é o começo da história, da escrita cultural do homem sobre a terra nessa parte do mundo. O meio e o tempo desses povos, aos nossos olhos podem parecer não evolutivo no que diz respeito ao estágio técnico, mas certamente aos olhos das sucessivas gerações de ameríndios eles não o foram. Esses povos, ao que indica, tinham a preocupação em passar sua história adiante às gerações futuras. Não por acaso, existem no Seridó, diversos exemplos que podem ser vistos nas inscrições rupestres espalhadas por toda região. Não seria essa uma forma de passar o conhecimento acumulado, a cultura com suas crenças, mitos e ritos, seu sistema de valores, modos de fazer etc, para as outras gerações? Para G. Alves que estudou a “arte rupestre” paleolítica do Seridó,

as populações humanas que constituíram suas singularidades culturais antes do período da escrita alfabética fizeram das imagens grafadas seu código de comunicação predominante, entre os grupos culturais da época em que viveram. Num artifício de duplicar, no sentido de representar, os utensílios, os animais e o próprio indivíduo, essas populações acabaram por nos legar uma forma de comunicação cujos contextos e detalhes foram e continuam sendo um enigma a ser decifrado (ALVES, 2008, p. 69).

Os habitantes da região do Seridó em sua fase de primeiro espaço, pode-se dizer, já eram capazes de pensar seu mundo, de buscar interpretá-lo e comunicar seu saber para as gerações posteriores de sua comunidade fazendo uso da linguagem, que, aliás, segundo Vargas (1994, p. 185-193), essa é uma técnica antiga dos povos indígenas. Os escritos

rupestres ainda hoje guardam esses testemunhos enigmáticos, esse código comunicativo do qual a cultura de hoje (europeia) não consegue torná-lo inteligível. Mas, mesmo que as mensagens desses ameríndios estejam criptografadas para nossa cultura é possível perceber representações do seu meio, do seu cotidiano,—nas imagens de animais, plantas, rituais etc. (Foto 1).

Foto 1 – Inscrição rupestre – Sítio Arqueológico Abrigo do Morcego, Carnaúba dos Dantas – RN



Fonte: Alves (2008)

Nos longos tempos dos ameríndios seridoenses, eles desenvolveram suas formas de relações e intermediações com seu meio. Seus utensílios e seus conhecimentos da natureza garantiram a perpetuação de sua presença nessa parte do mundo. Os prolongamentos do corpo em forma de instrumentos e seu conhecimento de como aproveitar a natureza no que ela podia oferecer, formavam o saber prático da época, isto é, seu esboço de sistema técnico, já que “a técnica é criação enquanto desdobramento da racionalidade” (CASTORIADIS, 1987, p. 242), e esses povos já o tinham à sua maneira.

Durante muitos séculos, povos ameríndios escolheram o território da hoje região do Seridó como seu ecúmeno, “esse pedaço de mundo é, da Natureza toda de que ele pode dispor, seu subsistema útil, seu quadro vital” (SANTOS, 2008a, p. 16). Esse era o tempo em que “o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo” (SANTOS, 2002b, p. 235).

As partes escolhidas da natureza constituíam para esses homens seu pedaço territorial essencial à vida, em seu espaço vital¹⁵. Esse espaço não era totalmente natural, inocente às técnicas e à racionalidade humana, era o espaço que servia de morada para esses homens. Os homens do Paleolítico, “[...] mais do que ser territorial e ecológico, tal como as feras que ele defrontava, já era um Homem capaz de responder às agressões do meio através de invenções” constata H. Isnard (1982, p. 35), referindo-se que “muito cedo, soube utilizar o fogo que deveria perturbar a ordem natural das coisas, fabricar utensílios de pedra, todo um arsenal de artefatos pelos quais a sua liberdade iria rapidamente afirmar-se contra a necessidade” (ISNARD, 1982, p. 35)¹⁶.

Na longa fase vivida no Seridó, chamada pelos historiadores de “pré-história”, o meio não recebeu grandes transformações, mas “[...] nos indica entretanto, sem sombra de dúvida, os primeiros esboços de ferramentas [...] como o primeiro balbucio do homem acima da animalidade” (FRIEDMANN, 1968, p. 15).

A fase do meio natural (ou pré-técnico) ameríndio do Seridó que antecede a fase do meio “natural” europeizado é marcada por uma relação bem mais próxima com a natureza: sem a domesticação de animais; da agricultura incipiente e itinerante; de material lítico e de madeira; com um conhecimento e uma percepção de mundo muito limitado enquanto sua extensão verdadeira, considerado o relativo isolamento e a capacidade técnica da época. Friedmann (1968, p. 25) acrescenta que “a mentalidade dos indivíduos, num grupo humano, é inseparável do conjunto de suas condições de existência e particularmente do estado dos conhecimentos das técnicas, e da linguagem que eles dispõem para se exprimir”. Em síntese, esse meio natural ameríndio é a expressão do espaço-tempo, com sua extensão, sua duração e seu modo de viver dessa longa época. Mas, com a colonização e a implementação de um novo meio europeizado, o Seridó passa por grandes transformações.

4.2 O salto espaço-temporal: a europeização em marcha

O processo de europeização empreendido com a colonização de novos territórios proporcionou um salto geométrico na questão do espaço, do tempo e do ser-no-mundo nos lugares tocados pelas modernizações advindas do “Velho Mundo”. A europeização

¹⁵ Não tratando da realidade específica do Seridó, mas pensando de maneira genérica, Isnard (1982, p. 35) descreve que “habitando em cavernas, o homem vestido de peles de animais, tirava a sua subsistência da colheita, da pesca e da caça no espaço vital que a horda conquistou”.

¹⁶ As citações de H. Isnard (1982) então adaptadas da língua portuguesa de Portugal dos anos de 1980 para a língua portuguesa adotada no Brasil na atualidade.

implementou ações resultantes em novas culturas, costumes, crenças, valores, técnicas etc, que passaram gradativamente a ser imperantes no “Novo Mundo” das Américas, tendo como corolário formas-conteúdos até então desconhecidas pelos nativos ameríndios. Os eventos que cruzam o Atlântico, ao chegar às terras brasileiras, trazem consigo relações espaço-tempo europeias, que ao serem deliberadas através de ações no uso do território, inevitavelmente resultaram em conflitos de “mundos” justamente pelo hiato que separava a compreensão de “mundos” de cada um. São racionalidades diametralmente diferentes.

Os homens ameríndios que por aproximadamente 10 mil anos viveram na hoje região do Seridó não deram passos maiores para chegar ao estágio que Moreira (2007) chama de segundo espaço, esse que é caracterizado entre outros aspectos pelo aperfeiçoamento da técnica seletiva, pela produção de excedentes, pela divisão social do trabalho e pelo surgimento da cidade. De um espaço ameríndio restrito ao local, passa-se, num grande salto escalar em termos de tempo e de espaço, para um estágio em que “o surto das trocas a longa distância leva a um contínuo intercâmbio de plantas e animais entre os diferentes continentes do mundo” (MOREIRA, 2007, p. 48).

O progresso técnico e o encurtamento das distâncias, graças aos avanços dos transportes marítimos, aproximaram “os Mundos”, caminhando paulatinamente para formar um novo amálgama de relações espaciais e temporais. Grataloup (2006, p. 38-39) atesta essas novas relações, afirmando que “a história do Atlântico, que de ruptura total tornou-se em três séculos um espaço de relações vivas entre suas duas margens [...]”. Porém, o autor não encara o espaço destituído do tempo, pois, para ele “a criação de um tal espaço supôs a subordinação da temporalidade ameríndia pela europeia. A mudança de escala foi também temporal” (p. 39).

Foi devido aos progressos técnicos europeu no final do século XV, possibilitando maior capacidade de deslocamento, que ocorreu um alargamento dos intercâmbios e do desenvolvimento do comércio mundial em grande escala, sob o comando de Espanha e Portugal, na época das Grandes Navegações. É a partir desse contexto que surge a criação de “espaços derivados” na América e a fundação de povoados (SILVEIRA, 1999, p. 35).

Os intercâmbios impulsionados por objetivos comerciais rompem os confinamentos locais de plantas e animais, rearranjando-os territorialmente em escala continental. É assim que “tabaco, cana, arroz, café, trigo, bois, cavalos, ovelhas saem do ‘velho mundo’ para cruzar em sentido contrário com a batata, o milho, drogas diversas, espécies do ‘novo

mundo’, entrecruzando os espaços num troca-troca que altera com mudanças radicais os ambientes e os gêneros de vida” (MOREIRA, 2007, p. 49).

Quando os portugueses pisaram em solo brasileiro se depararam com os povos nativos ameríndios que já acumulavam uma longa história. Provavelmente, quando os colonizadores chegaram aonde é hoje o território do Seridó, se depararam com nativos da “Nação Tarairiú”, que eram nômades, tinham uma agricultura pouco desenvolvida, alimentavam-se de peixes, de cobras do Sertão e mel de abelhas, conforme supõe Borges (1993). Os dados relativos a esse povo mostram a relação íntima do homem com a natureza, sem maiores intervenções técnicas que fugissem aos seus domínios, tratando-se literalmente do que o geógrafo Bernard Kayser chamaria de “espaço indiferenciado” (apud ANDRADE, 1984, p. 108-109)¹⁷.

Nesses “espaços indiferenciados”, a “natureza triunfa e o homem se adapta” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 29), mesmo com a presença incipiente de um esboço técnico.

Na historiografia sobre a colonização do Brasil, com enfoque particular na Paraíba e no Rio Grande do Norte, consta que os colonizadores iniciaram suas atividades nesses territórios a partir do Século XVI, explorando primeiramente o pau-brasil no litoral e, posteriormente, desenvolvendo a cultura de cana-de-açúcar na Zona da Mata, iniciando assim, a implantação gradativa de um meio europeizado. Vale lembrar que “a colonização é uma anexação, por uma sociedade, do espaço de outra sociedade diferente” (ISNARD, 1982, p. 31).

Esse é o tempo do início do desenvolvimento de práticas agrícolas tendo como agente principal de transformação o próprio corpo do homem, seja na produção ou para percorrer as distâncias, conforme atestam Santos e Silveira (2003, p. 29). Acrescentam ainda que esse processo acarretava em desmatamento, mas que, “todavia, esse processo não significou a implantação de próteses nos lugares, mas a imposição à natureza de um primeiro esboço de presença técnica [europeia], pois ritmos e regras humanas buscavam sobrepor-se às leis naturais” (p. 29).

¹⁷ “Assim, admite o citado autor [Bernard Kayser] que nas áreas subpovoadas e habitadas por povos de baixo nível cultural e de civilização, como os nossos indígenas, [...] onde não se organizou uma economia monetarizada, onde a produção é destinada ao consumo dos produtores e não se formaram ainda fluxos comerciais, teríamos o que chamou de *espaço indiferenciado*” (ANDRADE, 1984, p. 108, [grifo no original]). Prosseguindo, o autor (p. 109) confirma que “temos que admitir que no século XVI, por ocasião do início do povoamento, quando a Paraíba era habitada por indígenas que viviam na Idade da Pedra, tinha ela o seu território caracterizado como espaço indiferenciado, diante da inexistência de fluxos econômicos e da ausência de uma economia monetarizada”.

Entretanto, foi só posteriormente, num processo lento, que os colonizadores adentraram para o interior, motivados economicamente, principalmente pela necessidade de desenvolver a pecuária bovina e cavalara, visando assim, atender a uma demanda de abastecimento de carne e de animais para o trabalho nos engenhos de açúcar litorâneos (ANDRADE, 1984). Esse processo inicial intensifica a imposição de leis à natureza, mesmo que ainda não consiga fugir aos seus domínios.

Além dos interesses econômicos, a interiorização da presença colonial significava ampliar e assegurar território sob o domínio português numa época de disputas com outras potências, principalmente com a França e a Holanda.

Esse processo de adentramento dos colonizadores, buscando fazer uso do território interiorano, não se deu pacificamente, uma vez que os nativos resistiram ao assalto das suas terras, especialmente os da Nação Tarairiús, que habitavam o Seridó. Como consequência, houve muitos confrontos, culminando com o que ficou conhecido como a Guerra dos Bárbaros¹⁸. A supremacia técnica dos colonizadores nesse enfrentamento era inegável, principalmente do ponto de vista de armamento (exemplo expressivo é o domínio da pólvora usada em armas de fogo). As táticas ideológicas eram promovidas principalmente pela Igreja. Essas técnicas representavam um aparato de artifícios provenientes de outro meio geográfico (o europeu) já dotado de instrumentos e técnicas até então desconhecidas no território dos nativos, que dispunham das suas simples armas – arco, flecha, tacape, etc. Exemplo do estágio em que se encontrava o meio indígena¹⁹. Essa disparidade técnica fez grande diferença para a efetivação da dominação europeia na colonização do Brasil, e nesse processo, a Igreja teve um importante papel, como aponta a historiadora Assis (1997), pois para ela, só o uso da força

^{18c}Esses índios viveram harmoniosamente no Seridó, durante milênios. Os conflitos com outras tribos existiam, mas nada que pudesse pôr em risco toda uma etnia. Até que, num belo dia do século XVII, um bando de branqueiros, leia-se bandeirantes, invadiram suas terras e instalaram enormes fazendas de gado. Percebendo a sua não-aceitação por parte dos nativos, os estrangeiros fizeram de tudo para liquidar com aquele povo que atrapalhava a ocupação da região e destruía seu gado. Assim, passou a incentivar rixas antigas entre tribos rivais. Os tarairiús, tradicionalmente inimigos dos índios do litoral, logo se viram metidos num conflito com os tupis, que se haviam aliado aos portugueses. Por volta de 1680, todas as tribos dos tarairiús, mais conhecidos como tapuias (bárbaros) pelos brancos, se uniram numa espécie de confederação, para enfrentar os colonizadores no maior conflito étnico do Brasil Colonial, a Guerra dos Bárbaros.

A briga foi tão braba que os governantes precisaram contratar o bandeirante mais sanguinário da época, Domingos Jorge Velho, para acabar com o afoitamento dos índios. A Guerra dos Bárbaros durou cerca de 30 anos e dizimou milhares e milhares de tapuias. O seu fim só se deu com a rendição e a submissão dos índios, que passaram a trabalhar nas fazendas de gado que tanto detestavam.

Hoje, quase não se vêem resquícios da população e da cultura tarairiú na região. Até mesmo o povo que vive nas terras onde os indígenas viveram tem características físicas tipicamente européias. O único legado deixado, fora um ou outro cromossomo perdido no meio do material genético daquela gente, foram as pinturas rupestres espalhadas por diversos lugares e que só agora tiveram a sua importância reconhecida” (CAMPELO, 2000).

¹⁹ Tratou-se de “dez anos (1687-1697) de arco e tacape contra a pólvora e o aço. Briga desigual de branco, que trazia armas e aço e o comando astucioso dos capitães de campo – generais das batalhas que a História esqueceu – e o mau espírito trovejante da pólvora que fazia carniça sem carecer tomar chegada” (FARIA, 1980, p. 159).

militar não foi o bastante para controlar a insubmissão dos nativos, mesmo com toda superioridade técnica europeia em artefatos bélicos. Foi preciso fazer uso de outras armas (a catequese), que não eram artefatos materiais, mas armas de estratégias de alienação e coerção para dominar e incorporar os nativos no nascente processo produtivo capitalista de interesse dos colonizadores.

É preciso ressaltar que o modo de vida ameríndio era totalmente incompatível com o que estava aportando em terras brasileiras, daí uma série de “conflitos de mundos” onde se sobressai vencedor o modo de vida trazido pelos europeus. Em verdade, como bem resume Manoel C. de Andrade,

os vários grupos indígenas que dominavam as caatingas sertanejas, não podiam ver com bons olhos a penetração do homem branco que chegava com gado, escravos e agregados e se instalava nas ribeiras mais férteis. Construía casas, levantava currais de pau-a-pique e soltava o gado no pasto, afugentando os índios para as serras ou para as caatingas dos interflúvios onde havia falta d'água durante quase todo o ano. Vivendo na idade da pedra, retirando o sustento principalmente da caça e da pesca, o indígena julgava-se no direito de abater os bois e cavalos dos colonos, como fazia com qualquer outra caça. Abatido o animal, vinha a vindita e a reação do indígena e, finalmente, a guerra. Guerra que provocou muitas mortes e devastações, que atraiu os bandeirantes paulistas, hábeis na luta contra os índios, que provocou o devassamento do interior e que se concluiu com o aniquilamento de poderosas tribos e com o aldeamento dos remanescentes. Guerra que possibilitou a ocupação, pela pecuária, do Ceará, do Rio Grande do Norte, e de quase toda a Paraíba. (ANDRADE, 1973, p. 181).

O uso das armas de coerção ideológica coube aos missionários e evangelizadores da Igreja Católica que em aldeamentos catequisavam os indígenas na fé cristã e na capitalista. A junção da força bélica com a ideológica conseguiu espoliar as terras dos nativos ameríndios através de atos de violência cultural e material, mudando o universo mental, a estrutura de produção e a relação com a natureza daqueles ameríndios que sobreviveram. Em síntese, todo esse processo forçoso e violento é a trajetória para que se forjasse a produção de um novo meio geográfico alinhado ao sistema temporal que se tentava impor provindo da realidade europeia.

Geralmente a presença de currais em uma ribeira era acompanhada pela construção de capelas, templos religiosos. A relevância da edificação de capelas reside no fato dessa ser uma espécie de “bandeira” simbolizando a presença colonial nos lugares onde ela já estava consolidada, uma vez que “habitualmente, a obtenção de sesmarias era acompanhado do levantamento de capelas, pelos sesmeiros, como símbolo da posse da terra” (MELLO, 2002, p. 34). Por outro lado, representava a presença do poder da Igreja que normatizava a vida dos

habitantes, pois de acordo com o autor acima citado, as “missas faziam-se obrigatórios e os sinos das igrejas regulavam a vida dos habitantes” (p. 34). “Isso aconteceu porque, por toda parte, o terço missionário seguiu o trabuco do conquistador”, justifica Mello (2002, p. 79). De fato, as capelas e igrejas “legitimavam a posse da terra” onde se edificavam, sendo elas o elemento central para a gestação dos núcleos urbanos que posteriormente se formaram.

Mesmo com a resistência dos nativos ameríndios, a espoliação e a dominação se afirmaram num processo de territorialidade que assegurou um território para os colonizadores, os quais deram início à instalação dos primeiros e rudes objetos geográficos no sertão, como a casa de taipa e os currais de pau a pique. Segundo Mariz (1939, p. 13), essas instalações eram construídas “com os elementos do tempo”, quer dizer, com o uso praticamente direto de matérias-primas encontradas no meio. Esse foi o momento em que se expandiu sertão adentro, a técnica de criação, favorecida pelas características que se encontravam na caatinga com seus “pastos largos, sem lavouras próximas” (MARIZ, 1939, p. 12). Dessa forma, passa-se a uma maior intervenção no meio natural ou pré-técnico ameríndio, com a internalização de técnicas de domesticação de plantas e animais trazidos do meio europeu, somada às apreendidas dos nativos. Todo esse processo constituiu a formação das primeiras formas-conteúdo interioranas, ou seja, as fazendas sertanejas.

A Sesmaria passou a ser o aparato normativo enquanto instrumento regulador usado para assegurar a posse da terra entre os colonos criadores que iam se fixando no sertão “[...] em um modelo de configuração territorial caracterizado pela presença de imensos latifúndios [...]” (FARIAS, 2003, p. 15). A Sesmaria era um donativo de terra que podia ser requerido junto ao rei de Portugal ou representante, tendo como propósito principal criar animais. Quanto à aquisição de Sesmarias, Abreu (1998, p. 133) é bastante enfático ao afirmar criticamente que “para adquirir estas propriedades imensas, gastou-se apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias”.

No que se refere particularmente ao Seridó, para Medeiros (1980, p. 15) “o povoamento da região começou no final do século XVII, quando da guerra dos bárbaros [1687-1897]” que exterminou muitos ameríndios e dominou outros que habitavam às margens do rio Açú e seus afluentes como o rio Seridó. Dessa forma, atesta Morais (2005, p. 61): “assim, no momento em que passou a prevalecer os interesses da ocupação em detrimento do modo de vida indígena, a história do Seridó começou a inscrever-se sob os marcos da resistência, traço que assumirá maior nitidez no curso da formação regional”.

Fixando-se a pecuária enquanto atividade produtiva principal, dá-se início gradativo à apropriação da natureza, em função desta atividade. Vão surgindo as técnicas organizativas próprias dessa atividade, estando ainda intimamente ligadas às características do meio. É em torno do gado que se organiza a vida e as relações sociais no sertão. Nessa trama, no campo das ações, o vaqueiro tem um papel de grande importância no trato com o gado, como também, tem uma relação muito íntima com a natureza exigida na sua atividade, uma vez que:

Constantemente a cavalo, o vaqueiro tinha necessidade de “campear” todo dia, ora em uma direção, ora em outra dos vastos terrenos que dominava. Era um pastor, e outro não foi e nem podia ser o modo de apascentar o seu rebanho, entregue aos imensos recursos naturais dessa terra virgem. [...] Não havia obstáculo vencido pela rês bravia que não pudesse ser vencido pelo cavaleiro [...] Tinham no mais elevado grau de desenvolvimento os sentidos da vista e audição. Rastejadores viam sinais imperceptíveis, seguiam com segurança uma pista invisível para qualquer outra pessoa; e distinguiam os mais leves rumores, determinando exatamente a distância e direção de onde partiam e os animais que o faziam. Para semelhante modo de vida só era adaptada a raça americana; a africana era inteiramente incapaz, e por isso a maior parte do pessoal de uma fazenda era de raça indígena [...].²⁰ (JÓFFILY, 1993, p. 13-14).

Inicialmente cada fazenda constituía-se em uma forma-conteúdo enquanto núcleo de população praticamente isolada, representada pelos Portugueses conquistadores e pelos indígenas, agora pastores-vaqueiros. No geral, o escravo negro era uma raridade no sertão, ao contrário do litoral. Os poucos representantes negros ocupavam-se mais de trabalhos domésticos na fazenda, tendo muitas vezes um papel meramente simbólico na ostentação de riqueza por parte do fazendeiro. Isso se explica pela própria forma de organização das fazendas que não requeria muitas pessoas para manter as ações organizativas. Além do mais, as fazendas se constituíam em imensas extensões territoriais que tornavam difícil o controle da mão-de-obra escrava, e por isso, não é correto atribuir [como o fez Jóffily] que o escravo fosse “incapaz” de desempenhar a atividade do vaqueiro. (MELLO, 2002).

Num tempo ainda marcado pela rarefação técnica, os grupos humanos colonizadores que se atreveram a penetrar o interior semiárido, a princípio, tiveram que se submeter às “leis da natureza”. Isso fica evidente quando se observa a localização escolhida para fixar as primeiras sedes das fazendas, representadas por casas e currais. Essa “lei natural” se fez muito forte num ambiente onde a escassez de água é a regra e a abundância é a exceção. Prado Jr. (1983, p. 63-64), evidencia esse fato, ao mostrar que a ocupação do sertão obedecera aos

²⁰ Foram atualizadas algumas palavras dessa citação para o português atual, sem, no entanto, violar a integridade do texto original.

cursos dos rios (mesmo os sazonais), riachos e “olho d’água”, ou seja, lugares onde se podia encontrar água com mais facilidade. Além do mais, segundo Mário Travassos, esses eram as “*linhas naturais de circulação*”. (MIYAMOTO, 1995, p. 155, nota 5, grifo nosso). Com essa necessidade, aparecem as primeiras técnicas para o enfrentamento da escassez d’água. Entre elas, destaca-se a cacimba, cavada no leito dos rios e riachos secos, em busca do lençol subterrâneo. Os cursos naturais d’água serviram de caminho de penetração e posteriormente se fez organizar as ribeiras em suas margens. As ribeiras se constituíam num conjunto de fazendas organizadas e funcionalmente orientadas para a criação de gado.

Para Faria (1980, p. 25) os currais eram o marco de penetração em que “alevantados [...] e situadas as fazendas, os rastro-fêmea do boi pisava os chãos enladeirados daquelas lonjuras [Região do Seridó], fazia veredas no rumo das melhores pastagens e nos caminhos das bebidas”. Os currais, núcleos primaz de instalação em terras das ribeiras, com a sorte do bom desempenho, posteriormente tornavam-se fazenda e domínio territorial mais organizado.

O gado *vacum* se constitui como elemento principal para organização das fazendas, pois além de seu valor atribuído pela demanda do litoral, serve a outras funções que vão desde a função alimentícia ao fornecimento de utensílios como o couro, material esse que assume relevante peculiaridade como matéria-prima para confecções dos mais variados artigos típicos do sertão, como por exemplo, a vestimenta. Esse é um fato tão marcante que faz Capistrano de Abreu chamar esses sertanejos de “Civilização do Couro”, por seu largo uso, tais como:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, mocó ou alforje para levar comida, maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (ABREU, 1998, p. 135).

A transformação do couro se dava num tempo em que a máquina não era empregada para transformá-lo em utensílios, mas rudes instrumentos. São relações que se dão com o emprego da energia humana diretamente sobre a matéria a ser transformada. Aliás, o couro era item importante nas exportações brasileira, o que fortalecia a pecuária.

A solidariedade entre o sertanejo e os animais se faz presente no que concerne ao estabelecimento de fluxos com outros lugares, uma vez que o cavalo, o jumento e o muar se constituíam como os principais meios de transporte. O transporte da mercadoria mais valiosa do sertanejo, o boi, dava-se por meio dele próprio até o mercado consumidor. Quer dizer, os

rebanhos eram transportados por suas próprias passadas, guiados pelos vaqueiros²¹. Em outras palavras, era um sistema de fluxo característico dos tempos lentos, ainda sobre forte comando dos condicionantes naturais. Mas, estava se esboçando um rompimento com esse tempo e com esse meio, pois a ação humana já se fazia timidamente presente, num processo de intervenção e transformação do meio.

Ao que consta, a extensão da embrionária região do Seridó do Rio Grande do Norte transborda suas fronteiras para além da delimitação estadual chegando ao hoje Seridó paraibano. Na parte paraibana do Seridó, as primeiras sesmarias datam dos primeiros anos do século XVIII, depois de já haver alguns núcleos de ocupação espalhados pelo interior, onde a natureza se mostrava, quiçá, mais propícia no oferecimento das condições necessárias à instalação das fazendas, ou seja, era alvo das práticas seletivas empreendidas pelos colonos pecuaristas.

A pecuária no interior nordestino ganhou dimensão e ofereceu possibilidades de prosperidade econômica no hostil meio natural da caatinga. No caso do Rio Grande do Norte, sua força econômica foi tamanha que, “até meados do século XIX, a criação de gado era a atividade principal da capitania, imprimindo um diferencial em relação às demais que tinham na cana de açúcar a base de sua economia” (MORAIS, 2005, p. 64, nota 20).

É passivo na historiografia que a pecuária assumiu importância fundamental para o processo de europeização do meio natural ameríndio interiorano nordestino. Não resta dúvida também da sua primazia e posição imperiosa na formação da região do Seridó. Resumindo, Andrade (1973, p. 188) arremata que

deste modo, foi a pecuária quem conquistou para o Nordeste a maior porção de sua área territorial. Complementou a área úmida agrícola com uma atividade econômica indispensável ao desenvolvimento da agro-indústria do açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes. Carreou para os sertões os excedentes de população nos períodos de estagnação da indústria açucareira e aproveitou a energia e a capacidade de trabalho daqueles que, por suas condições econômicas e psicológicas, não puderam integrar-se na famosa civilização da “casa-grande” e da “senzala”.

Ao olhar particularmente para a região do Seridó, Medeiros (1980, p. 24) conclui que “o gado foi, desse modo, ao começar o povoamento da terra seridoense, o elemento econômico fundamental, a fonte de riqueza natural asseguradora das condições de vida, a

²¹ “O gado para chegar ao mercado consumidor fazia intermináveis caminhadas, havendo pessoas especializadas na condução destes animais. Antonil [André João Antonil], com a precisão característica de suas observações, afirma que as boiadas eram compostas de 100 a 300 cabeças, sendo conduzidas por pretos, brancos, índios e mulatos” (ANDRADE, 1973, p. 185).

oferecer perspectivas de exploração comercial, o princípio de todo o processo da história do Seridó”.

Enfim, se os currais simbolizavam marcos de penetração, as fazendas representavam a funcionalidade econômica, as ribeiras seriam então a organização espacial, por sua vez, a presença de capelas e igrejas simbolizavam valores e crenças europeias. Esses símbolos se amalgamavam verdadeiramente na europeização do meio no interior nordestino e, por extensão, no Seridó.

Na medida em que o espaço seridoense vai se organizando, as fazendas se espalhando, os rebanhos aumentando, a agricultura se consolidando, papéis vão sendo desenhados na divisão interna do trabalho.

4.3 A divisão interna do trabalho e o papel do Seridó

As diferentes demandas produtivas requeridas aos territórios vão delineando especializações sócioprodutivas que se organizam conformando um mosaico de diferenciações no uso do território, mas que, garantem a funcionalização econômica em determinada época. Seguindo essa lógica, a nascente economia do Brasil Colônia gradativamente começa sua organização e vai assumindo seu papel no Mercantilismo da época. É assim, que novas frações territoriais interioranas da colônia vão sendo incorporadas à economia.

Do ponto de vista econômico, toda a ganância por espoliar terras no interior, dar-se, principalmente, por força da impossibilidade/inviabilidade de coexistência entre a criação de gado e a plantação de cana-de-açúcar em forte expansão na Zona da Mata nordestina no período do Brasil Colônia. A principal vantagem econômica que a Zona da Mata colonial podia oferecer à Metrópole portuguesa, naquela época, era a produção de açúcar e, para tanto, o gado constituía-se como elemento indispensável enquanto fornecedor de alimento e força motriz nos engenhos, ao mesmo tempo em que o processo de criação bovina tornou-se de incompatível coexistência com a lavoura de cana. Primeiramente, “foi a zona do açúcar, porém, que deu origem à primeira fase da grande criação de gado” (SIMONSEN, 2005, p. 197). É fato que

a intensa procura que se estabeleceu, com o rápido crescimento da indústria, estimulava a criação. Já nas terras brasileiras ia-se verificando, porém, o conflito, existente no Velho Continente, entre os criadores e os lavradores, em defesa das plantações. Não havia o arame, o grande elemento pacificador

e protetor de cultura dos campos. Daí uma das razões da retirada dos currais de criação para o sertão brasileiro, longe dos engenhos, dos canaviais e dos mandiocais e em terras mais pobres que não poderiam ser aproveitadas para as culturas exigidas pelo número crescente dos engenhos do litoral. (SIMONSEN, 2005, p. 198).

Buscando resolver o impasse entre a criação bovina e a cultura da cana, usou-se como tática a norma jurídica (Carta Régia de 1701) que forçava a saída do gado para o interior, ou seja, dez léguas além do litoral rumo ao interior (MACÊDO, 2000, p. 2; GUIMARÃES apud MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 65-67). Com essa norma, impõe-se à colônia, uma organização espacial, uma divisão territorial do trabalho interna, e subordinada ao funcionamento de outra divisão do trabalho de caráter internacional, resultando então, em alterações particulares e em papéis específicos a cada fração espacial. É assim que Santos (2002b, p. 129) cunha a sentença de que “a divisão do trabalho constitui o motor da vida social e da diferenciação espacial”. Produto da divisão interna do trabalho na colônia, os sertões passam a fazer parte da vida econômica colonial e mesmo, em certa medida, indiretamente da divisão internacional do trabalho, a subsidiar a produção da Zona da Mata em contato direto com a divisão internacional do trabalho em formação na escala do mundo.

Do ponto de vista econômico, era principalmente o mercado europeu do açúcar quem impulsionava, de forma indireta, a pecuária no sertão nordestino. Impunha-se uma divisão territorial do trabalho que tinha a Europa presidindo como centro consumidor de açúcar e hierarquizador²² da produção do litoral da colônia brasileira. O sertão se solidarizava ao litoral no fornecimento de animais para alimentação e para força motriz nos engenhos, garantindo assim, a produção/reprodução espacial do litoral e do sertão. Além de ser fornecedor das áreas dos engenhos, o sertão pecuarista assumiu também importante papel no fornecimento de bovinos para os núcleos urbanos que se desenvolviam no litoral, como Olinda – PE, Salvador – BA etc. Dessa forma, o sertão pecuarista inseriu-se na divisão internacional do trabalho, indiretamente e hierarquicamente subordinado à zona litorânea açucareira, que mantinha relações diretas com o centro metropolitano europeu (Portugal) num momento de forte expansão mundial do comércio intercontinental, a partir das Grandes Navegações. Em suma, “de fato, antes da era da máquina, o gado bovino, cavalari e muar, além de produto básico de alimentação, servia como agente motor e meio de transporte”. (SIMONSEN, 2005, p. 196).

A luta do colono sertanejo no interior, movida pela energia econômica da produção pecuária só vai receber alteração significativa com o “chamamento” para que esse meio

²² Para M. Le Lannou “é o consumo ‘o regulador final da produção e dos transportes’ e ‘o grande motor das diferenciações geográficas do planeta’” (apud SILVEIRA, 1999, p. 70).

produtivo se insira de forma direta numa nova divisão internacional do trabalho, tendo que participar de um novo circuito de comercialização, que tem como expressão maior de consumo, a crescente indústria têxtil inglesa, que representava o topo da hierarquia no comando do processo produtivo e imperial como a grande potência do século XIX, sendo ainda o berço da Revolução Industrial²³. Esse é o momento em que o Brasil deixa de ser Colônia e passa a ser “livre” (1822), quer dizer, se abre ao mercado internacional, ou ainda melhor, se “livra” de Portugal para se “prender” as garras da potência imperialista inglesa (BECKER; EGLER, 1993, p. 54-55).

A nova energia econômica que se faz presente no interior nordestino é parte da inserção desse território no circuito mercantil da indústria têxtil numa época em que estava se firmando o período da indústria. Segundo Andrade (1981, p. 20), a importância adquirida pelo algodão enquanto produto valorizado no mercado internacional, deveu-se quando a indústria têxtil inglesa, em expansão, substituiu em grande parte o linho pelo algodão, estimulando a sua cultura no mundo tropical. Com isso, se desenvolve e se difunde de forma intensa, a partir dessa demanda externa, a cultura do algodão em fins do século XVIII²⁴ na Paraíba e no Rio Grande do Norte, como de resto, no interior nordestino. Embora esse não fosse elemento novo no meio, pois ele “esteve presente nas combinações agrícolas existentes no período pré-colonial e fazia parte da produção de autoconsumo da Colônia, destinando-se à confecção dos tecidos que eram utilizados pela massa da população colonial” (TAKEYA *apud* TARGINO; EGLER, 1993, p. 73). Já Farias (2003, p. 21), nos diz de outra maneira que “acompanhando o movimento da ‘economia-mundo’ na sua fase de industrialização, o semi-árido presencia, a partir da segunda metade do século XVIII, a difusão da cultura algodoeira”.

Com o desenvolvimento da cultura do algodão no Nordeste brasileiro, as formas-conteúdo de até então ritmadas pela pecuária, se alteram para se adaptarem à incorporação da nova função, que passa a coexistir com as práticas pré-existentes. As relações de outrora do meio pecuário, que eram restritas praticamente só ao papel de subsidiar o meio açucareiro litorâneo no fornecimento de alimentos e de força motriz animal, agora passam a se inserir diretamente no mercado externo, especializando-se na produção de algodão, forjando assim, uma nova rede, onde o litoral passa também a exercer o papel de lugar de solidariedade para o

²³ A Inglaterra se converte em grande potência da época por possuir a mais avançada tecnologia, permitindo uma maior acumulação de capital num momento importante onde industrialização e capitalismo estavam se convertendo em sinônimos (SANTOS, 1985, p. 26).

²⁴ No século XVIII o algodão começa a ganhar expressividade no uso do território nordestino graças à Inglaterra ter criado tarifas fortes incididas sobre os tecidos indianos, a fim de proteger a indústria têxtil de Manchester, provocando uma procura por matéria-prima (fibra de algodão) na América (cf. MARIZ, 1939, p. 21).

embarque naval do algodão rumo ao Velho Mundo. Dessa forma, a posição hierárquica desse meio se altera, pois deixa de ser mero fornecedor de alimentos e animais para o litoral, para passar a se vincular diretamente com o mercado consumidor de algodão europeu, principalmente o inglês.

A produção do algodão, como nova funcionalidade a ser exercida pelas formas de então, impõe um desafio aos fazendeiros já conhecidos de outrora no litoral açucareiro. Como conciliar a plantação do algodão com a criação, uma vez que o gado aprecia a malvácea como alimento? Para tanto, os fazendeiros não usaram a alternativa anterior de “expulsar”, como foi feito no litoral açucareiro, mas sim, de separar o espaço de cada um na organização territorial da fazenda. Dessa forma, difunde-se a técnica da cerca como forma de fazer essa separação necessária. Não que a técnica da cerca ainda não fosse usada nesse meio, pois ela já era usada desde o início da colonização; no entanto, restringia-se basicamente aos currais das fazendas e para proteger pequenas plantações de culturas alimentares. As cercas difundidas eram as mesmas usadas nas construções dos currais primitivos do início da colonização, quais sejam as cercas de pedras e de pau-a-pique. Ou seja, empregavam-se elementos disponíveis no próprio meio sem grandes alterações. As paisagens rurais do Seridó paraibano e, sobretudo, potiguar são repletas de testemunhos das cercas de pedras (Foto 2) e, em menor expressão, de pau-a-pique. A difusão da cerca já mostra um maior uso da racionalidade na organização do território, estendendo essas rudes próteses fronteira no território, de forma que possibilitassem a constituição de um meio pecuarista-algodoeiro além da já tradicional produção de alimentos, necessária à manutenção da vida humana nas fazendas.

Foto 2 – Cerca de Pedra típica da região Seridó



Fonte: Diniz (2008)

Atribui-se às guerras ocorridas no século XIX, nos Estados Unidos (Guerra da Independência – 1812-1814 e a Guerra da Secessão – 1861-1864), o papel de evento intensificador para a difusão da cultura do algodão no semiárido nordestino. Os Estados Unidos tinham na parte sul do seu território a principal área produtora de algodão que concorria com o algodão produzido no Nordeste brasileiro. Com as Guerras nos Estados Unidos, as exportações deste país cessam, obrigando o mercado internacional do algodão a suprir sua demanda no Nordeste brasileiro (ANDRADE, 1984). Esse é o momento em que o algodão ganha o caráter de “ouro branco” por sua forte expressão econômica adquirida, repercutindo no uso do território, com novas ações e objetos se fazendo presentes, alterando significativamente toda a configuração e organização territorial de até então, pautada principalmente na pecuária.

Ao contrário da pecuária sertaneja, que não exigia tanta mão-de-obra, a cultura do algodão precisava fazer uso de um maior número de trabalhadores. Essa demanda por mão-de-obra fez com que o semiárido absorvesse uma maior densidade demográfica, para por em ação a produção algodoeira, visto que, tratava-se de um meio onde a mecanização da produção não se fazia presente²⁵. Dessa forma, o processo produtivo inicial era movido pela própria força física humana, com pouca intermediação de instrumentos artificiais, sendo o mais característico a enxada.

Aproveitando o momento propício, o Seridó engata no movimento da “economia-mundo” comandada pela ascensão da industrialização em partes do “Velho Mundo”. Assim, o espraiamento da cultura algodoeira traz um novo impulso econômico e demográfico, e intensifica o processo de construção do meio mais tecnicizado, alterando mais significativamente a dinâmica da natureza. Com isso, gradativamente o meio vai incorporando novas feições, enraizando a racionalidade capitalista e técnica. A lógica produtiva e organizacional soprada pela Revolução Industrial e a conseguinte efetivação do período industrial no centro do sistema, se difundem mundo afora; práticas seletivas buscam os melhores lugares e delega papéis, difundido o novo momento que a economia-mundo passa a operar. Dessa forma, a partir das difusões, os espaços-tempos regionais passam por transformações de toda sorte, umas mais rapidamente outras mais tardiamente. Em suma, esse movimento difusor do período, abre as portas de países e de regiões para as inovações que vão

²⁵ Segundo Mello (2002), o algodão é o responsável pela introdução de mão-de-obra escrava no semiárido, justamente em função da forte demanda, além da maior facilidade de controle, ação essa difícil de ser realizada anteriormente com a pecuária.

se materializar no território com o surgimento de máquinas, com a mecanização da produção, da circulação e do território. Portanto, o que ocorre é

a invenção e difusão das máquinas e a elaboração de formas de organização mais complexas [que] permitiram outros usos do território. Novas geografias desenham-se, sobretudo a partir da utilização de prolongamentos não apenas do corpo do homem, mas do próprio território, constituindo verdadeiras próteses. O período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado. São as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza, situações em que as possibilidades técnicas presentes denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 31).

É assim que aos poucos, as camadas técnicas vão sendo agregadas ao território regional e definindo funcionalidades que garantem inserções nas divisões territoriais do trabalho. Dessa forma, o Seridó gradativamente vai adensando ao seu meio objetos técnicos e obtendo um maior intercâmbio e intensificando as relações internas e com outros lugares. As técnicas, enquanto acumulação de tempos, passam a revelar no espaço regional sucessões e coexistências.

5 REGIÃO DO SERIDÓ: SUCESSÕES/COEXISTÊNCIAS SOCIOTÉCNICAS E DEFINIÇÕES FUNCIONAIS NO USO DO TERRITÓRIO

Em fins do século XIX, os contornos e peculiaridades da região do Seridó começam a se desenhar. A combinação pecuária-algodão no uso do território passa a ser comum no interior nordestino, no entanto, no Seridó ela assume outras feições e com especialização funcional.

Alguns núcleos urbanos já se fazem presentes na região, assumindo funções locais que antes só eram encontradas nas capitais de Estados e cidades maiores. As ligações da região com outras partes do país são acrescidas e adensadas. Contudo, quando vista no contexto da formação socioespacial nacional, a região guarda considerável distância em termos de modernizações, quando comparada com outras partes do território nacional. Porém, é perceptível que o espaço-tempo da região não é mais o mesmo do meio “natural” europeizado do Brasil Colônia e parte do período do Império. A formação socioespacial do país a partir da segunda metade do século XIX passa por várias modernizações que se ampliam no decorrer do século seguinte. Acompanhando tardiamente essas modernizações, a região do Seridó também recebe eventos e solicitações da nova divisão do trabalho que passa a vigorar no país em conformidade com a escala mundial.

Os conjuntos de modernizações que lentamente vão se concretizando nos lugares caminham para a constituição do meio técnico, com a presença da máquina na produção, com a circulação mecanizada e a construção de grandes sistemas de engenharia que aparecem como próteses territoriais. Entra-se numa fase em que a força direta dos homens e dos animais gradativamente perde importância para dar lugar aos motores maquímicos. É o homem estendendo-se sobre a natureza e deixando as marcas de sua escrita na Terra.

Este capítulo serve para mostrar os acolhimentos das modernizações de cada tempo no território que se constituirá como região do Seridó paraibano e potiguar. Acrescenta-se ainda, que neste capítulo constam as forças econômicas que se tornaram a energia básica do funcionamento da forma regional enquanto parte de uma totalidade em seu processo de totalização.

5.1 Novas camadas sociotécnicas e produtivas na constituição da região do Seridó

Após longas décadas, as fazendas de gado constituíram-se no lócus da dinâmica econômica e da vida interiorana do semiárido nordestino. O vaqueiro aproveitou as melhores condições oferecidas pelo meio natural no ecossistema da caatinga e se estabeleceu nas ribeiras de rios e riachos, organizando seu espaço e sua funcionalização produtiva enquanto parte incluída na divisão interna do trabalho. O espaço-tempo da região do Seridó só inicia um processo mais acentuado de incremento técnico e de transformações no meio a partir da introdução produtiva do algodão, agregando mais um uso ao território. Assim, a região começa a se inserir funcionalmente no período industrial (1870-1945) que reinava no final do século XX em alguns países centrais. Neste período, novas tecnologias e formas de organização são aplicadas à produção material, aos transportes e às energias, o que vai permitir uma maior dissociação de produção e consumo (SANTOS, 2008b, p. 41).

A partir do século XIX, a produção de algodão no Seridó consegue efetivamente fazer parte da funcionalidade produtiva do território, definindo seus contornos e fazendo parte do processo de formação da identidade regional. A expansão algodoeira se espraia a custa do desmatamento da caatinga, marcando uma maior intervenção do homem sobre a natureza, diferentemente da pecuária extensiva, que não exigia a retirada da vegetação. A introdução do algodão na economia enquanto produto importante reorganizou o espaço e o uso do território. A forma-conteúdo da fazenda pecuarista se reorganiza para atender a nova função, recebendo impactos internos, uma vez que, conforme Andrade resume:

bem adaptado ao clima semiárido, o algodão logo se expandiu pelas áreas de pecuária, transformando o processo de utilização da área sertaneja; terras antes destinadas à pecuária extensiva em campo aberto, com pequenas manchas cercadas, nos lugares mais úmidos, para o plantio de lavoura de subsistência, sofreram uma transformação com a introdução de sua cultura. Além de conquistar grandes áreas às pastagens, o algodão provocou também um fluxo de população, aumentando a necessidade de alimentos; sendo, porém uma cultura que permitia outras intercalares, como o feijão e o milho, o milho e a fava e até a mandioca, tornou essas áreas produtoras também de culturas de mantimentos. (ANDRADE, 1981, p. 20).

Como todo o ciclo do cultivo do algodão requeria maior número de mão-de-obra, essa cultura foi responsável pelo aumento da densidade demográfica no interior, fazendo com que diminuísse a rarefação da presença humana e reforçasse a instalação de habitações para abrigar os trabalhadores. O maior adensamento populacional também propiciou a germinação

das cidades, gerando aumento nas demandas, principalmente ligadas à fé. Assim, no sertão, surgem vários templos religiosos que tiveram em suas voltas, o desenvolvimento de cidades.

Com o aumento populacional, cresce também a demanda por alimentos, porém a expansão da cotonicultura sobre as áreas agricultáveis não será problema, uma vez que ela permite ser plantada em consócio com as tradicionais culturas alimentares do sertanejo como o milho e o feijão. No caso da pecuária que perde áreas de pastagens para o algodão, isto também não se configurará como grande problema devido à folhagem da malvácea ser apreciada pelo gado, como também seus caroços ao passar por um processo de moagem, constituem-se em rica fonte de sustança para os ruminantes. Além do mais, os restolhos das culturas alimentares plantadas em meio aos campos de algodão também serviam de alimento para os rebanhos.

O impulso econômico da cultura algodoeira trouxe à tona o grande desafio de escoar a produção, uma vez que se tratava de um meio com características de fluxos de um tempo lento, em que a produção não tinha a peculiaridade da pecuária aí desenvolvida, onde sua mercadoria (o gado) era autotransportada. Essa problemática refletia o estágio em que se encontrava o território produtor de algodão no Seridó, que não dispunha de objetos mecânicos nem na produção, nem nos fluxos e muito menos em forma de prótese em seu território. Assim, recorria-se ao tradicional transporte em lombo de animais. É só no fim do século XIX que a ferrovia agregando-se no território da região Nordeste, começa a romper com o tempo lento dos fluxos animais.

Na transição do século XIX para o XX, a malha ferroviária que já era realidade em alguns pontos do território brasileiro não chega ao Seridó. Porém, de qualquer forma, ao ligar importantes portos da região Nordeste a algumas cidades do interior, significou um marco de grande contribuição para o escoamento da produção algodoeira, uma vez que passa a encurtar o percurso feito em lombo de animais. Em 1907, os trilhos atingem Campina Grande – PB, importante praça comercial de algodão do interior do Nordeste. Os trilhos ligaram Campina Grande a Recife, intensificando o fluxo comercial entre essas duas cidades. Mesmo assim, o transporte do algodão cultivado no Seridó tinha que ir de encontro a esses trilhos em lombo de animais, sendo conduzido pela figura dos tropeiros, como se chamavam esses agentes. No entanto, a viagem não era fácil. A produção de algodão do Seridó necessitava, para atingir os trilhos, de longos dias forçados de viagem até que se chegasse à praça comercial de Campina Grande – PB. Após o descarregamento do algodão em Campina Grande – PB, os tropeiros aproveitavam para comprar produtos especiais para serem comercializados e consumidos no

Seridó, como a farinha, o querosene (usado como combustível nas lamparinas que iluminava as noites do sertão), tecido, rapadura, aguardente etc. Esse era o retrato de como se encontravam as relações espaço-tempo e de como se forjavam as redes de relações do Seridó com Campina Grande – PB, essa que era lugar de solidariedade entre o Sertão e o Litoral. Os portos do litoral eram o último ponto de solidariedade que conectavam os diferentes lugares do Brasil ao mundo. O Rio Grande do Norte também recebeu os trilhos em seu território. No início da década de oitenta do século XIX, foram construídas as linhas férreas “Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte”, ligando Santa Cruz – RN a Natal – RN, capital do Estado, e a que ligou Mossoró – RN a Porto Franco. Assim, o trem não chegou ao Seridó norte-rio-grandense, e mesmo com o trem presente em território potiguar, a produção algodoeira regional continuou em parte considerável sendo escoada para Campina Grande – PB devido sua importância comercial e urbana. Essa era a realidade desse momento do território brasileiro, em particular do paraibano e do potiguar, ainda marcado pela “lentidão dos espaços dos fluxos” que ligavam as diversas áreas “aos centros de comercialização”, refletindo então, “a ausência de mecanização e motorização desses territórios, definindo os tempos lentos para dentro do território estadual” (FARIAS, 2003, p. 22).

Como a formação socioespacial brasileira é um amálgama no que diz respeito às concretudes regionais, do ponto de vista das modernizações, tem-se várias ilhas, cada qual com suas inovações e a presença da herança, que em conjunto darão os graus diversos de modernizações que são internalizadas no território. Essas ilhas, de acordo com as possibilidades de engate nas divisões de trabalho (interna às macrorregiões e internacional), recebiam descompassadamente as modernizações vigentes em cada período. As modernizações que vão surgindo e se difundindo no mundo são frutos da acumulação mercantil e da afirmação capitalista enquanto modo de produção dominante que desembocará na Revolução Industrial²⁶ e que, segundo Moreira (2007, p. 49), ela provocará uma “acelerada transformação da técnica que subverte os espaços numa escala ainda maior e mais ampla”. Fato que começa a se firmar enquanto período histórico no final do século XIX e seus respectivos desdobramentos seguidos passam a se espriar mundo afora com implicações nos

²⁶ “Seu centro de eclosão é a Inglaterra. Daí no século XIX migra para o continente, atingindo a Bélgica e a França. Depois, para os Estados Unidos. Nos fins desse mesmo século volta ao continente europeu, para fomentar o desenvolvimento tardio na Alemanha e Itália. E na passagem do século XX chega ao Japão. É uma revolução relacionada ao surgimento da fábrica. Até então, a indústria tivera uma forma artesanal, na medida em que era um elemento da organização dispersa da economia camponesa. Depois, ganha a forma manufatura, mas desenvolvida e ligada à energia do vento e da que d’água, localizando-se dispersamente do lado de fora das cidades, em função da concorrência das corporações de ofício e da localização daquelas fontes. Por fim, toma a forma da fábrica, a indústria baseada na máquina a vapor, que irá concentrar-se nas áreas de ocorrência da hulha ou dos portos de sua importação, criando a cidade industrial moderna”. (MOREIRA, 2007, p. 49).

países e esses, em sua organização interna, serão empiricizados diferentemente nas regiões. Ora, se não fosse assim, como se constituiriam as regiões? É nesse conjunto de mudanças que a região do Seridó tardiamente acompanha os desdobramentos do mundo, intermediados pela formação socioespacial brasileira.

Ainda no final do século XIX, alguns objetos maquinicos, frutos da importância adquirida pelo algodão na indústria têxtil, passam a se fazerem presentes no meio produtor dessa malvacea. São as bolandeiras a vapor ou por tração animal, usadas para descaroçar o algodão. Num meio com raro maquinismo na produção, as bolandeiras assumem um importante papel que perpassa o século XIX e chega às primeiras décadas do século XX. Até à primeira metade do século XX, a região do Seridó ainda dispunha desses objetos em funcionamento em seu território. As bolandeiras ao serem introduzidas no circuito produtivo do algodão ganharam relevo e tornaram o local onde estavam instaladas em “pontos de convergência de produtores nos dias de feiras, contribuindo para seu desenvolvimento e para que se tornassem, posteriormente, em vilas e cidades” (ANDRADE, 1981, p. 21-22).

Além do mercado internacional de algodão comandado pela indústria têxtil, no território brasileiro, a indústria desse setor também passa a se fazer presente e a participar do circuito produtivo têxtil: descaroçando, fiando e tecendo as fibras, além de extração de óleo e a fabricação de ração animal a partir do caroço. Na Zona da Mata açucareira, as indústrias têxteis vão produzir sacos para acondicionar o açúcar e fornecer tecidos para confecção de roupas. A presença da indústria em alguns pontos do território brasileiro advém do fato de que “por volta dos fins do século XIX, a paisagem industrial se generaliza pelo mundo [...] e sua escala técnica cria um nível de desenvolvimento dos meios de transferência (transportes, comunicações e transmissão de energia) que difunde a atividade industrial por todos os continentes” (MOREIRA, 2007, p. 51).

As máquinas de descaroçar algodão eram objetos com poder de centralizar a organização produtiva e as relações de produção. Essas máquinas faziam com que seus possuidores gozassem de prestígio e de poder no comando local. Isso fica explícito ao constatar-se em Albuquerque (1996, p. 21) quando esse comenta sobre um morador da cidade seridoense de Pedra Lavrada – PB que possuía uma dessas máquinas de descaroçar algodão além de capital considerável. Segundo o autor, “Eugênio Vasconcelos, [...], é figura de grande destaque, não só porque possui um maquinismo de descaroçar algodão, como dispõe de razoável capital com que compra em rama e o beneficia para exportação através da praça

de Campina Grande – PB, todos os produtores de algodão ficam, desse modo, ligados a ele [...]”.

Esse relato feito pelo autor supracitado demonstra uma prática comum no meio produtor de algodão, como expõe também Andrade (1973). A compra na rama, a qual se refere o autor, significa que antes mesmo da colheita, a produção já era previamente vendida a um preço pré-estabelecido através de um acordo informal entre o comprador e o plantador da malvacea. Só que nesse acordo normatizado pelo costume, o plantador era sempre o perdedor, uma vez que se o preço do algodão oscilasse no mercado internacional para baixo do preço pré-estabelecido, esse era imediatamente repassado para o plantador, enquanto que, se o preço oscilasse para cima, esse não era repassado para o plantador, mas sim, iria acumular-se com o comprador²⁷.

A subordinação dos plantadores de algodão revela as relações de produção presentes nesse meio, ou seja, ações ritmadas no seu fazer local e que eram pulsadas a distância pelo interesse do mercado consumidor europeu. Uma síntese das intencionalidades presentes nessas ações da produção de algodão, bem como no funcionamento das fazendas, pode ser descrita da seguinte forma:

As relações de trabalho na produção algodoeira definiam ações pautadas nos tempos lentos, expressos nas figuras dos moradores, posseiros, parceiros, pequenos proprietários, trabalhadores alugados etc., comandadas pelos fazendeiros que eram, também, os beneficiadores e comerciantes do algodão, [...], o que lhes dava a primazia do poder político. Constitui-se, assim, um modelo de sociedade caracterizada pela dominação, dependência e subordinação ao mandonismo dos coronéis da oligarquia algodoeira-pecuarista (FARIAS, 2003, p. 22).

Com a chegada do século XX, no território brasileiro o meio técnico ainda era bastante rarefeito, com poucos pontos onde se pode verificar alguma presença de maior densidade técnica no tocante ao maquinismo usado, seja na produção ou na circulação. Esses pontos de densidade técnica se circunscreviam basicamente a algumas áreas do litoral, em particular, nos núcleos urbanos portuários em processo de ascensão. No que se refere ao interior, a rarefação técnica ainda era forte, principalmente no que tange à mecanização da produção e da circulação.

As máquinas a vapor desenvolvidas inicialmente na Inglaterra no século XVIII, época da “Revolução Industrial”, faziam-se presentes no final do século XIX, na Paraíba e no

²⁷ Ver a obra de F. de Oliveira, *Elegia para uma Re(li)gião*, (1993), em especial, as páginas 48-49.

Rio Grande do Norte, sendo disseminadas pelo interior para o descarçamento do algodão como um dos principais representantes dos prenúncios da mecanização da produção.

Essas camadas de técnicas presentes na produção e na circulação que se agregavam ao território começam a forjar novas redes e solidariedades entre lugares, esboçando um tempo mais rápido, afigurando-se assim, como pressupostos potenciais de uma ulterior integração nacional que iria romper com a fase precedente de arquipélagos regionais. Ao mesmo tempo também, começam a se fazer presentes na Paraíba e no Rio Grande do Norte, algumas modernizações, tais como: o crédito bancário; as sociedades por ações; a pecuária intensiva; a urbanização; o crescimento e surgimento de vilas e cidades; as fábricas de óleo; o beneficiamento e prensagem de algodão; a fiação e tecelagem. Esses eram os representantes do capitalismo industrial ao lado das usinas de açúcar na primeira metade do século XX (MELLO, 2002; DINIZ, 2005).

Entretanto, é no final do século XIX, que começam a se fazer presente, de forma mais acentuada, a mecanização e a racionalidade do/no território paraibano e potiguar. Exemplos podem ser citados como por exemplo, a presença do telégrafo, que em 1875 ligava a capital da Paraíba via Recife, à rede nacional de telegrafo e em 1876, ligava o Rio Grande do Norte à mesma rede, num momento em que esse invento já estava largamente difundido no mundo. O telégrafo era tido como possibilidade técnica desde o fim do século XVIII na França, embora só a venha aparecer no Brasil, em 1852. Em Caicó, importante cidade seridoense potiguar, o telegrafo só chega em 1917. Já no Seridó paraibano, em Picuí – PB, por exemplo, em 1889 é criada a Agência dos Correios e Telégrafos (OLIVEIRA, 1981). O telegrafo é mais um invento técnico que aproxima os lugares, diminuindo o tempo-distância e provocando grandes mudanças nas relações entre as pessoas e lugares. Sobre a presença desta técnica de circulação de informações, Maciel (2002, p. 128) coloca que

Em meados do século XIX, o telégrafo elétrico foi apresentado aos brasileiros como uma tecnologia engenhosa capaz de transportar o pensamento humano através do ar, por meio da eletricidade. Levadas por fios metálicos e condutores, as idéias poderiam circular rapidamente pelos lugares mais distantes impulsionadas pelo “fluido elétrico”. Surgia um invento técnico que prometia encolher o mundo e transportar mensagens através de continentes e oceanos, numa velocidade de 25 mil quilômetros por segundo. Em 1905, passados apenas cinquenta e três anos do início da telegrafia no país, um engenheiro da Repartição Geral de Telégrafos-RGT já dava como concluída a “rede de arames” que permitiria a um telegrama fazer a volta ao mundo em apenas nove minutos.

Aos poucos, camadas técnicas vão sendo adicionadas ao território, tornando o espaço mais tecnicizado e distanciando-se do meio natural dos ritmos da natureza. É assim que vão se processando mudanças no espaço-tempo da região do Seridó.

Chegando ao século XX, as camadas técnicas começam a cristalizarem-se, adensarem-se e difundirem-se no território paraibano e potiguar. É nesse início de século, que se fazem presentes em território nacional, as estradas e os automóveis que posteriormente viriam formar o “império do caminhão”²⁸. No semiárido, as estradas de rodagem são construídas, principalmente, pelas ações do Governo Federal, através das “*obras contra as secas*” da então Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), depois Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e hoje, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). A partir, notadamente, dos anos de 1920, a região do Seridó passa a ser cortada por várias estradas de rodagens. Esse foi um marco na disseminação, interior adentro, do automóvel, que assume lugar de destaque na circulação mecanizada, passando a alterar significativamente o arranjo de fluxos animais de então, que estava baseado estritamente na força e no ritmo dos animais de transportes. Não que se deixe de fazer uso dos animais, mas esses assumem, basicamente, uma função de transporte no interior das fazendas e de pequenas distâncias e de pouco peso.

Na região Seridó, mesmo depois do surgimento do caminhão, o transporte em lombo de animais continuou presente e tendo papel fundamental, tanto nas ações internas das fazendas, como nos pequenos núcleos urbanos. O transporte em lombo de animais se solidariza ao caminhão, exercendo uma atividade complementar.

A partir da década de 1920, inicia-se um processo de motorização e mecanização da circulação, com a construção de estradas e a circulação do caminhão, que põe em fluxo fardos de algodão de até 200 quilos prensados em prensa hidráulica, de feitura incompatível e tamanho peso para ser transportado em lombo de animais, fato esse que modifica completamente o tempo, a quantidade e a qualidade dos fluxos, dotando-os de maior eficiência, agregando assim maior quantidade transportada e em um menor lapso de tempo gasto. São ações e objetos agindo em sintonia, o que demonstra o estágio em que se encontrava sua forma híbrida, as técnicas, que tinham como intencionalidade o atendimento de um mandamento externo e longínquo, expresso no volume de exportação atingido pela Paraíba no início do século XX, momento em que, segundo Mello (2002, p. 158), esse Estado chegou à pujança de ser o maior produtor de algodão do país. Na economia do Rio Grande do

²⁸ Cf. Santos e Silveira (2003).

Norte, o algodão torna-se o principal produto de exportação já no final do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX, tornando-se também um item de destaque, e tendo o território usado pela malvacea concentrado na região do Seridó (ANDRADE, 1981).

As enxadas enquanto prolongamento aperfeiçoado da mão do agricultor, que de longa data afiguravam-se como o principal instrumento técnico usado na agricultura, passaram a dividir suas funções com outros novos instrumentos que surgiram no meio a partir da década de 1930, tendo o Estado como o principal promotor do processo de modernização agrícola. Mariz (1939, p. 155), ao se referir à introdução de “máquinas agrárias” no Estado da Paraíba, por exemplo, quantifica parte delas ao dizer que: “dentro de dois anos, a contar de 1935, o Estado adquiriu duas mil máquinas agrárias a mais sobre as duzentas que possuía. E empregou-as ativamente nos campos fundados em cooperação e em empréstimos aos agricultores”. Entre essas máquinas referidas, incluía-se o cultivador, instrumento ainda puxado por animal que servia/serve para arar a terra. Esse processo de modernização da agricultura iniciado nos anos trinta do século passado, não foi uma particularidade do Estado da Paraíba, mas do Nordeste, que tardiamente tenta acompanhar o que vinha ocorrendo no Sul-Sudeste do país.

A importância econômica assumida pela produção algodoeira na pauta das exportações paraibana e potiguar impulsionam tentativas de modernizações nesse setor, como a criação, em 1924, pelo governo do Estado do Rio Grande do Norte do “Serviço Estadual do Algodão” e pouco depois (1927), o “Serviço de Classificação do Algodão”. A criação desses órgãos é exemplar da busca por maior eficiência produtiva através da pesquisa científica e de aprimoramentos técnicos. Essas investidas públicas e mais as dos empreendedores cotonicultores conseguiram manter a Paraíba e o Rio Grande do Norte como importantes estados produtores de algodão do Brasil.

O algodão impulsiona a presença de máquinas de produção e da indústria nos Estados produtores. A partir de meados dos anos trinta do século passado, é que se fazem presentes em territórios paraibano e potiguar, incentivados por algumas isenções oferecidas pelo governo do estado e por financiamento do Banco do Brasil, os grandes trustes do algodão como a Anderson Clayton e a Sociedade Algodoeira Nordeste do Brasil (SANBRA), duas poderosas organizações da indústria e do comércio mundial do algodão. Esses trustes com grande capital e poder se espalham pelo território, com usinas e prensas de alta capacidade produtiva, além de uma grande massa de capital agindo, usando e abusando do território e do povo desses estados. Suas ações provocaram grandes impactos na organização da cadeia

produtiva e na divisão do trabalho, atingindo principalmente os pequenos empreendimentos locais. Quem bem sintetiza as ações e as consequências provocadas por esses trustes no uso do território paraibano, é Mariz (1939, p. 166-167), para quem:

Ainda mais que a SANBRA, o advento de Anderson Clayton fez tremer os paraibanos. Parecia o polvo de mil tentáculos, a absorção, o aniquilamento inevitável das firmas locais. Com uma técnica de *trust*, favores, isenções e relações que podia utilizar como nenhuma outra. Alastrando-se no Estado com a mais moderna maquinaria americana, que vinha extinguir os organismos pequenos, maquinazinhas de 15 serras, locomoveis, “vapôres” de 2 ½ cavalos, do nosso interessante parque do último quartel do século XIX e primeiro do século XX.

O Seridó, frente a esse contexto da produção de algodão, dota-se de eventos particulares que o torna diferenciado. Isso devido algumas peculiaridades próprias de sua “primeira natureza” como aptidão para produção do algodão denominado mocó ou seridó, de fibras longas, resistentes à seca e bastante apreciadas pelo mercado, dadas às exigências técnicas da indústria têxtil que as melhor aproveitava em seu processo produtivo. A aptidão para produção do algodão mocó no Seridó é tamanha que esse passa a ser chamado de algodão Seridó²⁹. Esse tipo de algodão constituiu-se numa especialidade regional que cativou um nicho de mercado, em função das suas especificidades qualitativas. Medeiros (1980, p. 27), em análises do início dos anos de 1950, informa que

o algodão do Seridó conquistou cotações mais altas do que qualquer outro, nos mercados de consumo, sendo que as fábricas inglesas de tecidos finos são as suas principais compradoras, já agora em concorrência com as tecelagens brasileiras, que todos os dias estão aprimorando a sua produção e, no momento, já estão produzindo tecidos da melhor qualidade.

Embora pareça que a região do Seridó é totalmente formada por criação de gado e campos de algodão, nas primeiras décadas do século XX, começa haver um maior desenvolvimento da vida urbana, que ganha forma e se espalha, mesmo que muito lentamente, porém, já observando-se a presença de alguns serviços urbanos, tais como: feiras livres; cafés; lojas de tecidos; pensões; escolas públicas; Correios e Telégrafos; cemitérios; igrejas;

²⁹“O Nordeste semiárido é ecologicamente propício à produção de algodão de fibra longa, conhecido como algodão-mocó ou seridó, sendo esta última denominação o próprio nome de batismo de uma vasta zona que se estende desde o Rio Grande do Norte até a zona central do Estado da Paraíba”. (OLIVEIRA, 1993, p. 46-47). Já o botânico Luetzelburg (1923, p. 6) diz que “[...] na Zona do Seridó cultivou-se uma fibra que, pela sua qualidade e resistência, ocupa lugar de destaque, rivalizando quase com a celebre fibra do Egypto, na escala do beneficiamento geral. O algodão da região do Seridó se destaca pela fibra mais comprida 47 mm. de comprimento, comprimento este que em parte alguma foi jamais observado no território brasileiro”.

padarias; clubes; jornais etc. Esse ainda é o tempo em que a vida urbana é ritmada fortemente pela produção no campo, pelas atividades relacionadas à pecuária e à agricultura, mas já havendo alguma influência da atividade mineral que está se iniciando.

A especialidade produtiva regional do Seridó, forjada na combinação da criação de gado com a do algodão mocó (ou seridó), marca os primeiros traços de recorte regional definidor do Seridó enquanto região. É a partir desse contexto, que surge uma identidade regional responsável pela sua defesa e legitimação. Porém, o uso do território regional pela mineração irá acrescentar novos ingredientes e camadas técnicas à região.

5.2 Uma nova função no uso do território regional: a mineração

Nas primeiras décadas do século XX, surge um novo evento de diferenciação no Seridó. Trata-se do uso do território regional pela mineração, internalizando novas ações e objetos que passam a ampliar o espaço produtivo. Como antecedentes da mineração efetiva, vale registrar que, no final do século XIX, aplica-se uma racionalidade no conhecimento do território, através de expedições científicas promovidas pelo Estado que buscavam fazer levantamentos do possível potencial mineral do subsolo. No caso paraibano, por exemplo, esses levantamentos apontavam a região do Seridó como de grande potencial para produzir uma ampla variedade de minerais como: mica; prata; quartzo; turmalina; estanho; cobre; feldspato etc, ou seja, “fazem supor a existência de grandes riquezas minerais” (DESTROD apud OLIVEIRA, 1981, p. 46).

Há relatos afirmando que as primeiras explorações dos pegmatitos da região do Seridó remontam à época da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com a extração de mica (SILVA; DANTAS, 1984, p. 235). Após o término da guerra, a produção continuou, embora de forma tímida, em termos de relevância econômica para a região. Assim, a mica foi o primeiro recurso mineral dos pegmatitos do Seridó a ganhar importância, graças a uma realidade de desenvolvimento técnico-científico que não correspondia à vivida internamente, ou seja, no local de extração. Tratava-se do desenvolvimento do capitalismo tecnológico (SANTOS, 2008b), especialmente dos progressos advindos do segmento de equipamentos elétricos que ocorriam, principalmente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa. Nesses países, a mica tinha várias aplicações, destacadamente em isolamento elétrico, devido à ampla expansão e difusão do uso da eletricidade. Ressalva-se que, nesse momento, na região do Seridó ainda não se fazia uso da eletricidade em seu cotidiano, portanto, a mica não tinha

valor de uso para comunidade local, mas, apenas valor de troca, obtidos com a exportação desse mineral. Quer dizer, a mica torna-se recurso para a região devido a uma utilização/valorização externa, que por sua vez, se traduz em uma valorização interna, por ser o *locus* da produção. Com isso, as ações empreendidas localmente são exercidas para atender necessidades alheias ao lugar produtor. Nesse momento, a função do meio mineiro em formação é determinada à distância, tendo apenas sua resposta localizada na região.

Nesse momento inicial, as ações empreendidas na mineração eram realizadas pelos agropecuaristas, trabalhadores do campo, como parceiros e meeiros que em épocas de estiagem se empenhavam na atividade garimpeira. Os instrumentos técnicos e as técnicas de trabalho eram precárias, feitas por improviso e adaptações, onde muitas vezes eram utilizados instrumentos de uso agrícola adaptados ao uso na mineração, como a enxada e a chibanca. O trabalho na mineração era intuitivo, desprovido de qualquer tipo de estudo ou orientação técnica adequada. Essas eram as primeiras ações locais empreendidas no fazer da atividade mineral, era o início de aquisição do conhecimento empírico do agente minerador em formação, ou seja, do garimpeiro. A tradição produtiva local preexistente tinha como referência principal de apropriação da natureza, o espaço agropecuário. As ações do fazer agropecuário eram fortemente ritmadas pela natureza, com suas sazonalidades impostas pelo clima semiárido, que determinava, por exemplo, o tempo da realização da plantação e colheita, como também ditava o manejo pecuário.

No caso da nova atividade mineradora, essa era uma maneira completamente dessemelhante de apropriação da natureza, com novas técnicas e ritmos produtivos, resultando numa nova cultura do fazer local. As ações do fazer mineiro não recebiam grandes influências dos ciclos “naturais” no ritmo das ações realizadas nas jazidas, mas recebiam influência direta dos ciclos mercadológicos internacionais. Contudo, a partir do acolhimento da mineração, houve uma ampliação na parcela de utilização do território com o novo uso mineiro, o que certamente implicou também, numa revalorização espacial. Em suma, com a mineração, iniciaram-se novas relações e conteúdos espaço-temporais na região, pautadas em novas lógicas, objetos e ações.

Com a extração da mica, criam-se as primeiras formas espaciais ligadas ao setor mineral seridoense, passando a compor uma nova camada técnica na geografia da região. As jazidas abertas no solo/subsolo passaram a fazer parte de uma configuração territorial distinta da prevalecente até então. Na ocasião, alguns atributos ou elementos naturais deixam de ser inertes e passam a fazer parte da história regional como objetos geográficos. Resultado e

condição do processo em curso, ou seja, deixa o estágio de inércia para o estágio de inércia dinâmica, uma forma ativa (SANTOS, 1982, p. 30). Com isso, as jazidas minerais passam a ser objetos geográficos, formas criadas “por um momento histórico da formação socioeconômica e apenas um resultado desse momento” (SANTOS, 2003, p. 187). Isso porque, com o processo, a formação socioeconômica muda, da mesma maneira como mudam as formas, ou melhor, as formas e os seus conteúdos; como também se criam novas formas, novos objetos e ações, ao passo que outras vão sendo deixadas para trás, perdendo dinamismo funcional, mesmo que depois voltem a serem dinamizadas por novas funções.

A nova forma da região do Seridó é o resultado de um processo mais amplo, que extrapola a escala regional. Segundo Santos (2003, p. 199), os processos são uma expressão da totalidade, uma manifestação de sua energia na forma de movimento, ou ainda, “eles são o instrumento e o veículo da metamorfose da universalidade em singularidade” (p. 199). Portanto, a forma geográfica é uma expressão localizada da totalidade, enquanto funcionalização no lugar, em um dado momento da formação socioespacial. Desse modo, as novas formas que colonizam o Seridó expressam as novas funções ditadas pela escala do mundo.

Assim, pode-se afirmar que as formas mineiras que surgem no Seridó são o resultado do movimento da totalidade se desdobrando em eventos particulares no lugar e se concretizando através de formas materiais singulares incorporadas à configuração territorial regional, incrementando a composição das suas paisagens. Isso se explica pelo fato da distribuição das funções a serem executadas nos lugares se constituírem como o resultado das ações deliberadas a partir da divisão do trabalho, uma vez que essa é “motor da vida social e da diferenciação espacial” (SANTOS, 2002b, p. 129).

Em síntese, o uso do território da região do Seridó pela mineração caracteriza-se como uma atividade ainda tímida até aproximadamente meados da década de 1930, momento em que a pauta de recursos minerais efetivos da região se dinamiza, graças ao surgimento de um novo “contexto” favorável. Além da produção de mica, passa haver também um aumento na demanda do “centro do sistema capitalista” por minerais metálicos como o berilo e a tantalita-columbita e, assim, uma nova espacialização começa a ganhar consistência e afirmação no meio regional, com a ampliação do número de jazidas e trabalhadores em ação. Isso quer dizer que a região passa a atender uma demanda advinda da divisão territorial internacional do trabalho, cabendo-lhe a realização de um trabalho bem determinado, qual seja a produção propriamente dita (extração) de algumas matérias-primas minerais a serem

transformadas industrialmente fora do território brasileiro. Portanto, a partir desse momento, a região do Seridó “engata” mais ativamente na divisão internacional do trabalho, enquanto fornecedora de matérias-primas minerais. É para tais eventos que esta reflexão se encaminha na seção que segue.

5.2.1 O contexto para afirmação da mineração na Região do Seridó

Buscando entender como se processam as mudanças ocorridas com o território regional seridoense usado com a mineração, a partir de meados de 1930, achou-se por bem levar em conta que “as mudanças de valor de cada subespaço não se explicam por sua própria história. Trata-se de uma verdadeira e mais ampla reorganização, induzida por fatores externos e internos” (SANTOS, 1982, p. 33). Ora, assim as justificativas da presente trama, não se encontram nos fatores puramente de ordem local, mas em questões bem mais amplas que escapam a escala regional, tais como o desenvolvimento da própria formação socioespacial brasileira, bem como as decisões políticas do Estado, principalmente no que diz respeito às relações e aos acordos com outras Nações-Estado.

O conhecimento da existência do potencial mineral dos pegmatitos da região seridoense passou a ser um fator de ordem interna a ser considerado, mas não capaz, por si só, de fornecer uma explicação plausível para concepção e afirmação da mineração, pois, outros lugares do mundo eram dotados de províncias minerais capazes de produzir os mesmos minerais encontrados nos quadrantes da província geológica da Formação Seridó. Portanto, há a necessidade de recorrer ao contexto, não só interno, mas também ao externo, considerando-o a partir das escalas: regional, nacional e mundial. Levar em conta escalas mais amplas é importante devido à formação socioespacial brasileira não se fazer de forma independente do contexto externo, mas se realizar internamente com ele.

Tentado recuperar a ambiência conjuntural na escala nacional que possa embasar e justificar o início da dinâmica do setor mineral seridoense deve-se ter em conta, entre outros fatores, que foi a partir de 1930, que Getúlio Vargas chegou ao poder dando um novo rumo ao país, ao adotar as ideias desenvolvimentistas com o fim de promover a modernização e o progresso e assim romper com o atraso histórico brasileiro. Essa transformação “milagrosa” seria possível “através da implantação e expansão de um parque industrial próprio, a exemplo das nações europeias e dos Estados Unidos da América” (BRUM, 1986, p. 50).

A política externa do Brasil estava guiada pelos objetivos da política interna, onde “assuntos militares como a compra ou a reposição de armamento e munição, a vigilância das fronteiras, os estudos estratégicos e o treinamento das forças armadas ligavam-se claramente a fornecedores e a *know-how* estrangeiros, e envolviam decisões políticas” (MOURA, 1993, p. 178).

No cenário internacional, ou seja, externo ao nacional, acentuava-se a competição imperialista, principalmente entre os Estados Unidos e a Alemanha que buscavam, através das suas influências econômicas e políticas na América Latina, imporem-se hegemonicamente. Diante dessa situação, “no conjunto, a política externa brasileira nos anos 30 pode ser descrita como uma política de **equidistância pragmática** entre as duas potências tanto em questões comerciais, como políticas e militares” (MOURA, 1993, p. 179, [grifo no original]). Na prática, isso quer dizer que o Brasil tirou proveito em suas relações de comércio exterior, em particular com as potências norte-americana e alemã, adotando uma política de “*livre comércio*”.

Com essa posição adotada pelo Estado brasileiro, a região mineira seridoense se beneficia, pois deixa seu potencial mineral à disposição do livre mercado internacional, atraindo demandas advindas dos países centrais para alguns minerais como a mica, o berilo, a tantalita-columbita e outros de menor expressão. Essa demanda externa começa a ter seus rebatimentos espaciais na região do Seridó, pois várias jazidas começam a ser abertas, com uma produção crescente, moldando e incrementando tecnicamente a configuração territorial regional.

A partir de 1937, e especialmente depois de 1939, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, surgem problemas internos no Brasil (econômicos, sociais e políticos), mas, no que diz respeito às principais metas estratégicas traçadas pelo governo brasileiro, apesar dos problemas, ele não desiste e prossegue com seus objetivos de reequipamento das forças armadas para a defesa nacional e a industrialização do país, tendo como ponto chave a construção da usina siderúrgica nacional, já que a inexistência desse tipo de usina era “o problema máximo, pode-se dizer, básico da nossa economia” (VARGAS, apud BRUM, 1986, p. 53). Esse cenário problemático se agrava com o impedimento do Brasil em manter o comércio exterior, principalmente com a Alemanha, que sofre um bloqueio naval por parte dos britânicos, estreitando assim, as opções para que se adquirissem meios de atingir os objetivos estratégicos pleiteados pelo governo brasileiro (MOURA, 1993, p. 180).

Na ocasião, a Alemanha era um importante parceiro do Brasil, uma vez que, segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC, 2005), nos anos que precederam a Segunda Guerra Mundial, as relações do Brasil-Alemanha eram menos problemáticas do que com as dos Estados Unidos. Do ponto de vista comercial, as exportações brasileiras para a Alemanha representaram um acréscimo significativo, passando de uma participação de 11,4% em 1930, para 24% em 1937, sendo o maior comprador de algodão e o segundo maior mercado de café e cacau, além de ser importador de minerais produzidos na região do Seridó.

No que diz respeito à implementação do projeto de construção da usina siderúrgica, o governo Getúlio Vargas, em discurso, deixa bem claro a importância desse empreendimento para o plano de modernização do país:

O problema básico da nossa economia estará em breve sob novo signo. O país semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas, poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, provendo as suas mais urgentes necessidades de defesa e aparelhamento. (...) mesmo os mais empedernidos conservadores agraristas compreendem que não é possível depender da importação de máquinas e ferramentas... como a enxada e outros implementos. (VARGAS apud OLIVEIRA, 2003, p. 47).

O presidente Vargas, ainda mais enfático e otimista quanto à siderurgia, prossegue seu discurso: “para o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica. No amplo emprego desse metal, sobre todos precioso, se expressa à equação do nosso progresso” (VARGAS, apud BRUM, 1986, p. 53). O Governo tinha como plano construir a Usina Siderúrgica de Volta Redonda (CSN), entretanto as condições econômicas internas não eram favoráveis, uma vez que “caracterizada pelo baixo desempenho das exportações, pela inexistência de mecanismos eficazes de centralização de capitais, com um mercado financeiro rudimentar, e pela estreiteza dos recursos públicos, não havia outra alternativa para implantar a grande siderurgia a curto prazo senão o recurso ao capital estrangeiro” (OLIVEIRA, 2003, p. 47).

Os Estados Unidos, enquanto potência hegemônica em processo de afirmação mundial, também tinham seus objetivos e suas estratégias para lidar com um período tão delicado e crucial na redefinição da hegemonia mundial. No que se refere à América Latina, que já era “sob muitos aspectos, importante para o projeto nazista de dominação do mundo”, os Estados Unidos precisavam exercer suas estratégias e coibir a influência alemã. Para tanto, lançaram uma maciça ofensiva nas áreas econômica, política e cultural, tendo o Brasil como um dos principais alvos, devido entre outros fatores, despertar o interesse norte-americano em

instalar bases militares na Região Nordeste, devido a sua posição geográfica estratégica³⁰ (MOURA, 1993, p. 180-183).

Em meio à disputa imperialista, o governo brasileiro tirou proveito e barganhou, junto ao governo norte-americano, o financiamento da siderúrgica brasileira, pois:

Roosevelt compreendia a gravidade da situação e tinha claro que a não satisfação das reivindicações brasileiras poderia significar o afastamento do Brasil da esfera de influência norte-americana e a política de solidariedade continental ficaria sobremaneira enfraquecida. As negociações foram difíceis e o empréstimo a Volta Redonda só foi liberado em troca da contribuição do Brasil para consolidar a proeminência norte-americana sobre a América Latina. (OLIVEIRA, 2003, p. 49).

Algumas concessões foram dadas pelos norte-americanos aos pleitos do Brasil, mas, mesmo assim, o Governo brasileiro manteve a posição de neutralidade, embora assumisse a tese norte-americana de “*solidariedade hemisférica*” desde que suas forças armadas fossem adequadamente equipadas. Nesse meio tempo, “as pressões norte-americanas junto ao governo brasileiro haviam aumentado e o processo de barganhas atingia seu ápice” (OLIVEIRA, 2003, p. 53). Com o ataque japonês ao território norte-americano, em Pearl Harbour, o cenário mudou e pouco tempo depois o Brasil estabelece uma aliança mais forte e unilateral com os Estados Unidos, abandonando de vez a posição de “*equidistância pragmática*”, culminando então, no rompimento das relações com as potências do Eixo, e declarando guerra à Alemanha e à Itália. A aliança firmada entre Brasil-Estados Unidos envolvia a seção dos pleitos desejados pelos dois países, para tanto, foram assinados vários acordos bilaterais de ordem econômica e militar. Isso provocou rebatimentos importantes para mineração na região do Seridó que, em síntese, pode ser entendido como a internalização do externo, mediada por acordos governamentais que definem papéis distintos a serem cumpridos, nos quais, incluía-se o fornecimento de minerais estratégicos produzidos no Seridó, cabendo-lhe se adequar a uma divisão do trabalho planejadamente desenhada, em que sua tarefa era explorar ao máximo seus recursos minerais, cumprindo assim, a primeira etapa

³⁰ “A ofensiva política dos E.U.A. visava a integração de todos os países latino-americanos em sua estratégia global de combate às potências do Eixo. No caso brasileiro, isso envolvia a eliminação da influência do Eixo e a vigilância sobre os cidadãos nacionais daqueles países, a fim de garantir aos E.U.A. o suprimento de materiais estratégicos para sua indústria e a concessão de bases militares para suas tropas. Embora essa ofensiva tenha ocorrido em um período em que a política do Brasil era de neutralidade, o governo Roosevelt não considerou isso um problema. [...] Pela mesma razão, quase todas as iniciativas políticas do governo norte-americano em relação ao Brasil durante esse período foram de natureza claramente militar, redundando em esforços, diplomáticos e militares, para garantir a defesa do Nordeste brasileiro, julgada essencial pelos estrategistas norte-americanos. [...]” (MOURA, 1993, p. 182).

da instância produtiva e deixando as demais a ser executadas em outras escalas espaciais que não a do lugar de produção propriamente dito e sim, no espaço norte-americano.

Portanto, no bojo desse cenário de relações internacionais brevemente apresentado, inserem-se outros condicionantes conjunturais (internos e externos) para a dinamização da mineração no Seridó. No que diz respeito aos condicionantes locais, do ponto de vista laboral não havia empecilho, uma vez que devido à forma artesanal como era conduzida a extração mineral, sem que fosse essencial o emprego de mão-de-obra especializada, a força trabalhadora “foi facilmente recrutada entre os agricultores que se dedicavam à cultura da terra, no curto período chuvoso, e ficavam a maior parte do ano ociosos. Além disso, grande parte do trabalho agrícola poderia ser feito pela família, se o chefe obtinha um trabalho melhor remunerado” (ANDRADE, 1987, p. 14).

Na escala mundial, a década de 1930 foi marcada pela intensificação constante da busca por hegemonia mundial. Para fazer frente ao contexto da época, os países se equipavam belicamente para um futuro de beligerância que já se desenhava. Essa década e a seguinte também, foram marcadas notadamente por uma forte produção e inovação na fabricação de modernos equipamentos (rádios transmissor, computador, armamentos como a bomba atômica etc) que para suas feitura foi preciso grande quantidade de matérias-primas minerais. Essa conjuntura fez com que houvesse um “[...] tremendo desenvolvimento da nossa indústria mineira” que “foi provocado em grande parte pela **fome de matérias-primas minerais** que apresentavam as grandes nações nos preparativos e no desenrolar da segunda guerra” (PINTO, 1950, p. 28 [grifo nosso]). Num ambiente de fome por minerais, Pinto acrescenta que “a demanda criou a atividade numa espécie de adaptação no campo econômico da afirmação da fisiologia de que a função criou o órgão” (p. 28). Traduzindo numa linguagem geográfica, pode-se afirmar que a demanda criou a forma para exercer a função reivindicada.

Particularmente, as questões internas enfrentadas pelos Estados Unidos e pela Alemanha, mostram alguns caminhos explicativos para entender o desenvolvimento da mineração no Seridó. O transcurso do período antecede a deflagração do conflito bélico e com a eclosão da Guerra, os Estados Unidos e a Alemanha se afirmavam como os grandes consumidores de minerais em escala mundial. Muitos desses minerais não eram extraídos em território norte-americano nem alemão, ou se eram, não havia uma produção suficiente para atender à demanda interna. Neste caso, esses países eram dependentes de fontes externas. Isso significa dizer que ambos tinham que ter habilidade na política externa frente à situação internacional em vigor, que era mais que delicada.

Segundo McGrath (1943, p. 25), só com a entrada norte-americana na Guerra, em dezembro de 1941, foi que terminou o período de incerteza para os Estados Unidos sobre a dependência de fonte estrangeira de certos minerais. Para esse autor, durante vários anos havia algumas agitações em círculos oficiais para que se adotasse uma política de estoques minerais, entretanto o Governo norte-americano não mobilizou nenhuma ação de precaução frente ao risco iminente de escassez para muitas matérias-primas que normalmente eram importadas. Só houve maior tranquilidade por parte dos Estados Unidos, quando o Congresso de Materiais Estratégicos aprovou, em 07 de junho de 1939, a autorização para liberação de US\$ 100.000.000 para compra de “materiais estratégicos e críticos”, conforme a definição da *Army-Navy Munitions Board*, sejam eles adquiridos em fontes domésticas (se disponível) ou estrangeiras. Essa decisão foi seguida por outras que tinham como objetivo fomentar uma política ainda mais agressiva na obtenção de materiais estratégicos, para tanto, houve uma mobilização praticamente de toda estrutura governamental norte-americana. O Governo criou novas instituições específicas para garantir o suprimento de materiais “estratégicos e críticos” tais como a *Metals Reserve Company* (1940), *United States Commercial Company* (1942), *Defense Supplies Corporation* (1940), *Board of Economic Warfare* (1941), entre outras.

Uma das principais fontes para alguns minerais considerados estratégicos para os Estados Unidos encontrava-se no extremo oriente asiático e em alguns países da Europa. Com o conflito bélico deflagrado, gradativamente aumentam-se as dificuldades para obtê-los, principalmente no que diz respeito ao traslado oceânico das matérias-primas minerais desses fornecedores para os Estados Unidos. Com efeito, diante das dificuldades deliberadas e potenciais, o Governo norte-americano passa a focalizar a América Latina como o potencial substituto no fornecimento de minerais estratégicos (McGRATH, 1941, p. 58). Diante dos fatos, o Brasil passa a ter uma posição de destaque e de vital importância, pois “o Brasil era a única fonte disponível de cristal de quartzo de que as forças militares norte-americanas necessitavam para seus equipamentos de rádio; a questão era simplesmente a seguinte: sem cristais não haveria rádio; sem rádio não haveria comunicação de campanha” (McCANN apud OLIVEIRA, 2003, p. 72). Além de cristais de quartzo, McGrath (1941, p. 60) acrescenta a mica e o diamante industrial brasileiro como “vitais ao programa de defesa nacional” norte-americano. Ainda segundo este autor (1943, p. 32) o Governo norte-americano em 1941, começou negociações ativas com as principais repúblicas da América Latina a fim de que todos os excedentes de minerais estratégicos produzidos fossem vendidos exclusivamente aos Estados Unidos.

O pleito norte-americano por minerais estratégicos do Brasil foi atendido mediante acordos bilaterais. Como já foi frisado, nesses acordos, um dos objetivos dos norte-americanos era a aquisição de alguns minerais estratégicos que eram produzidos no Brasil, como o cristal de quartzo, a mica, tungstênio, berilo, zircônio, tantalíta-columbita, manganês e ferro. Em troca do fornecimento desses minerais, os norte-americanos enviaram para o Brasil um grande número de técnicos especializados, fornecendo também petróleo, cobre, enxofre, trigo etc. Além de todo o equipamento necessário para a construção da sonhada Usina Siderúrgica de Volta Redonda (PINTO, 1987, p. 4). Deve-se acrescentar que esse acordo de cooperação Brasil-Estados Unidos não se tratava simplesmente de uma troca comercial, mas de uma estratégia geopolítica em um momento de guerra e de disputa pelo comando da hegemonia mundial. Portanto, nesse período, Andrade (1987, p. 23) ressalva que os fatores de ordem econômica – como, por exemplo, os custos de produção – eram poucos relevantes, em razão das estratégias dos Estados Unidos num momento tão decisivo.

Enfim, com os desdobramentos do conflito bélico e as posições assumidas pelo Brasil, o meio mineiro seridoense deixa sua inserção no mercado multilateral para se inserir num mercado unilateral mediante os acordos firmados com os norte-americanos. Essa fase de mercado “dirigido” ou planejado em que o circuito espacial da produção e o círculo de cooperação é fechado, de única via, durará até o término da Segunda Guerra Mundial (agosto de 1945), quando gradativamente o mercado vai se abrindo e voltando a ter um caráter de livre comércio das *commodities* minerais.

5.2.2 O uso efetivo do território do Seridó com a mineração

A composição técnica-organizacional da região mineira do Seridó permanece praticamente a mesma desde a época em que começaram as primeiras atividades de extração de mica. Ela só começa a ser modificada significativamente quando ocorre uma maior demanda pelos minerais metálicos, atraindo agentes alhures à região e ocasionando mudanças nas ações/relações que prevaleciam, bem como no sistema de objetos. O sistema de ações é densificado com o aparecimento das “Companhias de Mineração”, que adquirem títulos minerários e exploravam as jazidas, como também atuavam na comercialização. Segundo Rolff (1946) e Forte (1994) as principais companhias que atuavam no Seridó, em geral, eram: Silveira Brasil & Cia. (S.B.); Companhia Mineração do Nordeste (C.M.N.); Companhia Mineração do Picuí (C.M.P.); Heretiano Zenaide, S. A. Comércio e Indústria de Mineração

(SACIM); Otaviano Bezerra (O.B.), Mineração Seridó Ltda. (M.S.); e Renda, Priori & Cia. (R.P.). Para Forte (1994), as quatro primeiras companhias citadas controlavam majoritariamente o aproveitamento dos depósitos, principalmente via comercialização. Entre todas essas companhias, destacava-se a Silveira Brasil & Cia., pois, segundo o autor supracitado, com base em dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), referentes ao ano de 1944, essa companhia exportou cerca de 55% da produção de tantalita da região e quase a metade da produção de berilo. E ainda mais, a referida companhia “[...] mantinha anualmente empregados nas frentes de garimpos de sua propriedade, algo em torno de 3.000 operários-garimpeiros” (FORTE, 1994, p. 21).

Buscando sintetizar o modo como as companhias de mineração operavam com suas estratégias para tirar o melhor proveito do meio mineiro em questão, Forte (1994, p. 21-22) é bastante enfático ao constatar que:

Rigorosamente falando, essas organizações, sobretudo Silveira Brasil & Cia., não atuaram como empresas de mineração, mas sim como ‘firmas garimpeiras ou de garimpagem’ se é que se pode assim denominar. Suas atividades estavam voltadas para a comercialização de bens minerais produzidos pelos garimpeiros e para o controle dos principais garimpos da região. Não havia uma preocupação maior da parte delas em tentar desenvolver nessas áreas uma mineração organizada sob o ponto de vista técnico, a despeito de possuírem, ao que parecia, capacitação financeira suficiente para isso.

Entretanto, essa forma de organização da produção, tendo por base a garimpagem, não parece ter sido regra geral, pelo menos após 1943, uma vez que, segundo Rolff (1946, p. 30), em princípios de 1943, os pegmatitos começam a ser trabalhado “literalmente” sob orientação técnica do DNPM em cooperação com órgãos do governo norte-americano como a Comissão de Compras e o apoio técnico do Serviço Geológico, que dispunha de técnicos especializados em mineração.

Sabe-se que a forma de garimpagem tradicional empregada na região era um trabalho basicamente realizado com intermediação de instrumentos técnicos bastante precários e de pouca eficiência, resultando em baixa produtividade e grande dispêndio de energia humana. Os principais instrumentos usados pelos garimpeiros se resumiam a pás, picaretas, ponteiros ou pixotes (ponteiros de aço), marreta, padiola, alavanca, peneiras (improvisadas a partir do reaproveitamento de latas de folha-de-flandres, originalmente usadas como recipientes de combustível) etc. Para esses garimpeiros, o principal meio de transporte utilizado era o lombo

de animais, que tanto auxiliavam-os nos trabalhos de lavra, quanto no escoamento da produção.

Por outro lado, havia lavras em que as técnicas e os instrumentos utilizados eram revolucionários e bastante avançados frente às técnicas tradicionais de garimpagem comuns na época. Isso pode ser verificado quando se sabe que algumas companhias contavam em seu arsenal técnico-operacional com equipamentos maquímicos de boa eficiência e rapidez na frente de lavra, além de contar com o uso de explosivos. Esse incremento técnico deveu-se às necessidades impostas pelo “esforço de guerra”, dessa forma, com “o propósito de aumentar num curtíssimo prazo a produção desses minerais [tantalita-columbita, berilo, mica, etc] levou a Comissão Americana de Compras a introduzir nos garimpos, que até então utilizavam meios rudimentares, vários equipamentos pesados como marteletes, compressores, moinhos, explosivos, etc.” (FORTE, 1994, p. 100). Assim, fica evidente que coexistiam sistemas temporais distintos numa mesma região, ou seja, de um lado havia os garimpeiros típicos de um período em que a força humana e animal eram a base motora da produção, caracterizando um tempo interno; de outro lado, havia as Companhias de mineração, com suporte do DNPM e do Serviço Geológico Americano, que utilizavam técnicas que não condiziam com a realidade regional de até então. Essa era, uma característica de um tempo externo que estava se internalizando na região. Eram técnicas típicas de outra realidade geográfica fortemente mesclada de conteúdo do período que emergia nos países centrais, qual seja o período tecnológico ou técnico-científico.

A nova oferta técnica, como o uso do conjunto compressor-martelete-explosivos, utilizada no desmonte dos pegmatitos, trouxe uma grande melhoria e eficácia para a mineração, pois garantia um avanço rápido no desmonte do pegmatítico na frente de lavra. Do ponto de vista do transporte da produção, de equipamentos e de auxílio nas lavras, essas companhias faziam uso dos caminhões, em mais uma demonstração de modernização em comparação aos garimpeiros tradicionais, que usavam, como já dito, sua própria força física e a tração animal.

A condução dos trabalhos nas frentes de lavras pelas companhias passa a fazer uso da racionalidade técnica-científica, pois suas ações eram conduzidas a partir de uma orientação pensada cientificamente, com elaboração de plantas, com cortes de perfil, situação geográfica onde estavam inseridas as jazidas, entre outras informações. Em síntese, o espaço produtivo regional em questão, conhece a sua primeira etapa de mecanização, internalizando modernizações técnicas de uma realidade que fugia a circundante de até então.

Com essa nova configuração territorial afirmada, surgem novas relações de produção, destacando-se o trabalho assalariado com registro legal, conforme as normas trabalhistas vigentes, algo não comum nas relações de produção, por exemplo, no meio agropecuário coexistente, embora outras relações ainda se fizessem presentes no meio, como o trabalho por produção e mesmo o trabalho assalariado fora das normas trabalhistas.

Do ponto de vista da produção mineral regional, especialmente de tantalita-columbita e berilo, num contexto ímpar em que a região recebe os impactos de uma prática espacial seletiva, diante de uma conjuntura internacional delicada, seja no período pré-Guerra e ainda mais no período de Guerra, a região mineira do Seridó passa a ter não somente formas espaciais capazes de produzir minerais estratégicos, mas a própria região se torna estratégica em função de sua participação, com posição destacada, na hierarquia da produção mundial desses minerais. Segundo Forte (1994, p, 20), com base em dados fornecidos por M. de S. Pinto, a produção anual de tantalita das áreas pegmatíticas do Seridó paraibano e potiguar, no triênio 1942-1944, correspondeu a aproximadamente metade de toda produção mundial. No mesmo período, quase com o mesmo destaque, o berilo seridoense aparece com uma participação na produção mundial de 43%, ou seja, uma pequena área passa a responder por quase metade de toda produção mundial dos minerais estratégicos de tantalita-columbita e berilo. No caso da participação da produção regional, em comparação à escala nacional, no período que vai de 1938 a 1944, a região respondeu por quase 100% de toda produção brasileira desses minerais.

O Seridó também se destacou com a produção de scheelita. Segundo Andrade (1981, 1987, p. 65) a exploração deste mineral inicia-se na região em 1941, destacando-se o município de Currais Novos – RN como detentor de grandes reservas e produtor. Da mesma forma que os minerais de pegmatito como tantalita e berílio, a scheelita é colocada entre os minerais estratégicos no período de beligerância, passando a ser essencial no esforço de guerra. O grande empreendedor da mineração de scheelita foi o Sr. Tomaz Salustino explorando a mina Brejuí em Currais Novos. Com o crescimento da demanda, esse empresário da mineração, “chegou a reunir 3.000 homens em sua mina, trabalhando em regime de garimpagem” (p. 66). No momento da guerra, as ferramentas de trabalho eram fornecidas pela “Companhia de Compras” norte-americana. A mina Brejuí não foi à única explorada no Seridó, outras com graus variados de relevância também produziram o cobiçado minério usado em ligas de aços especiais e materiais de alta resistência. Mas foi a empresa de mineração do Sr. Tomaz Salustino, a responsável por internalizar modernizações

significativas no setor através da mecanização da produção e um primeiro beneficiamento do minério.

O uso do território da região do Seridó pela mineração com maior relevância a partir da segunda metade da década de 1930, somado ao setor agropecuário com a criação de gado e a produção de algodão, forma o tripé de sustentação que a consolida como região.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Seridó passa a ser singularizado funcionalmente com o uso do seu território que forja a sua identidade funcional, tornando-a peculiar inclusive em algumas toponímias como algodão “Mocó” ou “Seridó”, Província Pegmatítica Borborema-Seridó, queijo do Seridó, municípios que trazem em sua denominação referência a região (ex. Jardim do Seridó – RN, Santana do Seridó – RN e Junco do Seridó – PB).

Aproximadamente em fins da década de 1970, momento em que se forjam novas dinâmicas, sobretudo socioespaciais no território nacional, a industrialização já está consolidada no país, propiciando de forma graduada um processo de mudança no que diz respeito à pauta da produção mineral na região mineira seridoense.

A consolidação, o crescimento, a desconcentração e a diversificação do parque industrial nacional, juntamente com um forte processo de urbanização e de construção e interligação dos diversos sistemas de engenharia no país, entre outros fatores, propiciaram o surgimento de uma nova demanda por minerais da região mineira do Seridó. A nova demanda que surge é por minerais industriais, em particular, por feldspato e caulim. Graças a uma conjuntura favorável, esses minerais passam a serem recursos efetivos para o Seridó, na medida em que acolhe as demandas dessa “conjuntura” devido às reservas potenciais desses minerais em seu território.

Principalmente a partir de 1970, a montagem dos sistemas de engenharia de circulação torna o território nacional integrado e mais fluido, material e imaterial (SANTOS; SILVEIRA, 2003). Com isso, logisticamente e economicamente, viabiliza-se o escoamento da produção dos minerais industriais do Seridó. Dessa forma, grande parte da produção da região pôde ser transportada para os grandes centros consumidores, localizados na Região Concentrada do país, como também nos grandes centros urbanos do Nordeste, inaugurando assim uma nova fase para a mineração na região.

Ao se estabelecer essa nova fase, a produção de minerais metálicos (tantalita-colombita, berilo, scheelita etc) não desaparece completamente, eles apenas passam a ser tidos como secundários, em alguns casos, no processo de extração. Com isso, os trabalhos nas jazidas são direcionados para frentes de lavras ou filões que ofereçam maiores aptidões

mineralógicas para a produção dos minerais industriais. Esse quadro só é revertido em ocasiões especiais de mercado, quando há um aumento nos preços dos minerais metálicos e mesmo da mica, ou seja, esses minerais se configuram como minerais cíclicos.

Se por um lado os minerais metálicos produzidos no Seridó estão mais ligados ao mercado internacional, os minerais industriais estão mais ligados ao mercado nacional, com forte peso regional. Depois de firmada a indústria na região Nordeste, assegurou-se um mercado mais estável sem grandes oscilações no preço e na procura dos minerais industriais produzidos na região, ocasionando uma maior estabilidade no meio mineiro seridoense, especialmente referente ao mercado caulim e notadamente do feldspato, pois “esse mineral desempenha um papel de relevância dentro do segmento da indústria de cargas, voltado para o processamento de materiais cerâmicos, vidros e produtos químicos” (MARINHO, 1989, p. 3).

Pode-se então, identificar mudanças na inserção do Seridó nos circuitos espaciais da produção mineral, bem como na divisão territorial do trabalho.

É possível esboçar uma primeira grande fase que vai desde o início das primeiras atividades de mineração até aproximadamente as décadas de 1960-1970. Grosso modo, essa é a fase em que o meio mineiro do Seridó insere-se diretamente na divisão internacional do trabalho enquanto produtor de bens minerais brutos para serem transformados fora do país. Essa é a fase marcada pela produção de mica e dos minerais metálicos (tantalita-columbita, berilo e scheelita).

A partir da década de 1970, inicia-se uma nova redefinição no papel funcional do subespaço mineiro seridoense, forjando novos espaços de fluxos frente à divisão territorial nacional do trabalho, por ocasião do desenvolvimento industrial brasileiro, da integração nacional e da urbanização. Essa é a fase em que boa parte ou a totalidade das etapas do processo produtivo de transformação mineral ocorre em território nacional, pois “uma nova divisão territorial do trabalho esboça-se no Brasil a partir da necessidade de transformar os minérios, [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 48). Esse é o momento em que a pauta da produção mineral da região mineira do Seridó é ampliada com a produção de minerais industriais para abastecer o parque industrial nacional e regional. Isso demonstra que a região mineira do Seridó acompanhou o movimento do país, numa etapa em que se forjava uma nova divisão territorial do trabalho, e que nela o Seridó passa a se inserir, pois é chamado a exercer uma função no processo produtivo nacional dos minerais industriais.

Com a demanda propiciada pelo crescimento da indústria de transformação, o Seridó presencia o surgimento de formas espaciais necessárias à produção, principalmente de

feldspato e caulim. Assim, essas novas formas e funções adaptam e ampliam seu subespaço de produção mineral para acompanhar uma nova ordem advinda da divisão territorial do trabalho imposta pela indústria a todo território nacional.

Buscando melhor capturar essa nova ordem, sob a ótica regional, Araújo (1997, p. 9, [grifo no original]), nos diz que “o movimento de **integração nacional** comandado pelo processo de acumulação de capitais do Brasil nas últimas décadas havia atingido o Nordeste e **solidarizando** sua dinâmica econômica às tendências gerais da economia nacional [...]”. O que ocasionou, segundo a mesma autora, uma tendência em que “a dinâmica regional tendeu a acompanhar as oscilações cíclicas da produção total do país”. Deste modo, o meio mineiro seridoense acompanha e atende às mudanças que se processaram no país, as quais produziram uma nova geografia a partir da distribuição funcional atribuída aos lugares numa redefinição da divisão territorial nacional do trabalho, que conta com instâncias produtivas distribuídas e integradas nacionalmente. Com isso, o espaço produtivo mineral do Seridó não tem mais que cumprir **exclusivamente** as funções de ordem externa a escala nacional, mas passa a atender às demandas de consumo industrial oriundas do próprio território nacional, embora não se isole do contexto internacional e sim, se integre ainda mais, só que com novas funções na divisão internacional do trabalho.

Essas novas exigências, ao imporem uma resposta localizada ao meio mineiro, trazem como resultado geográfico a materialização de novas formas e o revigoramento de algumas já existentes, contribuindo para adensar a sua configuração territorial, a exemplo da internalização das indústrias de beneficiamento, que passam a operar no referido meio e provocam uma nova dinâmica regional, redefinindo então seu papel hierárquico no segmento da produção mineral, notadamente do feldspato e do caulim. Assim, de simples local de extração mineral, alguns municípios da região do Seridó passam a exercer também as funções de beneficiamento e de comercialização da produção mineral de feldspato e de caulim da região. Esses rebatimentos geográficos ocorridos localmente, são o resultado dos eventos propagados a partir de um processo em que “a cada movimento social, possibilitado pelo processo da divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes” (SANTOS, 2005a, p. 60).

A internalização dessas indústrias beneficiadoras de feldspato justifica-se em grande parte, conforme Marinho (1982, p. 12), devido “os constantes aumentos dos preços dos combustíveis, que oneram significativamente o preço CIF do feldspato transportado em

blocos, da área de extração para os centros de consumo final”, o que “justifica-se plenamente a implantação de empresas de beneficiamento próximas às áreas de extração, já que esta medida traria significativas reduções aos custos de produção, beneficiando as empresas que atuam nessa atividade”.

Como bem observa Farias (2003) em seu estudo de caso, essas mudanças de localização de indústrias que processam minerais, estão relacionadas à crise da economia nacional, que teve como principais causas correlacionadas os dois choques do petróleo da década de 1970 e a elevação dos juros da dívida externa na década de 1980. Assim, segundo o referido autor, aproximar-se das jazidas representava uma estratégia para diminuir os custos com transporte do mineral bruto aos lugares de beneficiamento, geralmente localizados a distâncias consideráveis dos lugares de extração. Fato esse que se constituía como parte de um conjunto de medidas postas em prática por empresas do setor mineral para enfrentar as dificuldades de reprodução em meio à crise.

Outra atividade industrial ligada à mineração que passa a ser mais expressiva a partir dos anos de 1980 em alguns municípios da região é a de cerâmica vermelha. Essa indústria, a partir da extração de argilas plásticas e barro vermelho produzem telhas, tijolos e lajotas para o próprio Seridó e principalmente para outras localidades em toda região Nordeste (SILVA, 2007). Essa atividade econômica tem grande significado nos municípios onde está presente como, por exemplo, Parelhas, Carnaúba dos Dantas e Jardim do Seridó no Rio Grande do Norte e, Picuí, Nova Palmeira, Juazeirinho e Junco do Seridó na Paraíba, sendo que é no Seridó potiguar onde ela é mais relevante. Mas, mesmo com a importância socioeconômica que essa atividade tem para região, principalmente por empregar considerável número de mão-de-obra, sua base produtiva está ameaçada pelo fato do processo de queima dos seus produtos estarem assentados no uso de lenha da vegetação da caatinga, o que vem agravando o núcleo de desertificação identificado no Seridó (SILVA, 2007).

Dos anos de 1990 em diante, ocorre também o incremento no uso do território mineiro da região, a extração de rochas ornamentais, internalizando empresas desse ramo oriundas de estados como Espírito Santo e Minas Gerais.

Assim, com mais uma camada técnica em seu território, adensa-se mais ainda a presença de objetos e ações, logo, a mineração encrava sua marca definitivamente enquanto um dos pilares do tripé que forja a região.

Enfim, na sua trajetória até as últimas décadas do século XX, a região do Seridó define momentaneamente sua base econômica e uso do território. De forma similar à

agropecuária, a mineração se firma como um dos importantes pilares de sustentação da economia regional, esboçando traços pontuais de modernização, coexistindo com heranças expressivas que marcam a identidade regional. Mas, com o processo de integração nacional, a difusão de modernizações pelo território brasileiro se acelera, os eventos portadores do novo tendem a ter espraiamento mais de caráter nacional no que diz respeito ao seu alcance. Nesse sentido, o Seridó mesmo que carregando os seus traços regionais, também se torna mais permeável às novidades do período técnico-científico-informacional. As modernizações do período da globalização, com seu conteúdo técnico, científico e informacional, gradativamente vai se fazer presente no meio seridoense (direta e indiretamente, material e imaterialmente), trazendo consigo todo um novo conteúdo e requisitos, resultando em crises econômicas com fortes rebatimentos para o arcabouço que sustenta o edifício regional, comprometendo sua reprodução. Assim, a crise termina por ser a marca da transição rumo à globalização, como se verá.

6 A BASE FUNCIONAL FUNDADORA DO SERIDÓ NA TRANSIÇÃO PARA A GLOBALIZAÇÃO

Como já foi mostrado na parte anterior deste estudo, num primeiro momento iniciou-se a constituição do arcabouço regional do Seridó com o uso do seu território pela pecuária, agricultura alimentar e a agricultura cotonicultora voltada para a emergente indústria têxtil. Inicialmente essa foi a base embrionária de formação da região nos séculos XVIII e XIX. Contudo, nas primeiras décadas do século XX, seu território passa a ser usado também por uma nova atividade, a mineração, que irá consolidar o tripé produtivo-funcional e agregar mais técnicas ao território. A pecuária, a agricultura alimentar e a cotonicultora juntamente com a mineração são atividades que se consolidaram como a linha de frente definidora da economia regional, sendo responsáveis pela funcionalização territorial que de forma crescente se liga mais diretamente e intensamente às divisões territoriais do trabalho em voga no transcurso do tempo.

Tentando acompanhar as modernizações do país e do mundo, a região do Seridó, ao longo das primeiras décadas do século XX, começa a se articular cada vez mais, pelo menos, intra-regionalmente, ganhando um maior compartilhamento dos acontecimentos, principalmente pelo fato de haver uma maior ligação entre os lugares, numa relação mais integrada, entretanto, não completa no que diz respeito ao território nacional como um todo, pois os grandes complexos regionais do país ainda não estavam bem interligados entre si, prevalecendo ainda, uma forte ligação de cada região com o exterior e não entre elas no território nacional.

Ocorre que, gradativamente, na sequência dos anos cinquenta do século XX, cresce no território brasileiro, sua mecanização, recebendo sistemas de engenharia que irão ligar as várias regiões do país, formando assim um mercado nacional que será mais articulado e organizado, tendo como desenho uma nova divisão nacional do trabalho. Portanto, a configuração territorial brasileira muda juntamente com a formação socioespacial. Nesse contexto, a região do Seridó tende cada vez mais a participar da organização produtiva e de consumo do país, o que resultará em rebatimentos locais que dizem respeito ao uso do seu território. Ao tempo em que se “constrói” a integração nacional, o Brasil também passa cada vez mais a se integrar ao mundo. Os avanços técnico-científicos que se propagam mundo afora passam a constituir a emergência da globalização que se firmará como período histórico.

Acompanhando as mudanças do país e do mundo com o processo de afirmação do período da globalização e a constituição do meio técnico-científico, a região do Seridó receberá diferentes impactos em seu território, atingindo sua base funcional e resultando em crises e mudanças. Algumas ações seletivas postas em prática pelo Estado brasileiro intensificará a crise, enquanto outras que surgem a partir da região, buscam superá-la.

6.1 O processo de integração territorial brasileiro

Nas primeiras décadas do século XX, mesmo com a mecanização de parte da produção e da circulação, o território brasileiro ainda estava organizado em subsistemas mecanizados que formavam “arquipélagos”. Esses subsistemas, formam o principal arcabouço técnico regional, tendo os portos como o principal ponto de solidariedade regional que articulava o território brasileiro com o exterior. Essa fase do território brasileiro é marcada pela desconexão terrestre das “ilhas” que formavam o “arquipélago” nacional. Esse era o tempo em que a dinâmica da vida se restringia à própria região (“ilha”), orientada a satisfazer às necessidades de matérias-primas, especialmente demandadas além-mar³¹ (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 38).

O principal fator responsável pelo rompimento do isolamento regional do Brasil é a conjunção de processos interligados, como o crescimento populacional, urbano, industrial e do mercado interno nacional etc.³² Esses processos se avolumam cada vez mais, principalmente na Região Concentrada do país³³, sob a égide de São Paulo, que “tornou-se uma grande metrópole industrial, onde estavam presentes todos os tipos de fabricação. Chamado a acompanhar esse despertar industrial, o país inteiro conheceu uma quantidade de solicitações e, sobretudo, foi impregnado pela necessidade de concretizar a integração nacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 42). A construção das bases da integração nacional se dará com um novo movimento interno de fluxos. As matérias-primas rumam principalmente em direção à Região Concentrada e essa, por sua vez, dada à primazia industrial, emite fluxos de produtos industrializados rumo às outras regiões. É assim que se

³¹“Uma topologia marcada por desconexões decorre, sobretudo, de uma vida circunscrita às regiões, embora orientada para satisfazer a necessidades de matérias-primas além dos mares” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 38).

³² Cf. Santos e Silveira (2003).

³³ A Região Concentrada se constitui pelos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa denominação foi introduzida na literatura geográfica a partir de pesquisas realizadas por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro – *O Conceito de Região Concentrada*, 1979. (Cf. SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 27, [nota 2]).

tem início uma mudança mais acentuada no padrão de consumo, ampliando a demanda por circulação de mercadorias. Contudo, para que os fluxos se tornassem efetivos, foi preciso a montagem do sistema de engenharia³⁴ nacional que oferecesse as condições materiais necessárias capazes de intensificá-los e acelerá-los entre as diferentes regiões do país. O caminhar da integração São Paulo ascende na hierarquia urbana e comando nacional devido, entre outros fatores, se localizar-se em seu território o maior número de indústrias de base, “cujo enorme mercado é dado pelo esforço de equipamento de todo o território e mesmo pelo abastecimento normal da população brasileira” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 45).

Progressivamente o território brasileiro passa a ter seus sistemas de engenharia integrados, rompendo com as desconexões dos subsistemas regionais da fase precedente. Esse é um momento de mudanças se processando, não só no Brasil, mas também no mundo, particularmente depois da Segunda Guerra Mundial quando:

a ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das ideias que iriam guiar a reconstrução ou remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, portanto da política. Para realizar qualquer desses desígnios impunha-se equipar o território, integrá-lo mediante recursos modernos. O caminho da integração do território e da economia apontado para todos os países era tanto mais rápido quanto maior número de opções a atingir e a organizar. É o caso do Brasil. O fim da guerra marca também o início de uma nova era dentro do percurso capitalista, com as perspectivas abertas pela revolução científico-técnica. Era o momento de lançar a semente da dominação do mundo pelas firmas multinacionais, preparando assim todos os espaços mundiais para uma nova aventura que, em escala mundial, só iria frutificar plenamente trinta anos depois. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 47).

Todo o processo de mudança pelo qual passara o território brasileiro teve uma forte e decisiva participação do Estado brasileiro, principalmente a partir das políticas “progressistas”, “nacionalista-desenvolvimentistas” iniciadas em 1930³⁵, responsáveis por importantes modernizações, num momento onde “processa-se a adequação do aparelho estatal, até então dominado pelas oligarquias voltadas para o exterior, aos novos interesses

³⁴ “Este se define como um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho” (SANTOS, 1997, p. 79). Os sistemas de engenharia de fluxos materiais seriam as rodovias, as ferrovias, as estradas vicinais, etc. já, os sistemas de engenharia de fluxos imateriais seriam as inforvias, ou seja, o sistema telefônico, a internet, etc.

³⁵ Conforme Brum (1986, p. 50), “as forças que assumiram o poder em 1930 revelando certa sensibilidade em relação às transformações em curso na sociedade brasileira, tentam apoiar e implementar um projeto de industrialização do país, com o objetivo de retirá-lo do atraso histórico e impulsioná-lo ao progresso e à construção da sua grandeza, através da implantação e expansão de um parque industrial próprio”.

voltados para o mercado interno e a expansão do capitalismo no Brasil” (BRUM, 1986, p. 52), que não poderia ser feita sem a adequação do território.

Esse é o momento em que o principal objetivo da política estatal passa a ser a substituição das importações, daí a importância assumida pela indústria que deveria produzir no país aquilo que antes se importava. A substituição das importações se constituiu em três fases: produção de bens de consumo imediato (bens não duráveis); produção de bens de consumo duráveis e, por último, a produção de bens de capital e insumos básicos (BRUM, 1986, p. 53-56).

Com o progressivo desenvolvimento da indústria de produção de bens de consumo imediato e a de bens de consumo duráveis, a partir da década de 1950, para que seus produtos alcancem o mercado consumidor que passa a ser nacional e não mais regional, exige-se cada vez mais a construção de sistemas de engenharia de circulação. Os transportes encarregam-se de veicular as mercadorias até os locais de consumo. Essa demanda por sistemas de engenharia para o transporte das mercadorias vem somar-se a outros que se expandem no território brasileiro como, por exemplo, os sistemas de distribuição de energia elétrica que passam a mover cada vez mais as indústrias e a iluminar as cidades. Acrescentam-se ainda os meios de comunicação, com uma expansão espantosa e de importante papel ideológico, notadamente a serviço do setor produtivo capitalista, tendo numa primeira fase, o rádio e posteriormente a televisão, divulgando os produtos e produzindo necessidades, fazendo ampliar cada vez mais a faixa de consumidores, que passam ligeiramente a adquirir artigos não tão essenciais em detrimento de outras necessidades básicas (BRUM, 1986).

Mas, no processo de integração material do território brasileiro, através da construção dos sistemas de engenharia interligando todas as regiões do país, torna-se, também, imprescindível a construção dos sistemas de engenharia de integração imaterial do território. Os fluxos imateriais tornam-se importantes para a circulação de mensagens, de ordens e de informações e, com isso, ganha relevo a difusão dos serviços de telefonia, que passam a se espalhar em todo espaço nacional na formação de mais uma camada técnica impressa no território. Com isso, a integração torna-se completa, e possibilita concomitantemente o fluxo material e imaterial no território nacional.

Enfim, a mecanização passa a ser uma realidade da configuração territorial do Brasil. Está possibilitando materialmente uma nova divisão do trabalho pautada na “substituição de uma economia nacional **formada por várias economias regionais** para uma economia nacional **localizada em diversas partes do território nacional**” (OLIVEIRA, 1977, p. 55

[grifo no original]), e alterando completamente as ligações características do período anterior, em que, eram organizadas economias regionais com fortes ligações com o além-mar e de poucas ligações com outras regiões do país. Motivo pelo qual fala-se que o Brasil era um arquipélago formado por várias “ilhas” relativamente isoladas de economias regionais voltadas para atender interesses do exterior. Já no período atual, com a integração e mundialização do espaço geográfico, há “a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional” (SANTOS, 2005b, p. 147).

A passagem dessas regiões “ilhadas” para regiões interligadas não se deu de forma homogênea no território brasileiro, mas, pelo contrário, ela obedeceu à dinâmica econômica que sob o comando da divisão territorial do trabalho escolheu as heranças produtivas de melhor potencial para receber as modernidades³⁶. Isso porque “a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 21).

A integração do território nacional por meio dos sistemas de circulação possibilitou uma maior celeridade no incessante processo de totalização, fazendo com que os eventos se propagassem mais rápidos e com maior abrangência no espaço nacional. Isso se concretizando fez com que houvesse como disse Oliveira (1977, p. 47), “a ‘abertura’ da região e a consequente integração nacional”. A integração nacional tornou possível uma maior comunicação entre as partes constitutivas do todo e do próprio todo com as partes. Nesse contexto, mesmo a região do Seridó ficando na periferia das modernizações, ela recebe os rebatimentos da integração territorial por meio da reorganização da divisão interna nacional do trabalho. Nessa reorganização, a indústria nacional passa cada vez mais a disponibilizar produtos no mercado nacional e ao mesmo tempo demandar matérias-primas e mão-de-obra, iniciando uma articulação regional produtiva e de consumo.

Percebe-se que, no espaço brasileiro, os resultados do desenvolvimento capitalista desigual e combinado irão acentuar as desigualdades regionais. Essas não serão mais explicadas a partir de questões naturais de ordem ecossistêmicas, mas pela ordem técnica e de uso do território. Essa ordem técnica vai possibilitar o surgimento de uma divisão territorial do trabalho que expressa em sua ordenação regiões (lugares) do mandar e do fazer, duas faces da mesma moeda do desenvolvimento desigual e combinado.

³⁶Na visão geográfica de Silveira (1999, p. 22), “a modernidade é o resultado de um processo pelo qual um território incorpora dados centrais do período vigente que importam em transformações nos objetos, nas ações, enfim, no modo de produção”.

Segundo Farias (2003, p. 28-29), a integração nacional “comandada a partir da metrópole industrial paulista”, resultou no aprofundamento das desigualdades inter-regionais do Brasil. Assim, para o autor “diferenças não só econômicas, sociais, culturais, políticas, mas, também, territoriais” marcam o quadro, principalmente nordestino, que passa a ser afetado com a crise das principais culturas comerciais (algodão e cana-de-açúcar); da agricultura de subsistência; da indústria tradicional; além de problemas na base material de fornecimento de energia e transportes. O resultado desse conjunto de desequilíbrios internos ao Nordeste foi o agravamento da pobreza, que

forneceu os argumentos para a criação do GTDN, que culminou na formação da SUDENE em 1959, autarquia que lideraria as ações do planejamento estatal, numa visão desenvolvimentista, que visava explicitamente, a diminuição às profundas distâncias econômicas e sociais da região em foco em relação ao Sudeste (FARIAS, 2003, p. 28).

Para tanto, buscava-se implementar como solução “mágica”, “a industrialização autônoma e substitutiva, completada com sugestões referentes às transformações na organização da agricultura regional” (FARIAS, 2003, p. 29). Conforme ainda Farias, do ponto de vista da materialidade, houve a “imposição de um sistema de objetos com a finalidade de criar ou melhorar a infraestrutura regional” (FARIAS, 2003, p. 29). No que diz respeito à região do Seridó, a indústria não chega de forma expressiva, ela não assume a dianteira econômica regional, ela tem uma presença bastante pontual no território e na composição da economia. Os efeitos da indústria na região deram-se menos por sua presença física no território e mais pelo consumo de produtos industrializados como também pela demanda de matérias-primas, impactando a base produtiva seridoense.

O processo de integração nacional resultou em fortes impactos internos na medida em que expôs as economias regionais à competição nacional, sobressaindo aquelas mais modernizadas e preparadas para enfrentar a competitividade do mercado. Assim, a partir da segunda metade do século XX o funcionamento econômico do território brasileiro passa a ter caráter nacional, gradativamente sobre a égide dos imperativos das modernizações do novo meio geográfico (técnico-científico-informacional) que se esboça no país. Nesse processo, vários subespaços do país não conseguem acompanhar as modernizações que passam a compor os sistemas de objetos e os sistemas de ações que algumas regiões incorporam, fortalecendo a dianteira enquanto espaços do mandar. Este é o caso de São Paulo, que consolida seu parque industrial e passa a qualidade de metrópole com o maior nível na

hierarquia urbana nacional. Somando-se ao aumento da competitividade interna brasileira, na transição do século XX para o XXI, tem-se a maior abertura do mercado nacional à competitividade internacional, na qual a ponta de lança que conduz o processo é a adoção das políticas neoliberais por parte do Estado brasileiro. Enfim, passa a reinar a globalização econômica com o sistema produtivo e de consumo operando na escala do mundo. Teríamos então a crescente influência do mercado mundial sobre a produção social interna, característica que marca o

pós-guerra até o final do século XX, o modo de produção para o mercado passou a romper o âmbito das economias nacionais, para gerar toda uma rede internacional dos mercados. Esse processo ainda está em andamento e transcorre diante dos nossos olhos. Os mercados internos a olhos vistos perdem o seu caráter relativamente fechado, o mercado mundial ou grandes mercados regionais de caráter mundial tornam-se o espaço funcional imediato de um número cada vez maior de sujeitos econômicos. Mesmo as maiores economias internas estão cada vez mais sujeitas a tal modificação: até na economia dos Estados Unidos, tradicionalmente orientada para dentro de si própria, duplicou, só entre 1965 e 1980, a participação do comércio exterior no produto interno bruto. (KURZ, 1993, p. 14-15).

A integração dos mercados regional, nacional e mundial faz parte da efetivação da globalização que com suas modernizações força e arrasta todos os lugares aos seus imperativos, mudando territórios e seus usos, o consumo, os valores, gostos, ideias, maneiras de produzir, de habitar etc. É nesse contexto que a região do Seridó passa por mudanças acompanhando as transformações espaço-temporais do mundo. Os rebatimentos na região em apreço expressam-se em crise e mudanças funcionais, resultando em reorganização espacial e produtiva, redefinindo o Seridó em seu confronto entre o velho e o novo.

6.2 A crise regional do Seridó no fim do século XX e limiar do XXI: o definhamento do “mundo rural” agropecuário e as crises da mineração

Do ponto de vista dos condicionantes naturais, a região do Seridó, por estar encravada no semiárido brasileiro, enfrenta crises cíclicas naturais ocasionadas por estiagens mais severas que as normais desde tempos pré-colombianos. Com a colonização, desde seu início, a oferta hídrica e o regime pluviométrico irregular em sua distribuição no tempo e no espaço configuraram-se como motivos de várias crises sociais e econômicas. Assim, a região sempre enfrentou dificuldades relacionadas à água, essa que desde o início da colonização foi

fator determinante, ditador de práticas seletivas de uso do território e elemento responsável por muitos pontos de fixação do homem à terra.

Com a maior densidade animal e humana, a questão da água torna-se mais premente, exigindo medidas urgentes. É assim que, nas primeiras décadas do século XX, as políticas estatais de grandes obras “hidráulicas” ganham relevo no Nordeste, chegando ao Seridó. A região, antes das ações estatais, já contava com vários açudes particulares de pequeno e médio porte. Grandes obras públicas de açudagem foram construídas na região do Seridó, principalmente via DNOCS. Essas grandes próteses agregadas ao território para o armazenamento de água têm importância capital, na medida em que garantem, em parte, o abastecimento de água para a população urbana, além de servirem para usos ligados ao setor agropecuário. Devido às secas, tão presentes na historiografia e no imaginário social do sertanejo, ações estatais foram responsáveis por modernizações no semiárido nordestino, tanto em termos de estudos regionais, quanto de ações efetivas como a construção de grandes açudes, barragens e estradas.

No Seridó, açudes foram incorporados ao sistema de objetos enquanto concretudes territoriais, como Caraibeiras e Várzea Grande no município de Picuí – PB, açudes Santa Luzia e São Mamede em municípios de mesmo nome na Paraíba; Boqueirão em Parelhas – RN, Itans e Mundo Novo em Caicó – RN, Gargalheiras em Acarí – RN, Tororó e Dourado em Currais Novos – RN, Cruzeta em município de mesmo nome no Seridó potiguar. Essas são apenas algumas próteses territoriais entre tantas outras públicas e privadas que foram construídas com o fito de superar os efeitos da seca, característica natural da região. As ações de obras hídricas configuram-se como modernizações importantes, mas que por si só não foram capazes de ser, nem de longe, a esperada panaceia para a região. Na verdade, constatase que as constantes secas não são as únicas responsáveis pelas crises econômicas regionais. Trata-se de questões estruturais mais amplas que fogem aos designios da natureza.

Desde que a região consolidou sua base econômica na pecuária, no algodão e na mineração, somado ao auxílio da agricultura de subsistência, crises periódicas foram constantes, afetando um ou mais setores da base econômica. Algumas destas crises tiveram ligações com questões relativas às secas, porém, muitas estão relacionadas ao mercado (nacional e internacional) e a questões produtivas e conjunturais. Se houve conjunturas favoráveis à região como a Guerra da Secessão norte-americana (1861-1865) e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) no que diz respeito à cotonicultura; ou ainda a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e em determinados momentos de condições especiais com o aumento

do preço no mercado internacional da tantalita e da scheelita, no que diz respeito à mineração, houve também conjunturas desfavoráveis que culminaram com inflexões econômicas.

A conjuntura nacional do final da década de 1970 e da década de 1980 é bastante conturbada e marcada por crises desde políticas a crises econômicas e sociais. No plano político destaca-se a transição do regime da ditadura militar para o regime democrático. No plano econômico, a elevação dos juros da dívida externa resultaria na chamada “crise da dívida”, que marca a década de 1980 com a quebra do ritmo de crescimento econômico. Lacerda (1999, p. 88) fala sobre esse ambiente, afirmando que,

dessa forma, o Brasil que, do pós-guerra até o final dos [19]70, vinha apresentando uma taxa média de crescimento anual da ordem de 7%, passou a conviver com um cenário adverso. Em contraponto aos anos de crescimento acelerado, o novo cenário contemplava não apenas a estagnação econômica como também a queda da taxa de investimento, o recrudescimento da inflação e o conseqüente agravamento das desigualdades sociais.

No ambiente internacional, nos países centrais, a conjuntura dos anos 1970/1980 é marcada pelo processo acentuado de globalização e de reestruturação produtiva, redesenhando a divisão internacional do trabalho a partir de mudanças estruturais básicas como a chamada “Terceira Revolução Industrial” e a transnacionalização da economia (LACERDA, 1999, p. 52).

É nesse ambiente nacional e internacional dos anos 1970/1980 e sua intensificação a partir dos anos de 1990 que se inicia o processo de crise regional na região do Seridó. Vale lembrar, que é nesse período também que a globalização vem se afirmando e o meio técnico-científico-informacional se concretizando e se espalhando no território brasileiro. Ou seja, é o processo de globalização com suas modernizações que vão se tornando imperiosas, resultando inevitavelmente em impactos nos lugares e regiões.

6.2.1 O definhamento do “mundo rural” tradicional agropecuarista

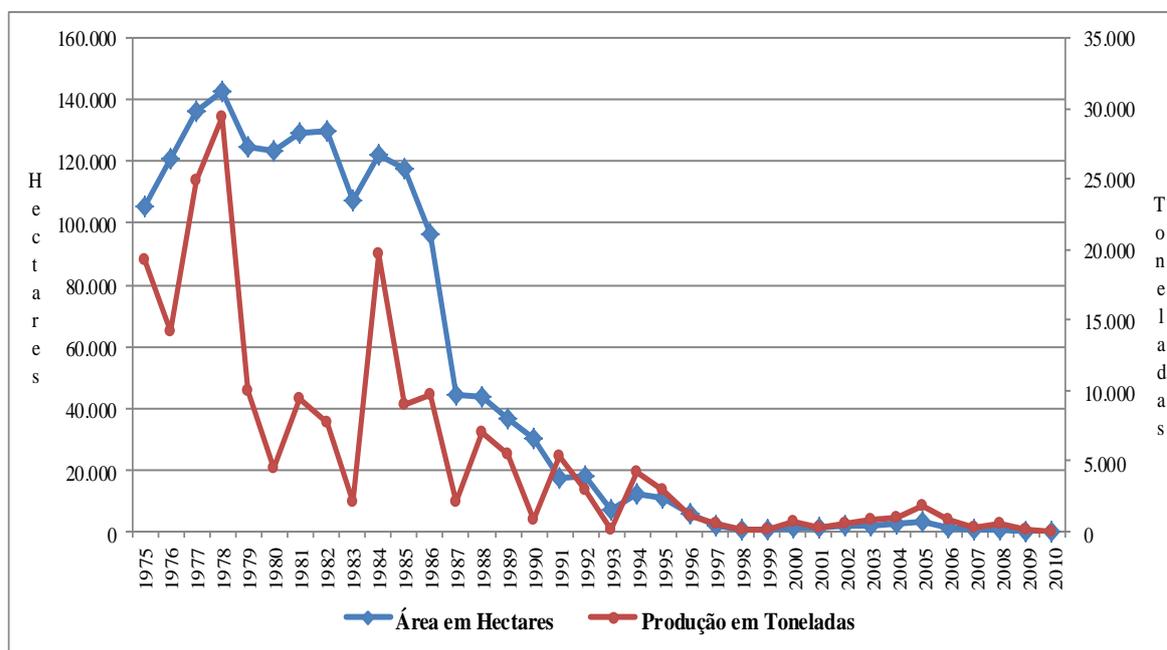
Do ponto de vista regional, o Seridó vivencia, nas décadas de 1980/1990, uma crise regional que marca notoriamente a sua transição para o período da globalização. Essa crise regional não é simplesmente o rebatimento da tribulação pela qual o país passava, mas tem haver com a própria crise do capitalismo marcada pela reestruturação produtiva mundial.

Nesse contexto, o Seridó não foi capaz de se adequar às novas exigências produtivas com base nos novos padrões técnico-científicos da acumulação flexível.

A base produtiva regional conseguiu se manter, mesmo que defasada em relação às áreas mais modernizadas do país até aproximadamente meados da década de 1980, momento em que um dos principais sustentáculos da economia regional – a produção algodoeira –, não acompanha as exigências da reestruturação produtiva e entra em decadência (FARIAS, 2010). Ao observar os dados referentes à área colhida e a produção de algodão na região do Seridó (Gráfico 1), nota-se nitidamente o acentuado declínio a partir de meados da década de 1980. As curtas variações produtivas e de área colhida verificadas em alguns anos podem ser explicadas em função principalmente das secas e/ou pragas, contudo, o decréscimo sustentado deixa evidente o praticamente aniquilamento da cotonicultura no Seridó. No período de 1976 a 1985, o Seridó apresentou uma média anual de 125.542,9 hectares em área colhida de algodão, enquanto que no período de 1986 a 1995, essa média anual cai praticamente 75%, ficando em 31.765,6 hectares. De 1996 a 2005 a média anual é de 2.243,4 hectares, e de 2006 a 2010 a média anual é de apenas 662,8 hectares de área colhida. Ao se comparar o decênio 1976-1985 com o de 1996-2005 verifica-se que a área colhida deste último não chega a corresponder a 2% do primeiro. Quando se trata da produção de algodão na região do Seridó, os dados refletem o declínio da área colhida, diferindo apenas numa maior oscilação, quiçá devido às secas e/ou pragas. A média de produção anual em toneladas nos decênios 1976-1985, 1986-1995, 1996-2005 e no quinquênio 2006-2010 foi respectivamente: 13.060,8; 4.088,1; 720,9 e 362,2 toneladas.

Constata-se assim, a partir dos dados expostos, que o “ouro branco” do Seridó praticamente desaparece da economia no caminhar para os anos de 1990, tendo sua confirmação ao percorrer os primeiros anos do século presente. Porém, conforme resgatado por Douglas Araújo, na década de 1960 a cotonicultura já apresentava sinais de crise por meio da baixa rentabilidade. Araújo (2006, p. 282) traz para seu estudo, análises do deputado potiguar Paulo Gonçalves. Esse constatou que no período entre 1963-1973 houve um aumento do valor dos insumos (cultivador, enxada manual, enxada cultivador, pulverizador, inseticida e arame farpado) que não foi acompanhado pelo valor do algodão, sendo portanto, a atividade cotonicultora incapaz de remunerar os fatores da produção como antes. O parlamentar demonstra que o preço corrigido do algodão no período foi de 900% enquanto que o do insumo que recebeu a menor correção ficou em 1.345% (enxada manual), registrando-se também, por exemplo, o inseticida que corrigido atingiu 4.750%.

Gráfico 1 – Área Colhida e Produção de Algodão no Seridó, 1975-2010



Fonte: IBGE *apud* Ipeadata (2011).

O setor cotonicultor brasileiro como um todo enfrentou sérias dificuldades em função da crise econômica mundial dos anos de 1970, desencadeada principalmente pelos choques do petróleo (1973 e 1979). O diferencial foi que a cotonicultura do Centro-Sul do país reformulou sua estrutura produtiva, introduzindo os imperativos do período como técnica, ciência e informação, ou seja, aplicando modernizações da racionalidade produtiva própria da agricultura científica. Por outro lado, a estrutura produtiva da região do Seridó permaneceu praticamente inalterada, mantendo-se a tradição, longe da racionalidade técnica-científica que caracteriza o então emergente período da globalização. Assim, os espaços produtores que se modernizaram passaram a ser mais produtivos e eficientes, ganhando em competitividade para outros que não acompanharam as modernizações imperiosas do momento, como foi o caso do Seridó, que permaneceu praticando a agricultura nos moldes tradicionais.

Mesmo com toda peculiaridade em termos de qualidade e colocação no mercado, o algodão “mocó” ou “seridó”, de fibra longa, típico da região, não conseguiu superar a conjuntura responsável pela crise cotonicultora regional. Nas análises de Santos (2007, p. 240) “a ampliação do parque têxtil, propiciada pelo avanço da tecnologia, repercutiu numa maior utilização da matéria-prima, implicando o uso do algodão de fibra curta. Assim, a produção algodoeira do Seridó caracterizada pelo algodão de fibra longa, passou a configurar-se como matéria-prima sem tanta importância”.

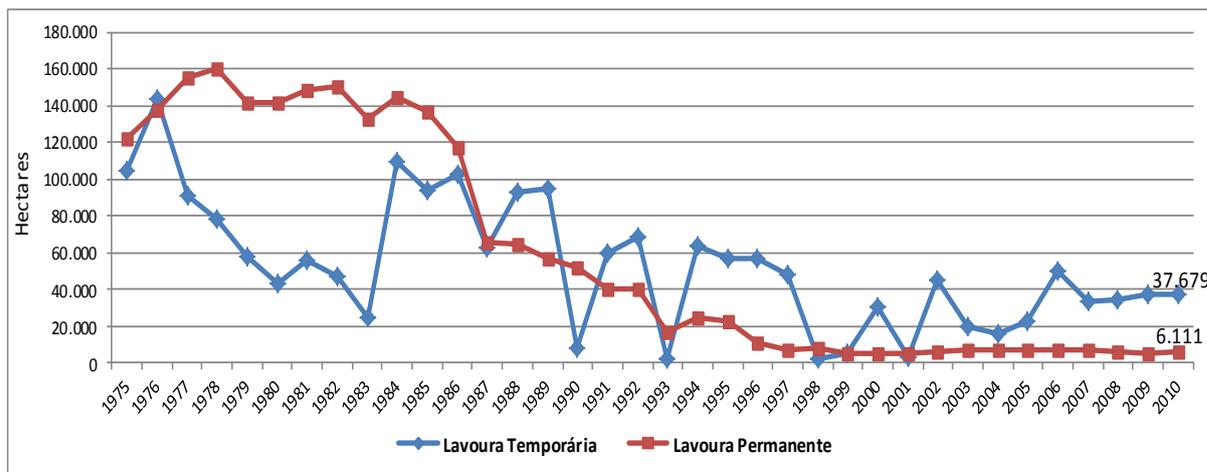
As dificuldades da cultura algodoeira seridoense agravam-se, além da crise vinda do mercado nacional e internacional e dos impactos da reestruturação produtiva com uma nova redefinição da divisão territorial nacional e internacional do trabalho, a região enfrenta, entre 1979 e 1983, uma forte seca. Assim, os anos de 1980 marcam o definhamento da cotonicultura do Seridó e de praticamente todo o Nordeste, tendo a praga do bicudo como símbolo do fim de uma das bases do tripé econômico seridoense.

A crise do setor cotonicultor que se abateu sobre o Seridó estendeu-se a todo o edifício regional devido o algodão ser, em relação às outras culturas, a que mais remunerava os proprietários de terra e os produtores parceiros. Portanto, “[...] sua crise punha em xeque a continuidade das atividades agrícolas na região e todo o tradicional edifício social rural que, ao longo de sua existência, tinha no campo a sua reprodução real e simbólica” (ARAÚJO, 2006, p. 295). Conforme se verá mais adiante, o definhamento da cotonicultura seridoense resultou em abalos em toda estrutura do mundo rural regional, estremecendo também o mundo urbano.

Ao observar os dados referentes à área colhida de lavouras temporárias e permanentes no transcurso que contempla o período entre 1975 e 2010 (Gráfico 2), ver-se nitidamente que as lavouras permanentes despencam e não apresentam tendência de recuperação, enquanto que as lavouras temporárias têm um comportamento marcado pela oscilação, possivelmente sendo ritmadas pelas questões de ordem pluviométrica. Vale notar que a cultura algodoeira prevalecente na região do Seridó era a arbórea (mocó ou Seridó), ou seja, permanente com ciclo produtivo de aproximadamente oito anos. O comportamento verificado no Gráfico 01 que registra a queda em produção e em área colhida de algodão é confirmado com o Gráfico 2 ao mostrar a queda na área de lavouras permanentes. As lavouras temporárias tradicionais da região Seridó (milho, feijão, fava, batata, abobora etc.) são de grande importância no sustento alimentar da sua população. Essas culturas alimentares, principalmente o milho e o feijão, são básicas na composição da mesa do sertanejo nordestino.

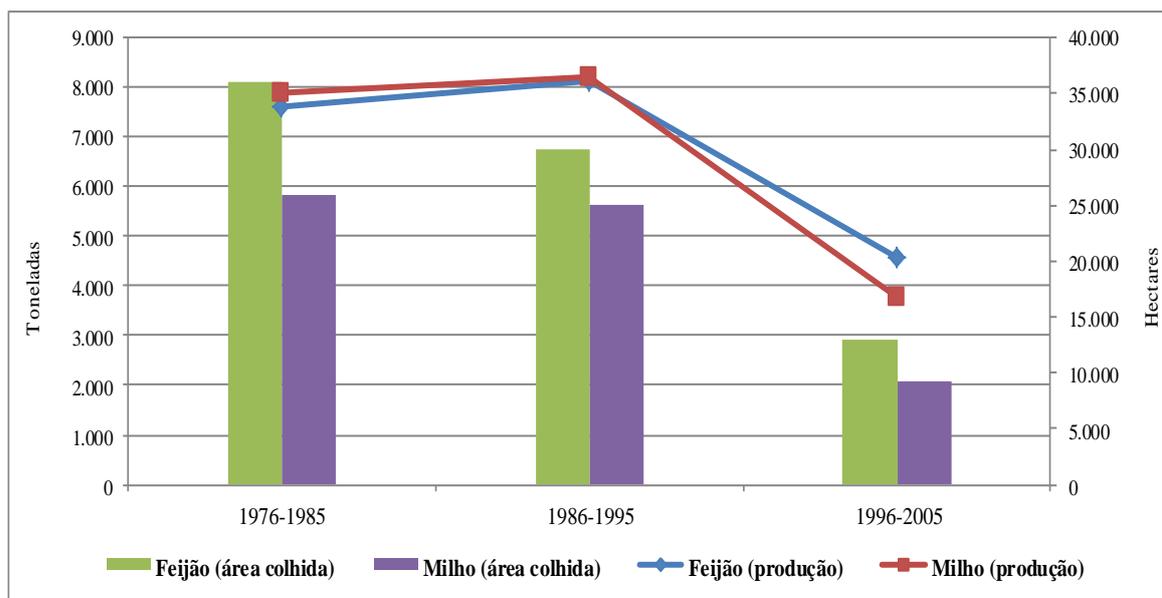
Ao analisar o comportamento da produção e da área colhida de milho e feijão no período 1976-2010, fica evidente a queda no acumulado decenal, tanto de produção quanto de área colhida, sentenciando que a crise não atingiu somente a cotonicultura, mas o campo seridoense tradicional como um todo. A partir de meados dos anos 1990, ocorre uma queda brusca em produção e área colhida (ver Gráfico 3).

Gráfico 2 – Área Colhida de Lavoura Temporária e Lavoura Permanente na Região do Seridó, 1975-2010



Fonte: IBGE apud Ipeadata (2011).

Gráfico 3 – Produção e Área Colhida de Feijão e Milho na Região do Seridó, 1976-2010 (acumulado decenal)

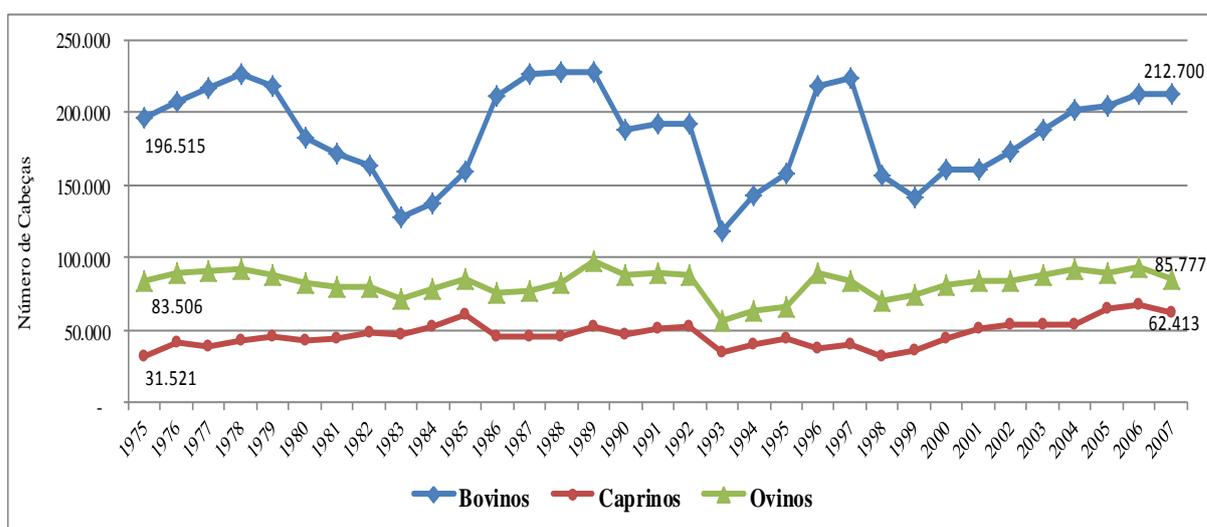


Fonte: IBGE apud Ipeadata (2011).

No tocante ao comportamento recente da pecuária (1975-2007), mostrado no Gráfico 4, percebe-se que ocorreram oscilações no período em análise. Essas são ocasionadas principalmente em épocas de estiagens mais acentuadas como, por exemplo, a ocorrida entre 1979/1983 e 1992/1993. Contudo, ao comparar os dados sobre a quantidade de cabeças de bovinos, caprinos e ovinos, do início do período (1975) e do final (2007), verifica-se que não há aumento ou queda considerável, com exceção para a caprinocultura que praticamente dobrou o efetivo nesses 32 anos, saindo de 31.521 cabeças em 1975, para 62.413 em 2007. Os bovinos, que eram 196.515 cabeças em 1975, receberam um incremento de apenas 16.185

cabeças no transcurso de 32 anos, conferindo 212.700 cabeças em 2007. No caso dos ovinos, houve uma adição de 2.271 cabeças aos 83.506 do efetivo de 1975, totalizando 85.777 cabeças em 2007. A análise da pecuária no período permite entrever que mesmo não registrando queda no número de cabeças de bovinos e caprinos, pode-se afirmar que o setor apresenta indícios de estagnação. Porém, com uma melhor observação, constata-se que os primeiros anos do século atual registram uma tendência de crescimento não tão acentuado, mas estável nos setores da pecuária analisados, principalmente o bovino.

Gráfico 4 – Cabeças de Bovinos, Caprinos e Ovinos da Região do Seridó, 1975-2007

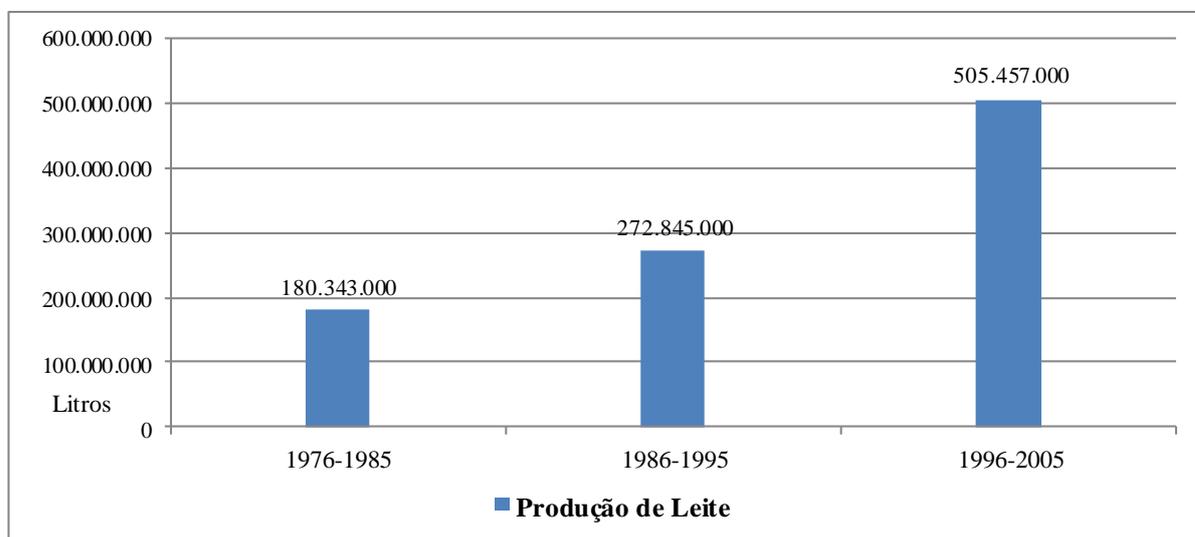


Fonte: IBGE apud Ipeadata (2011).

Deve-se levar em conta que a partir da última década desse século, programas governamentais de compra garantida de leite às cooperativas de produtores rurais e sua posterior distribuição à população carente vêm propiciando renda regular aos pecuaristas, fazendo com esses invistam no melhoramento genético dos rebanhos, buscando o aumentando da produção leiteira regional. Ao verificar o Gráfico 5, que mostra o acumulado absoluto da produção leiteira por décadas, constata-se que a produção leiteira vem mantendo crescimento considerável. No decênio 1976-1985, a produção leiteira seridoense acumulada era de 180.343.000 litros, alcançando 272.845.000 litros nos dez anos seguintes (1986-1995) e chegando a 505.457.000 litros de leite na soma dos anos entre 1995-2005. Esses dados representam um salto de 280,3% no comparativo da produção leiteira acumulada do primeiro decênio com o último. Os dados referentes à produção coincidem com o comportamento verificado na quantidade de cabeças de bovinos e caprinos, principalmente quando observado os anos do presente século. Assim, pode-se dizer que enquanto houve uma diminuição da

agricultura tradicional, por outro lado, está havendo um recrudescimento da pecuária. A região do Seridó, principalmente a do lado potiguar, desde o início do século XX, já aparece nos relatórios estatísticos com destaque quanto à produção, à comercialização e à qualidade do queijo (IBGE, 1986, p. 260), sendo ainda atualmente uma das mais importantes bacias leiteiras do Rio Grande do Norte. A indústria artesanal de laticínios vem sendo resgatada e ao mesmo tempo está passando por um processo, ainda que tímido, de modernização (refrigeração, embalagem, condições sanitárias etc). Um exemplo de modernização no setor de laticínios, é a Unidade de Laticínios Sant´Ana (CERSEL), em Currais Novos – RN (ver Foto 3). Na CERSEL, são desenvolvidas várias atividades produtivas, tais como: pasteurização do leite; produção do queijo de manteiga; mussarela; minas frescal; minas padrão, de coalho; ricota; requeijão cremoso; bebidas lácteas; iogurte de diversos sabores e manteiga. Essas atividades são desenvolvidas utilizando-se o leite como insumo básico e modernas tecnologias, como análise laboratoriais do leite *in natura*, refrigeração e higienização adequada etc. (ver Fotos 4, 5 e 6). Esses fatores seguramente vêm contribuindo para a tendência de maior dinâmica da pecuária, destacadamente para os rebanhos leiteiros.

Gráfico 5 – Produção de Leite na Região do Seridó, 1976-2005 (acumulado decenal)



Fonte: IBGE apud Ipeadata (2011).

Foto 3 – Unidade de Laticínios Sant´Ana (CERSEL).
Plataforma receptora de leite.



Fonte: Klenio Freire (2010)³⁷

Fotos 4 – Laboratório de análise de leite e seus derivados



Fonte: Klenio Freire (2010)

Fotos 5 – Produção de queijo



Fonte: Klenio Freire (2010)

³⁷ Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/42573129>

Foto 6 – Câmara frigorífica (armazenamento de iogurtes)



Fonte: Klenio Freire (2010)

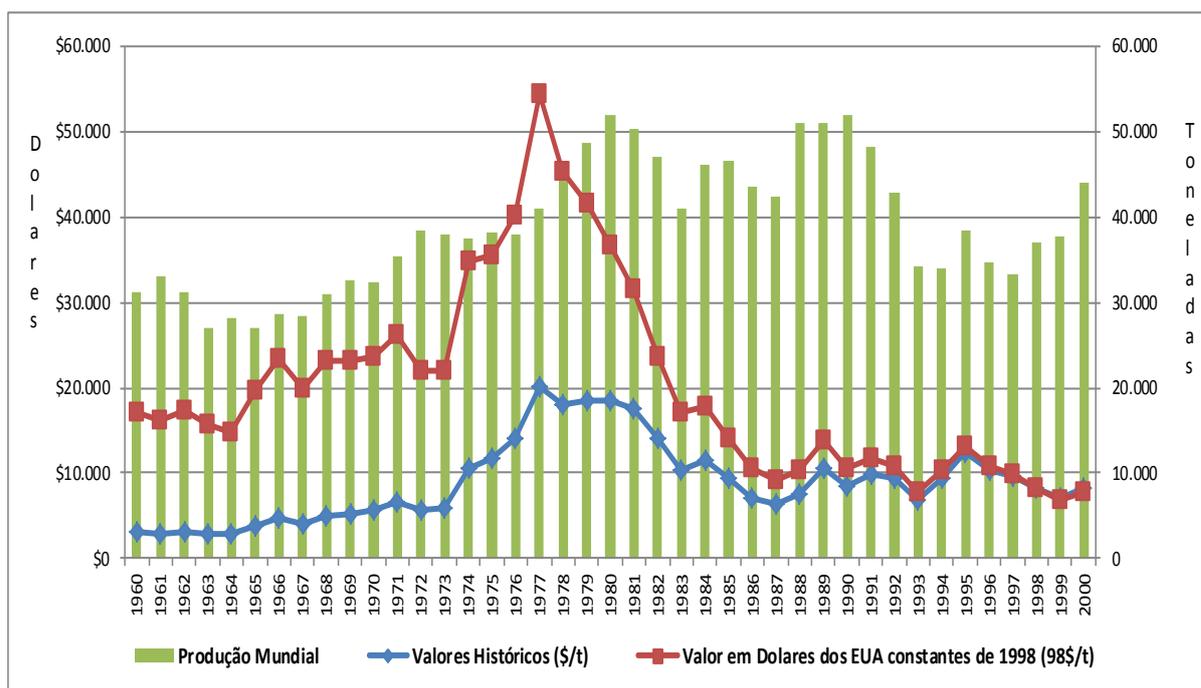
Como visto, a pecuária, uma das atividades da base econômica fundadora da região, é um dos setores que vem mostrando recentemente sinais de revigoramento. Contudo, o contexto dessa recuperação, ainda que tímido, não se dá sobre as mesmas relações de produção e do modo de produzir que perdurou na região até então. O algodão e as lavouras alimentícias que a auxiliavam fornecendo ração já não são mais os mesmos, ou melhor, praticamente desapareceram repercutindo diretamente na organização produtiva. Da mesma forma, o sistema de parceria e de moradores que prevaleciam nas fazendas também se inclina ao desaparecimento devido à crise. Portanto, os indícios de alguma dinamicidade verificada recentemente na atividade criatória tem haver com o vácuo deixado pela cotonicultura, uma vez que foi preenchido, em parte, pela pecuária (FARIAS, 2010, p. 149-150), mostrando que o consumo de carne, leite e seus derivados têm aumentado na região e fora dela. Alguns pecuaristas também têm investido no melhoramento genético, introdução de novas raças, forragens, novas técnicas de manejo etc.

6.2.2 A mineração

A mineração, desde sua afirmação no uso do território regional seridoense, tem forte atrelamento ao mercado internacional de *commodities* minerais que, ao longo do tempo, sempre enfrentou momentos de crises e aumento nos preços. Alguns minerais metálicos produzidos na região (tantalita, scheelita, berílio etc.) historicamente estão ligados diretamente ao mercado internacional, onde o comportamento da demanda é dependente das condições externas. Nos dados apresentados nos gráficos seguintes (Gráficos 6 e 7),

referentes ao comportamento histórico do mercado internacional para os minérios de tungstênio (scheelita) e de tântalo (tantalita), pode-se atestar as oscilações de produção e de valores (preços) desses produtos. A tantalita e a scheelita são minerais de grande importância no conjunto da mineração seridoense. Geralmente é nos momentos de alta em seus preços que a região passa por grande efervescência, atraindo vários trabalhadores e agitando a economia local. Foi assim na época do seu primeiro *boom* (Segunda Guerra Mundial) e em outros momentos como mostrados nos Gráficos 6 e 7 que correspondem aos anos finais da década de 1970 e início da década de 1980, ocasião em que houve aumento nos preços do mercado internacional de tântalo e tungstênio. Essas altas nos preços dos minérios no mercado internacional repercutem diretamente na economia local do Seridó, às vezes sendo o alento que evita calamidades maiores provocadas por secas como a de 1979-1983. É uma característica regional histórica haver uma maior quantidade de trabalhadores da agropecuária que se direcionam para mineração em períodos de estiagens.

Gráfico 6 – Produção Mundial e Valor do Tungstênio, 1960-2000

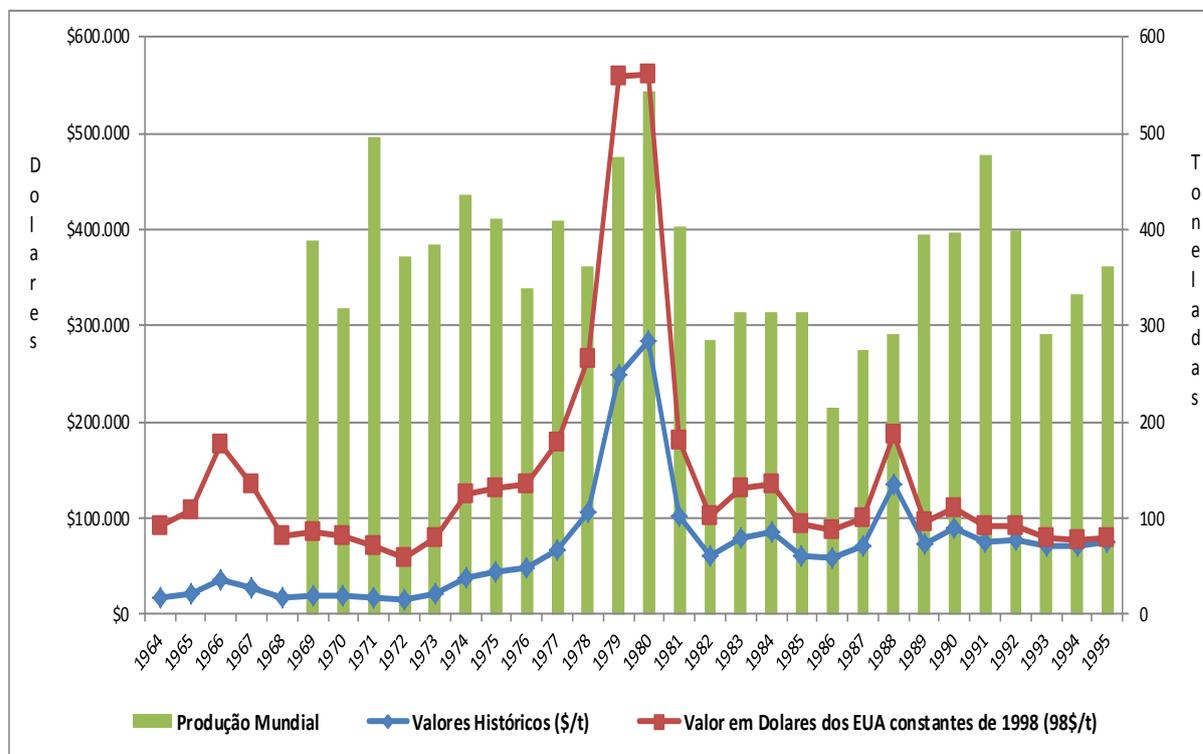


Fonte: U.S. Geological Survey (2010).

A primeira crise enfrentada pelo setor mineral seridoense deu-se por ocasião do fim da Segunda Guerra Mundial, quando o mercado sai do ambiente de beligerância e passa a funcionar em condições normais. Passada a guerra, os minerais estratégicos produzidos no

Seridó têm seus preços reduzidos em função da queda da demanda internacional bem como da possibilidade de outros países produtores poderem voltar ao mercado, ofertando-os.

Gráfico 7 – Produção Mundial e Valor do Tântalo, 1964-1995



Fonte: U.S. Geological Survey (2010).

As décadas de 1950 até meados de 1970 são marcadas por pouca dinâmica econômica da mineração regional, com exceção para a produção de scheelita, em especial na em Currais Novos – RN. Nesse período, por exemplo, a Mina Brejuí explorada pela mineração Tomaz Salustino S/A chegou a gerar em média 1.000 empregos diretos. Nessas décadas (1950-1970), a garimpagem de outros minerais não desaparece, mesmo não alcançando a dinâmica da época da Segunda Guerra Mundial. Assim, a produção de alguns minerais continua no Seridó, sendo intensificada nos períodos de estiagens mais severas.

A instabilidade do setor mineral seridoense ao longo do tempo é surge em função de uma série de condicionantes que atuam em conjunto ou mesmo isoladamente, mas que são responsáveis pelas oscilações internas na dinâmica da mineração. Além das questões relacionadas à beligerância, outros fatores interferem no setor mineral do Seridó, tais como o comportamento dos Estados Unidos no controle dos seus estoques internos de minerais estratégicos, as políticas externas da China que ora abre-se para o mercado ora se fecham no

fornecimento de minerais, além de questões relacionadas ao próprio comportamento das indústrias que usam os minerais produzidos no Seridó como matéria-prima.

Logo após os primeiros anos da década de 1980, os preços no mercado internacional do tântalo e do tungstênio despencam, marcando mais uma das crises do setor, só que dessa vez, essa foi uma crise que envolveu fatores conjunturais bem mais amplos, como também teve maiores rebatimentos regional devido ao fato de coincidir com o definhamento da agropecuária.

6.3 Crise regional, ação estatal e a situação de letargia do Seridó

O saldo do ambiente de definhamento da agropecuária juntamente com o da mineração foi a instalação da crise regional que marca a transição do século XX ao XXI. De acordo com a formação econômica regional, qualquer instabilidade em uma das suas bases afeta as outras. A situação se agrava quanto todos os setores da base econômica passam por dificuldades, intensificando a crise. É assim que na cartografia nacional das regiões dinâmicas e luminosas, a região do Seridó torna-se ainda mais periférica e opaca justamente na época de afirmação da globalização.

A conjuntura da economia brasileira da década de 1980 não era favorável ao Seridó, que estava vivenciando o desmoronamento do seu edifício regional. Em estudo sobre a economia brasileira, Lacerda (1999, p. 87-88) diz que “a crise dos anos [19]80 foi gerada na década anterior”, uma vez que “o Brasil endivida-se no bojo dos objetivos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), enquanto eclodiam as duas crises do petróleo e o aumento dos juros internacionais”. O resultado é que a década de 1980, a “década perdida”, representou para economia brasileira a interrupção no processo de crescimento que perdurou desde o pós-guerra até o início do penúltimo decênio do século XX. Diante do contexto nacional não favorável, a crise do Seridó se estende rumo ao século XXI em que a globalização se afirma cada vez mais enquanto período e suas modernizações se estendem no território como tecnoesfera e como psicoesfera.

A crise econômica brasileira obriga a reconfigurações socioespaciais, o que implica em transformações com rebatimentos específicos nas regiões e lugares. São transformações mais amplas do engate do Brasil na globalização, em que a materialidade do meio técnico-científico-informacional torna-se mais concreta e real, intensificando a participação nacional na economia-mundo. Na análise de Elias (2003, p. 43-44),

A dinâmica econômica e social decorrente da inserção do Brasil na nova ordem econômica mundial refletiu-se fortemente na organização de seu espaço geográfico e na dinâmica populacional, caracterizando um acelerado processo de urbanização e de crescimento populacional que culminou com nova divisão territorial e social do trabalho e, assim, com nova repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície do país. [...] A expansão dos modernos sistemas de engenharia dos transportes e das comunicações, equipando o território nacional para a modernização agrícola e industrial, assim como para a intensificação das trocas comerciais, possibilitou a integração territorial da nação, interligando áreas até então sem nenhum acesso entre si. O resultado foi uma dispersão espacial da produção e do consumo, com consequente processo de especialização da produção, estreitando as relações entre as diferentes regiões do país, multiplicando a quantidade de fixos e fluxos, de matéria e de informação, por todo o território nacional.

A integração territorial nacional enquanto parte do projeto de modernização empreendido pelo Estado brasileiro expos todas as regiões à competitividade entre si. O Seridó com sua base produtiva passa então, a enfrentar a concorrência de outras regiões do país, como é o caso da cotonicultura. Ocorre que as práticas produtivas e os instrumentos de produção da agricultura seridoense permaneceram longe da reestruturação produtiva e dos imperativos do período da globalização. A característica agrícola do Seridó remonta, em geral, ao meio pré-técnico, com grande dependência dos ciclos naturais e uso de instrumentos que são simples prolongamentos do corpo, sendo a enxada o principal. Nessas condições produtivas, a produtividade por área plantada é baixa, comprometendo a competitividade com outras regiões em que a dependência do meio natural é menor graças ao maior uso de instrumentos técnicos maquímicos, da ciência e da informação. Enquanto no Seridó a busca por maior produtividade ocorreu com a ampliação da área plantada, em regiões em que as modernizações do período se fizeram presentes, o aumento da produção se deu por meio do uso de máquinas, biotecnologia e insumos químicos. Para ter-se uma ideia da diferença entre os dois tipos de agricultura, conforme dados de Araújo (2006, p. 328-329), a produtividade do algodão mocó no Seridó potiguar era de 200 quilos por hectare no início dos anos oitenta do século passado, enquanto em São Paulo era de 1.500 quilos por mesma área.

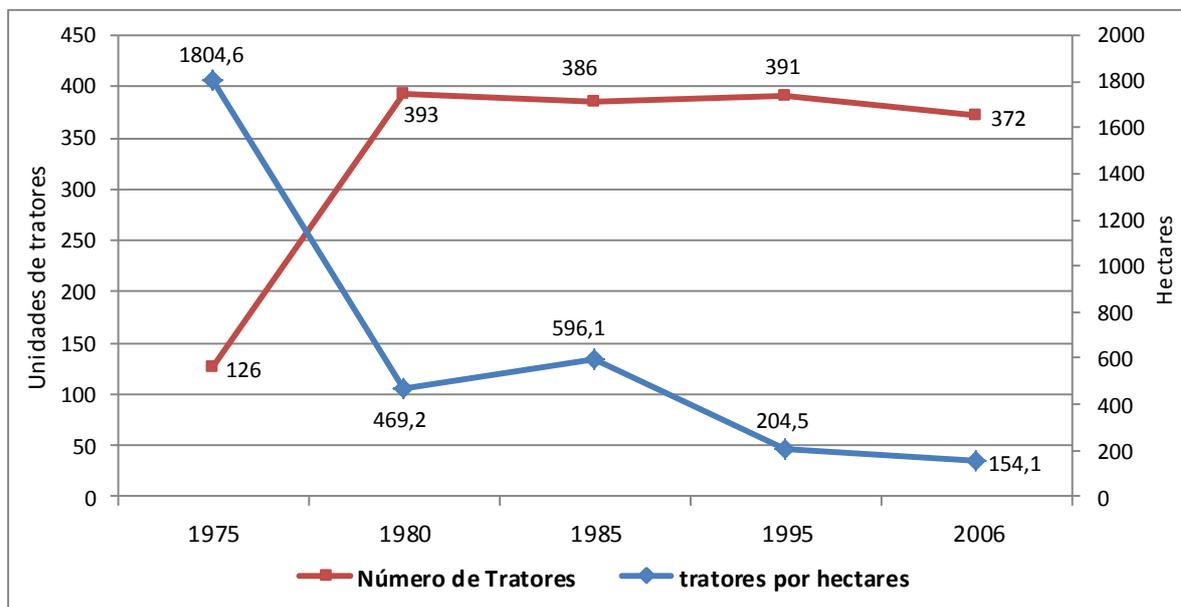
No que diz respeito à indução da modernização agrícola da região do Seridó por parte do Estado, há registros de tentativas nesse sentido como estações experimentais, seleção de sementes, uso do arado etc, contudo, tais ações parecem não ter surtido efeitos significativos para aumentar a produtividade e propiciar maior capacidade competitiva com outros espaços produtores.

Um exemplo ilustrativo da falta de modernização no campo seridoense é o pouco uso de tratores que, para Graziano Neto (1982 apud ELIAS, 2003, p. 77), é o melhor indicador para verificar o grau de modernização tecnológica da agropecuária. Como se pode perceber no Gráfico 8, o Seridó, ao se aproximar dos dias atuais, em vez de aumentar sua frota de tratores, está diminuindo em números absolutos, contrariando a tendência nacional, principalmente dos subespaços de agricultura científica. Porém, levando em consideração a proporção de tratores por hectares de área colhida, percebe-se que houve uma significativa diminuição. Se em 1975, um trator estava para 1804,6 hectares, em 2006 esse número cai significativamente para 154,1 hectares. Ora, não podemos esquecer que nesse transcurso entre 1975-2006 a área colhida no Seridó também caiu consideravelmente, como foi visto anteriormente. Então, a relação trator/hectares diminuiu não pelo aumento do número de tratores, mas pela diminuição da área colhida. Sendo assim, pode-se concluir que o Seridó, consideradas suas peculiaridades, não aplicou as inovações propiciadas pelo período da globalização, permanecendo com seus meios produtivos de um espaço-tempo característico do período anterior ao técnico-científico-informacional, com forte presença ainda de práticas e instrumentos típicos do meio pré-técnico.

Confirmando a crise na agropecuária, ao analisar os dados do Gráfico 9 que trata da quantidade de pessoal ocupado nesse setor, fica evidente que ao longo do período compreendido entre 1975 e 2006, ocorre uma redução significativa. Essa saída de trabalhadores da agropecuária poderia ser explicada pelo processo de modernização do campo que geralmente substitui trabalhadores por máquinas e técnicas mais aperfeiçoadas de produção e organização, expulsando grande contingente de trabalhadores. Mas não foi isso que ocorreu no Seridó, como apresentado, a região não mecanizou nem introduziu outras técnicas em número significativo. De 78.875 trabalhadores ocupados na agropecuária regional em 1975, o Seridó passa a contar apenas com 43.382 em 2006, reduzindo quase pela metade seu pessoal ocupado. Portanto, esses números apenas são a confirmação da crise instalada no mundo rural da agropecuária tradicional da região em foco.

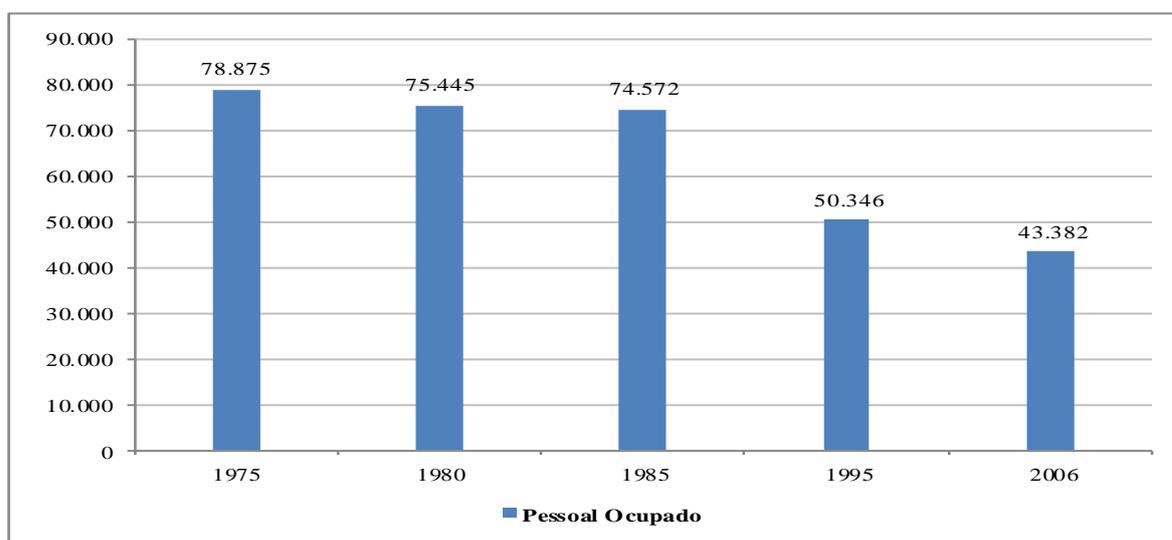
Outro fator responsável pela inviabilização da agropecuária nos moldes tradicional, como aponta Araújo (2006), foi o processo de fragmentação das propriedades ocasionado pelas sucessivas heranças, de geração em geração. Essa divisão das terras terminou fazendo com que os herdeiros, dada sua pequena propriedade, não conseguissem mais obter rentabilidade ou mesmo subsistência no campo.

Gráfico 8 – Tratores e sua Relação com a Área Colhida, 1975-2006



Fonte: IBGE apud Ipeadata (2011); IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Gráfico 9 – Pessoal Ocupado na Agropecuária na região do Seridó, 1975-2006



Fonte: IBGE apud Ipeadata (2011).

Em síntese, pode-se afirmar que o setor agropecuário seridoense, com suas práticas e meios produtivos tradicionais, não conseguiu sobreviver frente à integração dos mercados nacional e mundial, nem às mudanças produtivas do período em que reina a racionalidade científica, técnica e informacional aplicada, que desenvolve uma agropecuária de precisão e

mais liberta das limitações de ordem natural. Ora, tem razão Santos (2005b, p. 115) ao afirmar que:

No espaço agrícola, a criação de um mercado unificado, que interessa sobretudo às produções hegemônicas, leva à fragilização das atividades agrícolas periféricas ou marginais, do ponto de vista do uso do capital e das tecnologias mais avançadas. Os estabelecimentos agrícolas que não puderam adotar as novas possibilidades técnicas, financeiras ou organizacionais tornaram-se mais vulneráveis às oscilações de preço, crédito e demanda, o que frequentemente é fatal aos empresários isolados.

Do mesmo modo que o setor agropecuarista permaneceu em sua maioria preso à tradição, a mineração seridoense também. No que diz respeito à questão técnica, a extração mineral não acompanhou as mudanças produtivas, mantendo-se caracterizada pela garimpagem, com a utilização de instrumentos de trabalho rudes, tendo o processo produtivo conduzido pela experiência do saber prático e não pelo saber científico dos técnicos e engenheiros. Exceções são pontuais e insignificantes quanto à abrangência regional, como é o caso da Mineração Tomaz Salustino, na Mina Brejuí, Currais Novos - RN, que extrai scheelita. No pós-Segunda Guerra Mundial, essa mineradora, aliás, foi uma das primeiras empresas a trazer para seu processo produtivo a presença da mecanização e a aplicação técnica-científica na condução dos trabalhos, inclusive foi a primeira empresa do Rio Grande do Norte a adquirir um computador na década de 1960. Outro exemplo de modernização nesse setor são algumas empresas de extração de rochas ornamentais e outros casos isolados como o da Mineração Caraibeiras, em Pedra Lavrada – PB, mas não são significativos para o contexto geral da mineração seridoense.

Mesmo que no geral a mineração enfrente crises momentâneas, ela segue mantendo a forma tradicional de exploração, ou seja, a idade técnica do meio mineiro seridoense é caracterizada por ser de outro tempo, de outro período que não o técnico-científico. A presença direta da força do homem na produção mineral ainda é muito forte, ficando a intermediação maquinica e o conhecimento científico aplicado relegados a traços pontuais, comprometendo então, a capacidade produtiva e o aproveitamento mais racional das jazidas, sem poupar grandes esforços e sacrifícios dos garimpeiros e pequenos mineradores. Contudo, a mineração no Seridó segue ritmada pelo comportamento do mercado interno e externo de *commodities* que a região tradicionalmente tem potencial.

Resultado da industrialização do país e inclusive de algumas áreas do Nordeste, a partir dos anos de 1970, começam aparecer demandas na região Seridó por minerais industriais, como os do grupo dos feldspatos e o caulim. São novos conteúdos e

funcionalidades que chegam ao local, no bojo de todo um conjunto de transformações que passam o mundo na fase recente de transição para o período da globalização. Essa demanda por novos minerais traz uma maior dinâmica para o setor, que não fica refém do comportamento do mercado da tantalita-colombita e da scheelita. É graças à produção desses novos minerais e a internalização de indústrias beneficiadoras que atendem mais ao mercado nacional, que a mineração da região diminui sua dependência quanto ao comportamento do mercado internacional das *commodities* tradicionalmente produzidas no Seridó. Essa nova dinâmica serve para arrefecer a crise regional.

Ao lançar seu olhar para as mudanças ocorridas nas décadas recentes no Nordeste, Tânia Bacelar de Araújo constata subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, enquanto

em outras áreas a resistência à mudança permanece sendo a marca principal do ambiente socioeconômico: as zonas cacauzeiras, canavieiras e o sertão semiárido são as principais e históricas áreas com tal característica. Quando ocorre, a modernização é restrita, seletiva, o que ajuda a manter um padrão predominantemente tradicional (ARAÚJO, 1997, p. 17).

Não que resistir às mudanças seja uma escolha interna, mas, muitas vezes, elas são deliberações que vêm do externo à região via práticas de seletividade espacial. O que se percebe é um movimento avassalador por parte dos capitalistas em buscas de lugares com possibilidades de oferecer as melhores condições de reprodução ampliada do capital e, nessa busca, ao se eleger determinado lugar para uso específico do seu território, as resistências locais são, na maioria das vezes, desconsideradas ou vencidas pelos interesses dos capitalistas investidores, não sendo raro contar com o apoio do Estado.

Ao se reportar mais detalhadamente para o semiárido, Araújo arremata que

[...] a crise do algodão (com a presença do bicudo e as alterações na demanda, no padrão tecnológico e empresarial da indústria têxtil modernizada na região e, mais recentemente, as políticas associadas ao Plano Real) contribuiu para tornar ainda mais difícil e frágil a sobrevivência do imenso contingente populacional que habita os espaços dominados pelo complexo pecuária-agricultura de sequeiro. No arranjo organizacional local, o algodão era a principal (embora reduzida) fonte de renda dos pequenos produtores e trabalhadores rurais desses espaços nordestinos. Na ausência do produto, esses pequenos produtores são obrigados a levar ao mercado o reduzido excedente da agricultura alimentar tradicional de sequeiro (milho, feijão e mandioca), uma vez que a pecuária sempre foi atividade privativa dos grandes proprietários locais. Não é sem razão que nos momentos de irregularidade de chuvas ocorridos nos anos recentes, as tradicionais frentes

de emergência (como são chamados os programas assistenciais do governo) alistam enorme número de agricultores (2,1 milhões de pessoas em 1993). Nessas áreas, nos anos de chuva regular, os pequenos produtores, rendeiros e parceiros produzem, mas não conseguem acumular: descapitalizados ao final de cada ciclo produtivo, são incapazes de dispor de reservas para enfrentar um ano seco. Nesse quadro, portanto, não houve mudanças significativas, e as que aconteceram, em geral, tiveram impactos negativos, como o desaparecimento da cultura do algodão. [...]. De positivo, cita-se a extensão da ação previdenciária, cobrindo parte da população idosa e assegurando renda (mínima, mas permanente) a muitas famílias sertanejas. Hoje, com frequência, os velhos sustentam os jovens nessa parte do Nordeste (ARAÚJO, 1997, p. 17).

A citação acima nada mais é do que o retrato da crise que afeta os subespaços mais frágeis do Nordeste, nesse contexto, o Seridó está incluso, principalmente no que se refere à agropecuária. Vale dizer que não se trata apenas de uma crise desencadeada pela cotonicultura, mas a questões mais gerais, que não podem ser explicadas unicamente pela escala regional. As modernizações capitaneadas pelo processo de globalização e suas implicações seletivas nos lugares, são processos que reproduzem a lógica capitalista de desenvolvimento desigual e combinado, operando uma nova divisão territorial internacional do trabalho que tem como escala todo o mundo, exigente de papéis específicos de cada país, de cada fração territorial, não importando seu tamanho. Todas as regiões têm lugar e têm funções na globalização, não importa se elas aparecem em primeiro ou último plano na economia, o fato é que todas estão participando de suas lógicas funcionais imperativas. Por isso, não se pode tentar explicar a crise da região por ela mesma, não se pode deixar de considerar o período da globalização, expressão do espaço-tempo do presente.

No Brasil, marcado historicamente pela desigualdade socioespacial, representada por uma questão regional persistente, a atuação do Estado em tempos recentes praticamente negou ou não quis mudar essa realidade ao adotar as políticas neoliberais e deliberar ações seletivas espacialmente e setorialmente, principalmente, a partir da década de 1990, quando implementou um conjunto de medidas que reforçou as disparidades regionais através de estratégias conhecidas como o “Brasil em Ação” e do “Avança Brasil”. Segundo Tânia Bacelar de Araújo, a grande opção que estava na base desses projetos era a “integração competitiva dos ‘pedaços competitivos’ do Brasil na economia mundial”. Trata-se de uma política que “atua no sentido de levar melhorias de condição de competitividade para os polos dinâmicos, para os focos de dinamismo do país”, enquanto, em médio prazo, a tendência é “fortalecer a dinâmica dos mais fortes e deixar de fora os espaços menos competitivos, os espaços em reestruturação, e aqueles com dificuldades de se desenvolver”. (ARAÚJO, 2006,

p. 71). Em síntese, a ação do Estado em vez de corrigir distorções regionais, ao contrário, para aquelas mais frágeis ele aprofundou-as.

São políticas que têm como tendência, de acordo com o professor Jan Bitoun, “fortalecer quem já é forte e relegar ao abandono, temperado por algumas compensações de ordem social, quem ainda é fraco” (BITOUN, 2002). Esse contexto que se fortalece e ganha “musculatura” a partir dos anos de 1990, instala a competitividade como uma das faces do despotismo da globalização. A ideologia competitiva é fragmentadora da nação na medida em que “todos os atores sociais, e entre eles os governos sub-nacionais e locais, acham que devem competir, instituindo uma guerra permanente entre os lugares e as pessoas” (BITOUN, 2002). Para Ianni (2000, p. 51), “o que caracteriza a encruzilhada em que se encontra o Brasil na transição do século XX ao XXI é o *abandono e o desmonte do projeto nacional*, com as suas implicações político-econômicas e sócio-culturais” (grifo no original). Conforme ainda este autor, “está em curso *a transição de uma nação em província*, com a transformação do aparelho estatal em aparelho administrativo de uma província do capitalismo global” (grifo no original).

Se o Estado reforça a situação de letargia de certas regiões, na maioria das vezes, as grandes empresas também não encontram nelas um ambiente “adequado”, excluindo-as de seus investimentos. Esse é um círculo vicioso que se reproduz fazendo com que a região fique relativamente à margem das modernizações propiciadas pelo período, ou então, as receba pontualmente e/ou tardiamente em relação às regiões mais dinâmicas do país.

No caso do Brasil há exemplos patentes da ação do Estado neoliberal que operou fortemente no sentido de reforçar as áreas mais dinâmicas. Nos anos de 1990, foi colocada em prática, em certas áreas escolhidas previamente pela sua maior dinâmica econômica e potencial exportador, a política de “eixos de integração e desenvolvimento” que consistiu em dotar o território de sistemas de engenharia de circulação que facilitasse a fluidez e a integração principalmente com o mercado internacional. O Estado brasileiro, seguindo o receituário neoliberal para países não centrais, também patrocinou ações direcionadas a promover flexibilidades normativas para assim capacitar o território em termos de “frouxidão” nas relações de trabalho e em leis restritivas que pudessem ser empecilhos à livre atuação do mercado e à competitividade. Em outras palavras, o fim primordial da ação do Estado neoliberal brasileiro foi promover áreas selecionadas ou “privilegiadas” do território nacional, dotando-as de fluidez material e imaterial, na ânsia de torna-las ilhas de excelência competitivas exportadoras inseridas no mercado mundial globalizado. O Estado também

promoveu a abertura do mercado interno às importações e facilitou a penetração do capital financeiro internacional no país. Do ponto de vista regional, essas políticas parecem mesmo ter agido no sentido de recrudescer o hiato existente entre as regiões do país, caminhando, segundo as preocupações de Araújo (2000), para uma tendência de fragmentação do território. Nesse interim, coube às regiões não eleitas se “virar” da sua forma, buscar estratégias próprias de sobrevivência e de integração econômica. Essas foram ações, entre outras, que serviram para fortalecer a crise regional do Seridó, já que essa ficou relegada a própria sorte.

Com a adoção das políticas neoliberais e o desinteresse do Estado nacional brasileiro pelas regiões letárgicas do país, intensifica-se a deflagração da “guerra dos lugares” onde cada qual busca ser mais atrativo para o uso do seu território pelo capital.

Nesse contexto da última década do século passado, os Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba agonizam diante do ambiente de crise e competitividade. Como medida, ambos elaboraram estratégias formuladas em “Plano de Desenvolvimento Sustentável”³⁸. Os planos foram alicerçados no ambiente neoliberal e do discurso ambientalista dos anos da década de 1990. Destarte, os planos foram concatenados com o dito “desenvolvimento sustentável” enfatizando a necessidade de melhorar a qualidade de vida, gerar oportunidades de emprego, dinamizar a economia e melhorar o meio ambiente. Após alguns anos do “pontapé” inicial dado pelos planos de desenvolvimento regional, verificam-se atualmente poucas mudanças efetivas advindas deles. Apesar desses planos, o Seridó ainda não encontrou seu rumo na economia e na questão ambiental. Com isso, a região segue tentando se rearranjar diante das mudanças em curso com a afirmação do período da globalização no mundo.

Ao trilhar os primeiros anos do século presente, o Brasil muda de condução política quando, após 2002, o país passa a ser governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Esse governo tenta mudar o papel do Estado na economia, dando outro direcionamento e tratamento ao território nacional, esboçando políticas nacionais de desenvolvimento regional e de base territorial, mas sem sustar a ideia de atração e integração ao capital financeiro internacional e fortalecer as áreas mais potenciais em exportações. Na nova conjuntura política, o Estado brasileiro passa também a mostrar mais preocupações com a questão social, em reduzir a pobreza e em criar empregos, se distanciando um pouco do governo antecessor do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que adotou cegamente os mandamentos

³⁸ A questão da sustentabilidade, elemento novo em termos da experiência brasileira de planejamento, configura-se mais como um adjetivo para alinhar-se ao engodo ideológico que emergiu com força nos anos de 1990 sendo patrocinada principalmente por órgãos internacionais como as Nações Unidas e o Banco Mundial. Estes pregam uma preocupação com o meio ambiental que por si só é contraditória em termos de capitalismo, ou seja, é apenas uma metáfora (ver SOUZA, 1999).

do Consenso de Washington e os receituários do Fundo Monetário Internacional (FMI). As ações do governo do PT têm dado alguns sinais positivos para o Seridó, entre elas, por exemplo, o programa de transferência de renda Bolsa Família tem colocado recursos financeiros em circulação na economia regional, dinamizando o comércio de pequenas cidades por meio do consumo³⁹.

Em termo de sinais de recuperação da crise regional, o Seridó potiguar se destaca em relação ao paraibano, pois vem apresentando indicadores bem a frente, com algumas dinâmicas em novos setores ligados ao terciário e a algumas indústrias, com será observado adiante.

Evidentemente que ao longo da história regional foram feitos acréscimos técnicos no território do Seridó, acompanhando as demandas urgentes da economia como também as tendências sucessivas do meio geográfico do país. Entretanto, em geral, essa região não acompanhou no mesmo ritmo as modernizações que iam sendo incorporadas em partes mais dinâmicas do território nacional. Esse recebimento tardio ou pontual das modernizações é uma característica regional que perdura até hoje quando considerado seu conjunto regional. A objetivação dos imperativos técnicos e científicos que já se efetuam no território brasileiro mais notadamente a partir da década de 1970 só aparecerá mais notadamente na região Seridó a partir dos anos de 1990, quando de fato, a globalização começa a ter mais força de império no país.

Contudo, atualmente novas atividades produtivas ou renovadas tentam mover a região. O conteúdo urbano já está bem presente no Seridó. Dessa maneira, em sua inserção no período atual, o meio regional recebe modernizações ainda que seletivas, mas que alteram a sua forma-conteúdo, inevitavelmente técnica, ciência e informação, dados chaves do período, guardando as particularidades territoriais, já estão presentes e redefinindo a região.

Como o Seridó é uma região de formação antiga, suas rugosidades incidem fortemente no conteúdo regional atual. Essas rugosidades são representadas nas formas geográficas e nas relações sociais próprias da região. São heranças culturais e sócio-geográficas que perpassam o tempo. Essas heranças devem ser levadas em conta quando se quer estudar o novo período em afirmação, pois elas exercem efeitos coercitivos e muitas vezes resistência ao que é novo. Daí a existência na região de coexistências e sucessões, o velho e o novo, formando as possibilidades técnicas-organizacionais para o uso do território regional e sua inserção na divisão territorial do trabalho e no período histórico vigente.

³⁹ Realizar uma análise mais detalhadas das políticas do Estado nacional e de seus impactos recentes na região em estudo não é o objetivo deste trabalho, portanto foge ao seu escopo.

Se na época da colonização e até aproximadamente meados do século passado, o grande atrativo era “fazer” a vida no campo, no trabalho nas fazendas de gado, nas lavouras de algodão e alimentícias, com as novas forças do período atual difundindo-se pelo território, esse “mundo rural” tradicional vai perdendo força e se mostrando fraco para se reproduzir, na medida em que o urbano ascende e, “estruturadas com as novas técnicas, mais dinâmicas que o campo e com outras oportunidades de trabalho, as cidades vão exercer sobre o meio rural a força de um buraco negro” (ARAÚJO, 2006, p. 253). Dessa forma, as modernizações que vão chegando à região e marcando a transição para o período da globalização, têm como principal expressão espacial a cidade. É ela quem ganha importância e dinamicidade com novas atividades econômicas, enquanto no “mundo rural” tradicional ficam as marcas do definhamento em suas paisagens, com várias casas de fazenda abandonadas e em ruínas (ver Foto 7).

Foto 7 – Ruínas do “mundo rural” tradicional



Fonte: Diniz (2008)

Finalmente, é no ambiente de crise que a região do Seridó começa a receber de forma mais incisiva os imperativos do período da globalização, colocando novos desafios que resultaram em transformações na forma-conteúdo do “novo” arcabouço regional que se rearranja diante da crise/período. Situação pela qual a região merece ser compreendida à luz do presente.

7 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO SERIDÓ

A região do Seridó tende a acompanhar o curso das transformações rumo ao novo período da história em que progressivamente ocorre a afirmação do meio técnico-científico-informacional, com novos conteúdos e funcionalidades, objetos e ações, implicando em diferentes usos dos territórios e reorganizando os espaços mundial e nacionais, regionais e locais.

Entre tantas mudanças, verifica-se o processo de transição do “mundo rural” para o “mundo urbano”. Assim, o século XX fica marcado pela eleição da industrialização-urbanização enquanto conteúdo que se agrega a vida e aos territórios, tendo a cidade como o lócus privilegiado e para onde a população se conduz. Em algumas partes do território brasileiro, o processo de migração campo-cidade foi mais acelerado que em outras, seguindo a realidade vivida por cada região. Essas mudanças obedecem às difusões das modernizações pelo território em seu embate com as resistências locais, sendo a urbanização, com tudo que ela representa uma das suas características marcantes do período da globalização.

A ascensão do urbano no Seridó não é apenas um dado numérico, mas prene de conteúdo dissonante do prevalecente no campo antes do processo de globalização. O urbano na região é entendido como parte de uma totalidade que rompe a escala nacional enquanto acontecer, uma vez que o fenômeno da urbanização é mundial, difundindo-se enquanto modernização que forma a base privilegiada para acolher o período da globalização e sua materialidade em meio técnico-científico-informacional.

7.1 Os Números da Urbanização no Seridó

Nos primeiros séculos de europeização do meio do Seridó, os assentamentos humanos se resumiam à vida nas fazendas. A região era habitada por uma população rural, com a organização da vida dada pelo uso do território pela agropecuária. Posteriormente surgem as primeiras vilas, embriões do urbano regional, contudo, a evolução da vida urbana seridoense é muito lenta, marcando um longo transcurso de tempo sem maior expressão quando comparado à fração da população rural. Na verdade, a insignificância do urbano nas várias décadas sucessivas após o processo de europeização do meio seridoense reflete, em certa medida, o momento do espaço-tempo do país em sua condição de agrário, isto é, “durante séculos o Brasil como um todo é um país agrário, um país ‘essencialmente agrícola’

[...]” (SANTOS, 2005b, p. 19). Antes da eclosão do fenômeno do urbano, era o campo quem comandava a vida econômica do país e da região do Seridó.

Com o passar do tempo, a urbanização segue se espraiando territorialmente e socialmente, mas, se considerarmos a história desde o início da europeização no Brasil, esse foi um processo lento, registrando-se o surgimento de povoados, vilas e cidades aos poucos até chegar ao século XX. A localização dos embriões da urbanização brasileira conforma uma distribuição muito variada no território, mas é notória a concentração predominante na faixa litorânea.

Devido às limitações técnicas de intervenção no meio, “à proporção que se processava o avanço do povoamento para o interior, na conquista do Planalto Brasileiro, outra preocupação tornou-se patente na escolha dos sítios urbanos: a presença da água e a facilidade de comunicações”, lembra-nos Aroldo de Azevedo, reforçando que esses eram “dois elementos vitais para a existência e a sobrevivência dos aglomerados” (AZEVEDO, 1994, p. 58). Principalmente quando se trata do interior do território brasileiro, em sua porção semiárida, como é o caso do Seridó, o elemento água torna-se ainda mais vital para os primeiros povoados e para a vida no geral. Não foi voluntariamente que as ribeiras de rios e riachos foram os primeiros territórios apropriados pelos colonizadores. Numa região de vegetação espinhenta e de relevo dificultoso, para se trafegar com as tropas de burros, os pontos de descanso e cruzamentos de caminhos também tiveram sua importância no surgimento de embriões de cidades.

No Seridó, os primeiros povoados surgem geralmente em função de ações ligadas à Igreja Católica com a construção de capelas e igrejas. Esses templos são os marcos iniciais das futuras cidades espalhadas na região. É o caso, por exemplo, da criação da Freguesia de Santa Ana, sediada na Vila Nova do Príncipe, hoje Caicó – RN, que no final do século XVIII se expandia por praticamente toda a atual região do Seridó, sem se limitar à divisa entre Paraíba e Rio Grande do Norte. Várias capelas surgiram por toda a região subordinadas a Freguesia de Santa Ana, ficando estas posteriormente envolvidas por povoados, vilas e cidades.

A edificação de capelas e igrejas representa elemento central para a gestação dos núcleos urbanos que posteriormente se formaram na região.

A morfologia urbana de muitas cidades ainda guarda em sua paisagem o testemunho técnico que prevalecia na construção de edificações e organização das vilas que surgiam nestes tempos iniciais das futuras cidades interioranas do sertão do Nordeste brasileiro. Era

comum um traçado uniforme na organização do nascente espaço urbano, é o que observa Luetzelburg (1923, p. 42), ao descrever que “sempre no centro existe uma praça quadrada, ao redor da qual se edificavam as moradias, que, sem intervalos, cingiam a praça. Este correr de casas não é interrompido por nenhuma via de comunicação e as portas se abrem todas para a praça, deixando apenas em um só canto a entrada”. Esse mesmo autor ainda justifica os motivos pelos quais as vilas tinham essa organização, pois era um hábito dos antigos missionários de se defender contra ataques de nativos, como também para servir de acolhimento aos animais.

No século XVIII, todo o Seridó só contava com apenas uma vila, a Vila Nova do Príncipe – RN (hoje Caicó). No século seguinte, surgem outras vilas a partir de sua segunda metade, como a Santa Luzia do Sabugi – PB (Hoje Santa Luzia), Picuí – PB, Serra Negra do Norte – RN, Acari – RN, Currais Novos – RN e Jardim do Seridó – RN. O século XX será de fato o momento em que as cidades aparecem na região, iniciando uma vida que tende a se inclinar para o urbano à medida que vai se aproximando dos dias atuais. (ver apêndices A, B, C e D).

A dinâmica econômica do algodão certamente propiciou condições favoráveis para a vida urbana, com demanda de serviços e funções típicas do urbano, principalmente naqueles lugares que emergem como pontos de comercialização da produção algodoeira. Em lugares dotados de presença de equipamentos que prestam beneficiamento ao algodão também será um dos atrativos para constituírem-se embriões de vida urbana no Seridó.

A mineração será outra atividade propulsora à urbanização, notadamente para aqueles lugares em que as jazidas ficavam próximas e/ou que já ofereciam alguma estrutura urbana para receber as “companhias de mineração” e abrigar os técnicos especializados. No período áureo da mineração (Segunda Guerra Mundial) cidades como Picuí – PB e Currais Novos – RN passaram por crescimento urbano considerável (principalmente esta última), ampliando serviços e ganhando forma urbana mais estruturada.

Em 1940, no Seridó do Rio Grande do Norte, apenas as cidades de Acari, Parelhas, Currais Novos e Caicó, contavam com mais de mil habitantes urbanos, respectivamente: 1.262; 1.657; 2.643 e 3.948 habitantes presentes em núcleos urbanos. No Seridó paraibano, apenas as cidades de Picuí (com 1.450 habitantes) e Santa Luzia (1.997 hab.) passavam de mil presentes nessas cidades. Em 1950, no Seridó potiguar a vila de Cruzeta (1.230 hab.), as cidades de Jardim do Seridó (1.285 hab.), Acari (1.867 hab.) e Parelhas (2.214 hab.); no Seridó paraibano, a vila de São Mamede (1.265 hab.), as cidades de Juazeirinho (1.366 hab.),

Picuí (2.140 hab.) e Santa Luzia (2.346 hab.) registravam presença de moradores em núcleos urbanos acima de mil e menos de cinco mil habitantes. No ano de 1950, Currais Novos – RN (5.179 hab.) e Caicó – RN (7.755 hab.), eram as únicas cidades com mais de cinco mil habitantes urbanos. Ao chegar ao ano de 1960, no Seridó potiguar, as cidades entre mil e cinco mil habitantes dobram, passam de quatro para oito, sendo elas: Cruzeta (1.991 hab.), Jardim do Seridó (2.734 hab.), Acari (2.878 hab.) e Parelhas (3.821 hab.), Jardim de Piranhas (1.265 hab.), Serra Negra do Norte (1.401 hab.), Carnaúbas dos Dantas (1.453 hab.), Várzea (1.967 hab.) No transcurso da década de 1950-1960 Currais Novos – RN alcança 7.782 habitantes residentes na cidade, já exercendo efeito de polarização regional sobre algumas cidades menores ao seu redor. Contudo, Caicó – RN é realmente quem adquire força polarizante e crescimento impressionante nessa década, ao dobrar sua população, chegando a 15.826 habitantes. Do lado seridoense da Paraíba, Picuí (3.105 hab.), Santa Luzia (3.559 hab.), São Mamede (2.137 hab.) e Juazeirinho (2.286 hab.) permanecem como as principais aglomerações urbanas em 1960.

Vale relembrar que após a Segunda Guerra Mundial o mundo caminha rumo ao período da globalização, implicando em mudanças de toda ordem nos territórios que iam recebendo as modernizações do período. Essas modernizações chegam ao território brasileiro seletivamente, mas crescentemente se difunde por todo o seu espaço. É assim, que o país integra todo seu território numa mesma lógica crescente de funcionamento urbano-industrial. Dessa forma, há um rompimento com a realidade anterior em que o Brasil foi, durante muitos séculos, “um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, polos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes” (SANTOS, 2005b, p. 29).

A fase que se inaugura após meados do século XX, caminha para transição de um país agrícola e rural para a de um país urbano-industrial. Essas transformações vão se difundir pelo território nacional, chegando inevitavelmente a todos os recantos territoriais e o Seridó, mesmo não sendo uma região privilegiada pelas práticas espaciais seletivas da economia e das modernizações, embora que defasadamente em relação aos subespaços mais dinâmicos, não escapa às transformações do novo período da globalização e de sua extensão material, o meio técnico-científico-informacional. O conjunto de mudanças que começam a imperar deve ser encarado levando em conta que

aquilo que é criado pela vida não pode ser morto ou imóvel. As maneiras de produzir mudam; as relações entre o homem e a natureza mudam; a distribuição dos objetos criados pelo homem para poder produzir e assim reproduzir a sua própria vida podem igualmente mudar. Basta que uma nova planta seja domesticada e incorporada à produção para que se imponha um novo comando sobre o tempo; e isso impõe ao mesmo tempo localizações novas, isto é, uma nova organização do espaço. O animal que é incorporado ao trabalho contribui para que a distância-tempo se modifique: um outro ritmo se impõe à vida de todos e o grupo se acha, daí por diante, na posse de uma nova medida de tempo. Quando esse tempo social muda, o espaço muda igualmente. Os campos podem se estender, assim como pode expandir-se a fração de tempo dedicada ao repouso e às distrações e festas (SANTOS, 2002a, p. 203-204).

É no contexto da afirmação do novo espaço-tempo da globalização acolhido pela formação socioespacial brasileira que a região do Seridó recebe seus rebatimentos e inicia suas mudanças internas, entre elas, o processo de urbanização em ritmo mais acelerado.

As cidades passam a ganhar mais importância, aumenta sua presença e seus habitantes no decorrer dos anos setenta do século XX rumo ao atual. Contudo, ao verificarmos as trajetórias internas do Seridó da Paraíba e do Seridó do Rio Grande do Norte, constata-se que elas são diferentes. Do ponto de vista urbano, o Seridó potiguar desponta desde cedo, tendendo a acompanhar mais de perto a taxa da urbanização brasileira. Já o Seridó paraibano permanece por bem mais tempo com predomínio de população rural, ficando mais defasado em relação à tendência nacional. Um dos grandes diferenciais do Seridó do Rio Grande do Norte em relação ao da Paraíba é a presença primaz das cidades de Currais Novos – RN e Caicó – RN, que concentram boa parte da população urbana da região, como se verá adiante.

Em termos numéricos, o processo de urbanização seridoense é visível com o progressivo aumento do número de habitantes residentes nas cidades e o crescimento dessas. Por outro lado, assiste-se ao encolhimento gradativo do número de residentes no campo, fazendo com que inevitavelmente a taxa de urbanização da região do Seridó aumente.

Ao adentrarmos nos números, ver-se que em 1970, a população urbana do Seridó da Paraíba somava 23.197 habitantes, correspondendo a apenas 28% do total regional (83.196). Nesse ano, das 13 cidades da região, oito tinham menos de mil habitantes, representando 21% da população urbana seridoense. Contava ainda com três cidades com mais de mil e menos de cinco mil habitantes, significando 33% da população urbana. Duas cidades detinham 46% da população, mas sem nenhuma ultrapassar os dez mil habitantes (ver Tabela 1).

Tabela 1 – População Urbana do Seridó Paraibano, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 1970

Faixa de Tamanho (habitantes)	Total Cidades			
	Número	%	População	%
Total	13	100	23.197	100
Menos de 1.000	8	62	4.851	21
1.000 a 4.999	3	23	7.695	33
5.000 a 9.999	2	15	10.651	46
10.000 a 19.999	(-)	(-)	(-)	(-)
20.000 a 49.999	(-)	(-)	(-)	(-)
50.000 e mais	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Censo Demográfico 1970 apud Ipeadata (2011)

Nota: (-) Não se aplica.

No mesmo período, o Seridó potiguar registrava uma população urbana de 72.299, isto é, 49% da população da região que era de 147.573. Verifica-se então que, pelos dados, a região já está caminhando para a transição rumo à supremacia da urbanização. Com 17 cidades, essa região potiguar tinha cinco delas com menos de mil habitantes (4% da população urbana). Oito ficava na faixa entre mil e cinco mil habitantes, com 25% da população urbana regional. Duas estavam acima de cinco mil e com menos de dez mil habitantes (16%). Contava também com uma cidade com mais de dez mil e menos de vinte habitantes, e outra acima dos vinte, representando respectivamente 22% e 34% da população urbana total. Torna-se evidente que duas cidades se destacam na região por concentrar 56% dos urbanos, Currais Novos e Caicó (ver Tabela 2).

Tabela 2 – População Urbana do Seridó Potiguar, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 1970

Faixa de Tamanho (habitantes)	Total Cidades			
	Número	%	População	%
Total	17	100	72.299	100
Menos de 1.000	5	29	2.708	4
1.000 a 4.999	8	47	17.809	25
5.000 a 9.999	2	12	11.692	16
10.000 a 19.999	1	6	15.863	22
20.000 a 49.999	1	6	24.427	34
50.000 e mais	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Censo Demográfico 1970 apud Ipeadata (2011)

Nota: (-) Não se aplica.

Em 1980, o Seridó paraibano continua com sua população concentrada no campo, com apenas 33.538 habitantes urbanos, o que significa 36% da população total (94.261). Ao

comparar os dados de 1980 com a década anterior, nota-se que a população urbana, mesmo ainda bem menor que a rural, registra um incremento de 8%. Quanto às cidades, em uma década, ocorre uma redução significativa no número e na participação das classificadas com menos de mil habitantes, registrando-se apenas quatro com 7% da população urbana. Sete cidades tinham população entre mil e cinco mil habitantes, concentrando quase metade dos urbanos (49%). As outras duas cidades se enquadram na faixa entre cinco e dez mil habitantes, sendo 44% da população (ver Tabela 3).

Tabela 3 – População Urbana do Seridó Paraibano, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 1980

Faixa de Tamanho (habitantes)	Total Cidades			
	Número	%	População	%
Total	13	100	33.538	100
Menos de 1.000	4	31	2.341	7
1.000 a 4.999	7	54	16.574	49
5.000 a 9.999	2	15	14.623	44
10.000 a 19.999	(-)	(-)	(-)	(-)
20.000 a 49.999	(-)	(-)	(-)	(-)
50.000 e mais	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Censo Demográfico 1980 apud Ipeadata (2011).

Nota: (-) Não se aplica.

Do lado do Rio Grande do Norte, em 1980 o Seridó chegou aos 165.178 habitantes, desses, 61% já estavam nas cidades (100.585), demonstrando o grande salto populacional urbano em relação à situação da década anterior. A região inicia a década que marca a sua crise com maioria populacional urbana, redefinindo aos poucos os novos rumos que o Seridó se encaminha na transição de século e no bojo das mudanças do período da globalização. Entre suas cidades, quatro tinham menos de mil habitantes (3%), oito entre mil e cinco mil (19%), três entre cinco e dez mil (22%) e duas com mais de vinte mil habitantes urbanos, correspondendo a 56% de todos os urbanos. Nota-se que a participação populacional das duas maiores cidades da região (Currais Novos e Caicó) se mantém, destacando-se das demais (ver Tabela 4).

Ao chegar aos anos noventa, mais precisamente em 1991, o Seridó paraibano registra 48.980 habitantes urbanos, ou seja, 49% da população regional que era de 99.317 pessoas. Essa participação dos urbanos no Seridó paraibano é a mesma que o Seridó potiguar registrava em 1970, ou seja, só duas décadas depois essa região da Paraíba fica no limite da transição do rural para o urbano, denotando que a região potiguar acompanhou mais de perto

o fenômeno urbano em escalas superiores. Mesmo ao iniciar a última década do século XX, quanto à taxa de urbanização, a região seridoense paraibana continua presa ao “mundo rural”, mergulhada na crise da agropecuária. Ao verificar-se a distribuição das cidades por faixa populacional, percebe-se que apenas uma cidade tem abaixo de mil habitantes, com menos de 1% da população urbana. Nove cidades com mais de mil e menos de cinco mil urbanos concentram 32%. Já aparecem duas cidades na faixa entre cinco e dez mil (34% da população urbana) e uma com mais de dez mil de população urbana (22%) (ver Tabela 5).

Tabela 4 – População Urbana do Seridó Potiguar, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 1980

Faixa de Tamanho (habitantes)	Total Cidades			
	Número	%	População	%
Total	17	100	100.585	100
Menos de 1.000	4	24	2.580	3
1.000 a 4.999	8	47	19.587	19
5.000 a 9.999	3	18	21.916	22
10.000 a 19.999	(-)	(-)	(-)	(-)
20.000 a 49.999	2	12	56.502	56
50.000 e mais	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Censo Demográfico 1980 apud Ipeadata (2011).

Nota: (-) Não se aplica.

Tabela 5 – População Urbana do Seridó Paraibano, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 1991

Faixa de Tamanho (habitantes)	Total Cidades			
	Número	%	População	%
Total	13	100	48.980	100
Menos de 1.000	1	8	373	1
1.000 a 4.999	9	69	16.038	33
5.000 a 9.999	2	15	16.822	34
10.000 a 19.999	1	8	10.803	22
20.000 a 49.999	(-)	(-)	(-)	(-)
50.000 e mais	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Censo Demográfico 1991 apud Ipeadata (2011)

Nota: (-) Não se aplica.

O Seridó potiguar, em 1991, contabilizava uma população de 190.567 habitantes, sendo 140.664 de pessoas no urbano (74%). Nas portas do novo século, a região não contava mais com cidades com menos de mil habitantes. Dez cidades, que juntas somam 16% da população urbana dessa região, estavam delimitadas com mais de mil e menos de cinco mil em número de habitantes. Quatro apareciam com 20% entre cinco e dez mil, uma com 9%

entre dez e vinte mil e duas com 54% de urbanos em cidades acima dos vinte mil habitantes (ver Tabela 6).

Tabela 6 – População Urbana do Seridó Potiguar, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 1991

Faixa de Tamanho (habitantes)	Total Cidades			
	Número	%	População	%
Total	17	100	140.664	100
Menos de 1.000	(-)	(-)	(-)	(-)
1.000 a 4.999	10	59	23.116	16
5.000 a 9.999	4	24	27.589	20
10.000 a 19.999	1	6	13.357	9
20.000 a 49.999	2	12	76.602	54
50.000 e mais	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Censo Demográfico 1991 apud Ipeadata (2011).

Nota: (-) Não se aplica.

É só nos anos 2000 que o Seridó paraibano irá apresentar população urbana superior a rural. O total populacional regional foi de 103.793, desses 58% urbanos, isto é, 60.604. No transcurso da década de 1990, graças às instabilidades pluviométricas, a crise regional chega ao seu ápice no território seridoense da Paraíba, sendo, quiçá, verificado no número total de habitantes que na década (1990-2000), a região apresentou sensível crescimento populacional. Mesmo com baixo crescimento populacional, o ritmo de urbanização não diminuiu. Com as emancipações municipais ocorridas em meados da década de 1990, a região ganha mais duas cidades, passando para 15⁴⁰. No que diz respeito à tipologia por faixa de tamanho quanto ao número de habitantes das cidades, uma estava com menos de mil urbanos, sendo menos de 1% da população das cidades. Dez ficam delimitadas na faixa entre mais de mil e menos de cinco mil, perfazendo um total de população urbana regional de 39%. Duas ficam entre cinco e dez mil habitantes (22% do urbano seridoense), e duas com mais de dez mil e menos de vinte mil, somando 38% dos urbanos do Seridó paraibano (ver Tabela 7). As cidades de Santa Luzia – PB e Picuí – PB e, secundariamente, Juazeirinho – PB, embora não comparadas as duas cidades seridoenses (Currais Novos – RN e Caicó – RN) do Rio Grande do Norte que despontam na região por sua importância e tamanho, já assumem certa centralidade regional.

Em 2000, o Seridó potiguar contou com 80% de sua população contabilizada como urbana, soma que atinge 162.987 pessoas de um total da região de 204.097 habitantes. As portas do século XXI, todas as cidades da região estão acima de mil habitantes, com nove

⁴⁰ Foram emancipados os municípios de Tenório e Baraúna

entre mais de mil e menos de cinco mil, cinco com mais de cinco mil e menos de dez mil, uma acima de dez mil e menos de vinte mil, outra com mais de vinte mil e menos de cinquenta mil e, por último uma com mais de cinquenta mil habitantes, sendo as suas respectivas participações na população urbana regional: 14%, 23%, 10%, 22% e 31% (ver Tabela 8). Nota-se que a participação das duas cidades acima de vinte mil habitantes segue com pequena queda em termos de participação no total urbano, mas ainda concentram mais da metade de todos os urbanos da região. Com exceção das duas maiores cidades da região, uma cidade com mais de dez mil habitantes que se destaca é Parelhas, que reúne funcionalidades e certa centralidade secundária no seu entorno próximo.

Tabela 7 – População Urbana do Seridó Paraibano, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 2000

Faixa de Tamanho (habitantes)	Total Cidades			
	Número	%	População	%
Total	15	100	60.604	100
Menos de 1.000	1	7	505	1
1.000 a 4.999	10	67	23.741	39
5.000 a 9.999	2	13	13.216	22
10.000 a 19.999	2	13	23.142	38
20.000 a 49.999	(-)	(-)	(-)	(-)
50.000 e mais	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Censo Demográfico 2000 apud Ipeadata (2011).

Nota: (-) Não se aplica.

No século XXI, em 2010, o Seridó paraibano tem uma população que totaliza 113.028 habitantes, com 64% de pessoas vivendo em cidades (72.298 habitantes urbanos). Todas as suas cidades estão com mais de mil habitantes, tendo 11 na faixa entre mais de mil até cinco mil, representando uma fatia de 44% da população urbana regional. Duas cidades estão entre cinco mil e dez mil, outras duas estão entre mais de dez mil e menos de vinte mil, com uma participação respectivamente de 21% e 35 na população urbana (ver Tabela 9).

Já o Seridó potiguar, em 2010, pela primeira vez alcança a taxa de urbanização brasileira, com 84% da população regional vivendo nas cidades. São 182.894 habitantes nas suas 17 cidades em uma população total da região de 216.508 habitantes. 16% da população urbana habitam nove cidades com mais de mil e menos de cinco mil habitantes, 17% estão em quatro cidades com número de habitantes entre cinco mil e dez mil, 15% estão em duas cidades com mais de dez mil e menos de vinte mil habitantes, 21% estão em uma cidade com mais de vinte mil e menos de cinquenta mil e, por fim, 31% habitam uma cidade com mais de

cinquenta mil habitantes (ver Tabela 10). Nota-se que as duas cidades acima de vinte mil habitantes continuam apresentando queda em suas participações no total da população regional. Essas cidades (Currais Novos – RN e Caicó – RN) detinham em 1970, 56% da população urbana regional, permanecendo com esse percentual em 1980 e, a partir de 1991, apresentando queda, com 54% de participação; em 2000, 53% e, em 2010, 52%. Ao verificarem-se os dados individuais das duas cidades, constata-se que Currais Novos – RN é possivelmente a responsável pela queda na participação. Isso se explica, em parte, pela crise que afetou a mineração de scheelita nas décadas recentes, já que essa cidade recebe grande influência dessa atividade.

Tabela 8 – População Urbana do Seridó Potiguar, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 2000

Faixa de Tamanho (habitantes)	Total Cidades			
	Número	%	População	%
Total	17	100	162.987	100
Menos de 1.000	(-)	(-)	(-)	(-)
1.000 a 4.999	9	53	22.070	14
5.000 a 9.999	5	29	38.148	23
10.000 a 19.999	1	6	15.606	10
20.000 a 49.999	1	6	35.529	22
50.000 e mais	1	6	50.624	31

Fonte: Censo Demográfico 2000 apud Ipeadata (2011).

Nota: (-) Não se aplica.

Tabela 9 – População Urbana do Seridó Paraibano, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 2010

Faixa de Tamanho (habitantes)	Total Cidades			
	Número	%	População	%
Total	15	100	72.298	100
Menos de 1.000	(-)	(-)	(-)	(-)
1.000 a 4.999	11	73	31.646	44
5.000 a 9.999	2	13	15.053	21
10.000 a 19.999	2	13	25.599	35
20.000 a 49.999	(-)	(-)	(-)	(-)
50.000 e mais	(-)	(-)	(-)	(-)

Fonte: Censo Demográfico 2010 apud Ipeadata (2011).

Nota: (-) Não se aplica.

Tabela 10 – População Urbana do Seridó Potiguar, Segundo as faixas de Tamanho Populacional, 2010

Faixa de Tamanho (habitantes)	Total Cidades			
	Número	%	População	%
Total	17	100	182.894	100
Menos de 1.000	(-)	(-)	(-)	(-)
1.001 a 4.999	9	53	28.690	16
5.000 a 9.999	4	24	31.286	17
10.000 a 19.999	2	12	27.680	15
20.000 a 49.999	1	6	37.777	21
50.000 e mais	1	6	57.461	31

Fonte: Censo Demográfico 2010 apud Ipeadata (2011).

Nota: (-) Não se aplica.

No Seridó como um todo (paraibano e potiguar), do total de 32 cidades, 63% ficam na faixa populacional com mais de mil e menos de cinco mil pessoas, 18,5% com mais de cinco mil e menos de dez mil, 12,5% com mais de dez mil e menos de vinte mil, 6% têm mais de vinte mil habitantes. Assim, fica evidente que a estrutura urbana da região é composta por uma maioria de cidades bem pequenas, mas que não compõem a maioria populacional regional (ver Tabela 9 e Tabela 10).

Ao observar-se com mais detalhe o comportamento do processo de urbanização interno da região Seridó, ou seja, olhar para os dados demográficos das municipalidades, identificam-se heterogeneidades, registrando-se municípios com maioria populacional no campo e outros com expressiva taxa de urbanização (ver Tabelas 11 e 12). Os números populacionais referentes às municipalidades, apenas revelam que o espaço regional também tem diferenciações internas, e que esse não é um todo homogêneo, embora forme uma região. As diferenciações de urbanização nas municipalidades só poderão ser explicadas em maior detalhe com estudos mais aprofundados, o que foge ao escopo deste trabalho.

No Seridó paraibano, as taxas de urbanização de Pedra Lavrada – PB (41%), Salgadinho – PB (34%) e Seridó – PB (45%) mostram que essas municipalidades ainda permanecem com maioria de sua população residindo no campo. A taxa média de urbanização dos municípios da região é de 62,49%. Já no caso do Seridó potiguar, nenhuma municipalidade tem maioria de sua população no campo. Os municípios com menores taxas de urbanização são: Ouro Branco – RN (69%); Santana do Seridó – RN (65%); São Fernando – RN (68%) e Serra Negra do Norte – RN (64%). Como se pode perceber, os municípios do Seridó potiguar com menores taxas de urbanização superam a média registrada para os municípios da região do lado paraibano. Ver-se então, que o Seridó potiguar é bem mais

urbano que o Seridó paraibano. Essa região potiguar, com 84% de população urbana apresenta, inclusive, a taxa de urbanização superior a do seu Estado (78%) e igual à brasileira.

No geral, dos 329.536 de população residente na Região do Seridó (paraibano e potiguar), 74.344 pessoas estão no campo enquanto 255.192 estão no urbano, correspondendo a uma taxa absoluta de urbanização de 77%. A densidade demográfica da região (Seridó paraibano 26,02 e Seridó potiguar 31,64) é relativamente baixa em relação à dos Estados da Paraíba (66,70%) e Rio Grande do Norte (59,99%), embora supere a brasileira (22,43).

Tabela 11 – Dados Demográficos dos Municípios do Seridó Paraibano, 2010

País/UF Região/Municípios	População Residente 2010				Densidade Demográfica (hab./km ²)	Área Territorial (km ²)
	Total	Rural	Urbana	Taxa de Urbanização (%)		
Brasil	190.755.799	29.830.007	160.925.792	84%	22,43	8.502.729,1
Paraíba	3.766.528	927.850	2.838.678	75%	66,70	56.469,8
Região Seridó - PB	113.028	40.730	72.298	64%	26,02	4.343,3
Baraúna	4.220	1.033	3.187	76%	83,40	50,6
Cubati	6.866	2.097	4.769	69%	50,12	137,0
Frei Martinho	2.933	1.126	1.807	62%	12,01	244,3
Juazeirinho	16.776	7.652	9.124	54%	35,88	467,5
Junco do Seridó	6.643	2.274	4.369	66%	38,98	170,4
Nova Palmeira	4.361	1.809	2.552	59%	14,05	310,4
Pedra Lavrada	7.475	4.400	3.075	41%	21,25	351,7
Picuí	18.222	6.102	12.120	67%	27,54	661,7
Salgadinho	3.508	2.305	1.203	34%	19,04	184,2
Santa Luzia	14.719	1.240	13.479	92%	32,30	455,7
São José do Sabugi	4.010	1.431	2.579	64%	19,38	206,9
São Mamede	7.748	1.819	5.929	77%	14,60	530,7
Seridó	10.230	5.633	4.597	45%	37,00	276,5
Tenório	2.813	1.140	1.673	59%	26,71	105,3
Várzea	2.504	669	1.835	73%	13,15	190,4

Fonte: Censo Demográfico 2010 apud Ipeadata (2011).

A urbanização da região se confirma nos números, mas ela não é apenas uma questão de quantidade, é bem mais do que isso. Trata-se mais de mudanças socioespaciais com repercussão em toda sociedade. Muda a forma e o conteúdo do espaço, ações e objetos são criados e inovados. A sociedade assume outras necessidades que são vislumbradas na cidade, fazendo com que o modo de vida urbano ganhe repercussões múltiplas e se difunda no domínio do espaço. O processo de crescimento urbano da região Seridó não ocorre descolado das escalas superiores, da mesma forma que o comportamento produtivo regional tem relação direta com a urbanização. Além da crise do “mundo rural” tradicional, as camadas técnicas mais recentes que chegam ao território têm relação direta com a urbanização, é o caso, por

exemplo, das indústrias de beneficiamento mineral além de outras ligadas à extração, bem como as de outros ramos como o alimentício. São essas forças econômicas e outras como as do terciário e mesmo a informalidade que passam a representar peso importante na composição econômica urbana e regional, impulsionando a urbanização.

Tabela 12 – Dados Demográficos dos Municípios do Seridó Potiguar, 2010

País/UF Região/Municípios	População Residente 2010				Densidade Demográfica (hab./km ²)	Área Territorial (km ²)
	Total Populacional	Rural	Urbana	Taxa de Urbanização (%)		
Brasil	190.755.799	29.830.007	160.925.792	84%	22,43	8.502.729,1
Rio Grande do Norte	3.168.027	703.036	2.464.991	78%	59,99	52.810,2
Região Seridó - RN	216.508	33.614	182.894	84%	31,64	6.842,9
Acari	11.035	2.133	8.902	81%	18,13	608,6
Caicó	62.709	5.248	57.461	92%	51,04	1.228,6
Carnaúba dos Dantas	7.429	1.401	6.028	81%	30,25	245,6
Cruzeta	7.967	1.446	6.521	82%	26,93	295,8
Currais Novos	42.652	4.875	37.777	89%	49,35	864,3
Equador	5.822	1.012	4.810	83%	21,97	265,0
Ipueira	2.077	188	1.889	91%	16,32	127,3
Jardim de Piranhas	13.506	2.910	10.596	78%	40,87	330,5
Jardim do Seridó	12.113	2.278	9.835	81%	32,86	368,6
Ouro Branco	4.699	1.441	3.258	69%	18,55	253,3
Parelhas	20.354	3.270	17.084	84%	39,67	513,1
Santana do Seridó	2.526	873	1.653	65%	13,41	188,4
São Fernando	3.401	1.104	2.297	68%	12,28	277,0
São João do Sabugi	5.922	1.166	4.756	80%	33,94	174,5
São José do Seridó	4.231	929	3.302	78%	7,52	562,4
Serra Negra do Norte	7.770	2.773	4.997	64%	57,34	135,5
Timbaúba dos Batistas	2.295	567	1.728	75%	31,57	72,7

Fonte: Censo Demográfico 2010 apud Ipeadata (2011).

7.2 Os Conteúdos da Urbanização na Região do Seridó

As repercussões da urbanização brasileira foram/são impactantes por causa, em parte, do Brasil ter se transformado em um país urbano em poucas décadas “comprimindo no tempo um processo que alhures [como no Continente Europeu] se fez muito mais lentamente” (BECKER; EGLER, 1993, p. 181). No geral, como se viu, mesmo que defasadamente, a região do Seridó vem acompanhando a tendência urbana estadual e nacional. Como já dito, a força motriz da urbanização recente é o próprio período da globalização. Conforme Santos (2005b) e Elias (2003), é posterior a Segunda Guerra Mundial que, sob o comando da

revolução científica-técnica, o Brasil se insere na lógica da globalização da economia e do consumo. Assim,

o intenso processo de urbanização que se desenrola a partir de então, transformou seu espaço geográfico, cuja organização e paisagem contrastam com as existentes antes do Período Técnico-Científico-Informacional, quando o país ainda apresentava uma economia essencialmente agrária e um meio essencialmente natural e técnico” (ELIAS, 2003, p. 43).

Nesse contexto, como o Seridó é uma região que não vem acompanhando no mesmo ritmo os eventos modernizadores que chegam aos subespaços mais dinâmicos economicamente do país, os traços do seu meio natural e técnico são bem mais presentes, compondo rugosidades espaciais que pesam no seu perfil.

Com a globalização espalhando-se sobre o território do país, novas exigências são colocadas às regiões, aquelas que não conseguem executá-las a tempo, ficam deixadas de lado num primeiro momento, só recebendo essas inovações modernizadoras posteriormente. Mas, o certo é que no período atual em que ocorre uma aceleração sem precedentes e as redes se espalham pelos territórios, conectando-os, o giro das inovações se tornam mais rápidos, fazendo com que os eventos se difundam numa sucessão de situações que acabam logo por chegar aos rincões territoriais, mesmo que as modernizações não cheguem completas, mas parcialmente. Nesse sentido, o processo de urbanização brasileira deve ser visto como parte da difusão das modernizações da globalização.

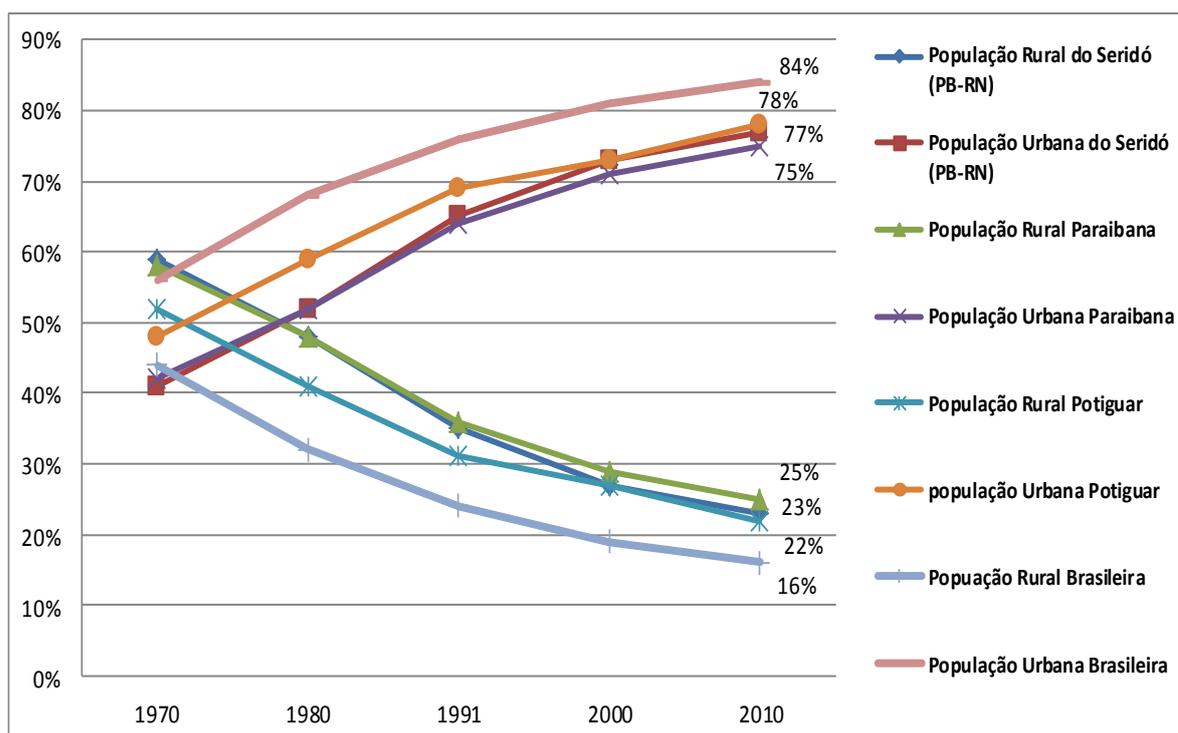
Ao observar o Gráfico 10, percebe-se nitidamente que os Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e a região do Seridó acompanham a urbanização brasileira, embora que o ritmo não seja o mesmo, mas seguem a mesma tendência, ampliando o hiato entre população urbana e população rural. Esse deslocamento das pessoas do campo para as cidades é parte do processo de modernização brasileiro característico da globalização.

A urbanização-industrialização, ou em resumo a urbanização, que chega aos lugares, carrega consigo os conteúdos do período, as modernizações. Por isso, a industrialização chega a todos os territórios, mesmo naqueles onde ela não está fisicamente. Afirmamos isso com base em Santos (2005b, p. 30) que atenta para o fato de como encararmos o termo industrialização. Para esse autor, não devemos entender esse termo no seu sentido estrito que diz respeito à criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, ou seja, deve-se entendê-lo como:

processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo

integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estado (SANTOS, 2005b, p. 30).

Gráfico 10 – População Urbana e Rural, Brasil, Paraíba, Rio Grande do Norte e Região do Seridó, 1970-2010



Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 apud Ipeadata (2011).

É assim que o processo de urbanização do país leva em seu movimento todo o território nacional fazendo com que regiões “marginais” como o Seridó acompanhe e incorpore a industrialização ao conteúdo regional. Contudo, acompanhar o movimento geral do país não se dá harmonicamente; no plano horizontal da região, ocorrem impactos que podem causar conflitos internos devido à resistência ao novo, às modernizações verticais que os eventos trazem. Mas, constata-se que mesmo com as resistências das horizontalidades, as lógicas externas das verticalidades terminam por si impor ao arcabouço regional, ocasionando em mudanças locais como o caso aqui visto parcialmente da ascensão da urbanização e o definimento do “mundo rural” do Seridó.

A região do Seridó segue o espaço-tempo do presente, porém carrega consigo sua concreção histórica que, em conflito com as modernizações do período atual, resulta numa

simbiose que lhe dá autenticidade e particularidade no plano horizontal. É assim que o espaço-tempo regional se torna único, ou seja, é a síntese do embate do seu interno com o externo. Mas, mesmo tendo seu espaço-tempo, a região não fica isolada do movimento do espaço-tempo maior emanado do período, ela apenas o particulariza enquanto uma de suas frações. A região enquanto parte não se isola e não nega o todo, ela é parte e tem o conteúdo particularizado do todo.

Os rebatimentos espaciais da urbanização no Seridó se verificam tanto no campo quanto na cidade. Enquanto no primeiro ocorre uma rarefação, no segundo ocorre um adensamento com espraiamento da materialidade da cidade. Ao se debruçar sobre essas mudanças no semiárido brasileiro, Carvalho e Egler (2003, p. 63) colocam que

o progressivo desmonte do complexo pecuária-algodão-lavouras alimentares, principalmente no que diz respeito à parcela da renda apropriada pelo pequeno produtor, teve papel determinante na aceleração do processo de urbanização do Sertão nordestino. O crescimento das pequenas e médias cidades, em consequência do êxodo rural provocado pela dissolução do tradicional consócio milho-feijão-algodão, aliado à migração provocada pela justa extensão ao campo dos benefícios da previdência social, está modificando, rapidamente, a paisagem sertaneja, com o crescimento das ‘pontas de rua’, onde se alojam, sem a menor infraestrutura ou disponibilidade de serviços coletivos, boa parte da população recém-chegada do campo.

Com a ida da população rural para as cidades ocorre o aumento da demanda por serviços, principalmente serviços básicos como saúde e educação, mas também de infraestruturas urbanas. Essas demandas, recaídas principalmente sobre o Estado, não foram atendidas a contento desde o início do fenômeno acelerado da urbanização, fato que vem se arrastando até hoje. As cidades, mesmo as menores, não conseguem atender à população satisfatoriamente em termos de habitação, saneamento básico, abastecimento de água etc. Mas, mesmo assim as cidades da região (e do país) continuam sendo o centro gravitacional da população. Ao se debruçar em seu estudo sobre a questão do campo e da cidade no Seridó potiguar, Araújo (2006, p. 248) fala que “o florescimento das cidades é a grande novidade que se descortinou, no sertão do Seridó potiguar, no decorrer da primeira metade do século XX”. Constatação que analogamente pode-se estender ao Seridó paraibano. Segundo esse autor, os fatores que mais contribuíram para esse desabrochar das cidades na região foram “o êxodo rural, especialmente da parte da população que transbordava os limites do parcelamento das fazendas, e o avanço da agricultura comercial do algodão” (ARAÚJO, 2006, p. 248). Como

consequência, o autor acrescenta que “lentamente, como um rio que nasce de um veio, cria sua bacia e torna-se caudaloso, a vida social mais dinâmica passou a ser canalizada para as cidades. Elas foram, pouco a pouco, cooptando todas as substâncias vitais, inovadoras, criadoras e transformadoras para si” (ARAÚJO, 2005, p. 248). Ione Moraes ao adentrar pelos percursos do Seridó potiguar no século passado, análises que podem ser estendidas para o Seridó paraibano, pronuncia que

a trajetória da sociedade seridoense, no século XX, revelou a travessia sobre uma *topografia acidentada*, ora por percurso em aclave, ora por caminhos declivosos. Nos interstícios das declividades, mutações sociais redefiniram o padrão populacional, de preponderantemente rural a hegemonicamente urbano, e os caracteres da economia, de predominantemente agrário a prevalentemente terciários, delineando um novo perfil regional (MORAIS, 2005, p. 264, grifo no original).

Os impactos da urbanização vão se avolumando e ocasionando transformações socioespaciais no Seridó, dotando-o de novo conteúdo que é uma simbiose do novo com o velho, ocasionado um rearranjo organizacional do seu espaço. Para Moraes (2005, p. 264) “a reestruturação regional foi implementada entrelaçando os fios da tradição e da modernização, conectando dispositivos de preservação e reinvenção, rebuscando e ressignificando símbolos, práticas, discursos e vivências”. Ainda segundo Moraes, na dimensão política, à medida que avança a modernização, com a urbanização ganhando força na região, assiste-se o poder de mando local/regional gradativamente deixar de emanar das fazendas dos coronéis para emergir da cidade, instalando-se nessa. É assim, que a urbanização tanto da sociedade quanto do território desencadeia um “incomensurável número de transformações nas áreas mais longínquas do país” (ELIAS, 2003, p. 46).

As mudanças vindas do período da globalização remodelam os espaços, constituindo a tecnoesfera e a psicoesfera da modernidade. A tecnoesfera compreendendo o ambiente artificializado, enquanto a psicoesfera compreendendo a apreensão, a aceitação, o modo de viver com a/na tecnoesfera. Para Santos (2002b, p. 255-256), “tecnoesfera e psicoesfera são redutíveis uma à outra”. Nesse sentido, o autor supracitado diz que “o meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais”. Dessa forma, os países que seguem a via capitalista passam a se adaptar ao modelo em vigor internacionalmente, onde a ideologia do uso da racionalidade e da modernização invade tudo e todos. É nesse período que se efetiva

significativamente a associação do conhecimento científico à produção, fazendo surgir demandas ligadas à formação e preparação de pessoal para produzir conhecimento, como também para utilização dos resultados. Fatos esses que justificam a expansão dos serviços educacionais vivenciados nas últimas décadas. Por isso, esse é o período histórico em que “a atividade produtiva passou a ser cada vez mais um momento determinado de amplo processo social de pesquisa e desenvolvimento, invenção e inovação, planejamento macro e micro-econômico, publicidade e mercados”, lembra o economista Theotonio dos Santos (1995, p. 27), acrescentando ainda que “o processo de produção, a organização do trabalho e da força de trabalho passaram a exigir amplos processos de gestão das relações sociais, da educação, do treinamento, da saúde, da habitação, do lazer, da comunicação social global e específica”. Ainda segundo o autor, “em todos esses setores, a forma científica do conhecimento passou a ocupar um papel central e articulador do conjunto da vida econômica, social, política e cultural” (SANTOS, 1995, p. 27-28).

Ao passo que o meio técnico-científico-informacional avança no Brasil, sua configuração territorial caminha cada vez mais pautada na tecnicidade e em ações racionalizadas para o mercado. No final do século XIX para início do XX, têm-se institucionalmente a emergência dos ensinamentos de engenharia e os estudos tecnológicos nas Escolas Politécnicas e de Agronomia⁴¹. Esses conhecimentos passaram a ser aplicados ao uso do território, fazendo com que o território ganhe crescentemente traços de conteúdo técnico-científico. Destarte, Santos e Silveira (2003, p. 90) nos dizem que “já nas primeiras décadas do século XX, havia a preocupação de criar apoios técnicos e institutos de experimentação agropecuária. Em união indissolúvel com a hierarquia produtiva mundial própria de cada momento histórico [...]”. Na medida em que o período da globalização vem se consolidado, há um maior interesse em aperfeiçoar a produção através do uso da racionalidade, da aplicação do conhecimento científico na produção e organização da produção. É assim que o conhecimento científico passa a ser aplicado não somente na produção propriamente dita, mas também nas outras instâncias (circulação, distribuição e consumo). O conhecimento passa a ser um requisito do período.

Por meio desse contexto, na medida em que cresce a população das cidades da região, concomitantemente conteúdos externos chegam através de eventos, conformando a

⁴¹ “[...] No período compreendido entre a época da Independência e a década de 20 do presente século [XX], a técnica artesanal e elementar brasileira foi, gradativamente, sendo substituída por uma engenharia baseada numa tecnologia implícita nas disciplinas ensinadas em nossas Escolas Politécnicas e de Agronomia, a qual tornou-se indispensável, tanto para a construção das nossas primeiras obras de engenharia, como para nossa indústria de mineração e para nossa agricultura” (VARGAS, 1994, p. 209-210).

tessitura da trama seridoense. A urbanização recente enquanto aspecto das modernizações do período da globalização tem em seu bojo demandas ligadas aos seus imperativos (técnica, ciência e informação). Isso ajuda, em parte, a entender porque a crescente tentativa de massificação do ensino básico num “país de analfabetos”, pois as indústrias e os serviços mais modernos incorporaram instrumentos e práticas organizacionais seguindo os cânones técnico-científicos que requerem mão-de-obra alfabetizada, qualificada. Com a sofisticação na produção e nos serviços, o ensino técnico e universitário também passa a ser requerido. É nessa evolução de demandas que o ensino público e privado passa a aparecer em muitas localidades, se estendendo pelo território. É assim que atualmente, além do ensino básico, Institutos Tecnológicos para formação técnica e superior, além de campi universitários estão presentes nas principais cidades da região, como é o caso de Caicó – RN e Currais Novos – RN que têm a presença das instituições públicas: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN⁴²; Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN⁴³ e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN⁴⁴. No Seridó paraibano, apenas Picuí – PB conta com instituição pública de formação técnica especializada e superior oferecida no campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB⁴⁵. Além das instituições públicas, em Caicó – RN existem também as da iniciativa privada: Faculdade de Teologia Cardeal Eugênio Sales – FCS⁴⁶ e a Faculdade Católica Santa Teresinha - FCST⁴⁷. A Faculdade do Seridó – FAS oferece cursos em Currais

⁴² A presença da UFRN no Seridó se dá por meio do Centro Regional de Ensino Superior do Seridó – CERES. O CERES conta com oito departamentos: Departamento de História, Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Geografia, Departamento de Estudos Sociais e Educacionais, Departamento de Educação e Departamento de Direito. São ofertados os cursos de graduação presencial no campus Caicó: Ciências Contábeis, Direito, Geografia, História, Matemática, Pedagogia e Sistemas de Informação; e no campus Currais Novos são ofertadas as graduações em Administração, Engenharia de Minas, Letras e Turismo. São oferecidas pós-graduação Lato Sensu em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Especialização em Linguística e Ensino da Língua Materna; Educação e Linguagem; Especialização em Língua Inglesa; Especialização em Supervisão Educacional; Finanças Corporativas; Gestão de Eventos; História do Brasil e Especialização em Auditoria e Perícia.

⁴³ A UERN oferece em Caicó – RN os cursos de Enfermagem, Odontologia e Filosofia.

⁴⁴ O IFRN em Caicó – RN oferece os cursos Técnicos Integrados em: Eletrotécnica e de Informática; Técnico Subsequente em: Vestuário, Informática, Eletrotécnica. Além destes, conta com Graduação em Licenciatura em Física. Em Currais Novos oferece os cursos Técnicos Integrados em: Alimentação e de Informática; Subsequente em: Alimentação, Informática e de Manutenção de Computadores. Conta também com Curso Superior de Licenciatura em Química.

⁴⁵ O campi do IFPB em Picuí – PB oferta o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, Curso Técnico Subsequente em Mineração e de Manutenção e Suporte em Informática.

⁴⁶ Oferece curso de Teologia.

⁴⁷ Oferece os cursos de: Administração, Gestão de Pequena e Média Empresa, Gestão de Sistemas de Informação e de Turismo.

Novos – RN e Caicó⁴⁸. Essas são as principais instituições de ensino superior e técnico que oferecem ensino na modalidade presencial na região, há outras, por exemplo, na modalidade de ensino a distância.

No processo de modernização atual, todos os territórios são arrastados pela/para a globalização e são inseridos na sua lógica capitalista de “economia-mundo”. Contudo, os subespaços desempenham papéis diferentes que os colocam organizados hierarquicamente. Ao se pensar sobre as cidades em termos de funções e capacidade de ofertar serviços e manter centralidade é possível estabelecer uma ordem de importância entre elas. Sendo assim, segundo o estudo “*Regiões de Influências das Cidades 2007*”, elaborado pelo IBGE, o Brasil teria as seguintes categorias de cidades em ordem de importância de sua centralidade: metrópoles; capital regional; centro sub-regional; centro de zona; centro local. Das cidades da região do Seridó, apenas Caicó – RN e Currais Novos – RN aparecem na categoria centro sub-regional, sendo a primeira classificada na importância de subdivisão de nível “a” e a segunda de nível “b”. Parelhas – RN e Santa Luzia – PB estão hierarquizadas na categoria centro de zona “b” e, todas as demais que formam a região estão enquadradas como cidades locais. Segundo esse estudo, o centro sub-regional é aquele que integra centros com atividades de gestão menos complexas; tem área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília). Já os centros de zona, é o nível formado por cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. O centro local é formado por cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, tem população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (IBGE, 2008).

O estudo acima referido é um esforço na busca de entender a rede urbana brasileira e seus níveis de poder, gestão do território e influência, no entanto, na escala da presente pesquisa, a hierarquia não condiz com a realidade urbana regional. O papel de centralidade além dos limites do próprio município que cidades como Picuí – PB, Juazeirinho – PB, Acarí – RN e Jardim do Seridó – RN desempenham não podem ser comparadas aos de cidades de menor influência como Santana do Seridó – RN, Timbaúba dos Batistas – RN, Salgadinho – PB, Tenório – PB, Frei Martinho – PB e Várzea – PB.

⁴⁸ Conta com os cursos de Ciências Contábeis e Turismo, além de pós-graduação em: Direito Eleitoral, Turismo e Patrimônio Cultural, Educação para o Ensino e a Gestão, Gerenciamento de Pessoas e Organizações e, Gestão e Direito Ambiental.

Independente do seu tamanho, cada uma das cidades da região desempenham, a sua maneira e de acordo com suas condições, funções urbanas imprescindíveis aos seus habitantes e aqueles do campo que estão sob sua órbita, seriam essas, as cidades de subsistência de que trata Santos (1982, p. 70). Não é concebível desqualificar o papel local dessas pequenas cidades e afirmar que elas não são urbanas, pois elas possibilitam sim, dentro das suas limitações, o exercício do modo de vida urbano. Chamar essas cidades de não urbanas é desconhecer a realidade territorial além das grandes metrópoles e cidades médias. Vivenciar a realidade das pequenas cidades e do campo em seu entorno, possibilita perceber que há uma diferenciação explícita do modo de vida entre os que habitam no campo e os que residem nas pequenas cidades. A festa, o lazer, a feira, o encontro na praça, a ocupação laboral, a rotina, o cotidiano etc, das pequenas cidades são diferenciais em relação ao campo, ao rural, ao seu redor. Não se pode ter uma visão estreita sobre a urbanização, ela não é apenas quantidade, ela é, acima de tudo, modo de vida. É inegável a abrangência territorial que tomou o modo de vida urbano no período atual, chegando até ao campo. Contudo, por mais que o campo seja invadido pelo urbano, sua introdução se dá particularizada e restrita, o que difere do urbano presente nas cidades, por menor que elas sejam. Assim, a cidade local tem uma funcionalidade na organização territorial diferente da exercida pelo campo; ela cumpre o papel de centralidade local, essencial a si mesma e ao campo, enquanto primeiro nível na hierarquia urbana.

Por menor que sejam as cidades, no contexto da municipalidade, é nelas onde estão concentrados os serviços essenciais e básicos de saúde, educação e demais serviços sociais, burocráticos e financeiros. Diferente do campo, o comércio presente nelas geralmente dispõe de maior opção e sortimento de produtos, com maior grau de sofisticação e mais próximo da moda (diga-se, sempre fugaz). Assim, as pequenas cidades seriam, na verdade, as cidades locais sobre as quais discorre Santos (1982, p. 71), como “a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da *atividade primária* para servir às necessidades inadiáveis da *população*, com verdadeira `especialização do espaço`” (grifos no original). Seriam elas “a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações”.

As modernizações da globalização difundidas pelo território foram favoráveis à maioria das cidades locais na medida em que elas “beneficiam-se das tendências à dispersão, essencialmente comandada pela difusão generalizada da informação e do consumo” (SANTOS, 1982, p. 74). O modelo de vida propagado pela ideologia capitalista na sua fase

recente terminou, portanto, por favorecer assim mesmo os menores centros locais, estes que passam a ser o lugar próximo de satisfações básicas. Aquilo que as cidades locais não conseguem oferecer em termos de necessidades, com as facilidades dos transportes e das comunicações, ficou mais fácil buscar satisfazê-las em centros urbanos maiores e distantes sem ter necessariamente que migrar permanentemente do local de origem. Essa é a nova realidade espacial que termina por quebrar a rigidez da hierarquia urbana tradicional.

O urbano na região do Seridó conta com maior número de pequenas cidades locais, com pequena mancha urbana, mas há as cidades que já oferecem maior estrutura urbana como Currais Novos – RN e Caicó – RN, essas exibem em suas paisagens elementos mais assemelhados aos encontrados nas metrópoles, como prédios verticalizados. Essa verticalização, inclusive, termina por ser uma forma de querer reproduzir o espaço urbano das grandes cidades, dotá-la de feições modernas (ver Fotos 8). No espaço urbano das pequenas cidades locais do Seridó também há questões de falta de estrutura urbana, com uma urbanização precária na periferia (ver Foto 9).

Fotos 8 – Verticalização do espaço urbano em Caicó – RN



Fonte: Faria (2010).

Foto 9 – Precariedade urbana na periferia de Juazeirinho – PB



Fonte Joel (2008)⁴⁹

No Seridó, tanto as cidades de menor centralidade quanto as de maior, não escaparam às modernizações, elas receberam alguns dos seus eventos cada qual a sua maneira, mas que aos poucos foram rompendo com o perfil regional de tradição rural para converter-se em urbano. Esse processo se deu inicialmente sobre forte influência do campo, em que a cidade ainda guardava o peso das tradições do “mundo rural”. As cidades em sua relação com o campo, “a princípio, infringe e rouba sua áurea tradicionalista como uma maneira de se legitimar. Aos poucos abandona práticas e costumes típicos do campo para apresentar a sua moda, o seu jeito de ser. Depois procura se impor tentando catapultar o tempo moderno sobre o tempo da tradição” (ARAÚJO, 2006, p. 253).

Enfim, a urbanização no Seridó está diretamente ligada ao definhamento do “mundo rural” tradicional e ao processo de modernização territorial do meio técnico-científica-informacional do período da globalização. As modernizações estão gradativamente sendo incorporadas no sistema de objetos e no sistema de ações, mudando as paisagens urbanas e os comportamentos.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/10495085>

8 A REGIÃO DO SERIDÓ NO LIMIAR DO SÉCULO XXI: TECNOESFERA E PSICOESFERA, VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES

No período atual, “todos os espaços são espaços de produção e de consumo” e dadas às condições do período técnico-científico-informacional, com o novo comportamento da divisão internacional do trabalho, “todos os lugares dela participam, seja pela produção, seja pelo consumo”. Esse é o período em que “o espaço se mundializa”, com especializações produtivas mais baseadas no uso dos vetores do período (técnica, ciência e informação) e do território mecanizado, fazendo com que haja um agravamento das questões regionais, agora gestadas por uma nova natureza, comandadas pelo artifício do homem (SANTOS, 1985, p. 40). Nesse contexto, é que se constrói a realidade recente da região do Seridó, marcada por crises provocadas justamente por não acompanhar as exigências imperiosas do período da globalização, mas também marcada por um novo soerguimento regional que surge conectado com a nova totalidade-mundo.

Segundo as interpretações de Milton Santos, na mesma obra supracitada, é nesse período que ocorrem mudanças e essas atingem todos os lugares do mundo, como a emergência da “grande indústria e do capitalismo das grandes corporações, servidas por meios de comunicação extremamente difundidos e rápidos” (p. 27). E é justamente através desses meios que “o período afeta a humanidade inteira e todas as áreas da terra”, sendo raros os espaços que temporariamente escapam às forças desse processo. Esse é o período em que “a tecnologia constitui sua força autônoma e todas as outras variáveis do sistema são, de uma forma ou de outra, a ela subordinadas, em termos de sua operação, evolução e possibilidades de difusão” (p. 27). Instala-se a competitividade e a expansão mundial do capital internacional e das firmas multinacionais, que se tornaram cada vez mais desprendidas do seu território sede, numa busca incessante por lugares mais rentáveis. Com as bases materiais construídas, a expansão capitalista mundial se consolida, graças à adoção, pelos Estados Nacionais, da ideologia neoliberal, que prega uma política de permeabilidade de todas as fronteiras de interesse do mercado, facilitando, desta forma, o poder das grandes corporações, que frequentemente “são, mais poderosas, que os Estados” (SANTOS, 1985, p. 29). É nesse conjunto de condições construídas pelo período atual que a região do Seridó se insere enquanto funcionalização particular do mundo em seu território.

Embora o Seridó não se configure como um lugar de altas densidades das características do meio técnico-científico-informacional, alguns dos seus traços se fazem

presentes em seu território devido à própria lógica em vigor em que “todos os espaços são alcançados imediatamente por certo número de modernizações” (p. 29), passando a serem incluídos no período via espaços da produção e do consumo, “e a economia industrial (ou pós-industrial?) ocupa praticamente todo o espaço produtivo, urbano ou rural” (SANTOS, 1985, p. 40). O referido autor acrescenta ainda que há uma difusão de informações, técnicas, produtos e modelos de consumo, uma vez que, com o novo patamar atingindo pela divisão internacional do trabalho, todos os lugares passam a participar dela, seja através da produção, seja através do consumo. Dessa forma, mesmo os lugares mais rarefeitos (em termos dos imperativos do período atual) são atingidos, em certo grau, pela divisão internacional do trabalho, principalmente no que se refere à instância do consumo que, em vez de excluí-los busca incluí-los, mesmo sem oferecer as condições monetárias para tal, limitando-se a produzir a escassez. Logo, amplia-se o mercado. Assim, nesse período, a escala da instância produtiva, torna-se mundial, portando os dados do período a todos os lugares do planeta, sendo acompanhado principalmente pela difusão do consumo globalizado que visa chegar a todo espaço habitado.

O nexos informacional aparece nessa trama com maior ênfase a partir de 1970, mas desigualmente distribuído no território brasileiro. Esse é o momento em que o território passa a ser usado mais a partir de acréscimos de ciência e da técnica e, nesse caso, a informação passa a ser imprescindível. Portanto, a constituição e o uso desses novos constituintes do meio geográfico exigem “parcelas volumosas de informação que se distribuem segundo métricas diversas” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 93). Os novos objetos do período da globalização são técnicos e informacionais com extrema carga de intencionalidade na sua produção e localização, pois eles surgem como informação e o seu próprio funcionamento tem como energia principal também a informação (SANTOS, 2002b, p. 238).

A nova família de objetos técnicos-informacionais tende a se difundir mais rapidamente pelo território em comparação às famílias de objetos precedentes. Motivo pelo qual, a presença desses novos objetos passa a fazer parte cada vez mais da materialidade territorial e do cotidiano nos mais diferentes lugares do mundo. Mesmo que, como é própria da lógica maior da difusão sob o comando do capitalismo, a distribuição dessa família de objetos se dê com desigualdades (porém combinadas), apresentando diferenciações territoriais resultantes numa expressão cartográfica de luminosidades e opacidades, com densidades e rarefações variadas. Nessa cartografia, com base nas variáveis técnicas-informacionais, levando em conta a escala nacional, a região do Seridó apresenta-se opaca e com rarefação

dos imperativos técnicos, científicos e informacionais do período. Nessa região, a presença material e efetiva desses imperativos ainda não é tão expressiva. Entretanto, pontualmente eles aparecem difundidos por todos os municípios que a compõe, alterando substancialmente o conjunto regional.

Embora seja difícil apresentar dados quantitativos sobre a presença ou não dos imperativos da globalização na região, apoiando-se nos mais variados estudos que tiveram diversas finalidades e somando-se a leituras das paisagens e a diálogos estabelecidos nas investidas na região, é possível esboçar uma síntese que inclui interpretações fornecidas tanto pelo recorte das verticalidades quanto pelo das horizontalidades, considerando a dimensão indissociável da tecnoesfera e da psicoesfera.

8.1 Alguns traços da tecnoesfera

Ao atentar para os apontamentos já apresentados, pode-se perceber que no Seridó as modernizações do seu meio geográfico são marcadas pela defasagem em relação a outras áreas do país que acompanham mais de perto o processo de inovação empreendido no período atual. Nessa região, a presença das rugosidades e a cristalização de relações e práticas sociais são um dos freios ao acolhimento de eventos da racionalidade reinante. Somado a isso, ocorre que a pouca inserção produtiva da região nos circuitos mais dinâmicos terminam por contribuir para que ela não receba em seu território e na mesma velocidade e contemporaneidade as “novidades” advindas do tempo-presente da economia-mundo. Não que ela deixe de acompanhar o tempo do período, apenas a expressão geográfica do meio técnico-científico-informacional ainda é relativamente rarefeita e pontual. Contudo, algumas materialidades territoriais se fazem presentes, compondo os traços da tecnoesfera regional, condição para que fluxos materiais e imateriais se realizem. É assim que se intensificam as relações do Seridó com o país e com o mundo.

A configuração territorial do recorte em estudo vem recebendo acréscimos de objetos que podem ser contabilizados como modernizações territoriais. Essas modernizações, via sistemas de objetos, passam a dotar a região de maior condição de alinhamento à globalização. São modernizações que expressam o próprio período no uso do território ao tempo em que são condições enquanto possibilidade para receber novas levadas modernizadoras. Vários sistemas de engenharia vêm se adensando na Seridó. Para Santos (2005b, p. 137-138) “o conhecimento dos sistemas de engenharia presentes em cada área é, pois, um dado analítico fundamental, instruindo-nos sobre as possibilidades e os limites à

ação dos sistemas sociais”. Assim, levantar alguns desses sistemas de engenharia no espaço em estudo tem força explicativa.

Os sistemas de transmissão de energia elétrica, antes restritos apenas às cidades, agora se espalha por todo o território habitado da região graças ao programa do Governo Federal “Luz para Todos” que garante a extensão da rede energética a todas as residências da zona rural do país. As municipalidades da região estão praticamente 100% eletrificadas, abrindo novas possibilidades produtivas e de consumos variados. Essa é uma das portas que facilitam a entrada do campo no consumo globalizado e na sua racionalidade, constituindo mais um fator propiciador da presença da psicosfera e da tecnoesfera do período atual.

Por estar encravada no semiárido, a questão do abastecimento d’água sempre foi um problema, principalmente para as cidades da região que tiveram um aumento em suas populações. Com a construção de vários açudes e barragens e sucessivos sistemas de distribuição, a oferta hídrica nas cidades conseguiu suprir consideravelmente a demanda, embora sempre requerendo mais oferta. A situação do abastecimento se agrava em períodos mais acentuados de estiagem e nos casos em que a ampliação das redes de distribuição não acompanha o crescimento da demanda. Nas duas últimas décadas, visando dar conta do aumento da procura e mais estabilidade aos serviços de abastecimento, houve um processo de interligação da rede distribuidora por meio da construção de adutoras. Mas, mesmo com as melhorias nesses sistemas de engenharia hidráulicos, a questão da estabilidade do abastecimento urbano da região continua insegura. A questão hídrica da região é mais grave no campo, praticamente destituído de qualquer sistema distributivo de abastecimento. A situação dos habitantes do campo só não é mais grave devido recentemente algumas organizações não governamentais e o Estado terem construído várias cisternas de placas.

Santos e Silveira (2003, p. 261) ao se referirem à globalização, colocam que “uma das características desse período histórico é, em toda parte, a necessidade de criar condições para maior circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens etc.”. Portanto, seguindo esse entendimento, pode-se dizer que o território da região do Seridó, atualmente está bem mais fluido em relação à viscosidade que o caracterizava, por exemplo, em meados do século passado quando os sistemas de circulação eram rarefeitos e precários. Os sistemas de engenharia (rodoviário, comunicação, distribuição de energia elétrica etc) se difundiram pela região, permitindo relativa fluidez material e imaterial ao território, numa amostra da adequação do Seridó aos cânones da globalização.

O sistema de engenharia viário conta com uma malha rodoviária presente em todas as municipalidades e, no geral, em condições de circulação. A presença desse sistema garante uma melhor interligação entre as municipalidades do Seridó e deste com outras localidades alhures. Existe transporte de passageiros regular operado por algumas concessões públicas a empresas privadas de transporte de passageiros, como também há uma crescente frota de transportes “alternativos” que oferecem maior opção de destinos e maior flexibilidade nos horários. Além das rodovias asfálticas estaduais e federais, a região é tracejada por estradas vicinais que ajuda a complementa a fluidez territorial.

No caso da viação aérea a região não conta com a presença de voos regulares, mas já dispõe de uma infraestrutura aeroportuária pública para pequenas aeronaves em Caicó – RN e Currais Novos – RN, além de uma pista de precária qualidade em Picuí – PB e Juazeirinho – PB. Em Pedra Lavrada – PB encontra-se uma pequena pista de pouso, só que de uma empresa privada de mineração. Essa estrutura presente no Seridó, mesmo não tendo um uso intenso, configura-se com um elemento que potencializa o valor do espaço regional, principalmente na perspectiva do uso possível.

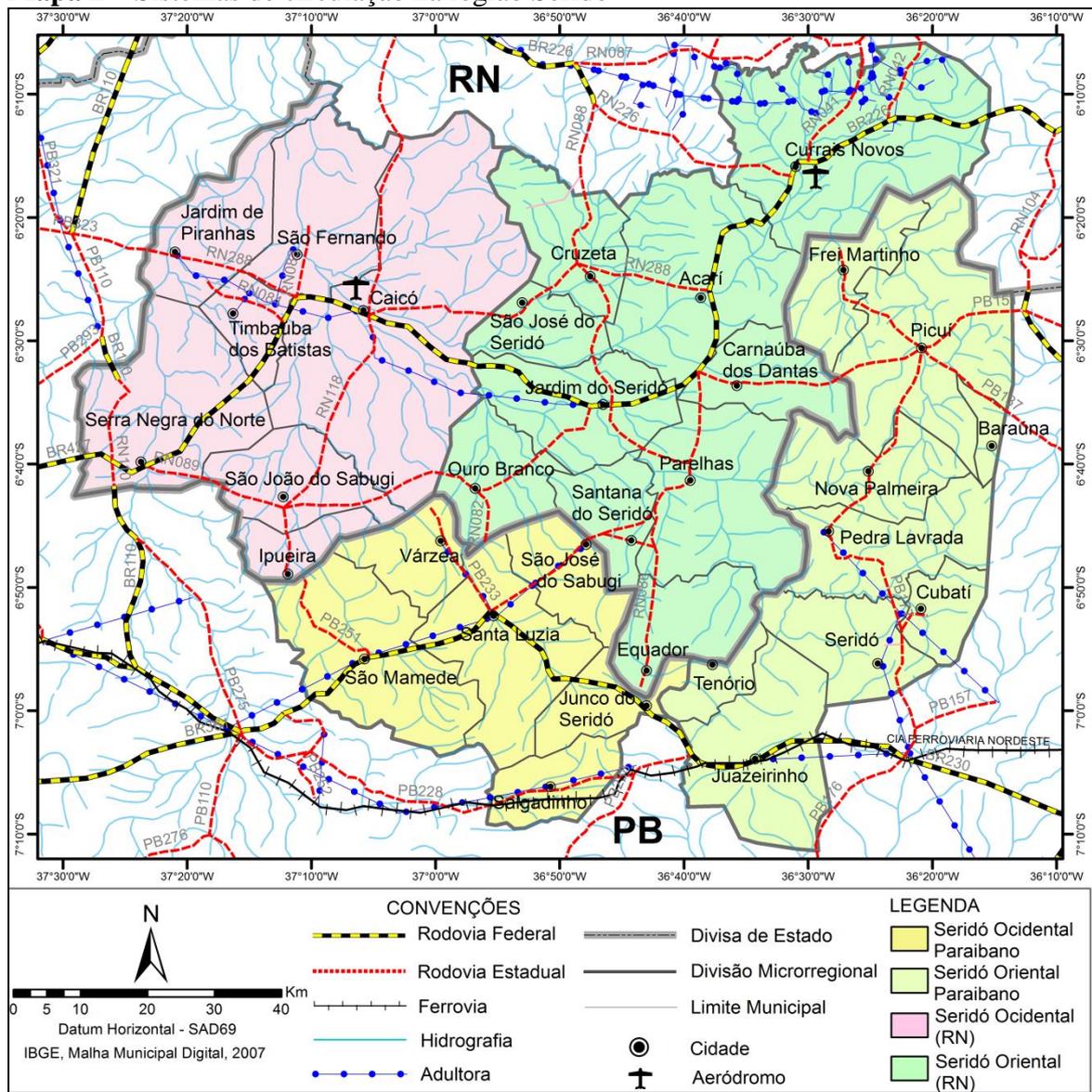
A ferrovia corta apenas o extremo sul da região, passando por Juazeirinho – PB e Salgadinho – PB. A ausência de uma rede de transporte ferroviário de carga bem localizada na região é um dos fatores de viscosidade territorial quando se leva em consideração a produção e o potencial que a região tem no setor mineral, principalmente no seguimento de minerais industriais que precisa transportar grandes quantidades em volume e peso de matéria-prima bruta e/ou beneficiada. A não intervenção do Estado para dotar o Seridó com a malha ferroviária denota que, no plano nacional recente⁵⁰, essa não é uma região que faz parte dos recortes seletivos eleitos como frações territoriais estratégicas nas políticas para fins produtivos e alienantes do território.

A configuração territorial de fluxos materiais do Seridó está interligada internamente como também para fora, ou seja, está conectada à malha viária nacional e aos pontos de solidariedade que ligam o território nacional com o exterior, como portos e aeroportos. O Mapa 2 mostra alguns sistemas de engenharia no interior do território regional. Ver-se então,

⁵⁰ Muito embora a ferrovia tenha sido deixada de lado no processo modernizador autoritário brasileiro, recentemente há uma tímida retomada da ampliação desse sistema de engenharia como, por exemplo, a construção da “transnordestina”. Essa malha ferroviária tem por objetivo ligar o Porto de Pecém, no Ceará, ao Porto de Suape, em Pernambuco, além do cerrado do Piauí, no município de Eliseu Martins, num total de 1.728 km. O projeto é elevar a competitividade da produção agrícola e mineral da região com uma moderna logística que une uma ferrovia de alto desempenho e portos de calado profundo que podem receber navios de grande porte. Trata-se de um empreendimento com o claro objetivo de facilitar a exportação, de facilitar o fluxo de commodities para fora do país em detrimento muitas vezes das necessidades da população brasileira.

que as rodovias ligam todas as municipalidades, e essas são complementadas por estradas vicinais que reforçam a solidariedade entre elas e outros sistemas de fluxos. A maioria desses sistemas de engenharia foram montados nas décadas de 1960-1970 como parte do projeto nacional de modernização do país conduzido pelos governos militares. Mesmo que com alguma limitação, esses sistemas de engenharia de fluxo dotam o território de virtualidade, possibilitando o “encurtamento das distâncias” e a inserção regional na economia-mundo e na modernidade-mundo (CHESNEAUX, 1995), enfim, esses sistemas são próteses que servem de valorização espacial (MORAIS; COSTA, 1999).

Mapa 2 – Sistemas de circulação na região Seridó



Fonte: Elaboração própria.

As maiores redes de televisão do país como a Rede Globo, a Record, o SBT e a Bandeirantes têm seus sinais transmitidos na região através de antenas repetidoras localizadas nas cidades. Mas, mais importante do que o sinal desses canais de televisão é a proliferação das antenas parabólicas que estão presentes tanto nas cidades quanto no campo. Elas passam a ser um item quase que obrigatório nas residenciais, principalmente nas da zona rural que por meio de antenas convencionais não alcançam o sinal das repetidoras presentes nas cidades (ver Foto 10). Com o uso da parabólica, o sinal é recebido diretamente via satélite e com uma disponibilidade bem maior de canais.

Foto 10 – Residência na zona rural com parabólica, Sítio Cunha, Juazeirinho – PB



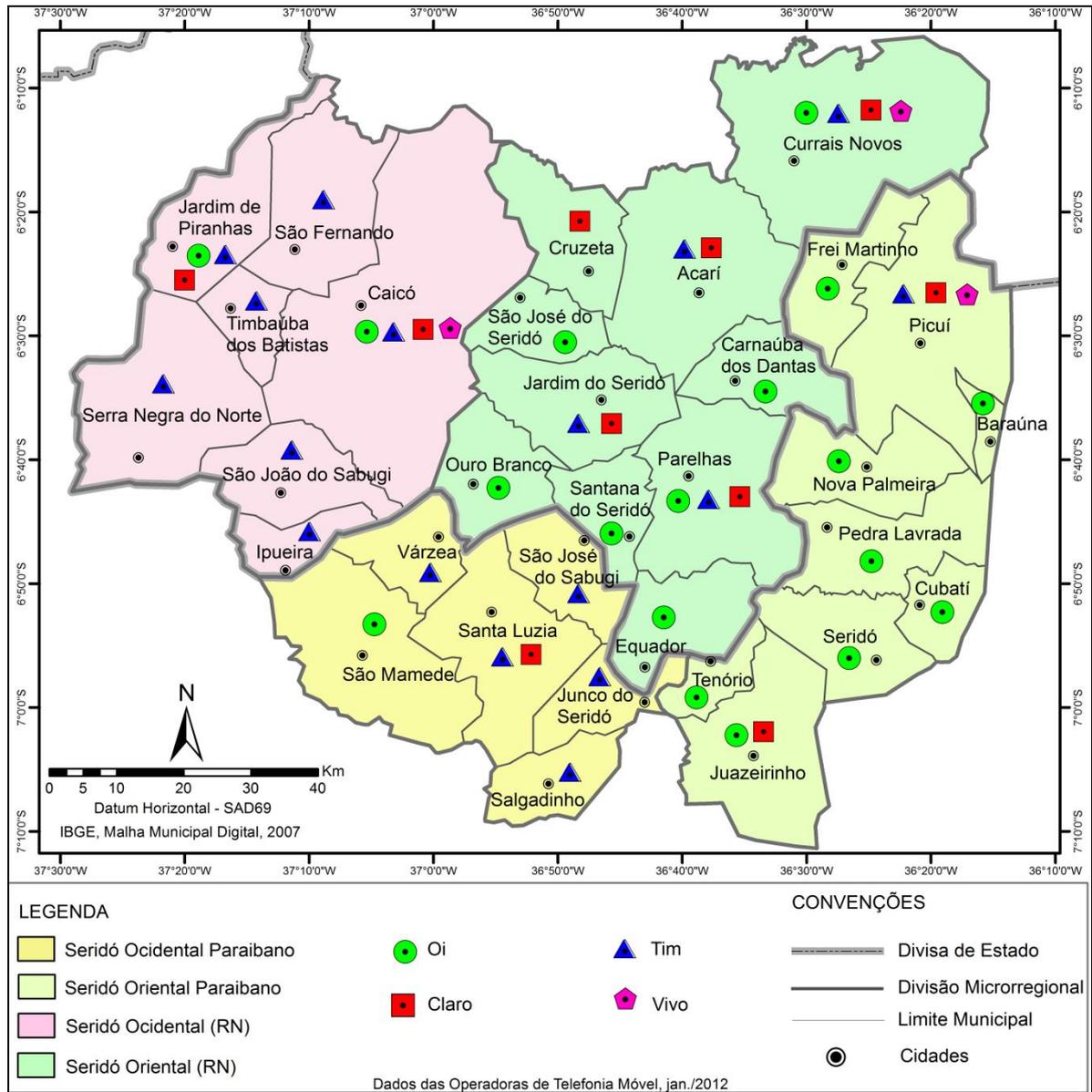
Fonte: José Falcão (2010)⁵¹

O sistema de engenharia de telefonia fixa e móvel cobre todas as cidades do Seridó. A telefonia móvel é bem recente em alguns municípios, mas, ao entrar em operação, sua difusão entre os usuários é impressionante. Quando uma cidade recebe o sinal da operadora, logo surgem negócios locais relacionados aos seus serviços, incluindo a venda de aparelhos, manutenção, recargas de crédito para as contas pré-pagas etc. Pela distribuição das operadoras de telefonia móvel na região, pode-se perceber que os municípios com maior contingente populacional e/ou que conseguem um desempenho econômico melhor são os que recebem mais de uma operadora. Esse é o caso, por exemplo, de Jardim de Piranhas – RN. Geralmente nesses municípios a dinâmica econômica é maior, com uma economia urbana mais estruturada e com cidades com maior nível de centralidade. Conforme pode ser conferido no

⁵¹ Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/48587601>

Mapa 3 quanto à distribuição das operadoras, ver-se que a Oi e a Tim são as que estão mais presentes na oferta de seus serviços.

Mapa 3 – Telefonia Móvel no Seridó



Fonte: elaboração própria.

Todas as cidades da região estão conectadas a rede mundial de computadores por meio de telefonia fixa, móvel, rede de cabos, via satélite etc e, principalmente, através de provedores que servem internet utilizando a tecnologia de distribuição via rádio. Com a difusão das técnicas e o barateamento de acesso à rede, vários provedores locais surgiram e passaram a ofertar serviços de conexão a pessoas físicas, empresas e serviços públicos. As *lan house* também se espalham nas cidades da região para oferecer acesso à internet e outros

serviços, principalmente para viajantes e para aqueles que não dispõem de computador ou que não tem acesso a algum serviço de fornecimento de conexão à rede. Até na zona rural, a internet começa a ser difundida, possibilitando conectar o campo com o mundo.

Da mesma forma que a telefonia móvel, a internet também tem uma impressionante difusão na região e indução de novos negócios. Empreendimentos relacionados à informática e à internet como provedores, *lan houses*, lojas de produtos de informática (*hardware* e *software*) e serviços relacionados como manutenção já são encontrados até nas menores cidades da região. Um exemplo de serviço de internet é o provedor Veloz Net. Sediado em Caicó – RN, ele oferece internet via rádio a 62 municípios, cobrindo uma área que extrapola os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, entrando agora no Pernambuco. Com exceção apenas de Salgadinho – PB e Baraúna – PB, esse serviço está presente em todos os demais municípios da região do Seridó (VELOZ NET, 2011). Afora esse provedor, há outros que também operam na região como o NPL Conectividade, o Net Mark etc. Hoje, todos os municípios seridoenses dispõem de serviços de internet das mais variadas formas (via cabo, rede *wi-fi*, rádio, celular).

É assim que o território regional também tende a ser informatizado, alargando as possibilidades de ligação do Seridó com mundo. A conexão com a rede mundial de computadores amplia a cooperação e facilita a simultaneidade dos eventos, aproximando mais a região do tempo do mundo, o tempo da mais-valia global e globalizante enquanto motor-único que funcionaliza-se na escala mundial. Essa aproximação da região com o tempo da mais-valia global se dá principalmente por meio do consumo consumptivo oferecido por multinacionais como a Nestlé, Kraft Foods e a Unilever⁵².

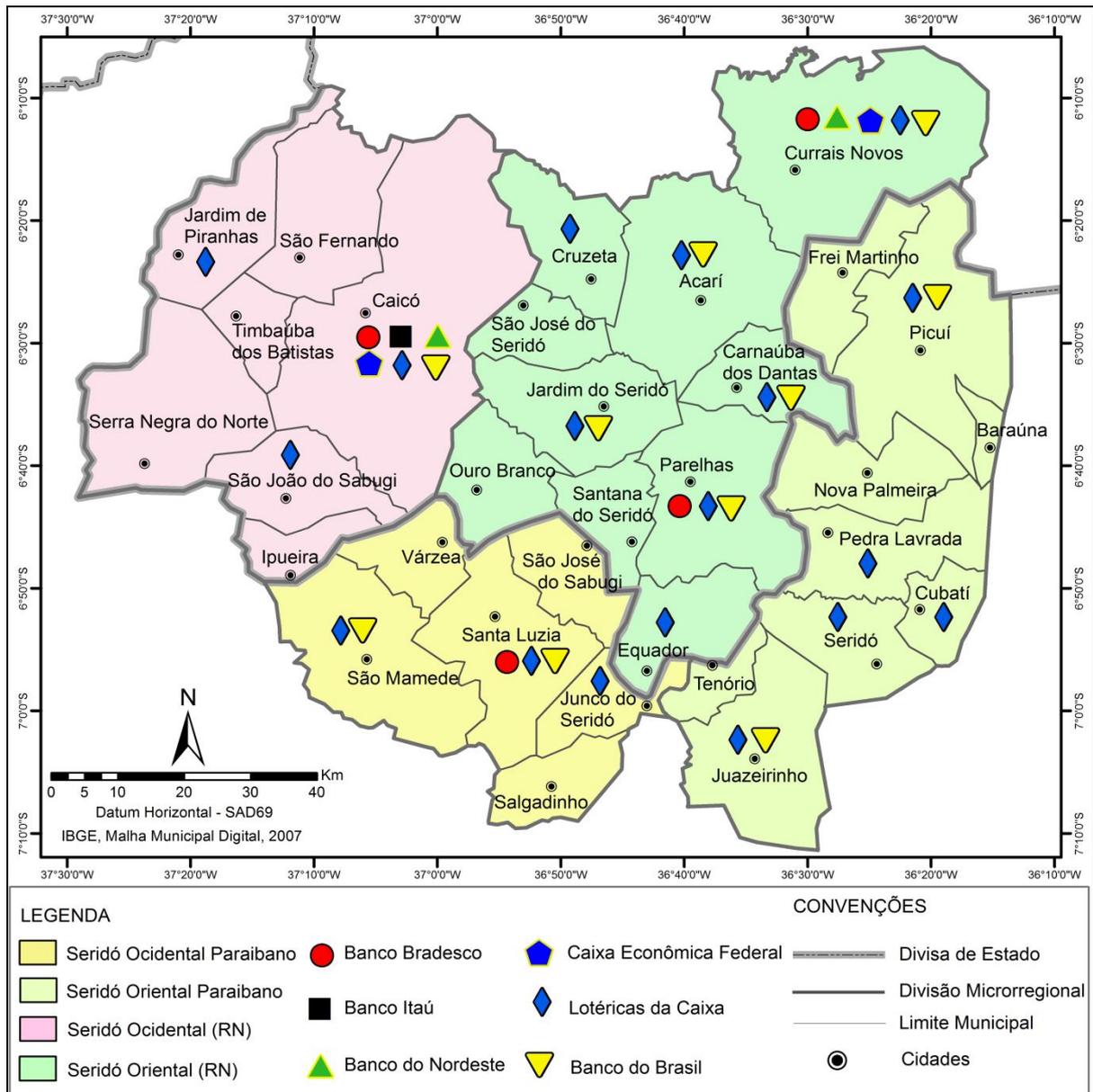
A regulação e a circulação financeira contam com vários fixos na região que propiciam inseri-la na rede mundial desses serviços. Com a importância que as finanças foram adquirindo paralelamente à emergência da globalização e à constituição do meio técnico-científico-informacional no mundo, o sistema financeiro internacional se espalha pelo território do planeta, adensando a sua rede e suas transações, com uma circulação mais volumosa e rápida, principalmente por meio de fluxos imateriais e a serviço principalmente de uma nova classe de rentistas, os especuladores. Mas para que esse sistema use o território é necessário a presença de algum fixo no local. É assim que agências bancárias e outros tipos de

⁵² A Nestlé é a maior empresa mundial de alimentos e bebidas. Já a Unilever é uma multinacional anglo-neerlandesa líder em vendas de bens de consumo em vários países do mundo. São produtos alimentícios, de higiene e de limpeza. Constitui, hoje, um enorme conglomerado de empresas, produzindo inúmeros produtos que vão desde o ramo alimentício até o da higiene e limpeza. A multinacional norte-americana Kraft Foods é uma das maiores empresa do ramo de alimentos do mundo.

equipamentos desse sistema se instalam em algumas cidades do Seridó, aumentando seu número e ampliando a circulação e a rapidez de suas transações à medida que se aproximam dos dias atuais. A presença bancária no espaço seridoense só faz aumentar o engate dessa região no período atual, pois para Silveira (1999, p. 229), “hoje, a modernização das instituições, dos instrumentos, das técnicas e das normas no campo das finanças aumenta a participação dos lugares no processo de globalização”. No Mapa 4 está registrado as agências bancárias e casas lotéricas no Seridó. Conforme o mapeamento percebe-se que Caicó – RN conta com agências dos bancos privados Itaú e Bradesco e, Currais Novos – RN, Parelhas – RN e Santa Luzia – PB, também com agências desse último. A instituição financeira pública Banco do Brasil tem agência nas cidades de Caicó – RN, Currais Novos – RN, Parelhas – RN, Acarí – RN, Jardim do Seridó – RN, Carnaúba dos Dantas – RN, Picuí – PB, Juazeirinho – PB, Santa Luzia – PB e São Mamede – PB. O Banco do Nordeste tem agências nas duas principais cidades da região: Caicó – RN e Currais Novos – RN. As lotéricas da Caixa Econômica Federal, que além das apostas das suas loterias (jogos) realizam também alguns serviços bancários, já estão difundidas na região, tendo ganhado importância com o aumento de famílias contempladas com o “Programa Bolsa Família”, que recebem seus benefícios nessas casas lotéricas e em agências da Caixa Econômica Federal. Vê-se então que, pela distribuição bancária na região, a centralidade de algumas cidades é confirmada pela maior densidade de agências bancárias. Deve-se acrescentar que, embora não mapeado, todos os municípios contam com agências dos Correios e esses operam o Banco Postal⁵³ que oferece alguns serviços bancários como depósitos e saques de pequena quantidade. Outros serviços de correspondência bancária como a rede “Pague Fácil” e “Caixa Aqui” estão espalhados por vários comércios da região, operando complementarmente a rede bancária. Todos esses fixos estão conectados diretamente à rede do sistema financeiro nacional e internacional graças à presença no território de objetos técnicos de informática e das infovias. Contudo, percebe-se no Mapa 4, que existem densidades e rarefações quanto à presença do sistema bancário, uma das expressões da hierarquia urbana regional, com destaque para Caicó – RN e Currais Novos – RN.

⁵³ Até final de 2011 esse serviço operava em parceria com o Banco Bradesco, sendo que, a partir de 2012, os correios passam a operar em parceria com o Banco do Brasil.

Mapa 4 – Sistema Bancário no Seridó



Fonte: Elaboração própria. Dados disponíveis nos sítios eletrônico dos bancos (jan. 2012).

Percebe-se, então, que a região do Seridó conta com um conjunto de sistemas de engenharia viário e infoviário de densidade não desprezíveis, porém, quanto ao uso e aos fluxos, devido à crise econômica recente e à reestruturação regional ainda ser tímida, sua fluidez é mais virtual que efetiva, daí, “um espaço pode ser denso quanto às vias, mas não fluido” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 262). A falta de uma dinâmica econômica mais arrojada e conectada com mercados externos à região faz com que não ocorra um uso mais efetivo da sua fluidez possível. Contudo, a presença desses sistemas de engenharia na região é um potencial que não é desprezado nas análises de custos dos investidores efetivos e daqueles

que possam pretender investir na região. Embora ainda limitada comparada às regiões mais fluidas do país, a presença da fluidez virtual é um potencial do espaço regional.

A tecnoesfera da região com a mecanização pontual do território e a presença de sistemas de engenharias diversos asseguram o seu funcionamento e sua inserção na globalização. Essas novas possibilidades técnicas e informacionais do tempo-presente têm facilitando a circulação de pessoas, produtos, informação, ordens e dinheiro, mesmo que com certo grau de precariedade.

Enfim, mesmo com um grau de rarefação considerável em relação, por exemplo, a região concentrada do país, o Seridó vem acompanhado as modernizações do período atual, pois “mesmo onde ele se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização [...]”. “Sua presença, ainda que pontual, marca a totalidade do espaço”. E “a diferença, ante as formas anteriores do meio geográfico, vem da lógica global que acaba por se impor a todos os territórios e a cada território como um todo” (SANTOS, 2002b, p. 239-240).

Numa região de forte tradição cristalizada na sociedade e no espaço, o novo encontra resistência, mas, mesmo assim, ele vem conseguindo quebrar as barreiras colocadas pelo fardo do passado ao tempo-presente. Para que as novas racionalidades do período da globalização enquanto verticalidades rompam os óbices das horizontalidades da região, várias estratégias são colocadas em prática pelos agentes hegemônicos. É assim que a psicoesfera opera muitas vezes como a quebradora dos obstáculos que tentam resistir às modernizações que os eventos da globalização insistem em fazer com que os lugares os aceitem em seu meio e façam parte das ações regionais. A psicoesfera age então como a preparadora da sociedade para que as intencionalidades hegemônicas sejam consentidas, postas em ação e materializadas enquanto tecnoesfera. A psicoesfera termina por criar além da aceitação, a necessidade crescente da tecnoesfera.

8.2 O papel da Psicoesfera como vetor imaterial das modernizações: consumo, informação e financeirização

As modernizações que chegam são aderidas ao território e nem sempre ficam num primeiro momento visíveis na paisagem, elas são mais evidentes enquanto novas ações e ideias. Em regiões onde o período atual apresenta pouca densidade no que se refere aos objetos técnicos mais performances, ele está mais presente imaterialmente. É a psicoesfera da

modernidade que trabalha para impor seus imperativos com seus conteúdos aos lugares, incitando transformações no modo de pensar e agir das pessoas, firmas e instituições, tanto no meio urbano quanto no rural, uma vez que a psicoesfera é “o reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...], fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, 2002b, p. 256).

A psicoesfera está para a dimensão do pensamento, das sensações e dos desejos. Logo, a possibilidade de conduzir o pensamento, manipulá-lo e provocar sensações e desejos, criando crenças e necessidades. Nesse caso, aqueles que têm o poder de “trabalhar” a informação, utilizando-se de vários artifícios e meios, podem afetar a psicoesfera. Por isso, os diferentes meios de comunicação assumem um papel extremamente importante na difusão da psicoesfera da globalização, já que esses veiculam muitas informações com capacidade de alcançar um grande contingente populacional. É então, que entram os interesses da racionalidade reinante a serviço dos agentes hegemônicos, já que “publicitários e anunciantes exercem [...] uma indiscutível influência perversa sobre o próprio conteúdo da informação” (RAMONET, 1997, p. 5). A informação trabalhada para atender interesses precisos passa a ser um dos instrumentos utilizados na constituição da psicoesfera. Tudo isso é feito para atender a propósitos precisos, portanto, “[...] a ciência, a cultura e a política, dominadas por técnicas marcadamente informacional e instrumental ao capital e ao serviço das corporações e instituições multinacionais, administram o ritmo de nossas vidas e a dinâmica dos territórios”. Ora, “é assim que, ao mesmo ritmo e também sob a égide do mercado, o meio geográfico, agora um meio técnico-científico e informacional se organiza para atender, sobretudo aos interesses dos agentes hegemônicos da economia, da cultura e da política” (KAHIL, 2010, p. 478). Não poderia ser diferente, pois, ações empreendidas só são possíveis com um substrato material que lhes garantam condições de funcionamento. Por isso, a indissociabilidade de sistemas de objetos e sistemas de ações que forma o espaço geográfico. Nesse sentido, como visto, o Seridó já oferece condições técnicas para que a psicoesfera entre em ação na região a serviço dos interesses hegemônicos do capital.

A presença da psicoesfera da modernidade, não só nas cidades da região, mas também no campo, tem muito haver com o próprio processo de difusão dos meios de comunicação de massa no Brasil. A socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, ao tratar da consolidação das transmissões televisivas em rede nacional no Brasil a partir dos anos 1960/1970, diz que “a instalação da base técnica e econômica dos processos modernos de comunicação inscreve-se em características da reorganização da estrutura produtiva do país,

iniciada nos anos [19]60 sob o regime militar” (RIBEIRO, 1991, p. 46). Foi por meio principalmente do rádio e das redes nacional de TV que os mais recônditos lugares do território nacional foram embriagados pelo modo de vida urbano-industrial, com seus novos valores, ideias e demandas típicas dos grandes centros urbanos e da sociedade de consumo fugaz, típica do período que estava em consolidação. Essa sociedade de consumo fugaz é compelida a insaciabilidade porque o consumir, ou seja, o comprar passa a causar mais satisfação que o próprio uso do produto ou serviço. Nesse sentido, Sennett (2006, p. 128) coloca que “a imaginação é mais forte na expectativa, tornando-se cada vez mais débil com o uso”, ou o “desaparecimento do prazer na posse” (p. 130), portanto, a constante necessidade por algo novo, potente, sofisticado, na moda, de ponta etc. Dito com outras palavras, o autor acrescenta que “hoje, a paixão consumptiva tem uma força dramática: para o espectador-consumidor, o uso possessivo é menos estimulante que o desejo de coisas que ainda não tem; a dramatização do potencial leva o espectador-consumidor a desejar coisas que não pode utilizar plenamente” (SENNETT, 2006, p. 147).

Ainda de acordo com Ribeiro, os sistemas modernos de comunicação instados no Brasil cumpriram duas funções básicas, uma na face da política e a outra na face da economia. Na primeira, ele serviu como aparelho institucional a serviço do desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional, e, na segunda face, a econômica, ele serviu como “elo articulador e agilizador de mercados”. Assim, “os interesses representados nos processos modernos de comunicação alcançaram seu patamar atual de influência – como agentes modernizadores da economia, da política e da cultura – mediante a socialização dos custos de seus pressupostos técnicos” (RIBEIRO, 1991, p. 46). A montagem desse sistema difusor da psicoesfera ajudou a consolidação e integração do mercado nacional, favorecendo as regiões que concentravam o setor produtivo mais moderno, pois seus produtos necessitavam de mercado. A base técnica-operacional também foi montada com a mecanização do território e a difusão dos sistemas de engenharia de circulação. Todo o esforço modernizador do território e de difusão da psicoesfera foi, para Celso Furtado, em seu olhar a partir do Nordeste, a modelação do mercado regional às exigências da estrutura industrial da região Centro-Sul (FURTADO, 1983, p. 122). É nesse contexto de integração territorial e difusão da psicoesfera na escala nacional, que o Seridó recebe o período e suas modernizações.

Atualmente para que os agentes hegemônicos tirem o maior proveito econômico de acordo com seus objetivos, é preciso operar no espaço com precisão, com aplicação de

conhecimento científico e informações adequadas e confiáveis. Nessa busca por eficácia, várias técnicas e conhecimentos foram desenvolvidos e produzidos, chegando ao ponto do espaço ser conhecido em detalhes na escala do mundo. A esse fato, Santos (2001; 2002b) chama de cognoscibilidade do planeta. É com o conhecimento do planeta e as possibilidades técnicas de ações também na escala do mundo, que agentes hegemônicos como alguns Estados, instituições internacionais e principalmente as grandes corporações, operacionalizam suas estratégias levando em conta a composição técnica e organizacional de todos os lugares. Para tanto, a informação é um dos instrumentos de ação, o que justifica sua importância na atualidade.

É por meio, principalmente, dos meios de comunicação de massa que o conteúdo ideológico da globalização neoliberal consumista e despótica consegue chegar aos mais ermos dos lugares, por vezes desestruturando solidariedades sociais pré-existentes nos arcabouços regionais. Produzir necessidades para o consumo termina por ser uma das estratégias colocadas em prática por aqueles que têm a primazia no mercado. A utilização dos meios de comunicação de massa termina por ser o veículo privilegiado para levar a “informação” intencional ao maior número possível de receptores. É assim que, de acordo com Ribeiro (1991, p. 47), “na cultura dos tempos modernos, a televisão surge como símbolo e, simultaneamente, como possível caricatura, obrigando a todos a uma bem-comportada [...] absorção a-crítica dos seus produtos”. Além da televisão, que tem enorme potencial devido veicular mensagens em forma de imagem e som, o rádio também deve ser acrescido, já que esse, antes da massificação da televisão teve forte poder de penetração na sociedade, inclusive na zona rural mais afastada. Em função dos seus alcances, a televisão e o rádio foram os principais meios massivos utilizados para difundir a psicosfera da modernidade no Seridó. Portanto, mesmo o Seridó não fazendo parte das regiões dinâmicas da economia, como já visto, ele passa a receber os impactos da propagação da psicosfera que vai de encontro com a sua tradição, mas, inevitavelmente a mudança acontece, já que “os fluxos de notícias que nos chegam de outras partes e os encontros com o exterior, entretanto, modificam profundamente os comportamentos. É assim que a modernização das sociedades acontece, a despeito das normas impostas pelas suas culturas, e graças às perspectivas descobertas pelas massas” (CLAVAL, 2004, p. 34).

Na medida em que aumenta o consumo de aparelhos de televisores e de rádios no Seridó, a região se abre mais para os “tempos modernos”, facilitando a penetração da informação na região e deixando os seridoenses mais susceptíveis a psicosfera, essa que “[...]”

produz a busca social da técnica e a adequação comportamental à interação moderna entre tecnologia e valores sociais” (RIBEIRO, 1991, p. 48). E como já se falou: “alguns setores produtivos parecem alimentar, com especial ênfase, os processos culturais de consolidação dessa psicosfera, conformando verdadeiros polos emissores de valores” (RIBEIRO, 1991, p. 48).

Portanto, no Seridó, a crise no campo que forçou a migração para as cidades (como apresentado), teve nesse movimento como centralidade, a contribuição do fascínio do consumo da sociedade urbano-industrial que chegou até os moradores da zona rural. Esse foi um dos conteúdos da psicosfera modernizadora que atingiu a região e o Brasil como um todo, principalmente nas décadas subsequentes aos anos de 1950 e com mais eficácia e abrangência nos anos de 1970, sendo que, na região do Seridó, esse processo foi mais acentuado a partir da década de oitenta do século passado. Assim, a transição da sociedade brasileira do campo para as cidades se deve, em parte, justamente à produção de necessidades relacionadas à vida na cidade, necessidades essas que poderiam ser satisfeitas pelo modo de vida urbano.

O consumo globalizado pode ser um dos indicadores da psicosfera da modernidade. Ele também pode ser uma das facetas capazes de revelar nuances da realidade socioespacial do recorte observado. A dimensão que o consumo tomou na sociedade e no espaço é certamente um indicador da modernidade atual, uma vez que deixa de ser isolada e hoje não é mais uma questão local, regional ou nacional, é portanto, uma questão mundial que abarca toda a sociedade terrestre. Nesse sentido, o fenômeno do consumo é mundial, sendo também um consumo globalizado já que grande parte das mercadorias hoje são produzidas, distribuídas, postas em circulação e consumidas no mundo todo.

A psicosfera é a principal “solda” do Seridó ao período da globalização. Aliás, como Kahil (2010, p. 478), coloca inspirada em Max Weber, “o espírito do capitalismo é justamente este conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribui para justificar esta ordem e a sustentá-la, legitimando os modos de ações e as disposições que são coerentes com ela”. Assim, o Seridó apenas está adequando-se ao espírito do capitalismo, à sua ordem do tempo-presente. Logo, a psicosfera comparece na preparação dos espíritos seridoenses para que entrem no mundo das modernizações do período atual. Dessa forma,

é sobretudo esse crescente consumo de informação que participa do alastramento de uma psicosfera modernizadora, impõe racionalidades mas também despertando ou fabricando um imaginário. Ambas, tecnosfera e psicosfera, formas de existência do meio técnico-científico-informacional,

condicionam os comportamentos e entretecem racionalidades e emoções convergentes e conflitantes (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 242-243).

Com já dito anteriormente, o Seridó dispõe de relativas condições técnicas para que as informações circulem no seu território, o que propicia sua interligação com o mundo. Circulam informações, segredos e densamente “informações ilusórias” que são entregues principalmente pelas televisões (CHESNEAUX, 1995, p. 179). A psicosfera, esse espírito do capitalismo que porta a racionalidade do tempo-presente, está ganhando densidade na região, conduzindo-a para uma maior integração à globalização.

Hoje, o conhecimento das novidades e modernizações do mundo chega mais rapidamente aos lugares “longínquos”, principalmente, através dos meios de comunicação televisivos, que atingem quase cem por cento dos domicílios brasileiros. Ou seja, esse dado quer dizer que praticamente todas as classes sociais passam a ter acesso a esse bem de consumo, que também é de estímulo ao consumo, produtor de escassez.

O modo de vida urbano da modernidade enquanto psicosfera permeou a “cabeça” do homem do Seridó, ocasionando fortes consequências para a região. Entre os efeitos verificados, um dos mais significativos pode ser percebido via geografia do consumo. A sociedade seridoense permaneceu durante grande parte de sua história realizando um tipo de consumo praticamente de subsistência, de autoconsumo, satisfeito quase por completo na própria região. Este tipo de consumo se explica pelo seu relativo isolamento em relação a outros mercados. Mas, com o processo de integração do território nacional que propiciou a interligação dos mercados internos, o consumo tende a mudar em todas as regiões do país. A acentuação da urbanização-industrialização força as mudanças de consumo principalmente depois dos anos cinquenta do século passado, fazendo com que esse processo se eleve na medida em que se aproxime da atualidade. O ingresso do país na globalização acentuará ainda mais essa tendência, incluindo a totalidade do território nacional. Assim, as portas ficam abertas para a efetivação do consumo globalizado. No tempo atual, não é só a produção que é global é, sobretudo, o consumo com a generalização da mercadoria. De maneira a corroborar tal situação, Ortigoza (2010, p. 24), coloca que “o mundo atual é o mundo da mercadoria. As mercadorias é que permitem novos fluxos, encontros e desencontros no cotidiano e no espaço. A troca passa a subordinar a si todos os momentos da vida”.

A difusão do consumo tem na cidade seu assentamento privilegiado, a vida urbana que se espalha na região é acompanhada por um tipo de consumo que foge ao de costume até então. É um consumo que não é gestado pelas necessidades imediatas da vida na própria região, mas elaborado externamente. Cada vez mais a publicidade e o marketing compõem os

custos produtivos, justamente porque é preciso criar necessidades na população, criar os consumidores para os produtos. Por isso, o período atual é o momento em que a generalização da mercadoria se intensifica, transformando quase tudo em valor de troca. Geralmente é na cidade onde as necessidades podem ser satisfeitas por abrigar o comércio e as prestações de serviços. Por isso, o terciário ganhar importância ímpar na contemporaneidade, mesmo nas pequenas cidades.

O espaço interno das cidades e as relações sociais sofrem modificações provocadas pelas modernizações. A feira, por exemplo, espaço tradicional de comércio na região, é um dos bons laboratórios para se observar e constatar as mudanças recentes. Ao conversar com algumas feirantes de mais idade, fica evidente em suas falas o quanto o consumo mudou nas décadas recentes. As mudanças verificadas são largas, abrangem desde as embalagens, os tipos de produtos até as relações de comércio. Verifica-se que o artesanal e os produtos *in natura* estão perdendo espaço para os produtos industrializados. Ocorre uma grande diversificação em produtos e de origens as mais distintas e longínquas. Se antes a feira disponibilizava mercadorias da própria região e das vizinhanças, agora eletrônicos e outras mercadorias de origem chinesa, por exemplo, estão fortemente presentes. Até a forma de acesso à feira recebeu grandes transformações. Antes, em volta da feira ou em alguns pontos determinados de suas adjacências, a paisagem ficava repleta de animais de transporte (cavalos, jumentos e burros), depois foi a vez das bicicletas e agora, são as motos que chamam atenção por sua presença nas cidades da região em dias de feira. Nessas cidades, principalmente nas menores, o dia da feira ainda é o ápice das complementaridades entre o campo e a cidade. É nesse dia que o homem do campo vem à cidade vender e/ou comprar os diferentes produtos; que as relações e os movimentos são intensos nas cidades, rompendo com a calma e estabelecendo o frenesi por meio do aumento da circulação de pedestres, carros, motos, produtos etc. É o dia também dos encontros, da realização de negócios, do aumento do consumo do lazer, da diversão e de outros serviços.

O comércio no Seridó em geral passou por mudanças que seguem as verificadas nas feiras da região, tanto em cidades maiores como Caicó – RN e Currais Novos – RN, quanto nas menores. A produção de necessidades, ou seja, o incentivo ao consumo globalizado, afeta a base produtiva local, sendo privilegiado a aquisição de mercadorias que escapam às tradições produtivas regional, mas atendem aos interesses hegemônicos próprios da globalização. Com isso, a tendência é de impactos que ocasionam mudanças. O setor varejista regional sente essas mudanças e passa a incorporar modernizações nos seus estabelecimentos.

O comércio de gêneros de primeiras necessidades, por exemplo, realizados em bodegas e mercearias, sofre grande redução numérica, mesmo nas menores cidades. Atualmente, é notório o fechamento daquelas bodegas e mercearias mais tradicionais ou então passarem por uma modernização que as descaracterizam enquanto testemunho do passado. Em seu lugar, surgem os mercadinhos e supermercados, esses bem maiores, mais organizados, equipados e sortidos, que procuram imitar o estilo dos grandes supermercados e hipermercados das grandes cidades, os templos modernos do consumo. Essas modernizações são estratégias, não só de quererem imitar esse modelo comercial, mas uma adequação local às exigências de uma clientela que têm seu padrão de consumo moldado numa escala nacional e até mesmo global, obrigando assim, que o comércio regional se adapte ao estilo requerido pela clientela. Visando oferecer uma aparência moderna e requintada, algumas lojas da região passam a adotar vitrines onde exibem seus lançamentos e promoções (ver Fotos 11).

Fotos 11 – Lojas com vitrines, Caicó – RN



Fonte: Cardoso Silva (2012)⁵⁴

O Seridó segue a tendência iniciada nos países desenvolvidos, tendência essa já verificada na década de 1960, por Pierre George, em que os gêneros alimentícios passam cada vez mais a perder participação no orçamento familiar, na medida em que cresce a participação de produtos de higiene pessoal, de limpeza doméstica e de serviços ligados ao embelezamento e ao lazer (GEORGE, 1971). Mais recentemente, Cachinho (1999), em estudo sobre o consumo nas décadas de 1980/1990 em 17 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), também verificou a diminuição proporcional do consumo familiar para produtos alimentares, bebidas e tabaco em todos os países pesquisados, entre os anos de 1980 e 1992. A maior oferta de outros produtos não alimentares e serviços

⁵⁴ Disponível em: www.cardososilva.com.br

junto com os apelos e as necessidades criadas faz com que esses produtos e serviços crescessem sua participação no consumo familiar. Isso pode ser observado também no Seridó.

Ao buscar entender os hábitos alimentares dos seridoenses, observou-se que as culturas tradicionais (feijão, milho, batata, mandioca etc), produzidas na própria região, eram a base de sustentação alimentar. Porém, com o advento das transformações regionais recentes, uma nova geografia do consumo perfila a região, abrindo espaço para necessidades de consumo que não condiz com as tradições regionais/locais, mas que atendem aos interesses hegemônicos próprios da globalização, com suas grandes redes de firmas globais oferecendo as novidades do consumo, logo, implementando a mundialização do sistema alimentar. Os alimentos podem até serem os mesmos, mas eles geralmente antes de chegarem à mesa do seridoense passam por algum processamento industrial. Segundo as análises de Elias (2003, p. 193) “os hábitos alimentares são traços culturais normalmente bastante arraigados, representando importantes entraves à mundialização do sistema alimentar, o que influenciou no desenvolvimento de modernas técnicas de *marketing* direcionadas a vencer tais dificuldades, servindo para viabilização das condições fundamentais para concretizar tal sistema”. O que se verifica é o desarraigamento crescente dos hábitos alimentares regional, na medida em que o consumo de alimentos processados industrialmente e que fazem parte da cadeia mundializada do sistema alimentar penetra e chega à mesa da sociedade dessa região em estudo.

No que diz respeito à produção agrícola de subsistência, é crescente a sua conversão em mercadoria, em valor de troca. Aquelos produtos alimentares cultivados localmente (como o feijão e o milho), antes eram armazenados para serem consumidos ao longo do ano pela família, agora, logo após a colheita, são, geralmente, destinados ao mercado a fim de adquirir dinheiro para inserir-se no “fascínio do consumo”, do consumo globalizado. Essas novas práticas são exemplares dos valores verticais que recortam a região e impactam nas horizontalidades, modificando as solidariedades prévias da região.

Com os imperativos do período em voga, as relações sociais no campo do comércio não ficam cristalizadas diante das mudanças promovidas pelas modernizações, apesar das resistências, a tendência modernizadora persiste. Para demonstrar essas mudanças, podem-se citar as relações entre os varejistas e sua clientela. Antes, no comércio local, nas vendas realizadas a prazo, prevalecia a confiança sem ser requerida a intermediação de cartões de crédito, cheques, notas promissória etc. As compras eram feitas e o comerciante tomava nota em cadernos e cadernetas o nome e a dívida do cliente para que só depois, de acordo com as possibilidades financeiras, o pagamento fosse realizado. Essas são relações de crença na

probidade moral, advindas de um tempo em que a palavra e a honra valiam mais que qualquer cartão de crédito ou similar. A tendência atual é a substituição da relação próxima e de confiança pela garantia antecipada do cartão de crédito. São vários estabelecimentos da região, mesmo de pequeno porte, que já adotam o cartão de crédito de diferentes bandeiras (Visa, Hipercard, Mastercard e outras). Assim, por meio do crédito via cartões, o sistema financeiro nacional e internacional faz-se presente no uso do território de todas as cidades do Seridó, rompendo gradativamente com práticas de um período passado que agoniza para sobreviver diante da forte força imperiosa do período atual que, por sua lógica de funcionamento, quer se impor a qualquer preço a todos os lugares, provocando “a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da econimização da vida social” (SANTOS, 1998, p. 123). Dessa forma,

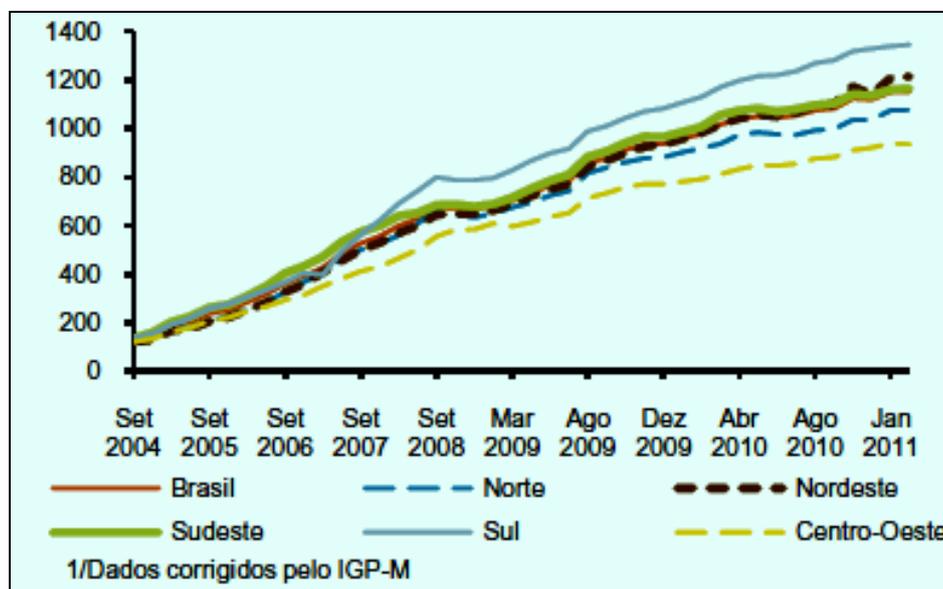
sabemos todos que a finança é um grande denominador comum, num mundo em que os bancos, tornados globais, incorporam e unificam a mais-valia, a partir de suas mais diversas manifestações, e independentemente do seu nível. Todos os tipos de lucro e de perdas são processados pelo sistema financeiro. Cabe-lhe recolher, qualificar e classificar tudo o que é financeiro, segundo sua própria interpretação da lei do valor e, afinal, através de reinversões, realocar o produto ao seu talante. Pela sua ação, os bancos são, hoje, um importante fator geográfico, graças à sua intervenção sobre a divisão do trabalho. (SANTOS, 2002b, p. 133).

É assim que a financeirização, esse imperativo da globalização perversa, passa gradativamente a reinar no Seridó. Ela está presente, direta ou indiretamente, na vida dos seridoenses, principalmente através do crédito, resultando num dreno para os centros hegemônicos do capital, via juros e lucros, da pouca renda regional. A cada dia, crescem assustadoramente negócios relacionados às finanças em todos os municípios da região. São vários estabelecimentos que oferecem financiamentos, empréstimos e venda com cartão de crédito e crediários.

No Brasil, a financeirização é crescente com o aumento do crédito. Ultimamente tem crescido muito rápido em todas as regiões, por exemplo, os empréstimos consignados, como podem ser observados no Gráfico 11. Embora não dispondo de dados microrregionais desses empréstimos, por meio de conversas e observações no Seridó, é possível afirmar que esses empréstimos consignados também vêm crescendo rapidamente e reforçando a saída das rendas seridoense. As necessidades produzidas faz com que as pessoas, no anseio do consumo, antecipem suas aposentadorias e salários por meio de empréstimo para que assim satisfaçam a efêmera vontade de consumir. Em termos da utilização do empréstimo, chama

atenção a quantidade destinada para aquisição de motocicletas, aumentando a frota dessas na região, o que é visível em todo Seridó.

Gráfico 11 – Crescimento real do crédito consignado, Brasil e Regiões



Nota: Índice mar/2004=100

Fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil (abr. 2011).

Como no Brasil os automóveis e as motocicletas particulares passam a simbolizar status social, há a busca constante para adquiri-los, mesmo nas camadas mais pobres. Vale acrescentar que “o automóvel ajudou a consolidar a ideologia da sociedade do consumo e a difundir uma nova imagem social, transcendendo o nível da utilidade prática” (ELIAS, 2003, p. 213). Além do mais, propagandas de lançamentos e as mais diversas facilidades no pagamento não faltam. Assim, o financiamento em várias prestações são postos à disposição de prováveis clientes para estimular o consumo desses veículos, mesmo por aqueles menos aquinhoados. É assim que a frota só faz aumentar em todo o país e no Seridó, como se ver na Tabela 13. Conforme pode ser observado, do ano 2005 a 2010 houve um grande aumento da frota de veículo, destacando-se então o Seridó, que tem um crescimento de sua frota acima da nacional e da estadual. Nessa região, em seu lado paraibano, o número de veículo mais que dobrou no período em análise, crescendo 113,07%. No lado potiguar, registra-se um aumento de quase o dobro da frota (99,03%). No quesito quantidade de veículo por habitante, o Seridó ainda está aquém da média nacional, e no caso dessa região, na Paraíba esse quantitativo fica distante da média do próprio estado (Paraíba: 0,23; Seridó paraibano: 0,10). No Seridó potiguar, a quantidade de veículo por habitante supera a média estadual (Rio Grande do Norte: 0,23; Seridó potiguar: 0,26). Assim, fica claro por meio dos dados expostos na Tabela

13, o quanto o consumo de veículo está acelerado na região em apreço. Dado o potencial consumista, a região conta com lojas concessionárias de carros novos e usados em cidades como Caicó – RN e Currais Novos – RN e de motocicletas em cidades como Picuí – PB e Santa Luzia – PB.

Cabe um adendo no que diz respeito aos números referentes à frota veicular porque mesmo estando atuais, estes não correspondem à realidade regional, pois a frota veicular torna-se bem maior se incluso os veículos ilegais que não aparecem nas estatísticas. Principalmente nas cidades menores e na zona rural, onde a fiscalização, por parte do Estado, é rara, e a quantidade de carros e motos que circulam em situação irregular é grande.

Tabela 13 – Frota de veículos 2005/2010

País/Estado/Região	Frota de Veículo/Ano		Crescimento (%)	Veículo por habitante em 2010
	2005	2010		
Brasil	42.071.961	64.817.974	54,06	0,34
Paraíba	379.446	698.556	84,10	0,19
Rio Grande do Norte	408.867	731.263	78,85	0,23
Seridó Paraibano	5.163	11.001	113,07	0,10
Seridó Potiguar	28.343	56.411	99,03	0,26

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN (2011), Sistema Nacional de Registro de Veículos/RENAVAM; IBGE (2011), Sinopse do Censo Demográfico 2010.

A realidade do crédito para aquisição de veículos é extensiva para todos os tipos de consumo. Nesse contexto, a interpretação de Santos e Silveira (2003, p. 195) sobre a financeirização da sociedade e do território é bastante pertinente, pois

novos instrumentos financeiros são incorporados ao território na forma de depósitos e de créditos ao consumo. A sociedade é chamada a consumir produtos financeiros, como poupanças de diversas espécies e mercadorias adquiridas com dinheiro antecipado. Com isso o sistema financeiro ganha duas vezes, pois dispõe de um dinheiro social nos bancos e lucra emprestando, como próprio, esse dinheiro social para o consumo.

As finanças ilustram bem a integração (marginal) da região do Seridó no sistema financeiro internacional e obviamente no período da globalização. Como bem afirma Silveira (2005, p. 165), “ao contrário da produção, que é seletiva nas escolhas dos lugares, a finança se interessa, direta ou indiretamente, pela totalidade do território vivente”. É assim que, “por intermédio da comunicação e do consumo, este período afeta toda a humanidade e toda a

superfície da terra”. (SANTOS, 1972, p. 257). Portanto, não há espaço habitado que escape ao período, por isso dele ser global.

Para facilitar a financeirização da sociedade e do território no Seridó, não falta, como apresentado, a presença de fixos dos representantes da rede bancária. Os bancos, em algumas cidades de maior centralidade na região, servem para intermediar as finanças dessa região com o mundo via infovias, conectando esse lugar a rede do sistema financeiro internacional. A busca do sistema financeiro em chegar a todos os lugares, em ser de fato um sistema universalizado, tem haver com o estágio recente do capitalismo, uma vez que “a mais-valia não se realiza mais onde é produzida. Ela se reparte à escala mundial em função da estratégia das potências econômicas, financeiras e políticas. A produção, a realização e a repartição da mais-valia concernem, assim, ao espaço planetário como um todo” (LEFEBVRE, 2008, p. 158).

É por meio do interesse de algumas atividades, e o sistema financeiro é um exemplo, que o meio técnico-científico-informacional é induzido a se fazer presente no território, sendo, portanto, condição de realização dos empreendimentos mais modernos. Por esse motivo, esse meio geográfico da globalização pontualmente vai se adensando no território e diminuindo sua obsolescência. Dessa maneira, a opacidade da região começa a apresentar alguns pontos luminosos que emitem os sinais das modernizações já presentes no lugar.

É assim que verticalidades chegam à região por meio de ordens e eventos, reclamando respostas locais precisas. No entanto, nem sempre os lugares do fazer respondem a contento aos lugares do mandar. Ocorre que, inevitavelmente, verticalidades originalmente precisas em suas finalidades, ao se depararem com o lugar, sofrem, em certo grau, distorções que resultam em contra-finalidades. Também é verdade afirmar que elas são condutoras de alguma desordem ao recortarem a região, ou seja, elas impactam nas horizontalidades, desestabilizando não raro, as solidariedades prévias em função de racionalidades organizacionais e egoísticas (a exemplo da financeirização no comércio seridoense, como visto). Em função disso, a globalização atual é considerada, contraditoriamente, como um processo portador da fragmentação de territórios e de laços sociais.

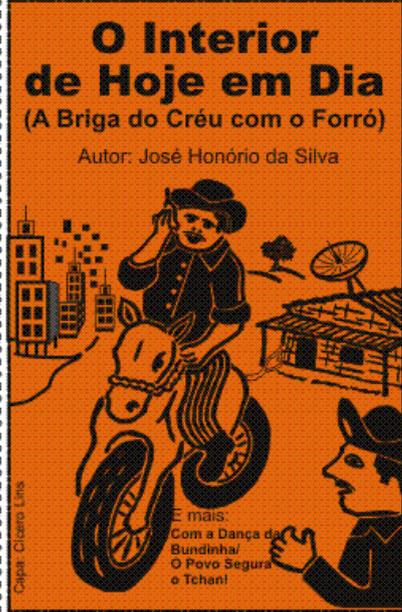
Mesmo que na escala nacional a região do Seridó não seja vista pela sua luminosidade, essa condição não impede que as modernizações do período, guardando suas proporções e particularidades, não se façam presente na tecnoesfera e na psicoesfera regional. A região do Seridó acompanha o período, o que lhe diferencia é o acolhimento dos eventos,

que por meio de escolhas e de seletividades, de ações internas e externas, resultam na própria composição técnica-organizacional definidora da região, do seu espaço-tempo do presente.

Pelo o exposto, percebe-se que modernizações estão acontecendo no Seridó, tanto no sistema de objetos quanto no sistema de ações, porém, a região não é só o novo, ela é o novo e o velho inexoravelmente. As mudanças e as permanências desse contexto estão no espaço e nas relações sociais, no cotidiano, nos hábitos e nos costumes. A percepção desse “novo tempo” e do “velho” é vista, inclusive por poetas populares, artistas que são sensíveis às mudanças. Nesse sentido, Santos (2001, p. 145), coloca que “os símbolos de ‘baixo’, produtos da cultura popular, são portadores da verdade da existência e reveladores do próprio movimento da sociedade”. O Quadro 1 que segue, é justamente a síntese da percepção do ambiente de tradição mesclado com modernizações, ou seja, pode-se dizer, é o Seridó de hoje. O velho/novo na percepção do poeta popular José Honorário da Silva conformaria uma realidade em que “no lugar onde eu resido/Fechadura inda é tramela/Não é tão evoluído/Mas já se assiste novela/E também telejornal [...]. E por lá tem parabólica/Que leva o mundo até nós. [...] Vaqueiro veste gibão/Com roupa que vem da China/Padeiro fabrica o pão/Com trigo da Argentina”.

Enfim, o Seridó já conta em seu território com a presença de alguns traços da tecnoesfera e da psicoesfera da modernidade. Essas recontam a região como verticalidades que se encontram com as horizontalidades do fazer local na funcionalização do território.

Quadro 1 – Tradição e modernizações da globalização no interior nordestino pela ótica do poeta popular

	<p>E por lá tem parabólica Que leva o mundo até nós E tem a turma católica Tal qual a nossos avós Devota de Padim Ciço Quem não gosta muito disso É a Igreja Glacial Que não tolera romeiro Mistura fé com dinheiro E Jesus com capital.</p> <p>No Natal o mercantil Sufocou a cristandade Mas inda tem pastoril Em uma ou outra cidade Ainda se vê reisado Ou algum presépio armado Lembro que o Menino É o motivo da festa Isso é coisa que ainda resta No natal do nordestino.</p>	<p>Vaqueiro veste gibão Com roupa que vem da China Padeiro fabrica o pão Com trigo da Argentina Interior não se isola Escuta o som da viola O verso do cordelista O forró de pé-de-bode Mas também axé, pagode E até fanque entra na lista.</p> <p>Tem muita festa animada Com os herdeiros do rei Porém parte da moçada Só quer o som do djdjei (DJ) Lampião inda é herói Pois foi o nosso caubói Embora rei dos bandidos Hoje herói tem de montão Nesses filmes do Japão Ou dos Estados Unidos.</p>
<p>No lugar onde eu resido Fechadura inda é tramela Não é tão evoluído Mas já se assiste novela E também telejornal Já se mistura nescau Com o puro leite de vaca Lá se come sanduíche E se diz oxente e vixe E se enfia o pé na jaca.</p>	<p>Ouve-se a trova brejeira Do grande Chico Pedrosa E se dança a noite inteira Com a Gatinha Manhosa Mastigo cravo e chiclete E essa tal de internet Pra mim não é novidade Que espanto não lhe cause Mas sempre vou na lanrause Quando visito a cidade.</p>	<p>O tigrão e a lacraia Do jeito que vêm se vão E duvido alguém dar vaia Pras músicas de Gonzagão Pode até não se gostar Mas se sabe respeitar Reconhecer o valor Que venham Jamil, Chiclete A Cláudia Leite, a Ivete Venha lá seja quem for.</p>
<p>Zona não existe mais Acabaram os cabarés O serviço hoje se faz Lá nos quartos dos motéis Que ficam na rodovia Se prestam pra putaria E pro namoro em segredo Quem não tem o “faz-me-rir” Só resta se “divertir” No matagal e lajedo.</p>	<p>Crianças vão à escola Menos no tempo de inverno Pois até trator se atola E pra passar é um inferno Já para a agricultura É uma beleza pura De verde o campo se cobre Plantio de rico se irriga Mas a seca inda castiga A roça do homem pobre.</p>	<p>Até Mulher Melancia Vindo virada no créu Mostrando a lapa da jia Não derruba Maciel Nem Petrúcio, nem Santana E pá de gente bacana Do forró de pé-de-serra Que vá praquele lugar A calcinha, o caviar Que o forró vence essa guerra.</p>
<p>Moleque lá faz mandado Temendo o cuspe no chão Mas celular é usado E de última geração Muitos costumes mudaram Pra melhor ou pioraram Mãe solteira hoje é normal Ninguém mais se escandaliza Com o que o povo realiza No plano sexual.</p>	<p>Inda se tange boiada Em um cavalo montado Porém a moto é usada Também pra cuidar do gado Pro trampo botina calço Pro lazer um Naique falso Nos meus pés eu logo enfio Se agarro uma gatinha Já uso até camisinha Pois na sorte eu não confio.</p>	

Fonte: www.josehonorio.com.br

9 SERIDÓ: GEOGRAFIAS LETÁRGICAS E GEOGRAFIAS LUMINOSAS

Além de ser uma condição para a realização da história pela ação do homem construindo sua geografia, “o espaço é ainda”, como colocam Morais e Costa (1999, p. 133), “o depositário universal da história”. É nele, ainda conforme os autores, que “se acumulam trabalhos dos tempos mais remotos, num permanente ciclo de criação, reposição e transformação de objetos sobre sua superfície. O espaço apresenta, assim, a sobreposição dos resultados dos processos naturais e sociais que coexistem na contemporaneidade” (1999, p. 133). Por essa razão, a atual feição do Seridó é a expressão do acúmulo de tempos que se sucedem em sistemas temporais ao longo da história, mas que coexistem na realidade contemporânea através de sua materialização no espaço, esse que é sempre a síntese. Por esse motivo, a região acumula dialeticamente o velho e o novo, tanto do ponto de vista técnico quanto das ações. É esse amálgama que traduz sua forma-conteúdo, esse encontro do passado com o presente que é o assento onde se faz constantemente o futuro. A forma-conteúdo regional é então essa encruzilhada de tempos, vistas por meio da coabitação inseparável entre objetos técnicos, ações e normas, todos de idades variadas e que têm no espaço o ponto de união.

É por meio da região ou do lugar que a globalização torna-se concretude, empiriciza-se. É com o processo de empiricização que se pode conhecer a globalização presente nos lugares. A região e o lugar revelam as particularidades da globalização, como ela se faz em cada quinhão territorial ao tempo em que também mostra a situação, a funcionalidade e a posição dessa concretude no contexto do sistema global. Assim, há regiões e lugares que assumem uma posição de destaque nesse funcionamento enquanto outras não, numa definição de papéis que é dada pela divisão territorial do trabalho. Logo, resultam *geografias luminosas* e *geografias letárgicas*, para usar a expressão de Silveira (1999). Segundo essa autora,

num mundo onde os movimentos são mais numerosos e complexos, sua funcionalização nos lugares é acompanhada por uma espessura maior dos eventos, revelada em um novo mapa de densidades técnicas, informacionais e normativas. Esse movimento é desigual. Testemunhamos, assim, uma nova constituição do território à qual estamos chamando *geografia luminosa* e *geografia letárgica*. (SILVEIRA, 1999, p. 414, itálico no original).

A revelação dessa geografia luminosa e dessa geografia letárgica terá sempre contornos perceptíveis de acordo com a escala de observação. Na escala nacional, sem sombra de dúvida, o Seridó é uma região posicionada como opaca, letárgica. Mas, ao fechar o foco e

trazer a escala de observação para a própria região, ver-se então que é possível entrever essas geografias internas a ela. Ao tempo que se verificam partes da região ainda muito presas ao passado, outras estão mais alinhadas ao tempo-presente. Essa diferenciação se dá, inclusive, até mesmo no interior de cada cidade, como constatou Faria (2010), em estudo recente sobre a cidade de Caicó – RN. Nesse estudo, o autor cartografou as áreas letárgicas, as intermediárias e as luminosas do espaço urbano caicoense.

Portanto, a região é sempre um amálgama cuja complexidade se revela por ser composta pelo novo, mas também pelo velho, por obsolescência e por modernizações, tendo em funcionamento divisões territoriais do trabalho pretéritas juntamente com novas. Assim é o Seridó.

Mas, afirmar que o Seridó enquadra-se em uma geografia letárgica não equivale a dizer que a globalização nele não esteja presente, nem tampouco que a região também não faça parte da globalização. Pelo contrário, a globalização, enquanto período histórico, está na região da mesma forma que o Seridó está na globalização. O todo está na parte da mesma forma que a parte está no todo, indivisivelmente e, portanto, numa relação dialética. Seria o caso então de afirmar que “não distinguiríamos entre unidade e diversidade se não soubéssemos que a unidade é o próprio do planeta e da história e a diversidade é o próprio dos lugares. Muda o mundo, e, ao mesmo tempo, mudam os lugares”. (SANTOS, 1996, p. 35). Essa dialética, aliás, tem sido a aposta aqui escolhida para explicar a região do Seridó à luz do presente.

Quando aqui se fala de presente não se está querendo dizer presente sem passado, já que o presente tem sempre o passado no presente e é por meio desse passado-presente que se constrói o futuro, essa latência sempre inacabada. Seguindo essa ideia, observa-se que a situação econômica atual do Seridó ainda é presa em grande parte ao passado produtivo e as suas relações de produção que estão cristalizadas na tradição como norma. Por conseguinte, fala-se em passado-presente, ou seja, as atividades tradicionais, embora que com menor força, continuam funcionalizando o território regional ao lado de atividades novas ou renovadas sob o ritmo da divisão territorial do trabalho contemporânea.

Na situação atual, então, a região do Seridó está vivendo um momento de transição rumo a uma globalização mais completa, tendo seu território refuncionalizado com ritmos diferentes, aparecendo vantagens e desvantagens, racionalidades e contra-racionalidades.

9.1 Descompassos e Virtualidades do território seridoense

Após a transição da população rural para a urbana (no Seridó potiguar nos anos 1970 e no Seridó paraibano só nos anos 1990), a cidade começa a adquirir mais importância em relação ao campo, abrindo espaço para que o terciário cresça e ganhe importância regional. Com o alargamento dos serviços, cidades maiores como Caicó – RN e Curras Novos – RN assumem novos papéis e importância regional no Seridó. Secundariamente, Picuí – PB, Santa Luzia – PB e Juazeirinho – PB também vêm exercendo essa primazia regional do lado paraibano. São cidades que oferecem serviços mais diversificados e especializados referentes à educação, à saúde, à informática, à área jurídica e contábil, à mecânica, à comercial etc. Enquanto isso, o campo torna-se cada vez mais “desabitado”, perdendo a excelência econômica de outrora.

A superioridade demográfica do urbano sobre o rural na região do Seridó resultou num rearranjo espacial, com virtualidades e limitações. Nesse sentido,

[...] novos espaços foram ocupados, aumentando a demanda pelas chamadas necessidades básicas do indivíduo: trabalho, alimentação, habitação, vestuário, saúde e educação; pela ampliação da infraestrutura como saneamento básico, eletrificação, transportes, pavimentação e iluminação das ruas; e por postos de trabalho. O mercado de trabalho, insuficiente para absorver essa nova demanda, deu margem à proliferação do setor informal que adquire maior visibilidade através das barracas de camelôs existentes nos centros das principais cidades. Neste contexto, a base da economia passou a ser o terciário, com destaque para a prestação de serviços, segmento que mais cresceu nas últimas décadas. Faz mister ressaltar que a terciarização da economia regional apresenta um frágil suporte, considerando que a proliferação desse setor deu-se em termos de serviços distributivos (comércio, transportes e comunicações), com destaque para os pequenos negócios urbanos; serviços sociais (saúde, educação e administração pública), serviços pessoais (hotelaria, alimentação, higiene pessoal, cultura e diversão) e, em menor escala, de serviços produtivos (tecno-profissionais, de crédito, capitalização e comércio de imóveis). Dada a grande participação dos serviços públicos é possível inferir que parcela substancial da massa de capital circulante tem sua origem nos salários, pensões e aposentadorias pagos à população. Juntamente com o Fundo de Participação dos Municípios, essa massa salarial constitui, para muitos municípios, as fontes de renda com as quais se mantêm, precariamente. Interessante o registro de que, dentre as transferências de recursos que a população recebe, as de caráter privado interfamiliar, respondem por significativa parcela da renda regional. Infere-se, portanto, que essa nova economia não possui a capacidade de assegurar para a região o dinamismo que o tripé algodão/pecuária/mineração produziu, tão somente respondendo por formas de sobrevivência em precárias condições de vida (MORAIS, 2006, p. 88).

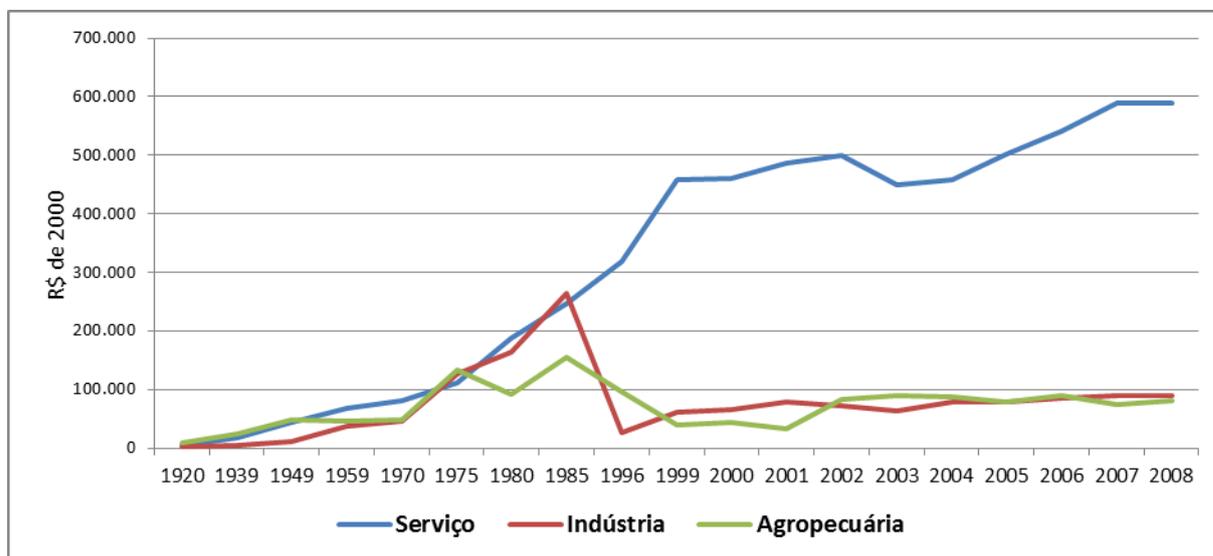
Como se pode entrever pela citação acima, a região do Seridó está desenhando outras funcionalidades, muito embora, como destacou Ione Moraes, essas ainda não são capazes de alcançar o dinamismo econômico da funcionalização de outrora. O certo é que um novo perfil regional está se constituindo, está germinando sobre os escombros de uma composição técnica-organizacional que não corresponde à divisão territorial do trabalho atual. As análises de Moraes são extraídas do Seridó potiguar, mas têm validade explicativa extensiva ao Seridó paraibano, mesmo que esse esteja num ritmo um pouco mais lento rumo às transformações em curso, como se verá.

Essas são mudanças regionais que se alinham muito bem com as propensões vindas do período da globalização e com os delineamentos da constituição do meio técnico-científico-informacional no Brasil. Aliás, as mudanças regionais são decorrentes das modernizações constitutivas do novo meio geográfico, sendo essas a condição para a efetivação do período no território nacional.

Como já destacado, o processo de urbanização regional foi acompanhado pela terciarização enquanto o setor primário perdeu importância. Esse comportamento pode ser melhor observado visualizando-se o Gráfico 12. Esse gráfico reúne a evolução do Produto Interno Bruto Municipal (PIB-M) da região do Seridó, desde 1920 até 2008. Nele percebe-se que desde a década de 1970, os serviços começam a despontar como o setor em ascensão acentuada em relação à indústria e à agropecuária. Em 1970, os serviços representavam 46% do PIB-M da região, e já em 2008, esse setor atinge 77%. Esse percentual regional está acima da média verificada na Paraíba (73%), no Rio Grande do Norte (70%) e no Brasil (66%). Nesse mesmo período (1970/2008), a indústria e a agropecuária têm suas participações reduzidas, ambas de 27% caem, em 2008, para 12% e 11%, respectivamente. Outro dado que pode ser acrescentado para mostrar a situação atual do terciário no Seridó é o número de empresas e outras organizações constituídas. Em 2009, no Seridó potiguar, 82,76% das empresas constituídas são do setor de serviços, 16,74% da indústria e apenas 0,5% da agropecuária. No Seridó paraibano, no mesmo ano, 91,86% das empresas e organizações se enquadram no setor de serviços, 5,43% na indústria e o restante (2,71%) na agropecuária. Em termos de quantidade e de diversidade, os centros regionais Caicó – RN e Currais Novos – RN se destacam, como também Parelhas – RN. Já Santa Luzia – PB, Juazeirinho – PB e Picuí – PB sobressaem-se no Seridó paraibano, não tanto pela diversidade e sim, pela quantidade em relação à região na Paraíba. Nos Apêndice E e F, pode-se melhor analisar os detalhes da

distribuição e da diversidade das empresas e organizações em todos os municípios da região Seridó.

Gráfico 12 – Produto Interno Bruto Municipal do Seridó 1920-2008 (R\$ de 2000)



Fonte: IBGE apud Ipeadata (2011).

Nota: Valor adicionado – preços básicos (R\$ de 2000).

Por meio dos dados apreciados e através de observações em campo, percebe-se que o consumo consumptivo é superior ao consumo produtivo, identificado como uma das consequências da economia regional ainda não ter se recuperado da crise e por não ter um setor produtivo forte. No Seridó paraibano, a questão é mais acentuada porque não apresenta a mesma dinâmica econômica verificada no Seridó potiguar. Por meio de todos os dados até agora apresentados e de outros disponíveis em banco de dados que foram consultados, constatou-se a maior estagnação do Seridó paraibano em comparação ao Seridó potiguar. Somente no setor da indústria mineral é que a região paraibana acompanha a dinâmica da região potiguar.

Sob o ângulo do desempenho econômico e da renda, a *Política Nacional de Desenvolvimento Regional* traçou uma tipologia das microrregiões brasileira, levando em conta as variáveis: rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB *per capita* para a década de 1990. O resultado desse cruzamento foi uma tipologia de quatro grupos microrregionais diferentes: as de alta renda; as dinâmicas; as estagnadas e, por fim, as de baixa renda. Segundo essa classificação, as microrregiões do Seridó ocidental paraibano e potiguar estariam numa situação de estagnação, ou seja, com rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico. No caso da microrregião do Seridó oriental

paraibano, ela está classificada como de baixa renda, isto é, com baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo, a pior situação entre todas. A microrregião do Seridó oriental potiguar, por sua vez, está entre todas, na melhor posição, classificada como dinâmica, o que significa rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica significativa (BRASIL, 2003). Os dados que serviram de base para a elaboração dessa tipologia já estão defasados, mas possibilitam perceber a crise regional naquele momento, além de revelar a desigualdade em termos de dinâmica econômica interna, mostrando que o Seridó paraibano apresentava uma situação bastante desfavorável em relação ao Seridó potiguar.

Em função da fragilidade produtiva, muitas municipalidades da região têm sua economia movimentada, em grande parte, pela circulação de dinheiro oriundo da administração pública e das aposentadorias. Portanto, uma das maneiras de se verificar a dinâmica econômica regional é por meio do que representa a administração pública e a seguridade social na formação do Produto Interno Bruto dos Municípios (PIB-M).

No caso da dinâmica econômica mais recente, ao se observar a composição do PIB-M para o ano de 2009, fica claro que há uma diferença interna em relação à dependência regional no que se refere ao peso da administração pública e da seguridade social em sua economia (ver Tabela 14). No Seridó potiguar, a participação da administração pública e da seguridade social na composição do PIB-M é de 36,16% (contra 28,43% do seu Estado e 16,33% do Brasil). No caso do Seridó paraibano, esses setores chegam a representar 56,31% do seu PIB-M (na Paraíba a média é de 31,27%). O grau de dependência do Seridó paraibano é cerca de 20% maior que o Seridó potiguar, mostrando o hiato entre as duas regiões.

Tabela 14 – Participação do Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes da Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social no Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes Total (percentual/PIB), 1999-2009

Brasil, Unidade da Federação e Região	Percentual do PIB Municipal										
	Ano										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	15,25	14,93	15,52	15,53	15,11	14,67	15,05	15,31	15,46	15,77	16,33
Rio Grande do Norte	27,67	25,69	27,97	26,47	26,13	25,29	25,88	25,82	27,49	27,67	28,43
Seridó Potiguar	37,01	35,21	37,00	34,29	34,12	31,98	34,33	33,91	36,54	38,38	36,16
Paraíba	29,88	28,64	28,77	28,43	28,32	29,93	31,30	30,64	30,60	31,32	31,27
Seridó Paraibano	52,63	50,76	49,13	50,04	54,71	55,17	57,74	55,03	54,82	56,09	56,31

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Produto Interno Bruto dos Municípios, IBGE (2011a).

Esse grau de dependência revela que na parte paraibana da região, a dinâmica econômica dos municípios é baixa, tendo apenas Santa Luzia – PB que fica um pouco abaixo

dos 50% de dependência (48,87%). Ainda do lado paraibano da região, há municípios com alto grau de dependência como Salgadinho – PB (67,26%), Baraúna – PB (62,47%), Seridó – PB (65,44%) e Tenório – PB (61,67%) (ver Apêndice G).

Os dados ainda revelam que no decênio 1999-2009, o Seridó paraibano aumentou sua dependência do PIB-M quanto aos setores de administração pública e de seguridade social, saindo de 52,63% em 1999 para 56,31% em 2009. Por sua vez, o Seridó potiguar, no mesmo período, comportou-se com leve diminuição, passando de 37,01% para 36,16% de dependência. No Seridó do Rio Grande do Norte, a dinâmica da dependência municipal na composição do PIB-M para os setores de administração pública e de seguridade social é bem menor em relação à região paraibana quando observada também a situação de cada municipalidade. Só os municípios de Ipueira – RN (55,74%), Timbaúba dos Batistas – RN (50,34%), Carnaúba dos Dantas – RN (52,25%) e Santana do Seridó – RN (53,15%) atingem grau de dependência um pouco superior a 50%. Os demais municípios estão abaixo, destacando-se com menor dependência Currais Novos – RN (32,94%) e Caicó – RN (27,63%), esta, estando inclusive abaixo da média do seu Estado (ver Tabela 13 e Apêndice H). É perceptível também nos Apêndice G e Apêndice H que as microrregiões do Seridó Oriental paraibano e potiguar são as que têm maior participação do setor da administração pública e da seguridade social na composição PIB-M, ou seja, sobre esse ponto de vista há uma desigualdade interna.

Com a quebra da base funcional nos moldes tradicionais da região (pecuária, cotonicultura e mineração) aumenta a obsolescência dos objetos técnicos e da organização produtiva. As tentativas regionais que buscam despertar da letargia não partem unicamente de situações negativas, mas de potencialidades que são a própria formação territorial como herança. O Seridó conta com virtualidades territoriais que podem ganhar colocação na divisão territorial do trabalho nacional e internacional. Algumas dessas potencialidades já começam a encontrar oportunidades de serem funcionalizadas.

Recentemente, o Governo Federal, por meio do “Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO”, em seu diagnóstico sobre a Mesorregião do Seridó (essa regionalização extrapola os limites do Seridó aqui estudado)⁵⁵, identificou diversas

⁵⁵ Segundo o Ministério da Integração Nacional a Mesorregião do Seridó abrange um total de 54 municípios, sendo 28 no estado do Rio Grande do Norte e 26 no estado da Paraíba. Abrange uma área de aproximadamente 21.050,49 Km² com uma população de 552.974 habitantes. Localizada em pleno interior do Nordeste Semiárido, região caracterizada pela escassez e instabilidade das chuvas, altas temperaturas, baixa umidade e solos de baixa fertilidade (salvo os escassos aluviões), a Mesorregião do Seridó tem como uma de suas principais características o bioma da caatinga. Seus solos são pedregosos e exibem grande potencial de minério. No que se refere à

potencialidades que podem ser estruturadas para promover a melhoria de suas condições socioeconômicas. São elas:

- a) a presença de bacias leiteiras na região e o desenvolvimento da indústria de laticínios;
- b) o dinamismo e diversidade da base econômica urbana local, demonstrada pela presença de inúmeras pequenas empresas de segmentos da indústria e de serviços;
- c) a presença de importante riqueza mineral;
- d) potencial para a expansão de diversas atividades como a ovino-caprinocultura, a piscicultura, a fruticultura, o turismo e o artesanato;
- e) a existência de uma boa base inicial de cooperativas e associações.

Veja que o diagnóstico encontra potencial da base funcional precedente, mais também identifica novas potencialidades. Efetivamente essas potencialidades já estão sendo aproveitadas no funcionamento do território regional, entre elas algumas já se destacam como é o caso da indústria de fabricação de boné. A indústria de bonelaria do Seridó concentra 80 empresas do ramo, sendo 67 em Caicó – RN, 13 em Serra Negra do Norte – RN e (01) uma em São José do Seridó – RN. Juntas, elas são responsáveis por cerca de três mil empregos diretos e indiretos (TRIBUNA DO NORTE, 2010). As bonelarias vendem sua produção principalmente para empresas de brindes, tanto do Rio Grande do Norte como de outros Estados como Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Santa Catarina.

Já o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Seridó do Rio Grande do Norte, aponta que

no Seridó de hoje, o que é dinâmico está referido a **atividades urbanas**, tanto em espaços urbanos como em espaços rurais. Nas áreas urbanas, o dinamismo está ligado à indústria, ao comércio e aos serviços, enquanto nas áreas rurais, são dinâmicas as atividades ligadas ao agronegócio. Assim, **o que é dinâmico são atividades urbanas em áreas urbanas e atividades urbanas em áreas rurais.** (IICA; RIO GRANDE DO NORTE; SEPLAN, 2000, p. 44, grifos nossos).

economia da Mesorregião, ressalta-se que o binômio gado-algodão representou um marco na organização do espaço agrário seridoense até o fim da primeira metade do século XX. As atividades humanas que se desenvolvem até hoje no Seridó estão ligadas à pecuária extensiva, à agricultura de sequeiro, com culturas e técnicas inadequadas, à indústria extrativista da cerâmica e à mineração. O padrão de desenvolvimento observado na região apresenta fortes traços de insustentabilidade. Quanto ao meio ambiente, práticas e costumes inadequados de exploração dos recursos naturais degradam a natureza, destruindo o solo, eliminando a cobertura vegetal nativa, assoreando os reservatórios de água e acentuando o processo de desertificação na região. Os municípios que forma a mesorregião do Seridó são: na Paraíba: Arara, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Cubati, Cuité, Damião, Frei Martinho, Juazeirinho, Junco do Seridó, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivados, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Remígio, Salgadinho, Santa Luzia, São José do Sabugi, São Mamede, Seridó, Soledade, Sossego, Tenório e Várzea. No Rio Grande do Norte: Acari, Augusto Severo, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Cora, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana dos Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Tomé, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz, Timbaúba dos Batistas e Triunfo Potiguar.

O diagnóstico acima já aponta a mudança pela qual passou a região no sentido de identificar a força que o urbano vem assumindo recentemente. O mundo rural tradicional enquanto forma espacial precedente do período atual perde consideravelmente suas funções, embora suas formas permaneçam como heranças da divisão do trabalho anterior. Isso ocorre porque as exigências da divisão do trabalho atual são outras. Segundo Santos (1982, p. 42), “a todo momento se criam novas formas para responder a necessidades precisas e novas, ao mesmo tempo em que velhas formas mudam de função, dando lugar àquela nova geografia construída sobre velhos objetos de que falava Kant”.

Assim, as tentativas de soerguimento econômico do Seridó não desperdiçam as formas da herança socioespacial regional. Nesse sentido, um caso bastante ilustrativo é o da mineração, ou melhor, da Mina Brejuí, em Currais Novos – RN. Em mais uma situação de crise, em função do comportamento do mercado internacional de tungstênio, os empresários responsáveis pela mina resolveram investir no aproveitamento turístico das frentes de lavra desativadas e da história da mineração na região. A Mineração Tomaz Salustino S.A., dona da Mina Brejuí, criou o “Parque Temático Mina Brejuí”. Os passos para o turismo iniciaram-se em setembro de 2000, quando foi inaugurado o “Memorial Tomaz Salustino”, e em julho de 2006, o “Museu Mineral Mário Moacyr Porto”. Desde então, o número de visitantes tem crescido, anualmente, atingindo a marca de 53.600 pessoas até dezembro de 2010 (ver Fotos 12). A mina recebe visitantes do próprio Rio Grande do Norte e de outros Estados como a Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo, além de turistas de países como Holanda e Lituânia (MINERAÇÃO..., 2011).

Dessa forma, as cidades do Seridó que passaram a ser o espaço do consumo, agora buscam promover o consumo do espaço regional, principalmente via atividades turísticas. A Mina Brejuí, embora seja o caso mais organizado, não é o único de aproveitamento do território usado com a mineração para fins turísticos. Em outros municípios, apesar de não tão organizados, já recebem visitas turísticas como em Santa Luzia – PB, Picuí – PB e Pedra Lavrada – PB.

O turismo tem sido uma aposta funcional em todo Seridó, mas ainda está no estágio embrionário, sem organização e aproveitamento suficiente para repercutir na economia da região. A Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAE), junto com o Estado tem atuado para tentar melhor aproveitar o potencial identificado (arqueológico, gastronômico, eventos culturais e religiosos etc). A iniciativa mais organizada é o “Roteiro do

Seridó” que visa desenvolver o turismo em alguns municípios da região do Seridó potiguar⁵⁶ como: Acari – RN; Currais Novos – RN; Carnaúba dos Dantas – RN; Caicó – RN e Parelhas – RN. Além de contar com um sítio na internet, onde divulga os atrativos regionais e informa sobre a infraestrutura e os serviços disponíveis em cada cidade, nesse site são fornecidas, ainda, informações para os investidores que queiram aproveitar o potencial⁵⁷.

Fotos 12 – Turistas em visita à Mina Brejuí, Currais Novos – RN



Fonte: Mineração Tomaz Salustino S/A (2011).

Contudo, como se pode notar, o quadro econômico regional não é só desalento. Ao olhar a região mais de perto, percebe-se que a letargia provocada pela crise que foi acentuada nos 1980/1990 está sendo deixada para trás, principalmente no Seridó potiguar, que vem alcançando desempenho bem mais dinâmico que sua parte paraibana. Nessa linha, Araújo (2003), constata que “a sociedade seridoense enfrentou a crise e hoje pode dizer que vive numa região cuja economia encontra-se em franco processo de reestruturação”. Essa especialista aponta algumas atividades econômicas da região potiguar que se destacam na atualidade, citando algumas como:

- a) consolidação de uma das principais, senão a principal bacia leiteira do Estado, aproveitando a oportunidade aberta pelo apoio concedido pelo "Programa do Leite";
- b) ampliação e modernização da caprino-ovinocultura regional;
- c) o fortalecimento da agroindústria (sobretudo com derivados de produtos de origem animal) - em bases artesanais e modernas -, ao mesmo tempo em que expande-se a indústria em geral e se mantém o ritmo do comércio e dos serviços.

⁵⁶ O Roteiro Seridó é fruto da parceria do SEBRAE, Governo do Estado do Rio Grande do Norte, prefeituras e parceiros privados.

⁵⁷ Está posto a disposição dos interessados no setor o “Guia do Investidor – Roteiro Seridó”.

- d) a iniciativa local vem promovendo o desenvolvimento de pequenas e médias unidades manufactureiras, como padarias, indústrias de processamento de mandioca, couro, café, tintas, leite, entre outras;
- e) a indústria de cerâmica aparece com destaque especial⁵⁸;
- f) no segmento de confecções merece relevo a bonelaria que conquistou mercado dentro e fora do estado (empresas de grande porte e de marcas famosas subcontratam as pequenas unidades de produção da região para a fabricação de bonés);
- g) o artesanato, constituído principalmente de bordados, rendas, além do artesanato em fibras vegetais, cerâmicas decorativas e produtos alimentares. Dentre eles, os mais conhecidos - os bordados de Caicó - fabricados, na maior parte, em Timbaúba dos Batistas – RN, tornaram-se famosos dentro e fora do estado, sendo encontrados em lojas de todo o país;
- h) o comércio caminha a braços dados com a indústria. Está relacionado à distribuição de alimentos, de remédios, de autopeças, de veículos, de materiais de construção e de atividades ligadas ao dia-a-dia urbano;
- i) o comércio de insumos agrícolas também apresenta peso considerável;
- j) essas atividades são fortemente afetadas pelas festas das padroeiras das principais cidades da região. Além do turismo ligado às festas religiosas, vem se dinamizando o ecoturismo, baseado no potencial - ainda pouco explorado - oferecido pelos açudes (de maior porte) existentes na região;
- k) a informática já marca visível presença nos negócios do Seridó. Há empresas ligadas ao setor agropecuário que utilizam computadores e softwares, destinados à melhora da gestão e ao aumento do rendimento de suas atividades. E essa presença é ainda mais acentuada na indústria, no comércio e nos serviços. Profissionais autônomos também fazem uso das novas tecnologias, como os que se acham ligados aos centros universitários existentes na região ou aos negócios, em cidades como Caicó – RN e Currais Novos – RN.

Tânia Bacelar de Araújo, autoridade em planejamento e desenvolvimento regional, destaca ainda, que além dos pontos positivos acima elencados, o Seridó potiguar tem um potencial atualmente muito valorizado que é a fama da qualidade de seus produtos. Segundo ela, a fama da região é tanta que a produção de outras regiões usa a "marca Seridó" para se viabilizar junto aos consumidores. Os produtos mais identificados com a marca Seridó são os derivados do leite, principalmente o queijo, mais também os bordados, os tijolos e as telhas, bolachas etc. Em resumo, Araújo (2003, grifo nosso) em tom de entusiasmo diz que:

⁵⁸ No segmento cerâmico, cerca de 80 estabelecimentos dedicam-se à produção de telhas e tijolos, com uma produção anual cerca de 555 mil milheiros desses dois produtos, segundo pesquisa recente feita pelo SEBRAE-RN. Trata-se de negócio típico de pequenas empresas, posto que 57% dos estabelecimentos têm menos de 30 empregados. Estima-se que o segmento emprega, junto com as olarias, cerca de 4500 pessoas, ou 5% da PEA regional. Essa atividade apresenta bom padrão de competitividade, tanto que aproximadamente 70% da produção gerada no Seridó se destinam a atender demanda de outros estados do Nordeste (ARAÚJO, 2003).

Se a natureza não dotou a região de abundância em água e terra fértil, a sociedade que aí se desenvolveu é constituída de pessoas que sempre valorizaram a educação, que têm iniciativa, que são solidárias entre si, que sabem se organizar para conquistar o que julgam importante, que não se deixam abater pelas adversidades. Um povo com uma cultura muito especial, que sabe construir seus próprios caminhos, que sabe o que quer. **Com tanto potencial e tantas possibilidades, essa é, sem dúvida, uma região viável.**

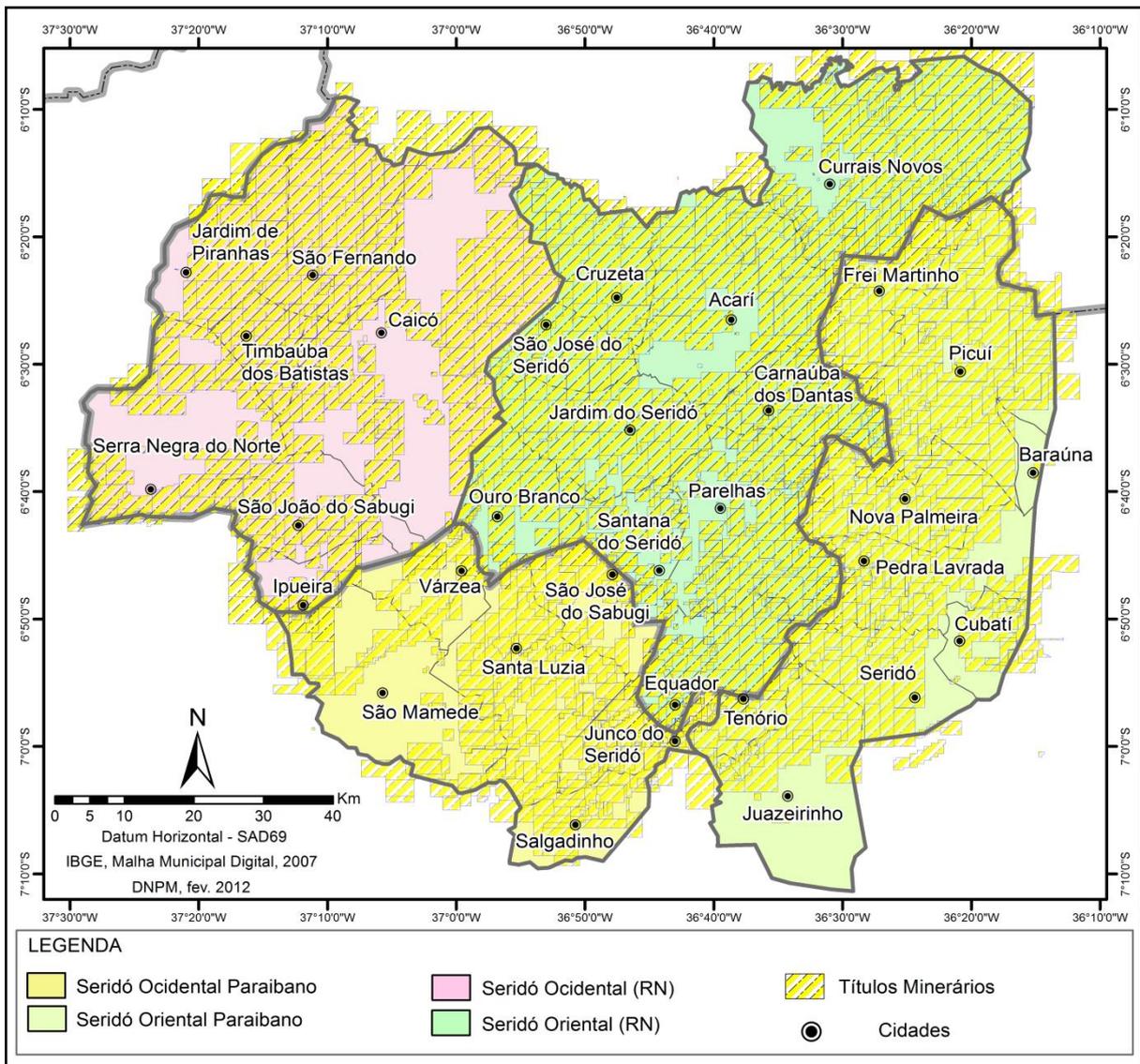
No caso do Seridó paraibano, sua recuperação da crise não acompanha a dinâmica verificada no Seridó potiguar, contudo, essa região da Paraíba segue a tendência potiguar numa tentativa de sobrevivência dada às exigências do tempo-presente. A dinamicidade da região potiguar está fortemente assentada na sua economia urbana, nos novos negócios do terciário que surgiram devido aos impactos das modernizações do período.

A mineração atual é um bom exemplo de aproveitamento da tradição produtiva da região, uma vez que nas décadas recentes vem recebendo indústrias de beneficiamento e outros investimentos que estão valorizando a mineração e trazendo dinamicidade. A valorização dos minerais industriais e das rochas ornamentais no mercado nacional e internacional tem mobilizado a indústria mineral do Seridó. Do ponto de vista técnico, mesmo que a garimpagem ainda seja forte, modernizações estão sendo internalizadas com uma mescla de mecanização da produção e da aplicação de conhecimento científico especializado (alguns exemplos: extração de sienito do Grupo Cerâmica Elizabeth, em Pedra Lavrada – PB; extração de minério de ferro pelo Susa Mineração, em Cruzeta – PB; extração de scheelita pela Mineração Tomaz Salustino S/A, em Currais Novos – RN). A mineração, aliás, parece oferecer um potencial bastante virtuoso como fica evidente na quantidade e na abrangência de áreas registradas com titularidades (ver Mapa 5). Praticamente, todo o subsolo do Seridó está registrado por empresas e pessoas físicas. Pelos dados, percebe-se que há uma valorização espacial nesse setor, impulsionada pelo crescimento da exploração de minerais industriais (como feldspato e o caulim) e recentemente pela exploração de minerais que fogem à tradição do espaço mineiro seridoense, como é o caso do minério de ferro em Cruzeta – RN, que está sendo explorado pela Susa Mineração, empresa formada pela indiana Zamin Ferrous e pelas brasileiras DP Projetos e Idepp (Foto 13).

O ouro, muito embora já tenha sido explorado incipientemente na região, agora parece está ganhando impulso. Isso fica evidente na quantidade de áreas registradas para pesquisa desse mineral, como também na exploração efetiva que já vem ocorrendo em São Fernando – RN pela mineração J. B Wech. Essa mineradora inclusive está construindo uma pista de pouso no município para escoar a produção do precioso metal por via aérea. Em

Currais Novos – RN, a empresa australiana Crusader está investindo para iniciar a produção de ouro na Mina São Francisco, além de já ter registrado mais de 100 mil hectares de área para pesquisar ouro no Rio Grande do Norte (JORNAL DE FATO, 2011).

Mapa 5 – Registro de Títulos Minerários na Região do Seridó



Fonte: elaboração própria com base em dados do DNPM (2012).

No setor dos minerais industriais, a descoberta de reservas de sienito em Pedra Lavrada – PB foi mais uma inovação produtiva para o meio. As reservas são exploradas no município pelo grupo Cerâmica Elizabeth, que realiza a extração totalmente mecanizada e seguindo orientação de técnicos especializados (engenheiro de minas e geólogo). Implantou também no local, duas plantas de beneficiamento. Toda produção de sienito extraída e

beneficiada em Pedra Lavrada – PB é enviada para João Pessoa – PB e Conde – PB, onde o grupo empresarial possui plantas de transformação.

Foto 13 – Exploração de minério de ferro em Cruzeta – RN.



Fonte: Getson Luís, 2011⁵⁹

Algumas empresas de mineração estão aproveitando o território regional com o uso de técnicas mais aprimoradas como a mecanização e equipamentos informáticos (ver Fotos 14). Mas, ao lado dessa mineração moderna coexiste a garimpeira, uma das bases da economia tradicional seridoense que continua em atividade, mesmo que com precárias condições técnicas, sendo marcada pela utilização de instrumentos que são simples prolongamentos da mão humana (ver Fotos 15).

O caso da indústria de cerâmica vermelha (Ver Foto 16), como já exposto no capítulo 5, vem desempenhando um importante papel econômico para alguns municípios da região como Parelhas – RN, Carnaúba dos Dantas – RN, Picuí – PB, Junco do Seridó – PB etc. Mas essa atividade vem provocando um grande dilema ambiental devido ainda usar como combustível para a queima da cerâmica a lenha nativa da caatinga numa área já mapeada como núcleo de desertificação (MEDEIROS, 2004). Esse é um setor em que é urgente uma modernização na sua base de combustível. Projetos que visam trazer o sistema de gás natural para a região pode ser uma saída, mas, por enquanto, esses não se efetivam e a vegetação da caatinga desaparece.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/53513902>

Fotos 14 – Mineração Moderna (Mecanizada e Informatizada), Pedra Lavrada – PB



Fonte: O autor

Fotos 15 – Mineração Garimpeira, Pedra Lavrada – PB



Fonte: o autor

Do ponto de vista normativo, a região oferece algumas condições favoráveis à refuncionalização do seu território frente à competitividade do mercado onde a diminuição do custo produtivo é essencial. A mão de obra hoje disponível na região, embora possa não ser qualificada o suficiente perante às exigências técnicas, informacionais e informáticas da atualidade, oferece, em geral, a vantagem de ser pacífica, ordeira e barata, comportando-se docilmente em relação aos donos dos meios de produção. Essas normas são cristalizações das

relações sociais de produção herdadas do mundo rural tradicional como é o caso da parceira. Isso facilita a exploração da mão de obra regional, pagando-se baixos salários e sem que ocorram movimentos contestatórios. Por mais perverso que isso possa representar, essa termina por ser uma virtualidade do território para os empreendimentos econômicos privados.

Foto 16 – Típica Cerâmica do Seridó, Currais Novos – RN



Fonte: Medeiros (2004)

Há também as normas estatais que, diante da “guerra de lugares”, faz de tudo para adequar seu arcabouço normativo ao serviço da competitividade. Incentivos fiscais, financiamentos, doação de terrenos, melhoramento e instalação de sistemas de engenharia, tudo é feito para permitir a maior permeabilidade e competitividade territorial a serviço do capital externo à região. Assim tem atuado o Estado na região do Seridó, principalmente o Estado subnacional. As atividades relacionadas ao setor mineral da região quiçá sejam os exemplos mais emblemáticos de como o Estado faz de tudo para atrair empresas para a região, mesmo que muitas vezes tragam prejuízos para alguns moradores do lugar. Em Pedra Lavrada – PB, por exemplo, para que uma empresa do setor mineral se instalasse, o Estado concedeu isenção fiscal, financiamento e ainda construiu uma estrada de acesso. Ocorre que a construção da estrada represou todo o esgoto sem tratamento da cidade bem próximo a uma parte dela, ocasionando transtornos e problemas de saúde para a população local. A comunidade local já fez várias reclamações, mas nada é feito. Os próprios órgãos estatais de controle ambiental como a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema - PB) parecem não ver os prejuízos ambientais que a população está sofrendo. O órgão de administração ambiental conta com um grande arcabouço normativo jurídico que poderia ser

usado em favor do meio ambiente, mas parece que há outro conjunto normativo informal que se sobrepõe ao jurídico, demonstrando que existem relações de poder e de interesses em que a comunidade local fica exclusiva. Esse exemplo demonstra que o Estado está mais preocupado com a questão da competitividade do mercado do que mesmo com a população. Os argumentos usados por representantes do Estado para justificar o empreendimento ancoram-se na questão da crise regional, ressaltando-se sempre que é preciso gerar empregos.

O caso acima é apenas ilustrativo de como o Estado está agindo na região, facilitando para que a racionalidade hegemônica competitiva possa fazer uso do território. As ações do Estado servem assim, para dotar o território regional de viabilidade para o capital.

Portanto, já há indícios de que está ocorrendo uma nova refuncionalização do território regional, abrindo perspectivas que podem superar a crise iniciada nos anos de 1980. A possível dinamização econômica da indústria mineral resultará também num maior vigor para a economia urbana, essa que de fato já está assumindo a dianteira econômica do Seridó.

As análises aqui empreendidas mostram que a divisão estadual que separa o Seridó potiguar do Seridó paraibano não é apenas um marco abstrato e normativo da divisão territorial brasileira, mas é reveladora de diferenciação. Embora a trajetória econômica no que diz respeito à base produtiva do Seridó (pecuária, cotonicultura e mineração) não mostre distinção importante, é notório que o Seridó potiguar apresenta um maior desenvolvimento e dinamicidade em relação ao Seridó paraibano. A conquista no início do século XIX da demarcação territorial da hoje região Seridó que pertence ao Rio Grande do Norte é uma demonstração que, desde muito tempo, há nessa região uma maior coesão social e política. A própria trajetória política dessa região potiguar é uma prova, pois é marcada por políticos importantes no plano estadual, com governadores, senadores e vários deputados, filhos da região e que sempre fizeram questão de carregar a identidade de pertencer ao Seridó⁶⁰. O desenvolvimento e o tamanho de cidades como Caicó – RN e Currais Novos – RN são outros indicadores de diferenciação regional. Por outra parte, o Seridó paraibano parece não dar tanta importância à identidade regional, nem tão pouco registra na sua história, políticos importantes e identificados com a região, que defendam efetivamente seu fortalecimento e o sentimento de pertencer a ela. A “marca Seridó” tão forte em terras potiguares não se verifica no caso da região seridoense paraibana. No Seridó paraibano em sua parte oriental, é comum

⁶⁰ Os principais políticos do Seridó potiguar fora: José Augusto de Medeiros, Juvenal Lamartine e Dinarte Mariz.

a referência de pertencer ao Curimataú, já na sua parte ocidental há mais identificação com o Cariri ou Sertão paraibano.

Até mesmo quanto à historiografia, o Seridó potiguar está bem mais a frente, ele é rico em identidade, discurso e imagens enquanto o paraibano não o é.

Quanto a essa discussão de identidade e mesmo de limites do Seridó, são interessantes as colocações contidas no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Seridó:

Pode-se e se deve, entretanto, salientar os fatos que contribuem para determinar os limites espaciais do Seridó, segundo as características históricas e culturais que fazem desse espaço uma região com feição marcadamente norte-rio-grandense. Pela via dos determinantes da cultura, seu território sobrepassa os limites do espaço natural, para assumir uma configuração econômica e sociocultural, que lhe é específica. **O peso dessa região é extremamente forte, pois o cidadão que nasce no Seridó do Rio Grande do Norte, antes de ser potiguar, é seridoense. O Seridó paraibano** ainda partilha características peculiares do Seridó norte-rio-grandense, pois seu processo de evolução histórica, inclusive religiosa, está muito próximo do Seridó norte-rio-grandense (IICA; RIO GRANDE DO NORTE; SEPLAN, 2000, p. 30-31, grifo nosso).

O referido plano, então, deixa claro que o Seridó potiguar e o Seridó paraibano guardam similitudes históricas, porém, como destacamos, existem diferenças como as relacionadas à dinâmica econômica e as de identidade. Deve-se esclarecer que adentrar nos pormenores culturais, de identidade e de fundamentos dessa diferenciação interna ao Seridó, não foi objetivo contemplado pelo presente trabalho, mas que merecem ser estudados.

9.2 Novas solidariedades na região: racionalidades e contra-racionalidade

O “mundo rural” tradicional do Seridó, em outros momentos já enfocado, mesmo com seu definhamento ou letargização, continua presente no espaço. Resultado de divisões territorial dos trabalhos anteriores que por meio de eventos se concretizaram no espaço em formas geográficas, em relações sociais e em normas, esse mundo da tradição que foi a funcionalização fundadora da região está impressa na configuração, nas relações sociais e na organização espacial do presente. Trata-se de uma rugosidade, ou seja, de uma realidade sociogeográfica obsoleta dada às mudanças empreendidas pela divisão territorial do trabalho que sempre está requerendo novas funcionalidades dos lugares. Mas, esse “mundo rural”

tradicional já convive com alguns pontos que estão passando por modernizações como é o caso da agroindústria de derivados de leite.

No Seridó, há também “um novo mundo” que convive com esse da tradição rural, é o mundo urbano do presente. Esse novo mundo urbano é o espaço das densidades da região. É onde está a maioria da população, a dinâmica econômica, a gestão local do território, os espaços de consumo de toda ordem, os serviços etc. O regional atual é assim, formado por esses “dois mundos”, onde está reunido o velho e o novo, faces da mesma região em seu movimento, transitando do passado-presente para a constituição do futuro latente. A força de império do período presente é quem impele por meio de eventos do seu tempo moderno essa constante fuga para o futuro. Contudo, o espaço enquanto acumulador de tempos é quem assume a função de sintetizador dos eventos. É assim que o espaço de cada lugar oferece força coercitiva aos eventos, ao tempo que produz eventos. Identifica-se então, uma das explicações para a diferenciação e a hierarquização espaciais. Paralelamente também é verdade que os eventos não escolhem todos os lugares ou qualquer lugar aleatoriamente, mas seletivamente. Por esse motivo tem-se a produção de geografias desiguais que, sob a ótica capitalista, são o resultado e a funcionalização do desenvolvimento geográfico desigual e combinado.

Se não fosse assim, ficaria difícil explicar as regiões que compõem na escala do mundo um mosaico de geografias desiguais, de diferenciações espaciais que participam de um mesmo movimento presidido hoje, pelo império do período da globalização.

Atualmente, a diferenciação espacial pode ser definida pela densidade técnica (os diferentes graus de artifícios), pela densidade informacional (que deriva, em parte, da densidade técnica, já que os objetos técnicos são ricos em informação ao tempo que delas também precisam para não ficarem em repouso) e pela densidade comunicacional (dada pelo tempo plural do cotidiano partilhado e conflitual da co-presença) (SANTOS, 1996; SANTOS, 2002b).

Sendo assim, o Seridó, como exposto, não pode ser colocado no mesmo patamar dos lugares da densidade técnica-científica-informacional, dos lugares de *luminosidade primária* (SILVEIRA, 1999), que concentram altas densidades técnica-informacionais e do saber científico. Contudo, o seu território já conta com traços por toda parte do meio técnico-científico-informacional, muito embora, essa densidade seja diferenciada internamente. A presença mesmo que rarefeita dessas densidades favorecem a incidência de verticalidades, da psicoesfera da modernidade, que por meio das informações produzem necessidades e conformações, mas que também podem ser desencadeadoras de liberdade. Nesse sentido,

Santos (1996, p. 37) atesta que “nas condições atuais, as relações informacionais transportam com elas o reino da necessidade, enquanto as relações comunicacionais podem apontar o reino da liberdade”. Portanto, na região Seridó tem-se então, o embate entre racionalidades e contra-racionalidades, já que, segundo Santos (2008a, p. 102), as “racionalidade supõe contra-racionalidades. Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos ‘modernas’ e, do ponto de vista social, nas minorias”.

Mesmo com todas as incidências das verticalidades que chegam à região, tentando impor modernizações seletivas, as horizontalidades enquanto acontecimentos dos espaços da contiguidade com forte presença da herança territorial compõem a marca mais forte do Seridó. Nas palavras de Santos (2002b, p. 286) “as horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”. Ou seja, as horizontalidades são densas em possibilidades de se trilhar caminhos variados, uns obedientes aos fins da racionalidade hegemônica, outros, aos das contra-racionalidades dos hegemonzados na construção de uma nova racionalidade que não a da perversidade. Na situação atual, o Seridó se encontra nessa encruzilhada, sem ter claro qual caminho vai seguir.

A densidade informacional que já chega à região, ao tempo que trás ordens, normas e conformidade, pode ser desencadeadora de desobediência aos seus fins e fortalecer a densidade comunicacional. Exemplificando, segundo Silveira (1999, p. 424, grifo no original), hoje, “haveria uma erosão do cotidiano que é produzida, entre outros, por rádios, jornais e televisão externos ao lugar, na busca de impor uma única linguagem da modernização. Daí falamos em *verticalidades do cotidiano* nas regiões”. Mas, por outro lado, constata-se a partir do Seridó que, graças às possibilidades técnicas e informacionais do presente, contrafinalidades surgem por meio de rádios, jornais e televisão **internos à região**, produzindo um contraponto à linguagem da modernização, fortalecendo as **horizontalidades do cotidiano** e aumentando a densidade comunicacional.

A região do Seridó conta internamente com vários instrumentos que são usados para fortalecer a densidade comunicacional. A internet, por exemplo, se a *priori* chegou à região para facilitar a circulação a serviço dos interesses hegemônicos, frações dela hoje, servem à contrafinalidade se vista quanto aos seus fins originais. A facilidade em criar e manter portais e blogs que retratam, informam e debatem as questões de interesse local e regional é um dos melhores exemplos. Bancos, alguns serviços da administração pública e empresas mais

modernas foram pioneiros no uso da internet na região, mas, nos últimos dez anos, à medida que se aproxima do presente, é crescente seu uso por vários segmentos sociais, inclusive os de mais baixa renda.

Em termos de circulação de informação banal, a internet está propiciando um maior adensamento comunicacional no Seridó, possibilitando estabelecer debates a partir da região, de cada município, aumentando a consciência do lugar e a consciência do mundo. Esse pode ser um indício potencial da resistência regional às ações verticais de fins hegemônicos.

Mas, no Seridó, a internet não é apenas mecanismo de debate e meio de comunicação, ela é também uma possibilidade de negócios, comércio e prestação de serviços. São muitos os exemplos na região de como empreendedores aproveitam essa técnica das mais variadas formas e para diferentes fins. No campo da publicidade, por exemplo, os anunciantes contam agora com uma forma mais dinâmica e barata de expor seus produtos e serviços, tendo como limite de circulação da mensagem anunciada o mundo onde a rede alcança. A conectividade com a rede mundial de computadores tem aumentado a prática do *e-commerce*, ou seja, a população da região tanto está realizando compras nos mais longínquos lugares como também está realizando vendas, tudo via internet. Um exemplo de negócio na região totalmente baseado na internet é o sítio eletrônico “Vitrine do Seridó”, que oferece “vitrines eletrônicas” para que os empreendedores divulguem seus produtos e serviços.

A densidade comunicacional da região se beneficia de alguns suportes técnicos de comunicação regional como rádios comerciais AM e FM, e rádios comunitárias. Há também a presença de tevês como a TV Seridó que é transmitida via internet, a TV Sidy's que é distribuída via cabo na cidade de Currais Novos – RN e a TV Caicó Comunitária na cidade de Caicó - RN. Esses meios de comunicação têm sua programação baseada em conteúdos da região, o que aumenta a densidade comunicacional e pela co-presença fortalece a identidade regional e a solidariedade. Está se produzindo uma razão regional, já que “os lugares também podem se refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente construídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (SANTOS, 2002b, p. 287-288). O fortalecimento dessa solidariedade e razão regional, inclusive, é um potencial para que o Seridó construa novas bases produtivas superadoras da crise. Ora, os indícios já demonstram que a região está esboçando um novo arcabouço espacial, tendo o passado como potencial e as condições do presente como possibilidade superadora. O aproveitamento desse passado como potencial se concretiza na atividade turística, no uso da mão-de-obra ordeira vinda das relações de parceria, no

conhecimento do garimpeiro adquirindo pela experiência durante anos de mineração, na configuração espacial herdada etc. Por esse motivo, a horizontalidade “[...] revela a existência de um espaço da co-presença, da resistência e da contiguidade, tecido de modernidades e obsolescências materiais e organizacionais. As regiões surgem, assim, como áreas incompletas da modernidade, fruto de hibridação de racionalidades” (SILVEIRA, 1997, p. 9), situações essas verificadas no Seridó.

Os dados da região apontam, portanto, para gestação de resistência à fragmentação própria da globalização, isto é, o acontecer solidário pode está sendo fortalecido como uma estratégia regional de enfrentamento à tendência fragmentadora da razão global, das solidariedades verticais do acontecer hierárquico. Um exemplo regional de solidariedade horizontal é o caso da criação, em 2003, por parte de alguns varejistas do Seridó potiguar da “Rede Seridó de Supermercados”. Esta rede foi criada quando amigos varejistas “acreditaram que novos tempos estavam por vir, que um novo consumidor surgia e que a cadeia varejista do produtor da matéria prima ao supermercadista apresentava uma nova tendência, uma nova realidade, as Centrais de Negócios” (REDE..., 2001). Conforme informa a Rede Seridó de Supermercados, ela está, de acordo com o *ranking* nacional da Associação Brasileira de Supermercado (ABRAS), entre as 40 maiores redes de supermercados e associações de negócios de todo o país. Contando hoje com 18 lojas em 16 municípios⁶¹, 55 *check-outs*, 6.447 m² de área de vendas e mais de 200 colaboradores profissionalizados.

O registro desse acontecer solidário regional é uma prova da união horizontal para enfrentar a competitividade como também, é uma maneira de buscar atender aos reclames dos “novos consumidores” que são moldados por interesses verticais produtores de necessidades e por padrões comportamentais e estéticos. Os estabelecimentos comerciais dessa rede e outros da região, diante dos gostos desse “novo consumidor”, procuram se modernizar tanto na oferta de mercadorias quanto na estética, na disponibilidade de crédito e na organização interna da forma dos supermercados. São estratégias locais organizadas para o embate requerido pela competitividade do mercado. Porém, não são movimentos contestatórios ou uma contrarrazão mais radical para subverter a razão global, é apenas uma questão de

⁶¹ A Rede Seridó de Supermercados está presente para além do recorte regional aqui em estudo. A rede é formada pelos seguintes varejistas: Supermercado Cantalice, Parelhas-RN; Supermercado Aradja Simões, Carnaúba dos Dantas-RN; Supermercado Irmãos Cantalice, Equador-RN; Supermercado Extra, São José do Seridó-RN; Supermercado Jardim, Jardim de Piranhas-RN; Supermercado Super Center, Tenente Laurentino Cruz-RN; Supermercado Alternativo, Currais Novos-RN; O Lojão da Economia, Jucurutu-RN; Supermercado Bom Preço, Acarí-RN; Supermercado Seridó Serranegrense, Serra Negra do Norte-RN; Supermercado Sobrinho, Cerro Corá-RN; Supermercado União, Caicó-RN; Supermercado Economia, Caicó-RN; Supermercado O Popular, Cruzeta-RN; Supermercado São Francisco, Jucurutu-RN; Supermercado São Manoel, Florânia-RN; Supermercado Floraci, Jucurutu-RN; Supermercado Seridó, Currais Novos-RN.

sobrevivência frente à competitividade globalizada. Razão pela qual, a face da perversidade da globalização penetrar via, principalmente, por meio do consumo na região. Esse embate seria oriundo da questão identificada por Santos (2002b, p. 338), segundo a qual a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade, enquanto por outro lado, os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. Assim, no caso concreto do Seridó, tem-se então, o confronto entre uma razão universalizada que é organizacional, em que prima à informação, e, de outra parte, uma razão regional orgânica em que prima à comunicação (p. 339)⁶².

Contudo, algumas estratégias internas ao Seridó que podem ser vistas como contraracionalidade, por não romperem com a lógica da razão global organizacional mas por tentarem imitá-la na escala regional, acabam por internalizar a perversidade da competitividade com ações que aniquilam os mais frágeis. A Rede Seridó de Supermercados pode ser um exemplo de reprodução na região da competitividade perversa. Ao montar as “centrais de negócios” e adquirir grandes lotes de uma mesma mercadoria, essa Rede consegue colocar no mercado regional produtos a um preço mais baixo em relação aos tradicionais comerciantes de mercadinhos e bodegueiros, ocasionando a saída desses do mercado por não ter meios de fazer frente à concorrência. Então, por essa ótica, a perversidade se reproduz.

Existe na região, o embate constante do interno com o externo, ao tempo que forças impelem a alienação do território a serviço exclusivo de alguns interesses longínquos. Por outra parte e por reação às perversidades, outras forças locais se insurgem na tentativa de resistir “as condições gerais da produção capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro, [que] exigem a mais brutal *alienação do território*” (RIBEIRO, 2005b, p. 265, grifo no original).

Não é possível ainda tirar conclusões mais precisas sobre os destinos que o Seridó está trilhando nesse momento em que se inseri no período da globalização, provando suas perversidades, mas também suas formidáveis possibilidades técnicas-informacionais. Contudo, deve-se levar em conta que “são os que experimentam a escassez que precisam desvendar as múltiplas ações possíveis permitidas pelo espaço herdado e costurar projetos num tecido social esgarçado e precário.” (RIBEIRO, 2005a, p. 12460).

⁶² “A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são à razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade” (SANTOS, 2002b, p. 339).

A dificuldade de saber com precisão qual caminho o Seridó está trilhando, é explicável, de certa forma, justamente porque, segundo Milton Santos,

A gestação do novo, na história, dá-se, frequentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante. É exatamente por isso que a "qualidade" do novo pode passar despercebida. Mas a história se caracteriza como uma sucessão ininterrupta de épocas. Essa ideia de movimento e mudança é inerente à evolução da humanidade. É dessa forma que os períodos nascem, amadurecem e morrem” (SANTOS, 2001, p. 141).

Com as observações realizadas, parece-nos que a região do Seridó está na encruzilhada do labirinto, em que suas escolhas podem levá-la ao império da perversidade sistêmica da globalização atual ou pode levá-la a outro reino, o de uma outra globalização em que todas as possibilidades técnicas e científicas sejam colocadas a serviço de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, a opção inicial pela questão teórica que sustentou a formulação das hipóteses lançadas sobre a realidade empírica, possibilitou a definição do sistema de ideias que permeou o desenrolar de toda a pesquisa, essa que se consistiu em confrontar a teoria com a empiria, objetivando alcançar a síntese. Assim, partir da perspectiva de unicidade entre espaço e tempo nos serviu para melhor entender como os meios geográficos foram sendo construídos e reconstruídos num movimento de sobreposições de camadas técnicas, cada qual com significados e fins específicos revelados por cada período. Encarar a análise da realidade pela ótica da indissociabilidade do espaço-tempo, de fato, revelou-se como síntese e como o traço de união empírica entre o espaço e o tempo dado pela técnica. Por guardar o contexto de cada espaço-tempo, a técnica comportaria assim a identificação de períodos geográficos, esses sendo considerados pelos graus de artifício impresso no meio. A maneira desigual como as inovações técnicas foram se tornando concretudes no espaço, leva a ideia de modernizações territoriais, ou seja, a aparição da variável-chave de cada período nos objetos e nas ações de cada subespaço.

O desenvolvimento técnico no transcurso de sua história resultou na transformação inicial do meio natural ou pré-técnico para o meio técnico e depois deste, em meio técnico-científico-informacional, que é o do presente. As sucessões desses meios se deram em diacronias e sincronias, permitindo assim, a coexistências entre eles.

O meio técnico-científico-informacional foi ganhando relevo por volta de meados do século passado, ao tempo em que foi ensejando a emergência da globalização como período histórico. A interligação do mundo por meio dos sistemas técnicos vem resultando numa nova redefinição da divisão territorial do trabalho e de novos papéis para as regiões. A realidade geográfica do período atual derruba a tese segundo a qual o processo de globalização estava homogeneizando o espaço e, portanto, fazendo com que as regiões deixassem de existir. Verificou-se que ao contrário da “morte da região”, assiste-se ao seu fortalecimento devido o aumento da diferenciação espacial promovida pela distribuição desigual da materialidade herdada e principalmente pelo grau de presença dos novos imperativos (técnica, ciência e informação).

Ao adentrar especificamente no objeto de estudo empírico, tratou-se da técnica como responsável pela passagem da primeira natureza para uma segunda natureza, produto do artifício do homem escrevendo sua geografia na Terra. Ao remontar a sucessão dos meios

geográficos constatou-se que o processo de europeização e superação do meio ameríndio compreendido na região do Seridó, deu-se por meio da agregação de técnicas ao território, definindo funcionalidades produtivas e cumprindo objetivos que eram estranhos aos nativos, ao seu espaço-tempo, resultando assim em conflito beligerante que teve como saldo o extermínio dos índios.

O colonizador que chegou à região do Seridó foi impelido por questões de conquistas territoriais, mas, sobretudo para atender à divisão territorial do trabalho que se estabelece no Brasil Colônia com a produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata. É através da demanda por carne bovina, couro e animais para tracionar os engenhos do espaço açucareiro que a pecuária se espalha pelo interior do território, inclusive chegando ao Seridó. A partir de então, o meio seridoense vai recebendo camadas técnicas e novas funções no fazer de sua história e sua geografia.

No final do século XVIII, com o desenvolvimento da indústria têxtil, principalmente na Inglaterra, a demanda por algodão aumenta. Tendo condições favoráveis para cultivar a malvácea, o Seridó inserir-se na divisão territorial internacional do trabalho dessa indústria, fornecendo algodão como matéria-prima. Assim, o território seridoense vai ganhando contornos produtivos, consociando a atividade criatória com a cotonicultura e moldando a forma-conteúdo regional.

Nas décadas de 30 e de 40 do século passado, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial, a mineração passa a usar o território do Seridó em função de demandas vindas de países que estavam desenvolvendo seu “capitalismo tecnológico” e por questões relacionadas ao ambiente de beligerância da época. Com a demanda externa, técnicas da mineração vão ser incorporadas ao território e essa atividade passa a formar, juntamente com a pecuária e a cotonicultura, o tripé funcional do território regional.

Esse tripé será responsável por definir ainda mais as particularidades da região que seguem assim até o momento em que o período da globalização e o meio técnico-científico-informacional, a partir principalmente de 1970, começam a ganhar expressão no território brasileiro e redefinem a divisão territorial interna do trabalho em função também de redefinições na escala mundial. Sistemas de engenharias viários e de comunicações interligam o território brasileiro, quebrando o relativo isolamento regional que prevalecia. Com isso, se desenha um mercado nacional em que as regiões passam a competir umas com as outras. É nessa fase do desenvolvimento brasileiro que a indústria da região sudeste se sobressai e passa a comandar uma grande fração da divisão territorial interna do trabalho.

Partes do território começam a se modernizar e a incorporar os imperativos do período que está emergindo. É assim que a maior presença das modernizações e da atividade industrial definirão a Região Concentrada do país. Com as possibilidades técnicas, científicas e informacionais do período da globalização, assiste-se a uma reestruturação produtiva que atinge direta ou indiretamente todo o mundo. No Brasil, inicialmente essas modernizações ocorrem em algumas manchas do seu território que passam a ser mais dinâmicas e competitivas. Por outro lado, outras que não acompanham essas modernizações, terminam por não conseguir se manter no competitivo mercado. Nesse contexto, a região do Seridó vivenciou um caso emblemático de crise causada principalmente pela perda de competitividade frente às modernizações em outros lugares. A cotonicultura, atividade mais importante para o Seridó até início dos anos de 1980, entra em crise devido justamente não conseguir competir com outras regiões produtivas que se modernizaram. Mantendo sua produção nos moldes tradicionais com baixa produtividade por área plantada, total dependência das condições climáticas e dificuldade em combater pragas, forma-se o ambiente que resultou no praticamente aniquilamento do setor cotonicultor na região. O golpe fatal foi dado pelo alastramento da praga do bicudo.

Como a cotonicultura se consociava com a agricultura de subsistência e se solidarizava à pecuária, sua crise se estende para todo arcabouço agropecuarista resultando assim, no definhamento do “mundo rural”. Se não bastasse, a partir de meados da década de 1980, junto com a crise agropecuarista, a mineração também entra em crise por questões ligadas, principalmente ao mercado externo. Nesse ambiente desfavorável, a crise regional se instala.

Ao caminhar para a última década do século passado, a crise regional se agrava, com rebatimentos mais graves no “mundo rural”, impelindo a população a migrar para as cidades da região e alhures. As cidades aumentam suas populações e diversificam seu comércio e serviços em função de demandas crescentes. Com isso, o “mundo urbano” regional ganha protagonismo, e a região do Seridó se alinha definitivamente à realidade brasileira que já tem a urbanização consolidada. É perante essa realidade que a região entra mais efetivamente na globalização.

Embora o Seridó não se configure como um lugar de altas densidades das características do meio técnico-científico-informacional, alguns dos seus traços se fazem presentes em seu território urbano e rural. A região passa a ser incluída no período via produção e principalmente pelo consumo. Chegam à região, a difusão de informações,

técnicas, produtos e modelos de consumo, uma vez que, com o novo patamar atingido pela divisão internacional do trabalho, todos os lugares passam a participar dessa divisão, seja através da produção, seja através do consumo.

O nexo informacional aparece nessa trama com maior ênfase a partir de 1970, mas desigualmente distribuído no território brasileiro. Esse é o momento em que o território passa a ser usado mais a partir de acréscimos de ciência e da técnica e, nesse caso, a informação passa a ser imprescindível.

O processo de afirmação da globalização no Seridó ocorre com a difusão da tecnoesfera e da psicoesfera, que chegam como modernizações verticalizadas. A configuração territorial da região passa a contar com sistemas de distribuição de energia no campo e na cidade, o sistema viário passa a interligar todas as cidades, redes de distribuição de informação como TV e rádio se espalham no território, o mesmo acontece com o sistema de telefonia fixa e móvel, todas as cidades se conectam à rede mundial de computadores como também, fixos bancários se instalam e passam a facilitar a presença do sistema financeiro. Enfim, a tecnoesfera da região se adensa e assegura o seu funcionamento e sua inserção na globalização. Essas novas possibilidades técnicas e informacionais do tempo-presente têm facilitado a circulação de pessoas, produtos, informação, ordens e dinheiro. A psicoesfera, utilizando-se desses sistemas técnicos, passa a se fazer presente na região principalmente produzindo necessidades em conformidade com o consumo globalizado do “mundo da mercadoria”.

Os produtos e serviços que chegam à região são engendrados via informações produzidas sob a competência do *marketing* e transmitidas através, principalmente, das redes televisivas que se encarregam de fazer chegar as necessidades de consumo globais, provocando alterações nos padrões de consumo local, abrindo espaço assim, para os produtos e serviços das grandes firmas nacionais e estrangeiras. Como o urbano passa a ser o espaço de excelência na satisfação do consumo, o processo de urbanização se acelera, fazendo com que algumas cidades como Caicó – RN e Currais Novos – RN reforcem sua importância regional na oferta de produtos e serviços especializados.

As verticalidades da psicoesfera da modernidade que buscam alinhar a região à globalização se deparam com a força da tradição das suas horizontalidades que é bastante enraizada no Seridó, bem como com questões de limitações econômicas. É assim que o espaço regional se configura, como um mosaico composto pelo velho e o novo, expresso tanto na materialidade espacial como nos comportamentos e ações. É esse amálgama atual que

traduz sua forma-conteúdo, esse encontro do passado com o presente é que é o assento onde se faz constantemente o futuro. A forma-conteúdo regional é então, essa encruzilhada de tempos, vista por meio da coabitação inseparável entre objetos técnicos, ações e normas, todos de idades variadas e que têm no espaço o ponto de união.

Na atualidade, a constituição do território do Seridó é um misto de geografias letárgicas e geografias luminosas, já que o meio técnico-científico-informacional ainda é incompleto. Mas, sem sobra de dúvida, ao observar a região na escala nacional, ela se classifica como opaca e letárgica. A situação de letargia do Seridó é, em parte, reflexo da crise regional, contudo, recentemente observa-se que está havendo um refuncionamento do território, propiciando dinamicidade em alguns setores.

A mineração que antes praticamente se restringia à extração garimpeira começa a receber indústrias de beneficiamento e técnicas mais aprimoradas de extração, tendo também, a pauta produtiva ampliada, caracterizando-se como atividade importante para alguns municípios do Seridó. O setor mineral atual é formado por algumas empresas que usam sofisticados equipamentos e técnicas de mineração modernas e mecanizadas; e pela mineração tradicional dos garimpeiros e por pequenas empresas locais. Há novas forças dinâmicas do mercado que já estão atuando no setor, fazendo com que a mineração regional ganhe novo impulso. Novos empreendimentos com participação do capital nacional e estrangeiro estão passando a usar o território mineiro seridoense, tanto na extração como no beneficiamento.

Outros exemplos de refuncionamento territorial podem ser citados como: a pecuária leiteira; a indústria de confecções; a indústria alimentícia; as indústrias de transformação (como é o caso da cerâmica vermelha) etc. Porém, apesar desses empreendimentos citados, o setor terciário é o mais expressivo na composição do Produto Interno Bruto da região, dotando as cidades de dinamicidade e primazia econômica.

No Seridó atual verifica-se a incidência das verticalidades, da psicosfera da modernidade que por meio de informações produzem necessidades e conformações, mas que também podem ser desencadeadoras de liberdades. Paralelamente têm-se as horizontalidades enquanto acontecer da contiguidade, com forte presença territorial e que compõem a marca mais forte do Seridó. Se por um lado a racionalidade do período chega por meio de informações verticais, no plano das horizontalidades, a densidade comunicacional está sendo fortalecida por meio de contrafinalidades surgidas, por exemplo, com o uso de rádios e televisões locais e regionais, e pelo uso da internet com a criação de portais de notícias e blogs.

No contexto de transformações em curso, em função do processo gradual de afirmação do período em seu alastramento territorial, regiões marginais da dinâmica econômica também sofrem mudanças, devido todas as frações territoriais terem alguma importância na guerra da competitividade mercadológica a serviço do motor único da mundialização. Nesse caso, as questões relacionadas ao mercado são as principais motivações que dão energia à expansão do período atual. Por esse motivo, a região do Seridó não fica fora dos acontecimentos do período. Ela enfrenta internamente o conflito entre o novo e o velho, resultando em transformações e permanências em virtude do encontro entre a força imposta pelo período (razão global) e a da força interna (razão local). Assim, o Seridó enfrenta a tendência atual apontada por Santos (2002b, p. 258-259), segundo a qual tudo é feito, em toda parte, para que os lugares se unam verticalmente. Entretanto, na união vertical, os vetores de modernizações trazem desordem às regiões onde se instalam, uma vez que a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício e a serviço do mercado, desestabilizando as horizontalidades regionais, mas também abrindo possibilidades para o surgimento de contra-racionalidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. O Sertão. In: _____. **Capítulos de História Colonial**. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 107-181

ALVES, Gerlúzia de O. Azevedo. Arte Rupestre: O fazer do artista paleolítico. **MNEME – Revista de Humanidades/UFRN**, Caicó, vol. 9, n. 23, p. 60-76. 2008.

ALBUQUERQUE, Clodomiro. **Pedra Lavrada e Seus Caminhos**. Rio de Janeiro: s/ed. 1996.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973

_____. **A produção do espaço Norte-Rio-Grandense**. Natal: UFRN/Ed. Universitária, 1981.

_____. **Mineração no Nordeste: Depoimentos e Experiências**. Brasília: MCT/CNPQ/Acessória Editorial e Divulgação Científica, 1987.

_____. **Poder Político e Produção do Espaço**. Recife: Editora Massaranga, 1984.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**. 1997, vol.11, n.29, p. 7-36.

_____. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, nov. 1999, p. 9-24.

_____. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2000.

_____. Seridó: uma região viável. **ObservaNordeste**. set. 2003. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=391&textCode=1480&date=currentDate>>. Acesso em 26 de mai. de 2010.

_____. Globalização e território. **Le Monde Diplomatique Brasil**. (desenvolvimento), Junho de 2008.

ARAÚJO, Douglas. **A morte do sertão antigo no Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970-90)**. Fortaleza: BNB, 2006.

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. Estado, Igreja, Indígenas - A Administração Portuguesa em uma Condição Colonial (a problemática das fontes). Texto apresentado no Seminário: “**O mundo que o Português criou - Brasil: século XVI**”. Fundação Joaquim Nabuco: Recife – PE, outubro de 1997. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/indoc/cehib/almoedo.html#fn1>> Acesso em 18 de julho de 2005.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. **Terra Livre**, (Geografia: Espaço & Memória), n.10, jan-jul. 1994. p. 23-78.

BAUER, Carlos. **Reflexões sobre o tempo e a construção da história**. São Paulo: Edições Pulsar, 1997.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. **Brasil: uma potência regional na economia-mundo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 1, N. 2, p. 7-12, Mar. 2001.

_____.; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50, jul./dez. 2001

_____.; LIPIETZ, Alain (Orgs). **As regiões ganhadoras, distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta, 1994.

BITOUN, Jan. Nordeste: dimensões locais e regionais nas estratégias de desenvolvimento. In: **Observanordeste - Análises de Conjuntura**. Nordeste: Regionalismo & Inserção Global. Recife – PE: FUNDAJ/OBSERVANORDESTE, março/abril de 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=453&textCode=2047&date=currentDate>>. Acesso em: 20 de setembro de 2006.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional – MI. **Política nacional de desenvolvimento regional – PNDR: sumário executivo**. Brasília: MI / SPR, 2003.

BOLETIM REGIONAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução Regional do Crédito Consignado**. Brasília: Banco Central, 2011.

BORGES, José Elias. Índios Paraibanos: Classificação Preliminar. In: MELO, José Octávio de A. & RODRIGUES, Gonzaga (Orgs). **Paraíba: Conquista, Patrimônio e Povo**. 2º ed. João Pessoa: Edições Grafset, 1993, p. 21-42.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CACHINHO, Herculano. O consumo nos anos noventa: entre a globalização e a localização. In.: **Inforgeo**, 11, III Congresso da Geografia Portuguesa; Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, 1999, p.153-162.

CAMPELO, Joli. Um pouco de história. O meio. **A Ponte – Fanzine cultural**. 2000. Disponível em: <<http://www.aponte.com.br/omeio/omeio-00-04-14-b.html>> Acesso em 18 de jul. de 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II – domínios do homem**. (trad. José Oscar de Almeida Marques). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASSIRER, Ernest. O Mundo Humano do Espaço e do Tempo. In: _____. **Antropologia Filosófica: Ensaio Sobre o Homem. Introdução a uma Filosofia da Cultura**. 2 ed. (tradução de Vicente F. de Queiroz). São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977. p. 75-95.

CARVALHO, Otamar de; EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. **Alternativas de desenvolvimento para o Nordeste Semi-Árido: relatório final**. Fortaleza: Min. da Fazenda/Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

CAPRA, Fritjof. **O tao da física: uma exploração dos paralelos entre a física moderna e o misticismo oriental**. (trad. Maria José Queilhas Dias e José Carlos Almeida). Lisboa: Editorial Presença, 1989.

COSTA, Edmilson. **A Globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-Mundo**. (trad. de João da Cruz). Petrópolis: Vozes, 1995.

CLAVAL, Paul. A Revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In.: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia**. 2 reimp. Curitiba: Ed.da UFPR, 2004. p. 11-43.

CHAUÍ, Marilena. A contração do tempo e o espaço do espetáculo. In.: **Café Filosófico CPFL Especial**. 2 de set. de 2010, Campinas: CPFL, 2010. [Vídeo *online*]. Disponível em: <<http://www.cpfcultura.com.br/site/2010/09/03/cafe-filosofico-cpfl-especial-%E2%80%93-a-contracao-do-tempo-e-o-espaco-do-espetaculo-%E2%80%93-marilena-chau-i-e-ol-garia-matos/>> . Acesso em: 02/09/2010.

CPDOC – **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. - Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias et al (Org). **Geografia: Conceitos e Temas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 15-47.

DEPARTAMENTO Nacional de Trânsito – DENATRAN . **Frota**. Sistema Nacional de Registro de Veículos/RENAVAM, 2012. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: 11 de jan. 2012.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. São Paulo: FAUSP. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo), 2008.

ELIAS, Denise. "Milton Santos: a construção da geografia cidadã". In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>> Acesso em: 14 de mai. De 2010.

_____. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP.** São Paulo: Edusp, 2003.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

FARIA, Carlos Eugênio de. **Os eventos geográficos e a expansão urbana de Caicó: desigualdades e coexistências na urbe.** Natal: O autor/UFRN, Dissertação (Mestrado em Geografia), 2010.

FARIAS, Paulo Sergio Cunha. **A Produção de Bentonita em Boa Vista – PB e Suas Redes de Comercialização: Um Exemplo de Fixos e Fluxos Geográficos do Período Histórico Atual.** Recife – PE: DCG/UFPE, (mestrado em geografia), 2003.

_____. **Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação do algodão colorido e derivados da Paraíba (2000-2008): uma dimensão geográfica da flexibilização do produto, da produção e do consumo de moda, fibras, têxteis e confecções.** Recife: UFPE, Tese (doutorado em Geografia), 2010.

FATALIEV, Kh. **O materialismo dialético e as ciências da natureza.** (trad. Constantino Paleólogo). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

FIGHERA, Delfina Trinca. La geografía y sus actuales desafíos teóricos y metodológicos. **Revista Geográfica de América Central.** Nº 44, I Semestre 2010, p. 27-37

FISCHER, André. Tempo e ordenamento do território. In: FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas; SPÓSITO, Eliseu Savério (org.). **Indústria e ordenamento do território: a contribuição de André Fischer.** São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2008. p. 79-111 (parte 2).

FRIEDMANN, Georges. **7 estudos sobre o homem e a técnica.** (trad. Antonio Eduardo V. de Almeida e Eduardo de O. e Oliveira). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

FORTE, José Figueira. **Cooperativas de pequenos mineradores: a experiência nos garimpos de pegmatitos do Nordeste.** Campinas: UNICAMP, 1994. (Mestrado em Geociência).

FURTADO, Celso. O Brasil pós-“milagre”. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEORGE, Pierre. Geografia do consumo. 2 ed. (trad. Djalma Forjan Neto). São Paulo: Difel, 1971.

GRATALOUP, Christian. Os períodos do espaço. **GEOgrafia**, ano 8, n. 16, 2006. p. 31-40.

HANSEN, Gilvan Luiz. Espaço e tempo na modernidade. In: **GEOgraphia.** Ano 2, n. 3, p. 51-67. 2000.

HARVEY, David. _____. A geografia do manifesto. (trad. Gabriel Ondetti, Lauro Ávila Pereira e Lúcio Flávio de Almeida), **Lutas Sociais.** São Paulo: NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/PUC, 1998, n. 4, p. 65-73

_____. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural.** 12º ed. (tradução de Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **Espaços de esperança.** (Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. In: **Geographia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Ano 1, nº 1, Niterói:UFF. 1999. p. 15-39.

_____. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

IANNE, Octávio. **A era do globalismo.** 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. O Declínio do Brasil-nação. In: **Estudos Avançados.** São Paulo: IEA/USP. 14 (40), 2000.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Tomo 3 – Indústria de transportes, indústria fabril.** Rio de Janeiro: IBGE/CNI, 1986.

_____. **Cidades.** 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em 23 de nov. de 2010.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Produto interno bruto dos municípios 1999-2009.** Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados – SIDRA, 2011a. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: set. de 2011.

_____. **Cadastro central de empresas.** Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados – SIDRA, 2011b. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda>>. Acesso em: set. de 2011.

IICA; RIO GRANDE DO NORTE; SEPLAN. **Plano regional de desenvolvimento sustentável do Seridó: diagnóstico.** v. 1. Caicó: IICA, 2000.

ISNARD, Hildebert. **O espaço geográfico.** (trad. João Victor G. da Silva Pereira). Coimbra: Livraria Almeida, 1982.

JÓFFILY, Irineu. As Origens do Povo Paraibano. In: MELO, José Octávio de A. & RODRIGUES, Gonzaga (Orgs). **Paraíba: Conquista, Patrimônio e Povo.** 2 ed. João Pessoa: Edições Grafset, 1993, p. 21-42.

JORNAL DE FATO. **A retomada da produção de ouro no RN**. Mossoró, Domingo, 27 de nov. 2011. < http://www.defato.com/27_11_2011/estado.php>. Acesso em: 18 de dez. de 2011.

KAHIL, Samira Peduti. Psicofera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (3), dez. 2010. p. 475-485.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2009

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. In.: GEORGE, Pierre; et al. **A geografia ativa**. (trad. de Gil Toledo, Manuel Seabra, Nelson de la Côte e Vincenzo Bochicchio). 5 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980, p. 279-321.

KURZ, Robert. As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, ago. 1993. p. 7-41.

_____. A expropriação do tempo. (trad. de José Marcos Macedo) **Folha de São Paulo**. 03 de jan. de 1999.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **O Impacto da globalização na economia brasileira**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. (trad. Margarida Maria Andrade e Sergio Martins). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: EDUSP, 2003.

LENDE, Sebastián Gómez. Tiempo y espacio, período y región. reflexiones teórico-metodológicas. **Geosul**. Florianópolis: UFSC, v. 21, n. 42, p 137-161, jul./dez. 2006

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. (trad. de Manoel Fernando G. Seabra). São Paulo: Nobel, 1988.

LUETZELBURG, Philipp Von. **Estudo botânico do Nordeste**. Rio de Janeiro: IFOCS/MVOP, 1923, (Vol. II).

MACÊDO, Muirakytan K. de. História e espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX. **MNEME – Revista de Humanidades/UFRN**. Caicó, vol. 1, n. 1, p. 1-24, agos./set. 2000.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 127-144. 2001

MEDEIROS, Getson Luíz Dantas. **A desertificação do semiárido nordestino: o caso da região do Seridó norte-riograndense**. Mossoró: UERN. (mestrado em desenvolvimento e meio ambiente), 2004.

MARINHO, Guilherme de Castro. **Perfil de comercialização do feldspato do Estado da Paraíba - 1991**. João Pessoa: SERM, 1982.

_____. **Relatório preliminar de avaliação para feldspato.** Campina Grande: CDRM, 1989 (mimeo).

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba.** João Pessoa: A União Editora, 1939.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil.** 5. ed. Recife: Universitária da UFPE, 2008

MASSEY, Doreen. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Discente Expressões Geográficas.** Florianópolis–SC, n. 03, p. 142-155, Maio de 2007. Disponível em: <www.geograficas.cfh.ufsc.br>. Acesso em: 22 de maio de 2011.

MCGRATH, J. S. International Aspects of War Mineral Procurement. In: **Minerals Yearbook - 1942.** Washington: U. S. Department of the Interior, 1943. p. 25-34.

_____. Effect of International Situation on United States Trade in Minerals. Minor Metals. In: **Minerals Yearbook - 1940.** Washington: U. S. Department of the Interior, 1941. p. 57-60.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil.** Campinas: Papirus, 1995.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e Resistências.** 7 ed. João Pessoa: A União, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** (Trad. de Ana Cotrim e Vera Cotrim). São Paulo: Boitempo, 2007.

MINERAÇÃO Tomaz Salustino S.A. 2011. Disponível em: <<http://www.minabrejui.com.br>>. Acesso em: 22 de set. 2011.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Seridó norte-rio-grandense: uma geografia da resistência.** Caicó: Ed. do Autor, 2005

_____. As Relações Campo-Cidade no Sertão do Seridó. in: SILVA, José Borzacchiello da; *et.al.* (orgs.). **Litoral e Sertão, Natureza e Sociedade no Nordeste Brasileiro.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 83-93.

MORAIS, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **A valorização do espaço.** 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: UFPB, 1997.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço.** São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras.** (vol. 3). São Paulo: Contexto, 2010

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42. **Estudos Históricos. Rio de Janeiro**, v. 6, nº 12. 1993. p. 177-189.

OLIVEIRA, Francisco de. As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização. In. DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (orgs.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 33-60.

OLIVEIRA, Abílio César de. **Município de Picuí: esboço histórico**. Brasília: CNEC, 1981.

OLIVEIRA, Irene Rodrigues de. **Missão Cooke: Estado Novo e a Implantação da CSN**. Rio de Janeiro: e-papers, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **A Economia da Dependência Imperfeita**. 2ª ed. Rio de Janeiro: GRAAL, 1977.

ORTEGA Y GASSET, **A rebelião das massas**. (trad. Marylene P. Michael) 3 ed. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri. **Paisagens do consumo: São Paulo, Lisboa, Dubai e Seul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PINTO, Mario da Silva. **As Perspectivas da Mineração no Brasil**. Rio de Janeiro: DNPM, 1950 (bol. nº 86).

_____. **Situação dos Minerais Estratégicos**. s/l: Fundação Salim Farah Maluf. 1987.

PRECEDO LEDO, Andrés. La cuestión regional, una dimensión necesaria entre lo local y lo global. In.: RUBIO, Manuel Valenzuela (coord. Ed.). **Un mundo por descubrir en el siglo XXI**. Madrid: Real Sociedad Geográfica, 2003. p. 277-305 (Ciclo de Conferencias, Noviembre - diciembre de 2002).

PLEKHANOV, Guiorgui Valentinovitch. **O papel do indivíduo na história**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

RAMONET, Ignacio. Apocalipse das mídias. (Trad. Maria Regina Pilla). In: **Le Monde Diplomatique**. Dezembro de 1997. p. 1-6.

REDE SERIDÓ DE SUPERMERCADOS. 2011. Disponível em: <<http://redeserido.com.br/>>. Acesso em: 02 dez. de 2011.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In.: PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres; (orgs.). **Brasil, Território da desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Fundação Universitária José Bonifácio, 1991. p. 44-55.

_____. Território usado e humanismo concreto: o mercado Socialmente necessário. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo**, 2005a. p. 12458-12470.

_____. Outros territórios, outros mapas. In: **OSAL: Observatório Social de América Latina**. Ano 6, nº 16, jun. 2005b. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 263-272. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16TRibeiro.pdf>>. Acesso em: 21/03/2009.

RÜCKERT, A. Aldomar; MUNGÓI, Cláudio A.; RAMBO, Anelise G. Reforma do Estado e território: perspectivas de pesquisa em espaços periféricos à globalização no Brasil e em Moçambique. In.: ALMEIDA, Jalcione (org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique**. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009. p. 9-28.

ROLFF, P. A. M. de Almeida. **Reservas minerais do município de Picuí**. Rio de Janeiro: DNPM, (Boletim Nº 80) 1946.

SÁ, Alcindo José de. **O espaço citricultor paulista nos anos 90: a (re) afirmação de um meio técnico-científico-informacional da globalização**. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP (tese de doutorado em Geografia 1), 1998

_____. **O Brasil encarcerado. das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: uma geografia do medo**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SANTOS, Carlos. **A espacialidade humana: teorizando o futuro – que espacialidades me servem e podem produzir as temporalidades que preciso?** São Carlos: Pedro e João Editores/Porto Velho: EDUFRO, 2009.

SANTOS, Milton. Dimension temporelle et systèmes spatiaux dans les pays du Tiers Monde. In: **Revue Tiers-Monde**, 1972, tome 13 n°50. p. 247-268.

_____. **Espaço e sociedade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. **Geosul**. Florianópolis:UFSC, n. 14 - Ano VII - 2º semestre de 1992, p. 49-59.

_____. O lugar encontrando o futuro. **Rua – Revista de Arquitetura e Urbanismo**. v. 3, n. 6, jan./dez. 1996, p. 34-39.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. O Dinheiro e o Território. In: **Geographia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Ano 1, nº 1, Niterói:UFF. 1999. p. 7-13.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.** 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: EDUSP, 2002a.

_____. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2002b.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas.** (trad. Maria Irene de Q. F. Szmrecsánui). São Paulo: EDUSP, 2003

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005a.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: EDUSP, 2005b

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008a

_____. **Espaço e método.** São Paulo: EDUSP, 2008b.

SANTOS, Milton. ARROYO, Mônica. Globalização, regionalização: a proposta do Mercosul. In: **Indústria e Globalização da Economia.** Brasília: SESI-DN, 1997 (cadernos técnicos 24). p. 57-64.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. Brasil: **território e sociedade no início do século XXI.** 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Theotônio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as tendências da economia mundial e a integração latino-Americana.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, Valeska Tatiana Silva. Reestruturação socioespacial do Seridó norte-rio-grandense: desafios e veredas construindo uma nova realidade. In: ARAÚJO, Maria Cristina Cavalcanti; SILVA, Valdenildo Pedro da. **Rio Grande do Norte: temáticas contemporâneas da regionalização do território.** Natal: CEFET-RN, 2007. p. 227-253.

SILVA, Marcelo R. R.; DANTAS, J. Jobson Alcoforado. A província Pegmatítica da Borborema-Seridó nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. In: Brasil. DNPM. **Principais depósitos minerais do Nordeste Oriental.** (série geologia, 24. seção geologia econômica, 4). 1984, p. 235-303.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo.** (Tradução de Clóvis Marques). Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana.** São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, Valdenildo Pedro da. Difusão da Cerâmica Vermelha e Novas Dinâmicas Socioambientais. In: ARAÚJO, Maria Cristina Cavalcanti; SILVA, Valdenildo Pedro da. **Rio**

Grande do Norte: temáticas contemporâneas da regionalização do território. Natal: CEFET-RN, 2007. p. 255-287.

SILVA, José Honório da. O interior de hoje em dia. (A briga do créu com o forró). In.: **www.josehonorio.com.br – O sítio do cordelista sibernético.** Disponível em: <<http://www.josehonorio.com.br/interior.html>>. Acesso em: 25 de agos. de 2011.

SILVEIRA, María Laura. _____. Os novos conteúdos da regionalização: lugares modernizados e lugares letárgicos no Planalto Nordpatagónico Argentino. In: Finisterra, XXIX, 58, 1994. p. 267-284.

_____. Territorio de las verticalidades y horizontalidades: una propuesta de método. In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 6, 1997. Buenos Aires, 1997. p. 1-13.

_____. **Um país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina.** São Paulo: Fapesp/Laboplan, 1999.

_____. A Região e invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia A. de, (org). **Território Brasileiro: Usos e Abusos.** Campinas: edições TERRITORIAL, 2003. p. 408-416.

_____. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. (org.). **Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo.** São Paulo: Globo, 2005. p. 141-178.

SIGMINE . **Sistema de Informações Geográficas da Mineração.** Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Disponível em: < <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>>. Acesso em 20 de jan. de 2012.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil, 1500-1820.** 4 ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** (trad. Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Geografia da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton;_____; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). **Território: globalização e fragmentação.** 4 ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. p. 21-28.

_____. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo. **Cronos**, Natal-RN, v. 10, n. 2, p. 101-117, jul./dez. 2009.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova.** Barcelona. n. 93, 15 de jul. de 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em: 28 de mai. de 2010.

_____. **Notas sobre epistemologia da geografia.** Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005. (GCN/CFH/UFSC - Cadernos de Geógrafos, n. 12)

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço.** (trad. Eduardo de A. Navarro). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TRIBUNA DO NORTE. **Obra para implantar Distrito de Caicó começa**. Natal. Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/obra-para-implantar-distrito-de-caico-comeca/152006>>. Acesso em: 22 de Jun.de 2010

THRIFT, Nigel. **An introduction to time-geography**. London: Institute of British Geographers (Concepts and Techniques in Modern Geography, nº 13), 1977.

U.S. GEOLOGICAL SURVEY 2011. Tungsten statistics. In.: KELLY, Thomas D.; MATOS, Grecia R. (comps.), **Historical statistics for mineral and material commodities in the United States**. U.S. Geological Survey, 2010 (Data Series 140). Disponível em: <<http://pubs.usgs.gov/ds/2005/140/>>. Acesso em: 14 de nov. de 2011.

_____. Tantalum statistics. In.:_____. **Historical statistics for mineral and material commodities in the United States**. U.S. Geological Survey, 2010 (Data Series 140). Disponível em: <<http://pubs.usgs.gov/ds/2005/140/>>. Acesso em: 14 de nov. de 2011.

VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional – os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**. v. 9, n. 1, mai. de 2007. p. 9-24

VASGAS, Milton. **Para uma Filosofia da Tecnologia**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1994.

VASCONCELOS, Santiago Andrade; SÁ, Alcindo José de. O período da globalização e a reafirmação das regiões. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, nº 3, set./dez. 2007.

VELOZ NET Provedor de Internet. Disponível em: < <http://www.veloz-net.com/index.php>>. Acesso em: dez. de 2011.

APÊNDICE

Apêndice A – Evolução Municipal do Seridó Ocidental Paraibano

Seridó Ocidental-PB	Evolução
Junco do Seridó	Distrito criado pela denominação de Junco do Seridó ex-povoado, com terras desmembrada do distrito de Santa Luzia, pela lei estadual nº 318, de 07-01-1949, subordinado ao município de Santa Luzia. Elevado à categoria de município com a denominação de Junco do Seridó, pela lei estadual nº 2080, de 22-11-1961, desmembrado de Santa Luzia. Sede no antigo distrito de Junco do Seridó. Constituído do distrito sede. Instalado em, 01-01-1962.
Salgadinho	Distrito criado com a denominação de Salgadinho ex-povoado, pelo decreto-lei estadual nº 318, de 07-01-1949, criado com terras do distrito de Passagem ex-Espinharas, subordinado ao município de Patos. Elevado à categoria de município com a denominação de Salgadinho, pela lei estadual nº 2676, de 22-12-1961, desmembrado de Patos. Sede no antigo distrito de Salgadinho. Constituído do distrito sede. Instalado em 04-02-1962.
Santa Luzia	O distrito foi criado com a denominação de Santa Luzia do Sabugi pela lei provincial n.º 14, de 06-10-1857. Elevado a categoria de vila com a denominação de Santa Luzia do Sabugi, pela lei provincial nº 410 de 14-11-1871, desmembrado de Patos. Sede no atual distrito de Santa Luzia do Sabugi, ex-localidade. Constituído do distrito sede. Instalado em 27-06-1872.
São José do Sabugi	Distrito criado com a denominação de Caapoã, por ato municipal anterior a 02-03-1938, subordinado ao município de Santa Luzia. Elevado à categoria de município com a denominação São José Sabugi, pela lei estadual nº 2682, de 22-12-1961, desmembrado de Santa Luzia. Sede no antigo distrito de São José do Sabugi. Constituído do distrito sede. Instalado em 10-01-1962
São Mamede	Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, figura no município de Santa Luzia do Sabugi o distrito de São Mamede Elevado à categoria de município com a denominação de São Mamede, pela lei estadual nº 973, de 02-12-1953, desmembrado de Santa Luzia. Sede no antigo distrito de São Mamede. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-05-1954.
Várzea	Distrito criado com a denominação de Sabugirana, pelo decreto-lei estadual nº 29, de 22-11-1939 e por ato municipal anterior a 02-03-1938, e anexado ao município de Santa Luzia. Elevado à categoria de município com a denominação de Várzea, pela lei estadual nº 2683, de 22-12-1961, desmembrado de Santa Luzia. Sede no antigo distrito de Várzea. Constituído do distrito sede. Instalado em 11-01-1962.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Cidades, IBGE (2010).

Apêndice B – Evolução Municipal do Seridó Oriental Paraibano

Seridó Oriental-PB	Evolução
Baraúna	Distrito criado com a denominação de Baraúnas, pela lei estadual nº 2646, de 20-12-1961, subordinado ao município de Picuí. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o distrito de Baraúnas, figura no município de Picuí. Elevado à categoria de município com a denominação de Baraúna, pela lei estadual nº 5899, de 29-04-1994, desmembrado de Picuí. Sede no antigo distrito de Baraúnas atual Baraúna. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997.
Cubati	Distrito criado com a denominação de Canoas, pela lei estadual nº 424, de 28-10-1915, e por ato anterior a 02-03-1938, subordinado ao município de Picuí. Pelo decreto-lei estadual nº 520, de 31-12-1943, o distrito de Canoas passou a denominar-se Cubati. Elevado à categoria de município com a denominação de Cubati, pela lei estadual nº 2076, de 30-04-1959, desmembrado de Picuí. Sede no antigo distrito de Cubati. Constituído do distrito sede. Instalado em 03-07-1959.
Frei Martinho	Distrito criado com a denominação de Frei Martinho, pela lei estadual nº 2211, de 11-01-1960, subordinado ao município de Picuí. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Frei Martinho, figura no município de Picuí. Elevado à categoria de município pela lei estadual nº 2690, de 26-12-1961, desmembrado de Picuí. Sede no atual distrito de Frei Martinho ex-povoado. Constituído do distrito sede. Instalado em 30-12-1961.
Juazeirinho	Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, figura no município de Soledade o distrito de Juazeiro. Elevado à categoria de município, com a denominação de Juazeirinho, pela lei estadual nº 1747, de 25-07-1957, desmembrado de Soledade. Sede no antigo distrito de Juazeirinho. Constituído do distrito sede. Instalado em 27-10-1957.
Nova Palmeira	Distrito criado com a denominação de Nova Palmeira, pela lei municipal 2640, de 20-12-1961, subordinado ao município de Pedra Lavrada. Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Palmeira pela lei municipal nº 3102, de 14-11-1963, desmembrado de Pedra Lavrada. Sede no atual distrito de Nova Palmeira ex-povoado. Constituído do distrito sede. Instalado em 06-11-1964.
Pedra Lavrada	Distrito criado com a denominação de Pedra Lavrada, pela lei estadual nº 20, de 14-06-1890, subordinado ao município de Picuí. Elevado à categoria de município, com a denominação de Pedras Lavrada, pela lei estadual nº 1944, de 13-01-1959, desmembrado de Picuí. Sede no antigo distrito de Pedra Lavrada. Constituído do distrito. Instalado em 25-01-1959.
Picuí	Distrito criado com a denominação de Picuí, pela lei provincial nº 440, de 18-12-1871. Elevado à categoria de vila com a denominação de Picuí, pelas leis provinciais nºs 876, de 27-11-1888 e estadual nº 212, de 29-10-1904. Instalado em 24-11-1904
Seridó	Distrito criado com a denominação de Santo Antônio ex-povoado, pelo decreto-lei estadual nº 1010, de 30-03-1938, subordinado ao município de Soledade. Elevado à categoria de município com a denominação de Seridó, pela lei estadual nº 2660, de 22-12-1961, desmembrado de Soledade. Sede no antigo distrito de Seridó. Constituído do distrito sede. Instalado em 19-01-1962.
Tenório	Distrito criado com a denominação de Tenório, pela lei estadual nº 212, de 11-05-1959, subordinado ao município de Juazeirinho. Elevado à categoria de município com a denominação Tenório, pela lei estadual nº 5889, de 29-04-1994, desmembrado de Juazeirinho. Sede no antigo distrito de Tenório. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Cidades, IBGE (2010).

Apêndice C – Evolução Municipal do Seridó Ocidental Potiguar

Seridó Ocidental RN	Evolução
Caicó	<p>Distrito criado com a denominação de Vila Nova do Príncipe, por alvará de 1748.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Nova do Príncipe, por ordem do governo de 28-04-1788, em virtude da ordem régia de 22-07-1766. Instalado em 31-07-1788. Elevado à condição de cidade e sede com a denominação de Vila Nova do Príncipe, pela lei provincial nº 612, de 16-12-1868.</p>
Ipueira	<p>Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Ipueira, pela lei estadual nº 3006-A, de 31-12-1963, desmembrado São João do Sabugi. Sede no atual distrito de Ipueira, ex-povoado. Constituído do distrito sede. Instalado em 14-02-1965.</p> <p>Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Ipueira, pela lei estadual nº 3006-A, de 31-12-1963, desmembrado São João do Sabugi. Sede no atual distrito de Ipueira, ex-povoado. Constituído do distrito sede. Instalado em 14-02-1965.</p>
Jardim de Piranhas	<p>Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, figura no município de Caicó o distrito de Jardim de Piranhas.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Jardim de Piranhas, pela lei estadual nº 146, de 23-12-1948, desmembrado de Caicó. Sede no antigo distrito de Jardim de Piranhas. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1949.</p>
São Fernando	<p>Distrito criado com a denominação de São Fernando ex-povoado, pela lei estadual nº 902, de 19-11-1953, subordinado ao município de Caicó.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de São Fernando, pela lei estadual nº 2333, de 31-12-1958, desmembrado do município de Caicó. Sede no atual distrito de São Fernando, ex-povoado. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-03-1959.</p>
São João do Sabugi	<p>Distrito criado com a denominação de São João do Sabugi, pelo decreto estadual nº 603, de 31-11-1938, subordinado ao município de Serra Negra.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de São João do Sabugi, pela lei estadual nº 146, de 23-12-1948, desmembrado de Serra Negra. Sede no antigo distrito de São João do Sabugi. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1949.</p>
Serra Negra do Norte	<p>Distrito criado com a denominação de Serra Negra, pela lei provincial nº 406, de 01-09-1858.</p> <p>Elevado à categoria de vila com a denominação de Serra Negra, pela lei provincial nº 688, de 03-08-1874, desmembrado do município de Caicó. Sede no antigo distrito Serra Negra. Constituído do distrito sede. Instalado em 21-05-1875. Elevado à condição de cidade com a denominação de Serra Negra, pelo decreto nº 457, de 29-03-1938.</p>
Timbaúba dos Batistas	<p>Distrito criado com a denominação de Timbaúba dos Batistas ex-povoado de Timbaúba, pela lei estadual nº 2320, de 05-12-1958, subordinado ao município de Caicó.</p> <p>Elevado à categoria de município com a denominação de Timbaúba dos Batistas, pela lei estadual nº 2774, de 10-05-1962, desmembrado do município de Caicó. Sede no atual distrito de Timbaúba dos Batistas ex-povoado de Timbaúba. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1964.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Cidades, IBGE (2010).

Apêndice D – Evolução Municipal do Seridó Oriental Potiguar

Seridó Oriental RN	Evolução
Acari	Distrito criado com a denominação de Acari, pela lei provincial nº 15, de 13-03-1835. Elevado à categoria de vila com a denominação de Acari, pela resolução do conselho do governo, de 11-04-1833, desmembra de Vila Nova do Príncipe (mais tarde Caicó) Instalada em 18-03-1835. Elevado à condição de cidade com a denominação de Acari, pela lei estadual nº 119, de 15-08-1898.
Carnaúba dos Dantas	Distrito criado com a denominação de Carnaúba, pelo decreto-lei estadual nº 603, de 31-10-1938, e subordinado ao município de Acari. Elevado à categoria de município com a denominação de Carnaúba dos Dantas, pela lei estadual nº 1028, de 11-12-1953, desmembrado de Acari. Sede no atual distrito de Carnaúba dos Dantas, ex-Carnaúba. Constituído do distrito sede. Instalado em 30-01-1954.
Cruzeta	Distrito criado com a denominação de Cruzeta, pelo decreto estadual nº 603, de 31-10-1938, subordinado ao município de Acari. Elevado à categoria de município com a denominação de Cruzeta, pela lei estadual nº 915, de 24-11-1953, desmembrado de Acari. Sede no antigo distrito de Cruzeta. Constituído distrito sede. Instalado em 30-01-1954.
Currais Novos	Distrito criado com a denominação de Currais Novos, pela lei provincial nº 893, de 20-02-1884. Elevado à categoria de vila com a denominação de Currais Novos, pelo decreto estadual nº 59, de 15-10-1890, desmembrado de Acari. Sede na antiga povoação de Currais Novos. Constituído do distrito sede. Instalada em 06-02-1891. Elevado à condição de cidade com a denominação de Currais Novos, pela lei estadual nº 486, de 29-11-1920.
Equador	Distrito criado com a denominação de Equador, pelo decreto estadual nº 603, de 31-10-1938, subordinando ao município de Parelhas. Elevado à categoria de município com a denominação de Equador, por lei estadual nº 2799, de 11-05-1962, desmembrado de Parelhas. Sede no antigo distrito de Equador. Constituído do distrito sede. Instalado em 17-03-1963.
Jardim do Seridó	Distrito criado com a denominação de Conceição do Azevedo, pela lei provincial nº 337, de 04-09-1856. Elevado à categoria de vila com a denominação Conceição de Azevedo pela lei provincial nº 407, de 01-09-1858, desmembrado de Acari. Constituído distrito sede. Instalado em 04-07-1859. Sede na povoação de Conceição do Azevedo. Elevado à condição de cidade com a denominação de Jardim do Seridó, pela lei provincial nº 703, de 27-08-1874.
Ouro Branco	Distrito criado com a denominação de Ouro Branco ex-povoado, pelo decreto estadual nº 11, de 11-10-1934, subordinado ao município de Jardim do Seridó. Elevado à categoria de município com a denominação de Ouro Branco, pela lei estadual nº 907, de 21-11-1953, desmembrado de Jardim do Seridó. Sede no antigo distrito de Ouro ex-Manairama. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1954.
Parelhas	Distrito criado com a denominação de Parelhas ex-povoado, pela lei estadual nº 478, de 26-11-1920. subordinado ao município de Jardim do Seridó. Elevado à categoria de município com a denominação Parelhas, pela lei estadual nº 630, de 08-11-1926, desmembrado de Jardim do Seridó. Sede no atual distrito de Parelhas. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1927. Elevado à condição de cidade com a denominação de Parelhas, pela lei estadual nº 656, de 22-10-1927.
Santana do Seridó	Distrito criado com a denominação de Santana, pela lei estadual nº 962, de 30-12-1953, subordinado ao município de Jardim do Seridó. Elevado à categoria de município com a denominação de Santana, pela lei estadual nº 2770, de 10-05-1962, desmembrado do município de Jardim do Seridó. Sede no antigo distrito de Santana. Constituído distrito sede. Instalada em 09-04-1963.
São José do Seridó	Distrito criado com a denominação de São José do Seridó, pela lei estadual nº 603, de 31-10-1938, subordinado ao município de Jardim Seridó. Elevado à categoria de município com a denominação de São José do Seridó, pela lei estadual nº 2793, de 11-05-1962, desmembrado do município de Jardim Seridó. Sede no antigo distrito de São José do Seridó. Constituído do distrito sede. Instalado em 07-04-1962.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Cidades, IBGE (2010).

Apêndice E

Tabela – Número de Empresas e outras organizações no Seridó Potiguar, 2009

Unidade da Federação, Microrregião e Município	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Indústria de transformação	Indústrias Extrativas	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Construção	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação	Informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades administrativas e serviços complementares	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde humana e serviços sociais	Artes, cultura, esporte e recreação	Outras atividades de serviços
	#	##	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#	#
Rio Grande do Norte	571	212	212	97	2.263	23.890	984	2.776	608	623	523	1.461	2.972	391	2.146	1.218	560	4.646
Total das Microrregiões	22	694	43	4	54	2.121	79	116	56	36	3	83	91	49	178	105	69	604
Seridó Ocidental	8	199	1	1	18	678	35	46	21	13	2	28	32	3	65	39	13	118
Ipueira	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	15
Jardim de Piranhas	-	103	-	-	-	81	-	1	2	-	-	3	2	2	12	2	1	23
São Fernando	1	1	-	-	1	12	-	-	1	1	-	-	2	2	1	1	-	12
São João do Sabugi	-	-	-	-	-	42	-	1	-	1	-	2	1	3	3	7	-	36
Serra Negra do Norte	-	22	-	-	1	35	1	-	-	-	-	-	3	2	2	1	3	31
Timbaúba dos Batistas	-	1	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	12
Total Microrregional	9	326	1	1	20	862	36	48	24	15	2	33	40	16	85	50	18	247
Seridó Oriental	5	31	-	-	2	99	1	6	3	-	-	5	3	2	9	2	2	41
Acari	-	37	-	-	2	88	1	-	1	1	-	1	1	2	2	1	5	24
Carnaúba dos Dantas	-	20	-	-	-	41	-	3	1	-	-	1	1	2	4	3	1	21
Cruzeta	3	74	16	-	14	402	14	32	14	14	1	29	17	11	40	25	8	86
Currais Novos	2	4	13	-	-	44	1	1	-	-	-	1	2	2	6	2	-	12
Equador	1	56	-	-	6	129	16	5	3	2	-	4	4	2	6	8	3	53
Jardim do Seridó	-	11	2	-	1	48	-	1	1	-	-	1	2	2	2	-	-	30
Ouro Branco	2	108	9	2	7	369	10	17	9	1	-	8	21	5	20	12	29	61
Parelhas	-	8	1	1	-	19	-	1	-	1	-	-	-	3	1	1	2	13
Santana do Seridó	-	19	1	-	2	20	-	2	-	2	-	-	-	2	3	1	-	16
São José do Seridó	-	19	1	-	2	20	-	2	-	2	-	-	-	2	3	1	-	16
Total Microrregional	13	368	42	3	34	1259	43	68	32	21	1	50	51	33	93	55	51	357

Fonte: IBGE (2011), Cadastro Central de Empresas
Nota: Por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0)

Apêndice F

Tabela – Número de Empresas e outras organizações no Seridó Paraibano, 2009

Unidade da Federação, Microrregião e Município	Número de Empresas e outras organizações																	
	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Indústria de Transformação	Indústrias Extrativas	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Construção	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação	Informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades administrativas e serviços complementares	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde humana e serviços sociais	Artes, cultura, esporte e recreação	Outras atividades de serviços
Paraíba	139	3.681	262	76	1.697	27.639	726	1.872	696	330	215	1.177	3.562	559	2.163	1.147	538	6.803
Total das Microrregiões	36	71	1	-	15	660	5	21	5	1	-	18	21	35	45	3	11	379
Seridó Ocidental	9	5	-	-	-	29	-	-	1	-	-	1	1	2	-	-	-	10
Junco do Seridó	2	1	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	17
Salgadinho	2	15	-	-	4	136	1	6	1	-	-	5	7	3	10	1	1	46
Santa Luzia	-	4	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	9
São José do Sabugi	-	4	-	-	3	63	1	2	-	-	-	1	3	2	5	1	-	12
São Mamede	1	3	1	-	-	17	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	19
Total Microrregional	14	32	1	-	7	265	2	8	2	-	-	8	11	13	17	2	1	113
Seridó Oriental Paraibano	-	-	-	-	-	26	-	-	1	-	-	1	-	2	1	-	2	33
Baraúna	1	1	-	-	-	32	1	-	-	-	-	-	2	5	4	1	1	19
Cubati	-	-	-	-	-	12	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-	7
Frei Martinho	5	14	-	-	2	78	-	2	-	-	-	-	1	1	1	-	-	15
Juazeirinho	2	7	-	-	1	19	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	18
Nova Palmeira	7	3	-	-	1	38	-	2	-	-	-	1	-	2	4	-	-	58
Pedra Lavrada	6	11	-	-	3	150	2	7	2	1	-	7	4	3	18	-	7	105
Picuí	-	1	-	-	1	30	-	-	-	-	-	1	3	2	-	-	-	4
Seridó	1	2	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	7
Tenório	22	39	-	-	8	395	3	13	3	1	-	10	10	22	28	1	10	266
Total Microrregional	22	39	-	-	8	395	3	13	3	1	-	10	10	22	28	1	10	266

Fonte: IBGE (2011), Cadastro Central de Empresas

Nota: Por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0)

Apêndice G

Tabela – Seridó Paraibano, Participação do Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes da Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social no Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes Total (percentual/PIB)

Brasil, Unidade da Federação, Microrregião e Município		Ano										
		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		15,25	14,93	15,52	15,53	15,11	14,67	15,05	15,31	15,46	15,77	16,33
Paraíba		29,88	28,64	28,77	28,43	28,32	29,93	31,30	30,64	30,60	31,32	31,27
Média das Microrregiões		52,63	50,76	49,13	50,04	54,71	55,17	57,74	55,03	54,82	56,09	56,31
Seridó Ocidental Paraibano	Junco do Seridó	58,18	56,60	54,45	52,76	57,52	54,62	58,13	58,63	57,13	58,58	58,81
	Salgadinho	64,52	67,38	65,28	63,67	62,32	62,52	65,55	61,50	66,85	68,12	67,26
	Santa Luzia	45,18	44,51	45,10	46,63	48,73	49,29	52,03	49,11	45,11	48,39	48,87
	São José do Sabugi	59,49	56,21	56,14	53,19	58,92	59,61	61,89	58,81	59,31	60,37	57,41
	São Mamede	51,67	51,26	52,22	54,27	53,46	52,64	54,47	52,77	52,28	52,94	52,81
	Várzea	52,82	55,89	54,35	49,70	53,18	55,51	56,27	51,42	53,86	54,67	55,70
	Microrregião	51,91	51,83	51,46	51,23	53,38	53,26	55,79	53,49	52,06	54,01	53,95
Seridó Oriental Paraibano	Baraúna	52,36	40,84	58,43	54,04	49,18	53,71	59,82	53,43	56,61	52,91	62,47
	Cubati	61,00	59,78	61,78	60,82	61,45	63,97	63,70	60,04	60,22	61,04	59,03
	Frei Martinho	50,99	41,68	56,03	55,18	53,85	57,70	60,59	58,08	57,25	57,40	59,02
	Juazeirinho	52,71	52,22	52,13	53,30	55,56	56,17	58,70	56,05	56,44	56,56	56,39
	Nova Palmeira	57,43	51,92	51,62	53,30	56,05	57,30	59,27	56,43	59,22	56,16	57,48
	Pedra Lavrada	61,12	55,90	57,87	51,24	59,62	57,91	59,76	57,75	60,12	61,01	60,04
	Picuí	46,38	43,18	50,61	49,81	51,01	51,71	55,17	51,51	51,50	54,13	55,90
	Seridó	57,14	55,86	25,20	31,86	65,04	65,85	68,32	66,64	68,51	68,05	65,44
	Tenório	57,87	55,52	53,47	56,51	62,34	60,98	61,92	59,29	62,69	65,06	61,75
Microrregião	53,35	49,68	46,80	48,85	56,03	57,07	59,68	56,57	57,58	58,16	58,67	

Fonte: IBGE (2011a), Produto Interno Bruto dos Municípios.

Apêndice H

Tabela – Seridó Potiguar, Participação do Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes da Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social no Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes Total (percentual/PIB)

Brasil, Unidade da Federação, Microrregião e Município	Ano											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil	15,25	14,93	15,52	15,53	15,11	14,67	15,05	15,31	15,46	15,77	16,33	
Rio Grande do Norte	27,67	25,69	27,97	26,47	26,13	25,29	25,88	25,82	27,49	27,67	28,43	
Média das Microrregiões	37,01	35,21	37,00	34,29	34,12	31,98	34,33	33,91	36,54	38,38	36,16	
Seridó Ocidental	Caicó	29,17	28,64	30,86	29,37	29,74	27,57	28,30	27,68	29,05	31,09	27,63
	Ipueira	57,98	48,97	52,02	44,60	46,38	44,12	51,21	51,11	56,20	54,70	55,74
	Jardim de Piranhas	47,37	46,27	45,54	41,73	40,28	39,46	41,58	40,29	46,19	46,06	43,48
	São Fernando	35,82	34,07	36,47	23,76	21,26	19,16	24,75	27,93	32,47	34,88	31,40
	São João do Sabugi	44,89	43,61	46,51	38,33	36,82	36,38	41,68	40,37	46,24	49,09	46,83
	Serra Negra do Norte	46,61	45,36	48,44	42,48	40,00	38,10	44,57	43,54	46,76	48,60	47,04
	Timbaúba dos Batistas	51,80	51,23	54,57	50,59	51,70	48,25	53,69	54,60	59,22	59,13	50,34
	Microrregião	34,17	33,40	35,47	32,38	32,19	30,16	32,32	31,71	33,98	35,89	32,48
Seridó Oriental	Acari	41,38	39,74	42,94	37,93	37,69	35,63	38,82	39,36	43,71	42,61	42,55
	Carnaúba dos Dantas	44,89	43,12	41,19	43,56	45,61	44,03	46,53	43,84	49,26	52,52	52,25
	Cruzeta	42,08	40,13	44,19	36,79	35,48	31,35	37,05	32,68	39,13	39,47	40,72
	Currais Novos	34,00	31,28	32,00	30,40	29,84	28,54	30,58	30,37	33,41	35,26	32,94
	Equador	58,01	53,48	54,60	52,22	57,78	53,83	54,06	52,94	53,25	48,04	49,93
	Jardim do Seridó	36,16	33,00	35,35	34,96	34,46	32,42	32,94	35,94	41,71	47,00	44,20
	Ouro Branco	45,30	44,31	46,91	39,28	36,68	30,52	36,49	37,54	40,53	44,87	45,22
	Parelhas	43,80	40,60	43,21	41,31	43,24	40,93	42,26	41,33	40,05	42,63	43,44
	Santana do Seridó	60,12	56,47	56,11	51,04	52,17	49,97	51,22	53,48	58,11	54,28	53,15
	São José do Seridó	49,82	43,80	42,59	36,96	35,90	32,40	39,29	39,80	38,61	39,10	38,60
Microrregião	39,85	37,01	38,53	36,19	36,04	33,80	36,33	36,10	39,09	40,87	39,83	

Fonte: IBGE (2011a), Produto Interno Bruto dos Municípios.